AFRO BRASILEIROS/AS NO ESPÍRITO SANTO

MEMÓRIAS & TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Volume 1

Osvaldo Martins de Oliveira
Ademildo Gomes
Cilmar Franceschetto
Organizadores

Coleção Canaã
30

AFRO BRASILEIROS/AS

NO ESPÍRITO SANTO

MEMÓRIAS & TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Volume 1

RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado do Espírito Santo

RICARDO FERRAÇO
Vice-governador

MARCELO CALMON DIAS
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

CILMAR CESCONETTO FRANCESCHETTO
Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

LUIZ GONSAGA PIMENTEL FRAGA
Diretor Administrativo Financeiro

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414 – CEP: 29.015.905
Centro – Vitória – ES - 27 3636-6100
www.ape.es.gov.br

Coleção Canaã
30

AFRO BRASILEIROS/AS
NO ESPÍRITO SANTO
MEMÓRIAS & TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Volume 1

Osvaldo Martins de Oliveira
Ademildo Gomes
Cilmar Franceschetto

Vitória, 2025
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

© Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Conselho Editorial
Ana Carolina Medici Rocha
André Malverdes
Julio Bentivoglio
Lucas Rodrigues Barreto
Michel Caldeira de Souza
Osvaldo Martins de Oliveira
Sergio Oliveira Dias
Shiara Arruda de Souza
Tiago de Matos Alves
Vitor de Angelo

Projeto Gráfico e Diagramação
Ivens da Silva Erler

Capa
André Felix
Maria José Corrêa de Souza

Impressão e Acabamento
Gráfica GSA

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta obra são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Medici Rocha.

Projeto Africanidades Transatlânticas
(PRPPG-UFES nº 11405/2021)

A258 Afro-brasileiros(as) no Espírito Santo: memórias e trajetórias educacionais / Organizadores: Osvaldo Martins de Oliveira ; Ademildo Gomes ; Cilmar Franceschetto. – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2025.

276 p. : il.

ISBN: 978-85-98928-32-6

1. Afro-brasileiros. 2. Biografias. 3. Educação de afro-brasileiros – Espírito Santo. 4. Memória e Identidade Negra. 5. Negros – Espírito Santo. I. Título.

SUMÁRIO

7 ***Apresentação***

9 ***Memórias, documentos e visibilidades***

13 ***Personagens da (de) liberdade no Espírito Santo***

17 ***Introdução***

31 ***Onde estão os negros no Espírito Santo?***
Invisibilidade, história e re-existências

47 ***Deusdedit Baptista***
Professor, advogado, jornalista e político

65 ***Ao mestre, com carinho!***
A trajetória do Dr. Adalton Santos (1919-1971)
De professor e juiz de direito a patrono de escola

87 ***Lino dos Santos Gomes***
Ventura de um arauto das letras

101 ***Joaquim Beato***
Encruzilhadas de um homem negro
no mundo da educação e do protestantismo

121 ***Entre tintas e letras***
As tecituras da história e memória de Filogônio
Barbosa de Aguilar

137 ***Darcy Castello de Mendonça***
Biografia de um radialista e político

155 ***Cleber Maciel***
Historiador, professor, pesquisador e autor

171 ***Maria Verônica da Pas***
Breves palavras sobre uma mulher transgressora

189 ***O "Chuvisco" de Cachoeiro de Itapemirim***
A excepcional trajetória de Nilton Gomes

203 ***Albuíno Cunha de Azeredo***
Trajetória de um engenheiro,
empresário e governador negro

249 ***Rocha ancestral***
A trajetória de um gigante

263 ***Considerações finais***

APRESENTAÇÃO

Renato Casagrande[1]

Esta coletânea representa um avanço importante na reconstrução e na valorização das narrativas que compõem a história do nosso povo, ao dar visibilidade a trajetórias afrodescendentes que tanto contribuíram — e continuam a contribuir — para a formação social, cultural e educativa do nosso estado.

Reunir, em um mesmo volume, diferentes olhares sobre personalidades e coletivos afro-capixabas é, antes de tudo, um gesto de reparação histórica e de justiça simbólica. Os artigos aqui reunidos resgatam vidas e fazeres que muitas vezes foram relegados às margens das narrativas oficiais; tratam de professores, líderes, agentes públicos e culturais cujas trajetórias iluminam aspectos centrais da presença negra no Espírito Santo.

Ao colocar a educação como eixo central das trajetórias analisadas, a obra dialoga com uma das prioridades do nosso governo: a promoção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e plural. Compreender a história afro-brasileira e afro-capixaba nas suas múltiplas dimensões é condição necessária para a formulação de políticas educativas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e étnica dos nossos alunos. Este livro oferece fontes, análises e narrativas que podem — e devem — subsidiar docentes, formuladores de políticas, pesquisadores e estudantes na construção de currículos que reflitam a realidade plural do Espírito Santo.

Outro mérito incontestável desta coletânea é a pluralidade metodológica que atravessa seus textos. A articulação entre registros documentais, trajetórias orais, estudos biográficos e análises sociológicas possibilita apreender a presença afrodescendente em suas formas mais variadas: como resistência, produção cultural, engajamento cívico e contribuição institucional. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam os desafios persistentes — desigualdade, discriminação e invisibilização — que exigem

1 | Governador do Estado do Espírito Santo.

respostas públicas comprometidas com a igualdade racial e a promoção dos direitos humanos.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo cumpre aqui papel fundamental. Ao apoiar a pesquisa, organizar acervos e promover a publicação de estudos como este, o Arquivo contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para a preservação de memórias que são patrimônio coletivo. A coleção e a divulgação de documentos e estudos sobre as trajetórias afrodescendentes ampliam o campo de investigação e fortalecem iniciativas de ensino e de cultura que valorizem a diversidade étnico-racial em nossa sociedade.

Às comunidades e aos familiares retratados, a coletânea presta homenagem: reconhecer e divulgar suas histórias é afirmar o seu lugar na construção do Espírito Santo. Às instituições de ensino e pesquisa, este livro oferece repertório para atividades pedagógicas, projetos de extensão e pesquisas que aproximem estudantes e cidadãos das histórias locais. À sociedade capixaba em geral, constitui convite à reflexão sobre identidade, memória e responsabilidade coletiva para enfrentar o racismo estrutural e avançar em políticas de reparação, inclusão e promoção da cidadania plena.

Como governante, reafirmo o compromisso do Estado com ações que promovam igualdade de oportunidades e valorização da diversidade. Investir na formação, na preservação da memória e em políticas públicas que reconheçam a contribuição afrodescendente é investir no futuro democrático e justo que desejamos para o Espírito Santo. Que este livro, ao iluminar trajetórias e memórias, inspire iniciativas educativas, culturais e administrativas que promovam a igualdade racial e a valorização da pessoa humana em todas as suas dimensões.

Agradeço aos organizadores, aos autores e às autoras, ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e a todos os colaboradores que tornaram possível esta publicação. Que *Afro-brasileiros/as no Espírito Santo: memórias & trajetórias educacionais* encontre amplo público, sirva de referência para estudos e práticas educativas e fortaleça, em nossos espaços públicos e privados, o reconhecimento pleno das contribuições negras para a história e o presente do nosso estado.

MEMÓRIAS, DOCUMENTOS E VISIBILIDADES

Cilmar Franceschetto[1]

Publicar este livro é um gesto que carrega em si memória, reconhecimento e justiça. O leitor encontrará nestas páginas não apenas biografias e trajetórias de afrodescendentes capixabas, mas também fragmentos de uma história maior: a da reexistência, da luta e da construção coletiva de um povo que, mesmo diante da violência do racismo e do silenciamento histórico, jamais deixou de afirmar sua presença e dignidade.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) tem, entre suas missões, preservar, organizar e difundir o patrimônio documental produzido ao longo de nossa história. Mas cabe destacar: preservar documentos não é tarefa neutra, é também um ato político, porque envolve escolhas sobre o que lembrar e o que esquecer. Nossa responsabilidade, como instituição arquivística e de preservação da memória, é justamente dar voz a papéis antes silenciados, transformando-os em testemunhos vivos capazes de inspirar novas gerações.

Nesse sentido, o presente trabalho surgiu a partir das conversas entre os organizadores, com o objetivo de desenvolver projetos que atuem como instrumentos de valorização da identidade e da autoestima dos afrodescendentes no Espírito Santo, levando em conta as experiências acumuladas pelo APEES em ações de divulgação dos diversos perfis étnico-culturais do Estado.

É nesse horizonte que se insere esta obra, que se soma a outros esforços que o APEES tem empreendido ao longo dos anos. Reeditamos o livro *Negros no Espírito Santo* (Coleção Canaã vol. 22), de Cleber Maciel,

1 | Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Formado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

marco no resgate de narrativas sobre a presença negra em nosso Estado. Na *Revista do Arquivo Público*, reunimos artigos de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam à mesma temática, com destaque para um número especial que trouxe o dossiê *Africanidades Transatlânticas*, dedicado exclusivamente a discutir heranças, conexões e diálogos entre a África e o Espírito Santo. Além dessas publicações, realizamos atividades rotineiras de organização, digitalização e disponibilização online de documentos, dentre estes, sobre a escravidão no Espírito Santo, além de promover ações de mediação cultural voltadas à cultura negra, como: exposições, palestras e exibições de filmes e documentários que abordam esse tema de inestimável relevância para a sociedade.

Essas publicações revelam o quanto o Arquivo Público tem buscado ser não apenas guardião, mas também promotor de debates sobre memória e identidade que envolvem as diversas etnias que compõem o mosaico cultural capixaba. Em nossas estantes repousam milhares de documentos que, com a frieza burocrática dos registros oficiais, narram a perseguição e a luta do povo negro durante o período escravocrata e após a abolição. São cartas de alforria, processos criminais, inventários, correspondências administrativas, registros de batismo e de óbito que, quando reinterpretados, contam histórias de resistência, de dor, mas também de esperança. Cada um desses documentos é uma prova irrefutável de que a história capixaba é, em grande parte, também história negra.

Este livro, *Afro-brasileiros/as no Espírito Santo: memórias e trajetórias educacionais*, dá continuidade a esse movimento de resgate e valorização. Aqui, o protagonismo negro aparece em narrativas que retratam trajetórias acadêmicas, artísticas, políticas e comunitárias. São vidas que, ao mesmo tempo singulares e coletivas, mostram que a luta por reconhecimento nunca cessou. Ao dar visibilidade a essas histórias, reafirmamos que não há identidade capixaba plena sem o reconhecimento da contribuição negra em todas as áreas da vida social.

Importa ressaltar, contudo, que a escolha dos nomes aqui apresentados não pretende esgotar a multiplicidade de personagens que marcaram e continuam a marcar o cenário capixaba. Entre tantos que se

destacaram nas artes, na educação, na política, na cultura popular e em tantas outras frentes, elegemos alguns cujas trajetórias dialogam de modo direto com os objetivos desta obra. Outros nomes de igual importância serão contemplados em futuras publicações.

O Arquivo Público tem consciência de que sua missão vai além da preservação documental: é também social, pedagógica e cidadã. Por isso, investe não apenas na guarda, mas também em novas formas de pesquisa. Atualmente, está em fase de organização um projeto de grande relevância: o **AFROGENESES – De Que África Viemos**. Com base em análises de DNA, a iniciativa buscará investigar a ancestralidade dos afrodescendentes do Espírito Santo, revelando conexões com territórios e povos africanos. Trata-se de um projeto que contribuirá para a valorização da memória e da identidade e abrirá caminhos para a utilização desses dados em políticas de saúde pública, reforçando a ligação entre ciência, cidadania e pertencimento.

Assim, ao lançar este volume, reafirmamos uma convicção que orienta nosso trabalho: a memória é um direito. O direito de se reconhecer nos feitos dos antepassados, de resgatar histórias soterradas pelo silêncio e de projetar futuros mais justos e inclusivos. Cada personagem aqui retratado é mais do que uma biografia; é um símbolo de existência, de dignidade e de inspiração.

Aos pesquisadores, esta obra oferece fontes e reflexões. Aos professores e estudantes, um material pedagógico rico para ampliar os horizontes da educação. À sociedade, um convite à reflexão sobre quem somos e sobre como as diferenças, longe de dividir, formam a riqueza de nossa identidade capixaba.

É com gratidão que agradeço aos autores e autoras, aos parceiros organizadores, que deram corpo a este projeto, às famílias e comunidades que compartilharam suas memórias, e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este livro ganhasse vida.

Que ele seja lido como um registro, uma homenagem e um convite. Registro de uma história que se recusa a ser esquecida. Homenagem a homens e mulheres que, apesar de todas as barreiras, se tornaram

sementes de liberdade, esperança e sonhos. E convite para que continuemos a pesquisar, a lembrar e a reconhecer a força afrodescendente como parte essencial do Espírito Santo.

PERSONAGENS DA (DE) LIBERDADE NO ESPÍRITO SANTO

Flávio dos Santos Gomes[1]

Onde havia africanos escravizados no Brasil do século XVI? As imagens que projetaram somente engenhos de Pernambuco e Bahia, a partir de 1570, produziram sombras sobre outras fronteiras de ocupação colonial sob presença indígena e africana ao mesmo tempo. Alguns estudos e fontes consideram que o primeiro navio vindo de Angola com escravizados teria chegado em 1516, enquanto outros falam que só chegaram em 1525. Pode ser exagero, mas há outros cenários coloniais quinhentistas onde a presença africana pode ter existido, como a montagem dos engenhos de São Vicente e Santos ou mesmo no litoral da Capitania do Espírito Santo. No final da década de 1550 surgiriam legislações que garantiam a entrada de africanos e o envio deles para os vários engenhos espalhados num Brasil que não havia ainda sido definitivamente inventado. A questão é: como foram estabelecidos tais engenhos, organizando trabalho e erguendo estruturas produtivas mais longevas em várias regiões coloniais? Não seria difícil imaginar alguns africanos chegando em alguns destes espaços fora do eixo nordeste. A documentação disponível sugere que talvez africanos tenham sido raros na mão de obra quinhentista paulista e também em alguns engenhos no Espírito Santo - predominando indígenas, também escravizados.

Se há poucos registros destas possibilidades, não faltaram narrativas que equivocadamente transformaram o Espírito Santo - nos séculos XVI, XVII e XVIII - num livro em branco sobre uma história negra, qual seja, a presença africana e seus descendentes. Fosse nos primeiros núcleos urbanos – em torno de Vitória e outras tantas áreas – e nas margens com o sul da Bahia ou nas fronteiras do açúcar (primeiro o gado) do norte fluminense, foram constituídos cenários escravistas nos

1 | Doutor em História Social pela Unicamp (1997), Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq. E-mail escravo@prolink.com.br

quais capítulos sobre tráfico atlântico, alforrias, família, quilombos, escravidão urbana, mulheres escravizadas, pós-abolição, população negra livre, irmandades, abolicionismo, lavouras de café, alimentos e cana de açúcar, rebeliões, imigração estrangeira, campesinato negro, memórias cativas etc. estão sendo resgatados por inúmeros pesquisadores com destaque para os estudos realizados nos vários programas de pós-graduação na Universidade Federal do Espirito Santo, também no seu NEAB e mais recentemente as iniciativas e produtos do Projeto Africanidades Transatlânticas.

As contribuições acadêmicas e extra-acadêmicas são múltiplas, atravessaram décadas desde os anos 80 e 90 do século XX. Além disso, uma história intelectual da antropologia, da história, da geografia, da educação, da sociologia, das artes etc. no Espírito Santo precisará reconhecer e registrar em detalhes tais processos. No campo da historiografia há que se destacar que parte importante desta contribuição tem sido beneficiada pelas originais investigações realizadas junto aos acervos sob a guarda (o mais importante é a organização e disponibilização deles) do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Com a emancipação no alvorecer do século XX, percursos e trajetórias negras têm sido auscultadas. O lugar da liberdade era precário, assim como ela própria um alvo movediço. Foram processos históricos marcados por pessoas, rostos, marcas, corações e mentes. O volume Afro-brasileiros/as no Espírito Santo – Memórias e trajetórias educacionais oferece bússola e mapas. Sob a organização de Osvaldo Martins de Oliveira, Ademildo Gomes e Cilmar Franceschetto temos um repertório original de biografias. Os capítulos de Ana Paula Rocha, Elio Pereira Fernandes, Fernanda Barbosa, Gustavo Henrique Araújo Forde, Jaiara Dias, Joyce Mazzoco Nascimento, Laryssa da Silva Machado, Lavinia Coutinho Cardoso, Maria José Corrêa de Souza, Marileide Gonçalves França, Osvaldo Martins de Oliveira, Reia Sílvia Gonçalves Pereira, Renata Costa, Rogério Frigerio Piva, Samily Loures de Freitas e Timóteo André Alves de Oliveira nos revelam personagens múltiplos entre trajetórias únicas de "experiências negras" do final do século XIX, atravessando o XX e quase invadindo o XXI, enquanto memórias, silêncios, esquecimentos e lembranças. Surgem mulheres e homens, negros e ne-

gras, professores, advogados, jornalistas, historiadores, políticos, governadores, juristas, literatos, educadores, religiosos, radialistas, pesquisadores, acadêmicos, ativistas, engenheiros, empresários etc. Tudo e todos reais, entre invenções e inventores, transformados em imortais diante de seus legados e memórias, muita coisa sob sombras, algumas apagadas e outras tantas reluzentes.

Assim, conhecemos um pouco do muito de Maria Verônica da Pas, Cleber Maciel, Deusdedit Baptista, Adalton Santos, Lino dos Santos Gomes, Lula Rocha, Albuíno Azeredo, Joaquim Beato, Filogônio Barbosa de Aguilar, Darcy Castello de Mendonça e Nilton Gomes.

Para o Espírito Santo há mesmo trilhas sonoras – falo aqui dos bailes de Congo, Ticumbis e Congadas de norte a sul – que embalaram (e continuam) gerações negras. E há ritmos de imigrações europeias e caribenhas marcando os sons da história, onde não faltaram maracás indígenas.

Resgatar estes personagens e legados é mais do que reparação histórica – no sentido moral muitas das vezes desqualificado – ou tentativas de comover os pósteros. Faces e fases de histórias são realinhadas, nos conduzindo ao tempo-presente de cenários de mobilização, ideias, projetos, desejos, fracassos, êxitos, dores, alegrias e lágrimas. Também uma história do Brasil com seus perfis diversos se apresenta, e com ela a escrita da história a partir também de emergente protagonismo dentro e fora da universidade.

INTRODUÇÃO

Osvaldo Martins de Oliveira[1]

A presente publicação faz parte dos resultados do projeto de pesquisa "Africanidades transatlânticas", em desenvolvimento na Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da obtenção de dados junto aos familiares de pessoas, personagens negras, já falecidas, que, em suas trajetórias de escolarização, concluíram cursos universitários. Os dados vêm sendo obtidos também junto às lideranças de organizações de movimentos negros e em fontes escritas. Por isso, é possível afirmar que a pesquisa está trabalhando com memórias de famílias, coletividades, lideranças e personagens afro-brasileiras. Assim, nos conceitos de Pollak (1992), as pessoas biografadas já falecidas são consideradas personagens de memória porque tiveram e/ou têm representatividade social, política e cultural para coletividades e organizações afro-brasileiras que direta e/ou indiretamente fizeram parte.

Este livro não pretende ser completo em termos da quantidade das personagens afro-brasileiras biografadas a partir do Espírito Santo e nem da qualidade e profundidade dos textos que analisam as biografias de tais personagens, mas um estímulo para que outros pesquisadores deem continuidade às pesquisas sobre as biografias e memórias desses personagens. Por isso, o referencial teórico escolhido optou por privilegiar "pessoas, personagens de memórias" (Pollak, 1992) já falecidas, que concluíram o curso universitário e que defendiam alguma causa social representativa para as comunidades e organizações negras. Algumas trajetórias de vida de tais personagens foram e são consideradas significativas para as causas sociais, étnico-raciais e projetos políticos defendidos pelas organizações de movimentos negros, nas quais parte dessas personagens teve inserções políticas.

1 Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente e pesquisador junto ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e também é pesquisador da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). E-mail: oliveira.osvaldomartins@gmail.com

Os textos biográficos produzidos sobre cada personagem recortaram fatos para atingir os seguintes objetivos: a) analisar as situações sociais, econômicas e culturais das famílias dos personagens estudados nos períodos de seus percursos escolares; b) debater dados sobre possíveis enfrentamentos de situações de racismo e preconceitos raciais vivenciados pelos/as biografados/as; c) verificar se os/as biografados/as figuram com seus nomes em lugares de memória, como em ruas/avenidas, escolas, pontes, museus, bibliotecas e organizações sociais, bem como se receberam homenagens e comendas em vida ou após o seu falecimento; d) debater possíveis produções e/ou obras acadêmicas e/ou profissionais deixadas pelos/as biografados/as.

Tendo em vista os dados obtidos pela pesquisa até o momento, optou-se pelo recorte teórico-metodológico de memória (Pollak, 1989; 1992), trajetória (Bourdieu, 1996) e biografia (Levi, 1996). Essas teorias estão diluídas nos textos, mas cabem aqui breves considerações sobre elas. A memória, conforme escreve Pollak (1989; 1992), está em disputa e é construída tendo como referências lugares, pessoas, eventos, acontecimentos, datas, tradições, monumentos etc. Dentre os muitos elementos usados para construir a memória estão as nomeações de lugares, monumentos e prédios públicos, homenagens, cerimônias, premiações, narrativas orais e escritas, fotografias, filmes, bibliotecas e os atuais suportes e máquinas digitais da memória. No entanto, os protagonistas da construção da memória são as pessoas, pois somos nós que lembramos e desejamos lembrar e usamos todos esses, e muitos outros, meios de acionamento da memória para não esquecermos fatos do passado e pessoas vivas e/ou mortas. A essas pessoas do passado que foram e são significativas, representativas e referências para pessoas e organizações sociais do presente, Pollak (1992) chama de "pessoas, personagens de memória" e continua sendo lembradas como se ainda estivessem vivas. Por isso seus nomes são usados para nomear escolas, ruas, avenidas, museus, bibliotecas, pontes, estações de transporte, centros de eventos públicos, organizações sociais e políticas e até outras pessoas. A memória tem dimensões individuais, coletivas e sociais e nessas dimensões coletivas, existem acontecimentos narrados que foram experimentados e vividos pelo narrador e aquelas lembranças que a pessoa narra, mas que não presenciou, pois foram narrados no interior do grupo ao qual

o narrador pertence por pessoas mais velhas e, pelo sentimento de pertencimento, os novos narradores relatam tais acontecimentos e vidas passadas como se tivessem testemunhado as suas existências. Essas memórias narradas e não experimentadas, Pollak (1992) define como memórias herdadas ou memórias vividas por tabela. Visto que a memória é constituída por acontecimentos e pessoas-personagens, existem personagens realmente encontradas no decorrer da vida e personagens frequentadas por tabela (que não pertenceram ao espaço-tempo das pessoas narradoras), mas que se transformam quase que em conhecidas devido ao fato de seus nomes e feitos serem frequentemente narrados e transmitidos no interior das coletividades, levando-as a permanecerem vivas nessas coletividades.

Uma breve consideração sobre os conceitos de trajetória e biografia a partir de Bourdieu (1996) e Levi (1996). O conceito de trajetória de Bourdieu deriva da palavra trajeto de vida e biografia e remete para a concepção ilusória de biografia e percurso de vida com nascimento, vida familiar, acesso à escola, entrada no mercado de trabalho, amigos, envelhecimento e morte, como se a vida transcorresse em sucessivos estágios a serem superados sem contratempos e zig-zags. Para o autor, a vida é demarcada por contradições e por um percurso sem linearidade. Por isso, nos estudos das biografias, tanto em Bourdieu (1996) quanto em Levi (1996), é fundamental localizar as pessoas biografadas em seus contextos sociais. Apesar da crítica, a trajetória em Bourdieu (1996) se refere "[...] a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, sujeito a transformações" (Bourdieu, 1996, p. 189). Para o autor, a análise de uma trajetória requer a construção dos estados sucessivos do campo em que ela se desenvolveu, que nos casos biografados nesta coletânea predominam os campos da educação, direito e política. Ele também chama atenção para a necessidade da análise das condições objetivas que relacionaram o agente em questão com os outros agentes envolvidos nos campos que estão inseridos. Nessa perspectiva, na análise de uma trajetória de vida tal como ela tem ocorrido, deve-se elaborar uma interpretação crítica e reflexiva. Deste modo, em vez de pressupor que os fatos e acontecimentos da vida dos biografados tenham ocorrido de forma linear, coerente e obedecendo a uma or-

dem cronológica, explora-se os diferentes vínculos estabelecidos pelas pessoas estudadas, que lhes possibilitaram criar sua própria história, levando em consideração as relações sociais e políticas nas quais estiveram inseridas.

Levi (1996), a partir da perspectiva da micro-história, propõe o estudo das biografias como gênero literário relacionando-as aos contextos sociais mais amplos. Considera que através dos estudos biográficos podem ser analisados os fatos históricos, isto é, em um movimento que vai dos estudos do micro ao macro. Segundo o autor, as singularidades biográficas não se desenvolvem com coerência e linearidade. Partindo da análise de romances, Levi demonstra que através da caracterização dos personagens, observa-se o caráter fragmentário, contraditório e paradoxal de uma biografia individual, onde não existem linearidade e coerência. Ele defende a relevância do debate sobre a biografia e suas problematizações, pois discute a relação entre norma e prática, indivíduo e grupo, determinismo e liberdade. Contrariando a perspectiva dos historiadores tradicionais sobre sistema normativo coerente e estável, Levi sustenta que se deve levar em conta a liberdade individual de escolha e que a biografia é "o campo ideal para verificar o caráter intersticial da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos" (Levi, 1996, p. 180).

Entende que a abordagem da história através da biografia permite evitar um esquema único, pois os indivíduos, mesmo os dominados pelo poder constituído na sociedade, não deixam de ter uma margem de liberdade e movimento, que tem origem nas incoerências e que estimulam a mudança social. Neste sentido, para Levi a construção social se dá por relações dinâmicas que podem ser explicadas pelas narrativas biográficas e entende que o ser humano não é coerente, nem isento de contradições, nem a sociedade é uniforme e estática.

Para este primeiro volume, que resulta da pesquisa, verifica-se que tais pessoas-personagens, em suas trajetórias de escolarização e formação universitária, concluíram os seguintes cursos: Direito, História, Medicina, Teologia e Letras, como apresento nos próximos parágrafos, que organizo por ordem de nascimento.

O primeiro capítulo, escrito por Laryssa da Silva Machado, é um texto que apresenta dados históricos sobre a presença negra no estado do Espírito Santo desde o século XVI. Depois de uma análise inicial sobre a invisibilidade cultural, o racismo e a violência contra a população negra, a autora realiza uma escavação dos dados históricos obtidos de outros autores sobre essa presença negra no referido estado. Em "uma breve história dos negros no Espírito Santo", depois de apresentar dados sobre a chegada dos primeiros africanos escravizados ao estado, a autora escava principalmente temas como a origem dos negros capixabas, os dados quantitativos sobre a presença negra no século XIX, as revoltas e a formação de quilombos no século XIX, chegando às comunidades quilombolas da atualidade. Além disso, compila dados sobre as tradições culturais e religiosas negras, como jongo, caxambu, bailes de congos de São Benedito, bandas de congo, Candomblé e Umbanda. A autora conclui seu texto observando que a invisibilidade do povo negro capixaba é "cultural, histórica e principalmente política, pois quem é invisibilizado não existe e, portanto, não se destinam políticas públicas a esse segmento étnico-racial".

O segundo capítulo, escrito por Marileide Gonçalves França e Élio Pereira Fernandes, apresenta-nos a biografia de **Deusdedit Baptista**. Ele nasceu em 30 de agosto de 1912, em Pureza, estado do Rio de Janeiro, filho do ferroviário José Cupertino Baptista e de Carmem Faria Baptista, que migraram para Cachoeiro de Itapemirim em 1920. Após concluir o chamado "secundário" nesta cidade, Deusdedit migrou para o Rio de Janeiro, onde cursou a faculdade de direito na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), graduando-se no dia 03 de dezembro de 1936. Em seguida retornou para Cachoeiro de Itapemirim, onde exerceu a advocacia. Ali também foi professor (de várias áreas) e diretor do Colégio Pedro Palácios (o Liceu) nas décadas de 1950 e 1960. Foi professor em várias outras escolas e em faculdades do sul do Espírito Santo, até se aposentar em 1986, assim como foi professor da área do Direito no Centro de Ciências Agrárias da UFES, em Alegre - ES. Atuou como escritor e jornalista para os seguintes jornais: Correio do Sul, O Arauto e A Época. Em 1972 foi secretário de planejamento em Cachoeiro de Itapemirim, onde também foi eleito vereador por dois mandatos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Faleceu em 04 de no-

vembro de 1999 na mesma cidade. Além de várias homenagens (algumas em vida), seu nome ficou registrado na Escola de Educação Básica Municipal Deusdedit Baptista e na Biblioteca da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim Professor Deusdedit Baptista.

O terceiro capítulo, escrito por Rogério Frigerio Piva, trata da biografia de **Adalton Santos**, que nasceu em 1919 em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) e passou a infância e parte da juventude na cidade de Castelo – ES, para onde sua família migrou antes que ele completasse um ano de idade. Em seu processo de escolarização, ele graduou-se em Direito pela antiga Faculdade de Direito do Espírito Santo, que atualmente integra a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atuou como advogado na comarca de Aimorés (MG) e cidades vizinhas. Na cidade mineira de Mutum, foi promotor de justiça. Como juiz de direito e professor, atuou nas cidades de Nova Venécia, Mucurici, Itaguaçu, Castelo, Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Alegre e Vila Velha – ES. Na maioria das cidades em que viveu, atuou também como professor de português, francês e inglês. Ele faleceu em 1971 e seu nome foi atribuído a uma escola na cidade de Nova Venécia, uma rua no bairro Niterói em Castelo e uma avenida no bairro Itapuã em Vila Velha.

O quarto capítulo, escrito por Renata Costa, diz respeito à trajetória do advogado **Lino dos Santos Gomes**, que nasceu em 23 de setembro de 1924, em Alcobaça (BA), filho do português Joaquim Antônio Santos Gomes e da descendente de sudaneses Elisa Lucinda Gomes. Ainda na infância sua família migrou para o estado do Espírito Santo, onde ele estudou e fez carreira profissional e política. Conciliando trabalho e estudo, em 1961 tornou-se bacharel em Direito pela antiga Faculdade de Ciências e Letras, que posteriormente foi integrada à UFES. No ano seguinte foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Espírito Santo. Em 1966 foi eleito Deputado Estadual pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Depois de uma longa trajetória de vida na educação, na carreira profissional, na dedicação à família e na política, Lino faleceu aos 94 anos, no dia 6 de fevereiro de 2018.

O quinto capítulo, de autoria de Timóteo André Alves de Oliveira e Gustavo Henrique de Araújo Forde, é um estudo da trajetória do filó-

sofo, teólogo, pastor, político e professor na UFES, **Joaquim Beato**. O biografado nasceu no dia 6 de outubro de 1924, na cidade de Alegre (ES). Em meados da década de 1940 entrou para o Seminário Teológico dos Presbiterianos em Campinas (SP), onde no final da mesma década formou-se em teologia e em 1949 foi ordenado reverendo presbiteriano. Depois de sete anos atuando como pastor, em 1956 foi para Edimburgo, na Escócia, onde estudou pós-graduação por 1 ano, especializando-se em Bíblia, com ênfase no Antigo Testamento. De volta ao Brasil, em 1959 ajudou a fundar o Seminário Presbiteriano do Centenário, do qual foi o primeiro reitor, mas o referido Seminário foi fechado em 1966 por pressão de presbiterianos aliados do Golpe e Ditadura Militar. Em seguida, foi para Oxford, Inglaterra, para mais um curso de pós-graduação, levando consigo toda a família. Ao retornar da Inglaterra, devido ao fato de a Igreja Presbiteriana do Brasil ter aderido ao golpe, foi expulso dessa igreja. Desempregado, conseguiu ocupar o cargo de assessor da Fundação Cultural do Espírito Santo, no governo do estado, de 1971 a 1978, período também em que se tornou professor da UFES. De 1983 a 1986 foi Secretário Estadual de Bem-Estar Social e, em 1987, foi Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo. De 1993 a 1996 foi Secretário Municipal de Cultura de Vitória (ES). Foi Senador da República de outubro de 1994 a janeiro de 1995. Em 1998 foi Secretário Municipal de Cidadania, Vitória (ES) e assessor especial na Casa Civil e na Secretaria de Estado da Agricultura, governo do Espírito Santo, de 2004 a 2010. Em 2015, depois de sofrer uma queda no prédio onde morava, ficou hospitalizado por 50 dias e veio a falecer em 28 de julho, aos 91 anos.

O sexto capítulo, escrito por Maria José C. de Souza, tem por objetivo apresentar a trajetória biográfica do intelectual, pintor, professor (graduado em Letras), escritor e teatrólogo afro-brasileiro **Filogônio Barbosa de Aguilar**. A autora recorreu às marcas das experiências do biografado deixadas nos jornais da cidade de Colatina (ES), na internet, nos vídeos, nos fragmentos de suas obras, em entrevistas com seus familiares e nas marcas das relações étnico-raciais presentes em seus trabalhos artísticos e na produção intelectual deixada por Filogônio. Filó, como ficou conhecido, nasceu em 10 de junho de 1934 na cidade de Malacacheta (MG). Ali, ainda na adolescência, aos 16 anos de idade,

demonstrou interesse pela pintura. No entanto, no início da década de 1950, saiu de sua terra natal, passou pela cidade de Baixo Guandu (ES), Aimorés (MG) e veio se estabelecer em Colatina, ali permanecendo até sua morte em 2021. Em Colatina, Filó, conforme escreve a autora, construiu sua história de vida pessoal, acadêmica (formando-se em Letras) e profissional, deixando seu nome impresso em aproximadamente 5 mil telas, 7 livros, peças de teatro e tantos outros murais. Depois de analisar a trajetória de Filogônio nas artes plásticas, literatura e educação enquanto elementos presentes nas tecituras das vivências públicas do referido intelectual, a autora conclui que o biografado é um importante personagem da memória negra no Espírito Santo.

O sétimo capítulo, que é sobre **Darcy Castello de Mendonça**, é escrito por Samily Loures de Freitas. Ele nasceu em 9 de março de 1937, no Espírito Santo, filho de um negro paraibano com uma descendente de portugueses açorianos. Depois de estudar os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, sua trajetória de escolarização foi coroada em 1964, quando bacharelou-se em Direito pela UFS, mas nunca atuou na área, pois sua atuação foi no rádio e na política. Atuou por 24 anos como radialista (1958-1982) e foi eleito vereador por Vitória em 1967 pelo MDB e Deputado Estadual em 1978. Faleceu em 2 de abril de 1982, com 45 anos de idade. Após a morte, como homenagem, o nome de Darcy foi atribuído à principal e maior ponte do Espírito Santo, que liga Vitória a Vila Velha. Seu nome se destaca também em uma rua do bairro Goiabeiras, no Samba de Enredo da Escola de Samba Unidos da Piedade, do ano de 1985; no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Darcy Castello de Mendonça, no bairro Maria Ortiz, em Vitória; e uma rua na cidade de São Mateus - ES.

O oitavo capítulo, escrito por Osvaldo Martins de Oliveira, analisa a trajetória intelectual de **Cleber da Silva Maciel**. Ele nasceu no município de Cariacica (ES), em 2 de junho de 1948. Estudou o ensino fundamental e médio em escolas públicas, e em sua trajetória acadêmica, graduou-se primeiramente em Direito, em uma faculdade da rede privada de ensino e, posteriormente, em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Cursou mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, onde defendeu sua

dissertação em 1985, com o título *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926) – alguns aspectos*, publicada como livro pela Editora UNICAMP, 1987. No final da década de 1970 entrou para a carreira docente, tornando-se professor de História na UFES, onde permaneceu até sua morte, em 5 de dezembro de 1993. Como professor e pesquisador, além das atribuições relacionadas ao ensino, Maciel realizou pesquisa e organizou eventos acadêmicos, o que resultou em publicações de mais dois livros, que serão analisados no capítulo dedicado à sua trajetória. Nessas obras, Maciel fez uma etno-história, pois tratou de temas relativos à origem e procedência étnica dos negros capixabas, as revoltas e insurreições de negros contra a escravidão, a formação de quilombos, as organizações em irmandades religiosas e as práticas culturais e religiosas dos afro-brasileiros no Espírito Santo, bem como no pós-abolição, estudou a criação das organizações de movimentos negros contra o racismo. Por isso, o autor observa que Maciel estava em busca dos símbolos diacríticos que os sujeitos de sua pesquisa (os descendentes de africanos no Espírito Santo) empregavam para delimitar suas autodefinições como negros, com as quais o próprio historiador se identificava. Maciel, em uma espécie de confidencialidade com os sujeitos de sua pesquisa, esteve nos embates pela inserção negra na educação escolar, no mercado de trabalho e economia, assim como na vida política, social e cultural do Brasil, pois esse era um espelho onde via sua própria trajetória. O professor Cleber Maciel permanece vivo na memória dos seus ex-alunos/as, de ativistas de movimentos negros, em homenagens recebidas em eventos das organizações negras e no nome do Instituto Elimu Professor Cleber Maciel, criado no ano de 2003.

O nono capítulo, escrito por Jaiara Dias e Fernanda Barbosa de Castro, diz respeito à trajetória da médica psiquiatra e ativista negra **Maria Verônica da Pas**. Verônica da Pas, como era conhecida, nasceu em 9 de julho de 1948, na cidade de Itabira (MG), filha de Zenith Glória da Silva e de Gabriel Ferreira da Silva, funcionário da então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Devido a problemas de saúde, seu pai foi transferido para atuar como vigilante no Cais de Capuaba, em Vila Velha (ES), quando Verônica tinha 9 anos de idade e sua família passou a morar no bairro Jardim América, em Cariacica (ES).

O décimo capítulo, elaborado pela jornalista e doutora em Ciências Sociais Reia Silvia Gonçalves Pereira, denominado "O 'Chuvisco' de Cachoeiro de Itapemirim: a excepcional trajetória de Nilton Gomes", analisa o percurso social no rádio e na política desse personagem negro que continua vivo na memória de muitos capixabas. Nilton Gomes nasceu em 1948, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim e ainda na infância migrou com sua família para Vitória. Aos 12 anos de idade iniciou como estagiário auxiliando radialistas na Rádio Vitória, onde se profissionalizou em nível técnico e ali permaneceu até... Depois de ser eleito Deputado Estadual por duas vezes, faleceu no exercício do mandato no ano de 1996. Seu nome permanece inscrito e prolongado na memória do estado do Espírito Santo, pois nomeia a Avenida Nilton Gomes no bairro Retiro do Congo em Vila Velha, o Centro de Artes e Ciências Deputado Nilton Gomes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nilton Gomes no bairro Cruzeiro do Sul, município de Cariacica – ES.

O décimo primeiro capítulo, de autoria de Joyce Mazzoco Nascimento e Osvaldo Martins de Oliveira, é dedicado à trajetória do único governador negro do estado do Espírito Santo, **Albuíno Cunha de Azeredo**. Ele nasceu em 21 de janeiro de 1945, em Vila Velha (ES), filho de Albuíno Ferreira de Azeredo e de Normília Cunha de Azeredo. Ele, que sempre foi um estudante dedicado, após a conclusão do ensino médio, foi aprovado no vestibular e ingressou no curso de Engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo, tendo concluído em 1967, aos 22 anos de idade. Em 1969 se formou também no curso de Informática e Administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Oito anos depois, em 1977, fundou sua empresa, a ENEFER, que ainda está em funcionamento. Em 1988 se tornou Secretário de Planejamento e Transportes do Estado do Espírito Santo, no governo de Max Mauro (1987-1991), projetando o Sistema Transcol. Em 1991 foi eleito governador do Estado do Espírito Santo, cuja gestão transcorreu de 1º de janeiro de 1992 a 31 de dezembro de 1995. Em 2000 assumiu o cargo de subsecretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Anthony Garotinho (PDT). Em 2003, assumiu o cargo de Secretário de Transportes no Governo de Rosinha Garotinho concomitante com o cargo de presidente da Companhia Estadual de Engenharia, Transportes e

Logística (Central). Faleceu em 16 de setembro de 2018 aos 73 anos na sua cidade natal, Vila Velha (ES).

O décimo segundo capítulo, de autoria de Ana Paula Rocha e Lavinia Coutinho Cardoso, é resultado do estudo da biografia do graduado em Direito e ativista dos movimentos negros e dos Direitos Humanos **Lula Rocha**. O biografado nasceu na cidade de Vitória (ES), em 17 de janeiro de 1985, filho de Isaías Santana da Rocha e Maria da Penha, militantes do movimento negro, da Pastoral Operária Católica, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Partido dos Trabalhadores (PT). O nome civil do biografado era Luiz Inácio Rocha, uma homenagem a Luiz Inácio Lula da Silva, ex-liderança operária e atual presidente do Brasil. Depois de estudar os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, Lula passou para o curso de Ciências Sociais na UFES, mas abandonou e cursou Direito em uma faculdade da rede privada de ensino. Foi militante do PT, do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), um dos fundadores do FEJUNES (Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo), um dos criadores, no ano de 2007, da Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra e um dos fundadores do Círculo Palmarino no Espírito Santo. Apesar da curta existência entre nós, Lula faleceu em 11 de fevereiro de 2021, e foi uma rocha no marco existencial. Seu nome continua vivo em nossas memórias, pois tem sido homenageado por parlamentares de partidos de esquerda na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, na Câmara Municipal de Vitória, na Câmara Municipal de Cariacica, nos movimentos sociais e sindicais, na arte dos artistas de rua e no XII Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES, do qual Lula Rocha fez parte de seu Colegiado representando os movimentos sociais negros.

Outros/as personagens negros/as de extrema importância podem ser tomados/as como *referências* em trajetórias no campo da educação no Espírito Santo e ainda não foram incluídos/as neste primeiro volume. Isso se deve ao fato de a presente pesquisa ser uma obra de produção coletiva e os/as pesquisadores atuarem de forma voluntária, movidos pela consciência da necessidade de construirmos a visibilidade das trajetórias dessas pessoas-personagens do passado tomadas como referên-

cias na educação e na atuação profissional para a memória de afro-brasileiros/as no Espírito Santo dos tempos atuais e futuros. Deste modo, as produções escritas das biografias de outros/as personagens estão sendo desenvolvidas por outros/as pesquisadores/as e serão retratadas em outro(s) volume(s). Trata-se de personagens como os abaixo relacionados: 1) o médico e deputado estadual José Coelho dos Santos; 2) a pedagoga, professora e ex-vice Reitora da UFES Maria Aparecida Barreto, falecida em 2013; 3) o administrador e professor Arabelo do Rosário, falecido em 2015; 4) a médica pediatra Dirce Celestino Rocha, falecida em 2016; 5) o contador, economista e professor da UFES Sebastião Júlio do Nascimento (1925-2021); 6) o médico Lucilo Borges Santana, falecido em 1995; 7) o professor Hermínio Blaeckman; 8) o professor de jornalismo da UFES Arlindo Castro (1948-1997); 9) o advogado, vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito de Vitória Mário Gurgel, falecido em 1996; 10) o advogado, deputado federal e prefeito de Cariacica Aloízio Santos (1940-2007); 11) a assistente social da área de saúde Ana Lúcia Pereira, falecida em 2009; 12) a pedagoga e pós-graduada em educação das relações étnico-raciais Ilma Viana, falecida em 2017; 13) o advogado, historiador e cientistas social José Paineira Filho, falecido em 2020; 14) a professora Olga Maria Borges; 15) o pedagogo, mestre de capoeira e ex-diretor da Escola de Samba de Jucutuquara Luiz Paulo Lima, falecido em 2021, vítima da covid-19; 16) o mestre de capoeira e profissional de educação física Alcebíades Cabral; 17) o babalorixá do Candomblé e graduado em ciências contábeis, Washington Luis Alves Frutuoso, falecido em 2020; 18) a graduada em matemática, em direito, doutora em educação e professora da rede municipal de Vitória Leandra Gonçalves dos Santos, falecida em 2021; e outras pessoas-personagens da memória afro-brasileira no Espírito Santo que se destacaram na área da educação e na vida profissional e que estão vivos na memória de familiares e amigos/as.

Concluiu-se que essas pessoas se tornaram personagens de memórias porque seus nomes foram e são lembrados para nomear pontes, ruas, avenidas, escolas, museus, bibliotecas, organizações de movimentos negros e núcleos de estudos acadêmicos. Seus nomes foram e continuam sendo lembrados em homenagens realizadas por parlamentares, intelectuais e lideranças de organizações sociais e políticas que atuam em

instituições públicas. O papel político das lideranças vivas, conforme verificamos nos discursos de familiares e amigos/as das pessoas-personagens que continuam em suas memórias, consiste em lembrar de lideranças e personagens que partiram, mas que são significativas para a existência de suas coletividades.

O nosso trabalho intelectual, que se fundamenta na pesquisa etnográfica, consiste em trazer a memória desses/as personagens do passado para os tempos do presente e do futuro. Com isso, nos inserimos em suas memórias e vamos produzindo um legado de intelectuais comprometidos com a construção de narrativas negras. Contribuímos para fazer viver aquelas memórias subterrâneas que a memória oficial deixou na invisibilidade, em um ato de Estado de deixar morrer por meio do esquecimento. Por isso, contribuir na construção das memórias e narrativas daqueles/as que supostamente estavam dizimados/as para sempre pelas estratégias de esquecimentos e memoricídios oficiais é trazê-los à existência social das famílias, comunidades e organizações negras que estão conscientes de que nossos projetos de vida futura estão profundamente relacionados aos contextos históricos e sociais e à reinterpretação de nossas existências dos tempos passados. Se pensarmos coletivamente, veremos que as narrativas sobre nossas trajetórias e experiências de vida têm muito em comum e vêm de longe e estão neste momento remetidas para o futuro.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 167-182.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

ONDE ESTÃO OS NEGROS NO ESPÍRITO SANTO?

INVISIBILIDADE, HISTÓRIA E RE-EXISTÊNCIAS

Laryssa da Silva Machado[1]

O Espírito Santo, um dos 27 estados da federação brasileira, foi uma das primeiras Capitanias Hereditárias da colônia brasileira, como já é sabido. E, como todo território que iniciou sua colonização ainda no século XVI, os povos que compunham esse território eram os indígenas (verdadeiros donos das terras), europeus e africanos escravizados (ainda que em pequena quantidade nesse período, conforme será analisado). Mas por que os negros capixabas contemporâneos parecem invisibilizados em nossa cultura atual?

Em uma simples pesquisa no *Google*[2] sobre a origem da população, da cultura e das festas culturais capixabas, as menções aos indígenas, ainda que de forma genérica e pouco destacada, são visíveis. A panela de barro e a moqueca capixaba tornaram-se símbolos culturais, mesmo com o massacre da população e cultura indígenas. Outros povos e culturas que aparecem relacionam-se aos imigrantes europeus, italianos, alemães, pomeranos e suas festas tradicionais: da Polenta, da Sanfona e do Morango.

Mas onde estão as festas e manifestações culturais e religiosas dos negros capixabas? O jongo, o ticumbi, o congo, o Candomblé e a Umbanda? Cadê os registros dos quilombos e das revoltas de cativos ocorridas por séculos de colonização e império escravocratas? A invisibilidade

1 | Doutoranda e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de História da Rede Municipal de Ensino de Marataízes-ES.

2 | Links da pesquisa. Disponível em: www.google.com/search?q=origem+da+popula%C3%A7%C3%A3o+capixaba. Acesso em: 19 de fevereiro de 2012.

é explicada pelo professor Cleber Maciel como "perseguições, incompreensões, intolerâncias e destruição da maioria das práticas culturais africanas." (Maciel, 2016, p. 120). Porém, ainda que com uma visão pessimista, como salientam Leonor Araújo e Osvaldo Martins de Oliveira (2016), Maciel reforça que tais práticas culturais "[...] chegaram até os dias atuais, mesmo que modificadas, sincretizadas e/ou fundidas em outras [...]" (Maciel, 2016, p. 120).

É importante salientar que, nas últimas décadas, tanto trabalhos acadêmicos quanto atuações de instituições políticas e sociais, buscaram dar maior visibilidade à cultura e resistência afro-brasileira e capixaba. Porém, ao retornarmos nosso pensamento à cultura e festas tradicionais capixabas, é como se o Darwinismo Social do século XIX ainda estivesse presente. Sandro José da Silva, no prefácio da 2ª edição do clássico da historiografia negra capixaba, *Negros no Espírito Santo*, do professor Cléber Maciel, discute as ideias vigentes na política brasileira no fim do Oitocentos, em relação aos ex-cativos recém-abolidos em 1888 (Silva, 2016, p. 37-39.).

As discussões sobre os negros, considerados estrangeiros no Brasil no final do século XIX e início do XX, baseavam-se no Darwinismo Social e na Eugenia. O futuro da nação recém-formada em 1889 era discutido e a população afro-brasileira foi desconsiderada nesse processo. Os ex-escravizados e seus descendentes deveriam participar de um projeto de assimilação biológica e cultural a fim de apagar os traços sociais e biológicos africanos.

Silva (2016) descreve que as questões negras tinham *status* de ciência higienista do Estado brasileiro, além de serem discutidas como questões políticas e econômicas. Tais projetos de limpeza pública e hierarquia racial baseavam-se em três premissas: "[...] a extinção do tráfico de africanos escravizados, o genocídio e etnocídio dos indígenas e o financiamento público da imigração de brancos europeus" (Silva, 2016, p. 38.). O Espírito Santo participa de todas essas políticas do Estado brasileiro, sendo um dos territórios que mais recebeu imigrantes, com número significativo após a abolição da escravidão em 1888 (Franceschetto, 2022).

Infelizmente, é como se esse histórico se mantivesse vivo, como se os capixabas ainda vivessem sob a premissa do Darwinismo Social, da eugenia e da higienização racial. No site oficial do Governo do Estado do Espírito Santo, a justificativa para a imigração europeia no século XIX é a ausência de braços para a mão de obra nas lavouras.[3] Mas e os milhares de africanos e seus descendentes que aqui viviam e trabalhavam, seja como cativos, seja como libertos? Esse discurso mascara e ajuda a reforçar os ideais racistas do século XIX e início do XX.

Atualmente, o Espírito Santo é um dos estados mais racistas e violentos para pretos e pardos. Segundo o Portal Geledés, o Espírito Santo é o segundo estado mais perigoso para negros no Brasil (Loureiro, 2014). Esses dados alarmantes também foram analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea. Entre 1996 e 2010 (não foram encontradas estatísticas mais recentes sobre o assunto), o Espírito Santo exterminou 65 negros para cada 100 mil habitantes. Esses assassinatos diminuem a expectativa de vida dos homens negros em 2,97 anos (IPEA, 2010).

Em relação ao racismo, o estado capixaba está entre os 10 primeiros colocados no ranking nacional. No ano de 2019, o Espírito Santo ocupou a sétima colocação, com 105 registros de racismo e uma taxa de 2,6 para cada 100 mil habitantes. Já em 2020 foram 80 casos absolutos, ocupando o oitavo lugar e uma taxa de 2,0 por 100 mil habitantes, o que o coloca na quinta colocação (Dal Gobbo, 2021). Contraditoriamente, a maior parte da população declara-se preta ou parda, segundo dados do IBGE (Aldesco, 2020).

Sendo assim, por que o Espírito Santo ainda é um estado tão racista? Se a maioria da população se autodeclara preta e parda, por que a cultura

3 | "O Brasil, em particular, precisava de braços para movimentar suas riquezas, uma vez que seu sistema de produção escravista começava a definhar. A proibição do tráfego de escravos a partir de 1850, fez com que houvesse, na opinião dos proprietários de terras, uma escassez de mão-de-obra, o que poderia prejudicar a economia Nacional. A partir da chegada dos imigrantes, no século XIX, o Espírito Santo ganha nova configuração geográfica. As barreiras naturais apresentadas, principalmente pela Mata Atlântica, serão rompidas e o interior, sobretudo o norte do Estado, até então intocado, recebeu novos habitantes. O Espírito Santo recebeu imigrantes de diversas partes da Europa, principalmente da Alemanha e da Itália que, junto com os portugueses, africanos e indígenas aqui residentes, deram os traços principais da cultura capixaba." (Ventorim, s.d.)

e as festividades negras não aparecem em destaque na mídia e nas rotas turísticas capixabas? Este trabalho não pretende responder a esses e outros questionamentos, visto que são muito complexos para serem respondidos. Porém, pretende levantá-los e apresentar dados históricos sobre a população negra e parda ao longo dos cinco séculos de história oficial espírito-santense. Não serão destacados apenas os números oficiais relacionados à escravidão. Também pretende-se ressaltar suas resistências e re-existências. O Espírito Santo atual foi construído a muitas mãos, e grande parte destas foram de pretos e pardos.

Uma breve História dos negros no Espírito Santo

O título *Uma breve História dos negros* não se refere ao fato desses personagens terem uma história curta e sem relevância. Ao contrário, a brevidade do título diz respeito ao limite de páginas deste trabalho e também as inúmeras lacunas existentes dentro da história capixaba. É preciso que milhares de páginas sejam escritas para que partes da história de homens e mulheres pretos e pardos, escravizados ou livres, sejam contadas. O recorte temporal abrangerá desde a chegada dos primeiros africanos escravizados na capitania de Vasco Fernandes Coutinho até a promulgação da Lei Áurea em 1888.

Cleber Maciel (2016, p. 64) levanta em seu livro suposições a respeito de possíveis datas para a chegada dos primeiros africanos. Segundo ele, as importações diretas de africanos começaram por volta de 1621, mas desde 1540, com o início do cultivo de cana-de-açúcar, pode ter havido africanos escravizados no Espírito Santo, dando a certeza de que, desde 1550, já estavam presentes na capitania. Basílio Daemon, por sua vez, aponta que em 1537, quando Vasco Coutinho doou a Ilha de Santo Antônio a Duarte de Lemos, este migrou para o Espírito Santo com colonos e escravizados. Também cita outros colonos que chegaram com cativos. Não se sabe, porém, se estes eram africanos ou indígenas, uma vez que a escravização dos nativos brasileiros não era proibida (Daemon, 2010).

Maciel afirma que "a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais

fazia contrabando de escravos [...] é quase impossível, nos dias atuais, apontar com absoluta certeza a origem dos negros capixabas" (Maciel, 2016, p. 64). Essa afirmação é confirmada por Luiz Cláudio M. Ribeiro, ao pesquisar o governo do Espírito Santo no primeiro século de capitania. Segundo ele, a partir de 1609 quando assume o capitão-governador Francisco Aguiar de Coutinho, "parece ter sido movido pela intensificação do comércio, a começar pela introdução do tráfico de escravos negros na capitania". (Ribeiro, 2012)

A escassez de fontes nos impede de saber alguns fatores importantes da escravidão capixaba no período da capitania: a quantidade de cativos, sejam eles indígenas ou africanos, o processo de crioulização da população cativa, que seria o nascimento de cativos nessas terras, a origem deles, como já foi destacado por Cleber Maciel, além de suas práticas cotidianas e religiosas, se constituíam famílias, dentre outras. O certo é que, em grande ou pequena quantidade, a partir do século XVII, o Espírito Santo inicia seu processo de importação de almas como mão de obra.

Os imbróglios políticos capixabas no período da capitania fizeram com que, em 1718, a Coroa Portuguesa readquirisse essas terras e as transformou em Capitania da Coroa. Adriana Pereira Campos conta que, a partir de 1726, iniciou-se "um processo de construção de fortificações ao longo de toda a sua costa, a fim de defender a região de ataques piratas [...] Juntamente com a expansão das fortalezas, chama a atenção o contingente de escravos da Capitania" (Campos, 2006, p. 530). Dados levantados por ela apontam que em 1790, em Vitória, para cada dois habitantes livres havia pouco mais de um cativo, mesmo a população nesse período sendo bastante reduzida. A Tabela 1 aponta a quantidade de cativos entre os anos finais do Setecentos e o século XIX.

Tabela 1: População Livre e Escrava do Espírito Santo (1790-1872)

Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	17.583
1812	11.900	49,6	12.100	50,4	24.000
1813	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	32.720
1856	36.793	75,3	19.692	34,8	56.485
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137
1875	-----	-----	20.037	-----	-----

Fonte: Campos, 2011, p. 85; Vasconcellos, 1858; 1828; Lago, 2013, p. 39; Fala dos Presidentes da Província do Espírito Santo 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. Relatórios e Trabalhos Estatísticos 1876.

Como se pode perceber, ao longo do Oitocentos, a população capixaba como um todo, sofreu um acréscimo significativo, explicado pelas mudanças econômicas ocorridas ao longo do século. O Espírito Santo deixou de ser um produtor de alimentos e tornou-se uma província agroexportadora de açúcar e café (Machado, 2019). Interessante ressaltar que, o acréscimo no número de cativos ocorreu após 1856 e que, ainda que o número de habitantes na província seja reduzido, o quantitativo de escravizados é proporcionalmente significativo. Esse número pode ser explicado pela presença de famílias cativas nas escravarias, bem como a importação de almas por meio do tráfico de cativos.

Sobre as famílias de escravizados no Espírito Santo, trabalhos como de Vilma Almada (1984), Patrícia Merlo (2008),[4] Adriana Pereira Campos (2005; 2006; 2011), Geisa Ribeiro (2012), Rafaela Lago (2013) e Laryssa Machado (2019), autora deste trabalho, comprovaram a existência das famílias e sua importância na reprodução endógena das escravarias capixabas. Quanto à importação de cativos, como já dito, desde o século XVII o litoral capixaba é visitado por navios negreiros. Após 1850 e a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravizados, o Espírito Santo foi alvo de inúmeras denúncias, conforme comprovam documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (s.d). Autores como Walter Pereira (2013; 2015), Rafaela Lago e Laryssa Machado analisaram muitas dessas denúncias e comprovaram a continuidade de importação de cativos após 1850. Estudos mais aprofundados sobre o assunto ainda precisam ser feitos para se entender melhor a trama do tráfico de almas capixabas.

Como bem disse o professor Cleber Maciel, é praticamente impossível saber a origem dos africanos que chegaram ao Espírito Santo. Porém, em muitos documentos, pode-se identificar os portos de onde os mesmos saíram. O próprio Maciel identificou o mapa de regiões africanas de onde saíram as pessoas que vieram a ser escravizadas no Brasil. Ele cita as seguintes regiões: Ashantis, Daomés, Iorubás, Mandingas, Fons, Ketos, Haussá-Fulahis, Bângalas, Kikuyos, Cassanges, Congos, Bundos, e os seguintes portos: Cabo Verde, Dakar, Mina, Príncipe, São Tomé, Cabinda, Luanda, Benguela e Moçambique (Maciel, 2016).

Em inventários *post mortem*, testamentos, processos criminais, documentos eclesiásticos como livros de batismos, óbitos e casamentos, dentre outros documentos, pode-se encontrar registros da origem ou porto de embarque dos africanos. Adriana Campos pesquisando os inventários de Vitória identificou as seguintes localidades: Angola, Benguella, Congo, Mina e Teulão (Campos, 2006). Geisa Ribeiro, que pesquisou esses documentos em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, encontrou em Vitória, a maioria de "Angolas". Os demais estrangeiros eram da Costa Centro-Ocidental e um "Teulão". Em Cachoeiro os "Angolas" tam-

4 | Recentemente, a professora Patrícia Merlo lançou sua monografia como livro, *O Nó e o Ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871* (2018).

bém predominaram, junto com os "Benguelas", "Congos", "Cabinda", "Cassange", "Minas", "Moçambiques" e "Teulão" (Ribeiro, G., 2012).

Quanto à minha pesquisa, identifiquei em Itapemirim, localidades africanas tanto nos inventários e testamentos quanto nos registros de batismo. Aparecem nesses documentos as origens "Minas", "Angolas", "Benguelas", "Congos", "Caçangas", "Caganhibas", "Calabar", "Carangas", "Moçambiques", "Nagos", "Quissamans", "São Thomés" e Ussás", além dos que são designados apenas com o termo "de nação" e como "africanos" (Machado, 2019). A presença africana é inegável no Espírito Santo colonial e imperial, ainda que não se consiga identificar todas as suas origens.

Outro fator importante, mas não abordado na Tabela 1, são os livres de cor, pardos e pretos. Os documentos estatísticos do Espírito Santo, em muitos períodos, são falhos ou inexistentes. Porém, em alguns levantamentos é possível identificar a quantidade de pretos e pardos livres e cativos. A Tabela 2 traz esses dados.

Tabela 2: População de Cor do Espírito Santo, livre e cativa (século XIX)

Ano	Pretos			Pardos			População de cor
	Cativos	Livres	Total	Cativos	Livres	Total	Total
1824	9.901	2.682	12.583	3.287	5.601	8.888	21.471
1827	10.213	1.617	11.830	2.735	7.617	10.352	22.182
1856	___	2.626	___	___	13.825	___	36.143
1872	15.807	6.838	22.645	6.852	20.529	27.381	50.026

Fonte: Vasconcellos, 1828, p. k; Relatório dos Presidentes da Província do Espírito Santo, 1857, p. A-5, A-6, A-7; Recenseamento Geral do Império de 1872.

A tabela acima revela alguns dados importantes sobre o colorismo capixaba. Nos anos referentes à primeira metade do Oitocentos, o número de pretos é maior que o de pardos, o que demonstra pouca miscigenação da população de cor. Já nas datas referentes à segunda metade do século XIX, veem-se os pardos em maior quantidade. Essa diferença também está na condição social das pessoas de cor: enquanto a maioria dos pretos são cativos, a maior parte dos pardos são livres.

Outro dado que chama a atenção refere-se ao percentual de pessoas de cor. Em todos os períodos, a soma de pretos e pardos, livres e cativos foi igual ou maior que 60%. Se compararmos com dados atuais do IBGE, quando a maioria da população capixaba se declara descendentes de africanos (Aldesco, 2020; Mell, 2022) pode-se afirmar que, em uma grande parte da sua história, a população capixaba é formada por pretos e pardos. Isso comprova o racismo estrutural discutido no início deste texto.

Ainda que o Espírito Santo seja formado por uma maioria de cor, e que, desde o século XVI africanos e seus descendentes tenham fincado suas raízes nessas terras, o racismo se faz gritante. As resistências dos escravizados, bem como suas tradições culturais e religiosas foram deixadas de lado, apagadas ou desbotadas pela minoria branca. Trabalhos como este e os demais que compõem essa coletânea servem para mostrar que a população negra capixaba teve e tem relevância, e merece seu reconhecimento. Entender as resistências e re-existências dessa população é peça chave para se compreender a história capixaba e suas diversidades.

Resistências e re-existências dos negros capixabas

"Onde houve escravidão houve resistência" (Reis; Gomes, 2012, p. 9). Essa frase dos historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes ilustra bem os movimentos que serão descritos nos próximos parágrafos. Ainda que de forma breve, devido à quantidade de páginas e à escassez de trabalhos e fontes sobre o assunto, serão abordados as revoltas e os quilombos ao longo do século XIX, bem como alguns aspectos religiosos e culturais.

Reis e Gomes afirmam que "o escravo negociava espaços de autonomia com senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente". (Reis; Gomes, 2012, p. 9) Também se organizavam em famílias, que, segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, "tinham por sentido fundamental o estabelecimento da paz" (Florentino; Góes, 1997, p. 9). Os autores defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do escravo o necessário à produção escra-

vista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégica política da escravidão.

No cotidiano da escravidão, as fugas eram comuns. Sejam elas individuais ou coletivas, muitos desses cativos organizavam-se em grupos de escravizados fugidos ou tentavam se diluir entre os vários negros cativos e livres das cidades. Em toda a América, grupos de negros fugidos se organizaram em comunidades. "No Brasil, esses grupos eram chamados principalmente de *quilombos* e *mocambos* e seus membros, *quilombolas*, *calhambolas* ou *mocambeiros*." (Reis; Gomes, 2012, p. 10) O quilombo mais famoso e estudado no Brasil é o Quilombo dos Palmares, e seu lendário líder, Zumbi.

As revoltas ocorreram no território capixaba, assim como a formação de quilombos em várias localidades. A revolta mais famosa foi a do Queimado, ocorrida no distrito do Queimado, na Serra, em 19 de março de 1849, dia da inauguração da igreja de São José. O movimento foi organizado por escravos que se revoltaram com os fazendeiros locais e suas promessas de liberdade em troca da participação na construção da igreja. O movimento foi subjugado pelas forças policiais da província, muitos cativos foram presos, torturados ou mortos durante as buscas. Chico Prego e João da Viúva Monteiro foram condenados à morte e executados publicamente como exemplo de repressão. (Maciel, 2016) Quanto aos quilombos, Cleber Maciel aponta que, "documentos de 1710 já registravam a existência de quilombos por vastas áreas do Espírito Santo, principalmente nas regiões de Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta e Guarapari." (Maciel, 2016, p. 95). Ele ainda afirma que os cativos organizados em quilombos faziam expedições de ataques às vilas, roubavam armas, ferramentas, pólvora e alimentos (Maciel, 2016).

Flávio Gomes (2012), ao pesquisar comunidades quilombolas do Rio de Janeiro, percebeu que havia uma relação econômica e social entre os cativos quilombolas e os da plantação nas fazendas, além de taberneiros e remadores, caixeiros-viajantes, mascates, lavradores, agregados, escravos urbanos, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais. Ou seja, diferentemente da concepção tradicional de que o quilombo se isolava da comunidade, o que se percebe é que havia interação, seja para pequenos furtos, seja para relações econômicas e sociais.

Flávio Gomes e Iamara da Silva Viana (2020) encontraram um documento policial que indica o letramento de cativos, livres e quilombolas em Nova Almeida. Em 20 de agosto de 1861, um rancho quilombola foi invadido pelas autoridades capixabas. Entre os pertences de um dos quilombolas estavam livros, cartilhas e folhetos sobre alfabetização, o que indica que o sujeito detido estava em processo de alfabetização ou tinha o interesse de alfabetizar outros quilombolas e/ou cativos das fazendas próximas, já que não havia isolamento do quilombo.

Em trabalho recente, na reedição da obra do professor Cleber Maciel, *Negros no Espírito Santo (2016)*, o professor Osvaldo Martins de Oliveira (2016) apresenta os quilombos existentes no Espírito Santo entre 1814 e 1885. As vilas de Guarapari, São Mateus, Itapemirim, Serra, Vitória, Cariacica, Viana, Santa Leopoldina, dentre outros, registram a presença de quilombos. Os registros são baseados nas reclamações da população, incomodada pelas manifestações e assustada com a possibilidade de ataques.

Destaque para os agrupamentos de negros de Guarapari, entre os anos de 1814-1817, chamados de "República Negra" e "escravos do mato". Nas fazendas do Campo e Engenho Velho, após a morte do senhor de escravos, os cativos se revoltaram e passaram a trabalhar menos, pois se consideravam livres e não aceitaram a nova administração. Em 1827, dois documentos de quilombos em São Mateus chegaram ao governo provincial, onde um quilombo possuía aproximadamente 90 membros e o outro cerca de 100.

Em Itapemirim, destaque para um quilombo destruído pelos índios puris junto com soldados provinciais, em 1830. Já nas margens do rio Muqui, terras próximas à fazenda do Barão de Itapemirim, na mesma vila, no ano de 1848, foram ouvidos pelos moradores "toques de tambores", "cantos de galos" e avistaram "fumaça na mata". O grupo existia ali há anos, estimava-se que fossem entre 200 e 300 habitantes, vindos de fazendas do sul capixaba e do norte fluminense.

Em Viana, entre 1847 e 1848, 47 proprietários fizeram um abaixo-assinado pedindo providências ao governo provincial sobre os quilombos na região. Já em 1885, nas matas do Jacarandá, o quilombo existente

chamava-se "Morro do Quilombo", pois seus moradores tinham cabelos tão longos quanto os morros. Em Cariacica, entre 1848-1849, os quilombos liderados por Rufino José Fernandes e Antônio do Mato possuíam armas. Em Santa Leopoldina, em 1885, os quilombos da região eram formados por ex-integrantes de Queimados, incluindo o líder de um deles, Bem-Bem.

Como se percebe, essas denúncias e reclamações referem-se, na maioria das vezes, ao preconceito e medo que os moradores das vilas tinham em relação aos aquilombados. Infelizmente, muito desse preconceito ainda se faz presente nos dias de hoje. Segundo Oliveira (2016), são 50 comunidades consideradas remanescentes dos quilombos no estado do Espírito Santo. Essas comunidades, para além da fuga, foram formadas através da tradição e das experiências negras.

"O movimento dessas comunidades vem empreendendo uma retomada de suas memórias, identidades e culturas". (Oliveira, 2016, p. 194). No contexto africano bantu, quilombo era uma organização social das vilas, povoados, capitais, feiras, mercados e acampamentos guerreiros, ou seja, eram as comunidades que se formavam. Assim como defende o professor Osvaldo, o quilombo vai além do grupo que se unia por conta das fugas. Também está ligado às relações sociais que esses grupos desenvolveram e desenvolvem. Flávio Gomes criou o conceito de "campo negro", que seria uma complexa rede social. "Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras, inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos [...] acabou por se tornar palco de luta e solidariedade" (Gomes, 2012, p. 318).

Como se percebe, as comunidades quilombolas são mais complexas do que se imagina, ao observar rapidamente. O mesmo ocorre com suas manifestações culturais e religiosas. O jongo, que no Espírito Santo refere-se à cantiga das rodas de caxambu com o tambor que recebe este nome; o ticumbi, que são os bailes de congo em homenagem a São Benedito; o congo e suas bandas um traço cultural fortíssimo da cultura negra capixaba, presente em muitas localidades e popularmente conhecido (Oliveira, 2016); e o Candomblé e Umbanda (Oliveira, 2016; Maciel, 1992), religiões sincréticas com muitos adeptos capixabas.

É preciso que esses movimentos, bem como a história passada e presente dos negros e negras capixabas, sejam colocados em destaque dentro do Espírito Santo. É preciso que os mais de 57,3% dos descendentes de africanos que residem nas terras espírito-santenses tenham visibilidade, reconheçam sua cultura, se vejam em heróis históricos e atuais, em movimentos políticos, econômicos e culturais. A invisibilidade do povo negro capixaba não é estatística; é cultural, histórica e, principalmente, política, pois quem é invisibilizado não existe e, portanto, não se destinam políticas públicas a esse segmento étnico-racial. E, mais do que nunca, é preciso lutar arduamente para dar um fim definitivo ao pensamento preconceituoso do século XIX, que parece ainda vivo nos dias de hoje.

Referências

ALDESCO, Aldo; TETE, Gleyson. Maioria no ES é descendente de africanos: pretos e pardos são mais de 50% dos capixabas, aponta o IBGE. *Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo*. 26 dez. 2020. Disponível em: https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/12/40200/maioria-no-es-e-descendente-de-africanos.html. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALMADA, Vilma P. F. *Escravismo e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim*. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Série Accioli, livro 66*. (manuscritos).

CAMPOS, A. P.; MERLO, P. M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Topoi, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. Topoi, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DAL GOBBO, Elaine. *Racismo: Estado está entre os 10 primeiros colocados do ranking nacional. Século Diário*. 16 jul. 2021. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/seguranca/racismo-estado-esta-entre-os-10-primeiros-colocados-em-numeros-absolutos-e-taxa-por-100-mil-habitantes. Acesso em: 20 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1833-1888): relatórios de presidentes da província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em: 28 set. 2024.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Projeto Imigrantes Espírito Santo*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: https://imigrantes.es.gov.br/html/historico.html. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOMES, FLÁVIO. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 300-331.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Pesquisa apresenta dados sobre violência contra negros. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=730 e https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_tx_homicidio_uf.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

LOUREIRO, Gabriela. Os 10 piores estados do Brasil para ser negro, gay ou mulher. Portal Geledés. 9 de março de 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/os-10-piores-estados-brasil-para-ser-negro-gay-ou-mulher/. Acesso em: 20 fev. 2022.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MACIEL, Cleber. *Candomblé e umbanda no Espírito Santo: práticas culturais religiosas afro-capixabas.* Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MELL, Kissila. Cotas inserem negros nas universidades. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. 31 dez. 2020. Disponível em: https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/12/40204/cotas-inserem-negros-nas-universidades.html. Acesso em: 26 mar. 2022.

MERLO, Patrícia M. S. O Nó e o Ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 137.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombos: territórios e patrimônio cultural. In.: MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016, p. 192-201.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico ilegal de africanos ao sul da província do Espírito Santo, depois da lei de 1850. In: 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 15-18 de maio de 2013, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: [s.n.], 2013. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf. Acesso em: 09 dez. 2017.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). In: *XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA*, 14-16 set.2015, Vitória. Anais [...]. Vitória: [s.n.], 2015. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850_1860.pdf. Acesso em: 09 dez. 2017.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 v. Disponível em: http://

biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#. Acesso em: [data].

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Uma História da liberdade. In.: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 9-28.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. Modos de ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel, RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória: Secult, 2012, p. 171-200.

VENTORIM, Luciano. Colonização. Governo do Estado do Espírito Santo – site oficial. s.d. Disponível em: https://www.es.gov.br/historia/colonizacao. Acesso em: 20 fev. 2022.

VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos. Letramento, escravidão e mocambos: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo oitocentista. In: *Resgate*. Revista Interdisciplinaridade e Cultura. Campinas, v. 28, 2020, p. 1-20.

DEUSDEDIT BAPTISTA

PROFESSOR, ADVOGADO, JORNALISTA E POLÍTICO

Marileide Gonçalves França[1]
Elio Pereira Fernandes[2]

[...] E lá vai ele, muito magro, dentro de seu terno de linho branco no seu porte de príncipe negro de tribos africanas, sobrevoando os paralelepípedos irregulares da cidade que o elegeu como uma das suas personalidades, talvez, o maior e mais importante do século XX (Bueno *apud* Paraiso, 2006, p. 25).

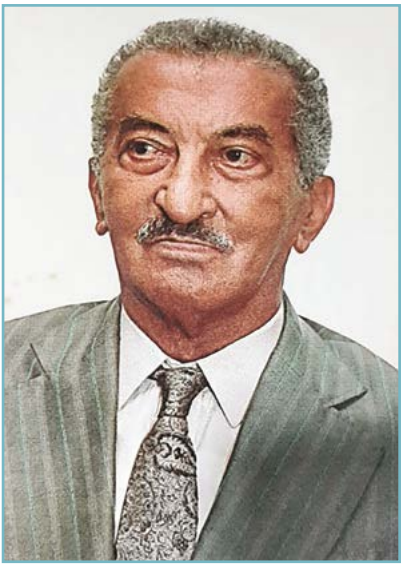


Imagem 1: Deusdedit Baptista.
Fonte: Arquivo da família, 2021.

A historiografia do estado do Espírito Santo é marcada pelo silenciamento e pela invisibilidade das contribuições da população negra para o desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade capixaba. Geralmente, encontramos informações e registros articulados exclusivamente aos brancos/as e aos seus atos/feitos.

Diante desse cenário, objetivamos, neste texto, apresentar a trajetória de vida de um grande personagem negro que contribuiu de manei-

1 | Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2014). Mestra em Educação (2008) e graduada em Pedagogia (2005) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora no Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAE) da Universidade Federal do Espírito Santo.

2 | Bacharel em Ciências Sociais (2020) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2024).

ra significativa para a construção do estado do Espírito Santo, em especial, para o município de Cachoeiro de Itapemirim, na tentativa de constituir fontes e registros da atuação de negros/as nas diferentes áreas sociais do território capixaba, por meio do estudo de suas biografias.

Segundo Delory-Momberger (2012, p. 524), a pesquisa biográfica busca "[...] explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências [...]", a partir das relações (re)constituídas com o(s) outro(s), de modo social e, ao mesmo tempo, individual/singular.

Nesse percurso, para a construção do texto, buscamos informações e produções que fazem menção à trajetória de Deusdedit Baptista e suas ações em diferentes fontes (recortes de jornais, notícias, internet, livro, entre outros). Realizamos também uma entrevista narrativa com sua neta Maria Théa Baptista Cardoso[3], ocorrida no mês de setembro de 2021, via plataforma *Google Meet*, com o intuito de conhecer um pouco mais sobre a sua trajetória de vida, acadêmica e profissional.

A narrativa de vida, segundo Bertaux (2010, p.15),

> [...] resulta de uma forma particular de entrevista, a entrevista narrativa, durante a qual um pesquisador (que pode ser um estudante) pede a uma pessoa, então denominado 'sujeito', que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida.

O próprio Bertaux (2010, p. 29) salienta que:

> [...] a narrativa de vida pode constituir um instrumento importante de extração dos saberes práticos, com a condição de orientar para a descrição das experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem.

Nesse sentido, solicitamos a Maria Théa que nos contasse sobre suas convivências com o avô, suas memórias e histórias. Também foi fundamental, nesse processo de escrita, o livro organizado por Bruno Torres Paraiso, intitulado *Deusdedit Baptista: cidadão em tempo integral*, publica-

3 | Graduada em Ciências Sociais e também com formação no Magistério, atua como professora da educação básica na rede municipal e estadual, no município de Cachoeiro. Relatou que escolheu ser professora por causa de seu avô, pela sua "paixão pelo ensinar".

do no ano de 2006, com as narrativas de pessoas que participaram de seu percurso de vida. Assim, a partir da articulação desses registros, tentamos (re)constituir as narrativas sobre Deusdedit Baptista.

Deusdedit Baptista, homem, negro, professor, advogado, jornalista e político, se constituiu como grande personagem e intelectual que marcou a história política, educacional, social e jurídica do município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, pela sua atuação ética e comprometida com a luta pela vida digna e justa para todos/as.

Nasceu em Pureza, no estado do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1912. De acordo com Ariette Moulin Costa[4],

> [...] Ele veio de longe. De um estado que tem o rio no nome para uma cidade cortada ao meio por um rio. Veio de trem. Estrada de ferro, fumaça, carvão, trem apitando, a cadência das rodas nos trilhos, a paisagem... A estrada não tinha fim. E o menino sonhava. Até que o trem chegou ao seu destino: Cachoeiro de Itapemirim, às margens do rio Itapemirim. Aqui era o seu lugar. Nós não escolhemos o lugar em que nascemos, mas o lugar em que vamos morar e construir, esse o coração escolhe (Paraiso, 2006, p. 31).

Deusdedit, filho primogênito de José Cupertino Baptista (ferroviário) e Carmem Faria Baptista (lavadeira), nasceu no Rio de Janeiro, porém veio para o município de Cachoeiro de Itapemirim em 1920, aos oito anos de idade, junto com sua família, devido à mobilidade[5] espacial que estava vinculada à atividade dos ferroviários no Brasil (Lanna, 2016).

A família era formada por doze filhos e vivia em uma condição socioeconômica difícil, considerando os salários destinados aos trabalhadores ferroviários, que variavam conforme as funções exercidas nas ferrovias, resultando em hierarquias e desigualdades (Lanna, 2016). Segundo Maria Théa, a família era muito humilde, sua condição social era de muita pobreza, seu pai que era ferroviário, tinha uma condição econômica mediana que permitia apenas sobreviver. A família era grande, com muitos

4 | Educadora e membro da Academia Cachoeiro de Letras.

5 | A "mobilidade estava associada ou à atividade ou a promoção funcional. Os prontuários mostram que as várias mudanças de cidades e de moradia coincidiam com as promoções e reclassificações dos trabalhadores" (Lanna, 2016, p. 525).

filhos, e tinha vários agregados: "[...] era uma classe baixa e que sustentava muita gente" (Cardoso, 2021).

Deusdedit sempre desejou estudar e defendia o direito à educação para todas as pessoas. Segundo Maria Théa "[...] ele sempre quis estudar, ele sempre lutou muito pela questão dos direitos da educação, tanto que a marca dele sempre foi pautada na educação" (Cardoso, 2021). Foi alfabetizado por um professor particular, em Aperibé - RJ. Iniciou o curso primário na escola pública de Muqui- ES, depois foi para o município de Cachoeiro de Itapemirim, no Colégio Americano Batista (rede privada); posteriormente para escola pública do Guandu e finalizou o primário no Colégio Pedro Palácios, que mais tarde se transformou no Liceu Muniz Freire. Também nessa escola cursou o secundário (Colégio e Escola Normal) de 1926 a 1930. Segundo relato de sua filha Moema Baptista[6]:

> [...] para poder estudar, já em Cachoeiro, levava par de sapatos nas mãos e o paninho para limpar a sola do pé, antes de calçá-lo e entrar no colégio. Era para não gastar a sola dos sapatos, comprados três números acima para durar mais (Paraiso, 2006, p. 13).

De acordo com Moema Baptista, Deusdedit teve acesso a livros por meio da amizade com famílias que tinham boa condição financeira.

> [...] Cedo, foi ser professor. Ganhava pouco, mas continuava a estudar, e o fez pela vida toda. Amigo de pessoas com poder aquisitivo, delas obtinha, por empréstimo, os livros nos quais estudava. Os amigos foram sua primeira biblioteca (Paraiso, 2006, p. 14).

Deusdedit não tinha formação na área de educação, sendo autodidata, ele aprendeu inglês, o que o levou a ministrar aulas de inglês, tendo uma cadeira nessa disciplina (Cardoso, 2021). De acordo com Jamil Moysés[7]:

> [...] ainda estudante, no glorioso e saudoso Pedro Palácios, Deusdedit, aos 16 anos de idade, começou a lecionar, no mesmo colégio, assumindo, a partir daí, a responsabilidade, na qualidade de filho mais velho, de ajudar seu pai a manter sua família (Paraiso, 2006, p. 126).

6 | Advogada trabalhista e filha de Deusdedit Baptista.

7 | Advogada e jornalista.

Para dar continuidade aos seus estudos, foi viver com seus parentes no Rio de Janeiro. Estudava e trabalhava para ajudar a família. Cursou a faculdade de direito na Universidade do Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e graduou-se no dia 3 de dezembro de 1936. Vale destacar que, nesse período, que abrange da data de seu nascimento até a graduação (1912 a 1936), segundo Forde (2018), apoiado nos estudos de Domingues (2007), trata-se de um momento caracterizado por:

> [...] uma conjuntura internacional marcada pelo movimento nazifascista, as organizações negras protagonizavam uma luta pela inclusão social do negro de caráter assimilacionista, com uma postura ideológica nacionalista, distante dos símbolos associados à cultura negra, e cuja superação do racismo dar-se-ia pela via educacional e moral dos negros, com viés capitalista e burguês (Forde, 2018, p.33).

Nessa perspectiva, os negros assumiram como referência os valores culturais europeus, considerados positivos. E a educação passou a ser concebida como única via de mudança da condição social do negro, visto como inferior e responsabilidade exclusiva do indivíduo para sua integração à sociedade.

Após formar-se em Direito, retornou a Cachoeiro de Itapemirim e começou o exercício da advocacia, simultaneamente ao magistério. Por não ter uma condição social elevada, precisou trabalhar e estudar muito. Nada em sua vida foi fácil, a cor da pele marcava o seu lugar social na sociedade. Para Maria Théa:

> [...] essa não facilidade foi por causa da cor da pele, eu acho que por isso que ele estudou tanto, que ele se esforçou, eu acho que é aquela coisa, de que você faz o impossível para você se sobressair como um excelente aluno, como um excelente trabalhador, como tudo. Você faz o dobro para conseguir ser o melhor da classe, o melhor em tudo, porque você sabia que você era o diferente (Cardoso, 2021).

Deusdedit tinha consciência de sua situação enquanto negro e dos desafios que precisava enfrentar para ter uma melhor condição de vida para si e sua descendência, daí a vontade de estudar. Em sua trajetória de vida evitou passar para os filhos e netos as consequências das desi-

gualdades raciais, principalmente o preconceito e a discriminação sofridos pelas pessoas negras, desejoso que todos/as pudessem ter acesso a seus direitos de forma igualitária.

Deusdedit era um homem que adorava contar histórias e narrar fatos/acontecimentos. Tinha uma oratória encantadora, porém era reservado, principalmente no que se referia ao seu passado e à vida de seus pais ou avós. Falava pouco sobre o racismo ou sobre o processo de luta de seus antepassados.

Cumpre destacar que, quando Deusdedit nasceu, haviam se passado apenas 24 anos da chamada "abolição da escravatura", e os negros foram abandonados sem acesso ao trabalho, moradia, terra, educação, ou seja, sem ter acesso aos direitos básicos para sua sobrevivência na sociedade brasileira. Segundo Pinto (1993, p. 29), "daí a crítica às autoridades por não se terem preocupado com a instrução do negro após a abolição, abandonando-o à própria sorte".

Nesse período, os mais velhos silenciavam-se e não traziam à tona para seus filhos e netos como era a vida deles. Segundo Maria Théa "[...] a gente não comentava muito, esse assunto veio a florescer muito por agora, na época que meu avô faleceu [...] a gente respeitava muito essa questão, desse silêncio pro meu avô". Ainda segundo Théa "ele falava abertamente sobre a situação dos negros no país, [...], mas não comentava muito sobre a família" (Cardoso, 2021).

Deusdedit, embora não falasse diretamente com os filhos sobre racismo e preconceito racial, ele tinha uma grande preocupação com essa pauta, pois tinha a consciência de que ninguém poderia desmerecer uma pessoa pelo fato de ser negra. Assim, ensinou aos seus filhos e netos o respeito e a importância de terem orgulho de ser negro/a. De acordo com Maria Théa:

> Eu particularmente eu nunca, eu nunca ouvi, eu nunca vi e nem ouvi o meu avô, se envolver diretamente com pautas raciais. Mas eu sempre vi o meu avô falar que a gente deveria respeitar as pessoas [...]. Meu avô falava sempre que eu tinha que ter muito orgulho de ser negra, isso o meu avô sempre me disse, que eu tinha que ter muito orgulho de ser negra. Isso foi uma coisa

> que me marcou muito, o meu avô falar isso. você tem que ter orgulho de ser Negra. Ninguém nunca pode desmerecer o fato de você ser negra. Negra, mulher e vir de uma classe social baixa [...] nunca desmereça quem você é [...] você pode tudo e ninguém é melhor que você (Cardoso, 2021).

Em 8 de junho de 1937, Deusdedit casou-se com Théa Freire Jones Batista (de quem nossa narradora herda o primeiro nome), carioca de ascendência nordestina, que havia conhecido em Niterói-RJ. Após o casamento, mudaram-se para Cachoeiro de Itapemirim. Théa foi professora no Liceu e de Artes Manuais. Bordava, dava aulas de marcenaria e ensinava muitas outras coisas.

O casal teve sete filhos: Deusdedit Jr., Moema Baptista, Lindóya, Carlos Eduardo, Iraê, Ricardo José e Théa Maria. Sempre incentivaram todos os filhos e netos a estudarem, pois a educação era uma questão de prioridade para ele. Segundo Maria Théa "[...] só não fez faculdade quem não quis, pois ele fez todos os filhos estudarem e fez questão de que os netos também estudassem, então, assim, para ele educação era primordial" (Cardoso, 2021). A união do casal durou 34 anos e terminou com a morte da professora Théa, em 26 de março de 1972. Posteriormente, Deusdedit uniu-se a Irene Gomes Valim Baptista, companheira dos seus últimos anos.

Cumpre destacar que Deusdedit tinha um jeito especial com os filhos, desde o nascimento, fazia questão de cuidar deles, pois, segundo Moema Baptista "[...] a mãe já havia tomado conta durante nove meses" (Paraiso, 2006, p. 14). Contudo, ele não era de expressar o seu amor com palavras, demonstrava-o com ações e gestos, como a escrita de poemas aos filhos.

Sempre fez questão de reunir e estar com a família em momentos de férias, feriados ou festas. Além de gostar de uma boa comida, sua carne preferida era a de cabrito. Deusdedit também gostava de dançar e frequentar os bailes a rigor dos Caçadores, o clube elegante da cidade, mas também o Cruzador, o Centro Operário e outros locais de gente mais humilde, com sua esposa Théa.

Deusdedit também gostava de ir ao cinema e adorava os esportes. Em Cachoeiro existiam duas grandes equipes de futebol, o Estrela e o Cachoeiro. Ele era um estrelense doente e foi um grande incentivador das atividades esportivas, considerando sua importância na formação dos jovens. Foi um dos criadores da Olimpíada Escolar no sul do Estado, os Jogos Escolares Raymundo Andrade.

De acordo com Maria Théa "[...] ele era muito voltado também para a área de esporte, não que ele fosse um desportista, ele gostava muito, ele era uma pessoa extremamente saudável" (Cardoso, 2021). Foi um apaixonado torcedor do Flamengo e, quando o Flamengo ganhava, colocava uma gravata vermelha, e todos na cidade sabiam. Se o Flamengo perdesse, ninguém debochava de sua pessoa; todos o respeitavam.

Morava na esquina com a rua Costa Pereira, diante do Mercado Municipal. Depois, se mudou para um terreno a caminho de Baiminas, onde construiu uma casa, conforme relata Nair Coelho dos Santos, ex-aluna e também vizinha de Deusdedit:

> [...] levantava bem cedinho, e saía para os seus afazeres, carregando uma montanha de livros. Passava pelo mercado Municipal e cumprimentava a todos, comerciantes e fregueses. Às vezes, até parava para conversar. [...]Nunca o vi chegando em casa ou dela saindo de carro. Era sempre a pé, muito sério, rápido, cumprimentando a todos com carinho. E lá ia ele, impecável, de terno e gravata – e isso todos os dias! Seus ternos eram cuidados por Dona Maria Portuguesa, também nossa vizinha, exímia nesse mister. No início da tarde retornava das aulas do Liceu e, após almoçar e inteirar-se das novidades caseiras, saía para a prefeitura, onde teve presença marcante em vários governos, ou para o seu escritório de advocacia (Paraiso, 2006, p. 40).

Era um homem de fé, contudo, não era vinculado a nenhuma confissão religiosa, respeitava todos os credos, religiões e doutrinas. Sua esposa era católica e deu aos seus filhos educação religiosa. Segundo relato de sua neta, Deusdedit gostava de frequentar todos os espaços sociais e também participava das atividades culturais afro-brasileiras:

> [...] meu avô frequentava todos os lugares, mas o meu avô sempre gostou muito da Umbanda [...] e frequentava ele ia aos lu-

> gares, mas o meu avô nunca disse assim: eu sou católico, eu umbandista, eu sou candomblecista [...] ele nunca disse o que ele era, meu avô era uma pessoa muito na dele, entendeu, se você falasse assim: Ah, vamos a uma roda, ele ia; Ah vamos a alguma igreja, ele ia, ele ia [...] (Cardoso, 2021).

Possuía conhecimentos relacionados à cultura afro-brasileira, inclusive lecionou a disciplina Cultura Popular Brasileira. Frequentava a Umbanda e a comunidade quilombola de Monte Alegre, situada no distrito de Pacotuba, na qual participava das suas atividades e festividades. Também participava da organização das rodas de caxambu na festa da cidade, coordenadas pelo mestre Zacarias, grande amigo de Deusdedit, que sempre o convidava a participar.

Em relação à sua vida profissional, Deusdedit atuou como professor, advogado, jornalista e político. Iniciou sua trajetória na Educação Básica, como professor do Colégio Pedro Palácios, antecessor do Colégio Estadual e Escola Normal Muniz Freire ou simplesmente Liceu, do qual foi professor de inglês e diretor, nas décadas de 50 e 60.

Cabe destacar que a relação intrínseca de Deusdedit com o Liceu, instituição à qual ele tinha grande carinho e dedicou muito do seu trabalho, como destacado por Sérgio Bermudes[8]:

> [...] professor de tal modo integrado ao seu colégio, atuante nele, que não se poderia conceber um sem o outro. O Liceu tinha em Deusdedit uma parte essencial, indispensável à sua inteireza. Deusdedit tirava do Liceu a porção mais viável e pulsante da sua personalidade. Onde estivesse, era o professor Deusdedit, do Liceu, refletido nas suas palavras, nas suas atitudes, na sua participação intensa na vida de Cachoeiro (Paraiso, 2006, p. 10).

Deusdedit tinha grande apreço, amor e compromisso político com essa instituição escolar, reconhecendo sua importância na formação das crianças, adolescentes, jovens e também para o desenvolvimento da cidade de Cachoeiro. Esse compromisso foi reconhecido pelo governador do estado do Espírito Santo, quando o nomeou diretor do Liceu, conforme relata Moema Baptista:

8 | Advogado e escritor.

> [...] E como amava o Liceu! Ali, tudo o que fazia, como fazia e por que e por quem fazia, era com amor e dedicação. O liceu foi a sua maior família. [...] quando o dr. Aristides Campos assumiu o governo estadual, ele tomou o trem em Cachoeiro e foi pedir ao governador que fizesse o melhor pelo Liceu. E o governador devolveu-lhe o cuidado: nomeou-o, no ato, diretor do colégio (Paraiso, 2006, p. 14).

Deusdedit tinha um jeito singular de vida e de ser educador, marcado pela sua seriedade, responsabilidade, humildade, compromisso e ética com sua profissão de ensinar e aprender, segundo narra Sérgio Bermudes:

> Caminha rumo ao Liceu. A pé sempre. Nunca na vida revê automóvel. [...] A aula começa às sete da manhã. Ele inicia, depois de verificar a hora no relógio de bolso. Então, o didata incomparável domina a sala. Catedrático de inglês do ensino médio, Deusdedit Baptista, o professor Deusdedit, como sempre foi chamado, encontra o seu destino de mestre. Quantos alunos, começando com ele no segundo ano ginasial, chegarão ao quarto, já com um bom conhecimento de inglês, a língua que ele aprendeu como autodidata, escreve num vocabulário vasto e fala com a pronúncia imperfeita de quem pouco saiu de Cachoeiro de Itapemirim, onde viveu em berço pobre, foi jornaleiro e trabalhou na fábrica de tecidos. Popular embora, não afrouxa na cobrança do que ensina. Não hesita em reprovar. Com ele só se passa estudando. Vai de turma em turma, até as onze da manhã. À tarde estará no Colégio Cristo Rei, de novo dando aula, durante longos anos repetidos no curso noturno (Paraiso, 2006, p. 9-10).

Assim, revelava sua paixão pelo conhecimento e falava da importância dos estudos, como "janela para o mundo".

Em 1930, a partir do curso de admissão, atuou como professor de Português no Colégio Pedro Palácios, Cachoeiro de Itapemirim-ES; de 1931 a 1936, atuou como professor de Matemática, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Inglês no Ginásio Pedro Palácios e na Escola Normal. Nessa mesma instituição, atuou também como professor de Anatomia e Fisiologia Humana e História Natural; de 1935 a 1936 (maio a março) atuou no Ginásio Municipal Escola Normal de Muqui

como professor de Inglês, Química, Higiene e Puericultura; de 1939-1945 atuou no Ginásio Municipal de Castelo e no Colégio João Bley, no município de Castelo, lecionando as disciplinas de Inglês, Francês e Português; de 1941 a 1969, trabalhou na Escola Normal Nossa Senhora Rainha e no Ginásio Jesus Cristo Rei com as disciplinas de Inglês, Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Puericultura e Introdução das Atividades Rurais; de 1949 a 1950, atuou no Ginásio Ateneu Cachoeirense, ministrando os componentes curriculares de Matemática e Desenho (Cardoso, 2021).

Faz-se necessário destacar que Deusdedit foi aprovado no concurso como professor catedrático de Língua Inglesa, Norte-Americana e Literatura, para a cadeira no Liceu Muniz Freire, que substitui o Colégio Pedro Palácios a partir de 1936, em Cachoeiro, até se aposentar. Foi professor de Cultura Brasileira de 1970 a 1986.

Deusdedit, voltado para a área de direito e de educação, fundou e dirigiu, por um ano, o Curso Pedro Palácios, preparatório para admissão ao Curso Ginasial. Participou da fundação e foi consultor do Instituto Cachoeirense de Ensino (ICE). Também foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Cachoeiro de Itapemirim (FACCACI) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José" (FAFIC), em 1964.

Foi, também, um dos fundadores da Faculdade de Direito de Cachoeiro (FDCI), no período de 1969 a 1993, na qual chegou a atuar como Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis. Lecionou também nas cadeiras de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Atuou como substituto nas cadeiras de Direito Penal, Direito Processual Penal e Ciências Contábeis, assim como do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Ufes, em Alegre. (Cardoso, 2021).

Nessa perspectiva, em sua trajetória como professor, Deusdedit teve como pauta a luta pela educação como direito de todos/as. Foi um homem à frente de seu tempo, com essa visão de futuro e por entender que o processo de inclusão, numa sociedade com raízes escravocratas, passava pelo direito ao acesso à educação. Para Maria Théa "por isso que o meu avô se formou em Direito, numa época que direito era uma

coisa só de elite [...] eu vou fazer direito para que todos tenham acesso à educação. E eu vou dar o direito para que as pessoas possam ter esse direito" (Cardoso, 2021).

Como advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) em 1948, Deusdedit trabalhava, no cível e no crime, em Cachoeiro e nas comarcas vizinhas, como a Vila de Itapemirim. Atuou na defesa, quase sempre gratuita, de pessoas muito pobres. Segundo Maria Théa "[...] geralmente, era esse grupo que vinha até meu avô, porque ninguém queria ajudar. [...] e meu avô ajudou muito, e eles eram muito amigos". Ressalta ainda que

> [...] tudo que precisava que ele poderia participar e que ele via que era justo, e que era correto, ele estava junto. Se não tivesse correto ele falava, não posso fazer [...] eu não posso te defender, e não cobrava nada, por isso que meu avô morreu pobre (Cardoso, 2021).

Sua atuação era marcada pela sua voz firme e oratória invejável; e teve participação marcante no Tribunal do Júri de Cachoeiro e em todo o Estado. Segundo Maria Lúcia Cheim Jorge, advogada da subseção de Cachoeiro de Itapemirim: "Era um orador extraordinário. Sua figura esguia e elegante, aliada à sua imensa cultura geral e jurídica, faziam dele uma presença destacada onde estivesse" (Paraiso, 2006, p. 103). Além de "[...] retidão do seu caráter, a responsabilidade para com o próximo, e colocar o bom direito (nem sempre o da lei) acima de qualquer coisa" (Paraiso, 2006, p. 19), segundo Moema Baptista, era uma marca dele.

Sua trajetória como advogado foi marcada pelos princípios de justiça e ética, sempre voltados para a defesa dos direitos sociais e da democracia, conforme relata Herval Pires[9]:

> [...] Advogado admirável, uma personalidade do Direito, em toda a sua vida foi um paladino da justiça, dos valores nacionalistas, e um cultor de princípios éticos. Jamais abandonou a trincheira dos desvalidos da sociedade, obsessivo na defesa do direito, da liberdade e da democracia. Como professor de Direito do trabalho e advogado desse ramo, era um ferrenho defensor dos trabalhadores (Paraiso, 2006, p. 35).

9 | Educador e membro da Academia Cachoeirense de Letras.

Atuou como escritor e jornalista, colaborador do *Correio do Sul* e de *O Arauto*, e fundador de *A Época*. Escrevia com simplicidade que era tida como condição essencial do texto jornalístico. Trabalhou na rádio Cachoeiro. Sua voz ficou conhecida nas narrações dos festejos do Dia de Cachoeiro (29 de junho), especialmente no desfile escolar, transmitido pela ZYL-9, a Rádio Cachoeiro de Itapemirim. "O desfile era muito bonito e era um marco na cidade e ninguém narrava como ele o desfile" (Cardoso, 2021).

Durante longo tempo, na ZYL-9, ajudou na criação do Noticiarista L-9, informativo de grande audiência, que se constituiu como "porta-voz das mais autênticas reivindicações populares do município, do Espírito Santo e do país", conforme relata José Américo Mignoni[10] (Paraiso, 2006, p. 136). Também manteve o programa Tribunal Popular, no qual entrevistava políticos ou pessoas de destaque. Colaborava ainda com os clubes de serviço: Centro Operário de Proteção Mútua, no Caçadores Carnavalescos Clube e no Rotary Clube, onde exerceu vários encargos (presidente, secretário, diretor de companheirismo e de protocolo), sendo orador em todas as solenidades.

Deusdedit também era considerado poeta, embora poucos conhecessem essa faceta deste grande intelectual, reservada aos seus familiares e amigos acadêmicos na Academia Cachoeirense de Letras. Para Athayr Cagnin[11], ele foi um "poeta de fina sensibilidade", embora sua produção tenha sido limitada a alguns poucos sonetos e poemas, por isso é considerado um poeta bissexto[12]. Seu poema mais conhecido é o *Hino do Liceu* que era cantado pelos alunos nas comemorações cívicas e nas competições esportivas.

Os sonetos *Manhã em Cachoeiro* e *Confidência* também foram destaques em sua produção. Nas palavras de Cagnin "[...] são verdadeiras obras de arte. O autor trabalhou o soneto em versos alexandrinos, divididos em hexâmetros perfeitos, com rigor métrico impecável, rimas no me-

10 | Cachoeirense, radialista e jornalista

11| Educador, poeta e membro das Academias Espiritossantense e Cachoeirense de Letras.

12 | Expressão criada por Manuel Bandeira para "poetas de altos méritos, mas que se deixam enfeitiçar pelo encanto das musas vez por outra" (Cagnin, 2006, p. 139), ou seja, marcados pela escassez de sua produção e, ao mesmo tempo, pela sua excelência.

lhor estilo, ritmo irrepreensível, cada palavra em seu lugar" (Paraiso, 2006, p. 142).

A sua trajetória também foi marcada pela atuação na política. Deusdedit integrava a juventude socialista em oposição à ditadura militar (1964-1985), implantada na década de 60, com duração de 21 anos no Brasil. Nesse contexto, Deusdedit e seu irmão, Baptistinha, foram presos em cidades diferentes, sob distintas alegações. Segundo João Baptista Herkenhoff[13]:

> Baptistinha foi cassado, arrebato de seus políticos, teve de exilar-se. Deusdedit, depois de preso, foi mantido sob suspeita, como tantos brasileiros que, na gradação sutil das 'punições revolucionárias', não chegaram a sofrer expressa suspensão de direitos políticos" (Paraiso, 2006, p. 80).

Cabe acrescentar que, nesse período de ditadura militar no Brasil, Deusdedit teve uma de suas filhas, Iraê, que era antropóloga, exilada, indo para Suécia e posteriormente para Moçambique, ficando por lá e não retornando mais ao Brasil.

Em 1966, ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição na época da ditadura, e também participou do Movimento Diretas Já. Em 1972, com Juracy Magalhães Gomes, na Secretaria de Educação no município de Cachoeiro, atuou como secretário municipal de planejamento, contribuindo para a instalação em Cachoeiro das Escolas Polivalentes do Aquidaban e do Coronel Borges. Desse modo, Deusdedit sempre "[...] priorizou as coisas do município e do estado, sempre pugnando em partidos de oposição, de acordo com o depoimento de Juracy Magalhães Gomes" (Paraiso, 2006, p. 23).

Deusdedit também foi vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que ajudou a fundar em Cachoeiro. Porém, não conseguiu se eleger prefeito da cidade, conforme aponta Sérgio Bermudes:

> Converteu a política em apostado da sua crença socialista. Manteve-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi eleito e reeleito vereador, dedicou os seus mandatos a Cachoeiro, sem afrouxar na

13 | Advogado, educador, magistrado e escritor.

> fidelidade aos seus ideais. Candidato embora mais de uma vez, não conseguiu ser prefeito da cidade, talvez pela desimportância do seu partido, talvez pela falta de apoios fundamentais, ou pela confusão entre socialismo e comunismo, visto como coisa do diabo, num meio fervorosamente religioso (Paraiso, 2006, p.11).

Cabe destacar que o cenário político mundial estava marcado pela Guerra Fria entre Rússia e Estados Unidos, que representavam o comunismo e o capitalismo, respectivamente. Desse modo, a eleição de Deusdedit poderia se constituir como uma ameaça aos interesses de alguns grupos da sociedade que suspeitavam do seu pensamento filosófico e ideológico, bem como a sua vinculação a partidos socialistas e movimentos sociais. Segundo Maria Théa "[...] meu avô era um político totalmente fora da curva, porque um político que faz a política em prol da sociedade e não em prol de si mesmo, acho que esse político é totalmente fora da curva" (Cardoso, 2021).

Seu percurso de vida foi marcado por perdas em 1993. Em uma semana, perdeu tragicamente, por assassinato, um dos seus filhos – Carlos Eduardo – e, oito dias após, da mesma forma, o seu irmão Baptistinha[14].

Deusdedit tinha uma saúde muito boa, pois sempre procurou se cuidar. Porém, com o passar da idade, foram chegando os problemas de saúde, como diabetes e outros que o deixando debilitado, vindo a óbito em 4 de novembro de 1999 aos 87 anos de idade. De acordo com os relatos, sua morte causou grande comoção no município de Cachoeiro, considerando o que ele representava como professor, advogado, homem público e cidadão, conforme descreve Alicio Franco[15].

> [...] 4 de novembro de 1999. 16:00 horas. Silêncio. Cachoeiro de Itapemirim parou. Os sinos das igrejas badalavam uma música de adeus, de reverência e respeito por um homem que representava o paterno, o fraterno. [...] o Professor Deusdedit Baptista havia falecido [...] (Paraiso, 2006, p. 28).

14 | Demisthóclides Baptista – Baptistinha, foi "líder dos ferroviários, cassado pelo golpe militar de 1964, banido do território nacional, foi um homem de admirável coragem cívica e física, cuja trajetória, mesmo os que o combateram reconhecem ter sido admirável" (Paraiso, 2006, p. 109).

15 | Advogado, educador e membro da Academia Cachoeirense de Letras.

Para sua neta Maria Théa:

> A morte dele foi muito impactante para todos nós, porque como ele era uma pessoa que envolvia a família toda, essa morte dele foi muito impactante, realmente para todos nós, filhos, netos, para esposa foi muito impactante para todos, foi muito triste para todo mundo. Por mais que a gente já sabia que não ia ter jeito mais, foi muito difícil. Mas, com o tempo a gente vai superando a dor né, vai ficando a saudade, vai ficando as lembranças, mas é muito difícil. Não é fácil! Não é fácil! (bateu a saudade e tristeza). (Cardoso, 2021)

Deusdedit recebeu inúmeras homenagens em vida e após sua morte. Para ele, homenagens deveriam ser feitas enquanto ele estivesse vivo, para poder participar, estar presente, comemorar. De acordo com Théa, ele dizia: "[...] gente, por favor, faça qualquer coisa pra mim quando eu estiver vivo, porque eu quero estar presente. [...] pra eu poder comemorar que depois que eu morrer, não vai adiantar, não vou tá aqui" (Cardoso, 2021).

Em 1977, o Escritório Modelo da Faculdade de Direito foi intitulado com o seu nome. Ele também recebeu diferentes homenagens, como a Comenda Augusto Lins, pela Associação dos Magistrados do Espírito Santo, no mesmo ano, em celebração ao sesquicentenário de fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Recebeu ainda o título de Advogados Trabalhistas (ABRAT), indicado pela Associação Espírito Santense de Advogados Trabalhistas (Aesat).

Após sua morte, seu nome foi registrado na sala dos advogados do fórum do município, uma iniciativa da OAB-ES, subseção de Cachoeiro. Deusdedit Baptista também dá nome à Escola de Educação Básica Municipal e à Biblioteca Professor Deusdedit Baptista, da Câmara Municipal de Cachoeiro. Na década de 1980, foi criado o Troféu Deusdedit Baptista, para premiar, anualmente, os destaques do esporte.

No ano de 2002, a Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro criou o Prêmio Professor Deusdedit Baptista, com a finalidade de valorizar e estimular as experiências inovadoras da área da educação e homenagear o professor, pela Lei nº 5.387, que "Dispõe sobre a criação do

Prêmio Professor Deusdedit Baptista e dá outras providências". A Câmara Municipal instituiu a Comenda Deusdedit Baptista para premiar os prestadores de serviços jurídicos que se destacarem pela qualidade de sua atuação na comunidade. Além disso, sua história foi contada no livro *Deusdedit Baptista: cidadão em tempo integral*, organizado por Torres Paraiso em 2006.

Considerações finais

Ao conhecermos as diferentes narrativas sobre Deusdedit Baptista, fomos nos apaixonando por sua história, trajetória e ensinamentos, considerando o legado que ele deixou para sua família, para história de Cachoeiro e para história do Espírito Santo. Podemos pensar em quantos Deusdedit nós precisamos e gostaríamos de ter na educação, no direito, no esporte e na política. Assim, seu legado, extremamente importante, precisa ser conhecido e socializado. Nascido em 1912, ele guardou na memória as histórias de lutas de seus antepassados. Sua trajetória marca a luta pela inclusão dos negros na educação, na defesa de sua cultura e na promoção de uma sociedade mais igualitária e justa. Para Deusdedit Batista, os negros deviam ter orgulho de sua cor e poderiam ser o que quisessem ser, pois eram capazes de fazer tudo.

Ao conhecer e descrever a trajetória de Deusdedit Baptista, como homem negro, pobre, professor, advogado, político, jornalista e poeta, observamos que ele enfrentou diferentes obstáculos impostos no seu contexto histórico, político e social do seu tempo, marcado pelo autoritarismo, opressão, desigualdade social e racismo. Contudo, conseguiu romper as barreiras impostas à população negra e se consolidar como grande intelectual negro, tendo a educação e a justiça como instrumentos políticos para sua luta por uma vida digna para todos/as. Portanto, é hoje uma grande referência para as gerações mais novas.

Ao aceitarmos o convite para participar da escrita dessa biografia, assumimos a responsabilidade e o desafio de compartilhar alguns aspectos marcantes de sua trajetória pessoal e profissional. Contudo, no decorrer do processo, reconhecemos a impossibilidade de descrever os significados de seu imenso legado para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim,

para o estado do Espírito Santo e, principalmente, para aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer e conviver com esse ser humano e profissional incrível. Desse modo, este texto constitui-se em uma tentativa de contribuir para que seu legado seja conhecido!

Referências

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CARDOSO, Maria Théa Batista. Entrevista concedida a Elio Pereira Fernandes e Marileide Gonçalves França em 17 de setembro de 2021, via plataforma *Google Meet*.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51 set.-dez. 2012.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *Vozes Negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*. Rio de Janeiro: Brasil multicultural, 2018.

LANNA, Ana Lucia Duarte. Trabalhadores das ferrovias: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, São Paulo, 1870-1920. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 505-545, mai/ago. 2016.

PARAISO, Bruno Torres. *Deusdedit Baptista: cidadão em tempo integral*. Rio de Janeiro: Booklink, 2006.

PINTO, R. Pahim. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. Fundação Carlos Chagas; *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.86, p. 25-38, ago. 1993.

AO MESTRE, COM CARINHO! A TRAJETÓRIA DO DR. ADALTON SANTOS (1919-1971)

DE PROFESSOR E JUIZ DE DIREITO A PATRONO DE ESCOLA

Rogério Frigerio Piva[1]

Perco o sono. Levanto-me, tomo a caneta e escrevo: Trabalho por três. Ganho por um. Tenho quatro registros de professor, conduzindo com eles um grupo de colegas às costas.[...]

Sou portador de um diploma de advogado, mas como não sou político, e não possuo recursos financeiros, e nesta terra só vence quem é "persona grata" deste ou daquele chefe político, este diploma de nada serve. O delicado tratamento de "Doutor" apenas humilha e ridiculariza.[...]

Preciso agir. E já. Não posso acomodar-me neste marasmo. Envelhecerei na miséria se insistir dando aula seis da manhã às onze da noite, com a bolsa sempre vazia. Não sei se feliz ou infelizmente não tenho espírito de aventura. Tenho fé em Deus. Confio

Imagem 2: O Dr. Adalton Santos em dezembro de 1953, quando se formou bacharel em Direito, cinco anos antes de alcançar a magistratura. Fonte: Revista do IHGES, 1995.

1 | Graduado em História pela UFES, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) do Colégio Espírito-Santense de Genealogia e Heráldica (CEGH) e professor de História do Ensino Fundamental II na EMEF Dr. Adalton Santos da Rede Municipal, em Nova Venécia (ES). O presente trabalho faz parte de uma pesquisa biográfica mais ampla que está sendo feita por este autor para reconstituir a trajetória de vida de nosso saudoso professor e juiz.

que a situação há de melhorar[2].

No dia 16 de junho de 1984, sábado, era publicada no Diário Oficial a Lei Ordinária Estadual nº 3.639 de 13 de junho, que denominou como Escola de 1º Grau Dr. Adalton Santos a antiga Escola de 1º grau Nova Venécia (ex-Polivalente), situada no município homônimo. A proposta, apresentada como Projeto de Lei nº 17/84, de 26 de março daquele ano, era de autoria do então deputado estadual Antônio Moreira que a justificava afirmando que o Dr. Adalton era um

> Homem correto, austero, de atitudes francas e sinceras, passou sua vida em servir ao próximo. Quer na Magistratura quer no Magistério, exerceu mister com proficiência, em dignidade, com sabedoria.
>
> Por ter servido à juventude de Nova Venécia, acreditamos ser justa a homenagem que lhe pretendemos prestar, dando o seu nome à Escola de 1º Grau do referido Município. (Antônio Moreira, 1984 *apud* Processo da Diretoria Legislativa - DLPL nº 52/84, fl. 04).

A partir da sua publicação, a tradicional escola veneciana ganhava um patrono que se destacou como professor e juiz de Direito. Contudo, o processo de mudança do nome da escola, era bem anterior, sendo iniciado na gestão de sua terceira diretora, a professora Gláucia Barbosa Machado Martins (1976-1980), junto ao Conselho Estadual de Educação. Gláucia era uma de suas ex-alunas, assim como muitos professores da escola naquela época, como a mesma nos informou. A indicação do nome de seu ex-professor foi feita em reunião ocorrida na escola em 15 de fevereiro de 1977[3], sendo aceita por unanimidade pelos professores. Um sinal de gratidão ao Dr. Adalton Santos, lembrado mais tarde no histórico da escola como uma pessoa "que como mestre rabiscou na alma de cada aluno o seu saber, pois sua atividade era entusiasmadamente abraçada e trabalhada pelos alunos que contam quão era sua devoção ao Magistério" (Campodell'orto *et al*, 1998, p. 4).

2 | 'Não me queixo de ninguém'. (Adalton Santos, 1954 *apud* Santos, 2013, p. 4-5).

3 | No final da ata também consta a data de 17 de fevereiro. Conforme a ata da referida reunião "[...] a seguir, a diretora falou sobre a mudança do nome da Escola. Sugeriu o nome do Dr. *Adalton Santos o que foi imediatamente aceito por todos.*" (Arquivo da EMEF Dr. Adalton Santos, Livro de Atas - 1973 -2002, folha 29).

Além de nomear uma das mais tradicionais escolas venecianas, nosso saudoso professor e juiz foi homenageado na terra de sua infância e juventude com uma Rua Dr. Adalton Santos[4] no bairro Niterói, em Castelo (ES), e com uma Avenida Dr. Adalton Santos[5] no bairro de Itapoã, em Vila Velha (ES), cidade onde vivia quando faleceu.

Para conhecer um pouco de sua vida, as principais referências que utilizamos foram um verbete biográfico existente no livro *ES – Nossa Gente*, organizado por Nestor Cinelli e publicado pelo Fundo Editorial do Espírito Santo em 1969, e um artigo biográfico, intitulado *Não importa o ninho se o ovo é de águia* de autoria de Irysson da Silva, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 45, em 1995. O livro de José Eugênio Vieira *'Castello': Origem, Emancipação e Desenvolvimento (1702-2004)*, também trouxe muitas informações. Além dessas fontes, ricas em informações, recorremos a uma página do *Facebook* intitulada *DR. Adalton Santos*, que, provavelmente, foi criada por um de seus netos. Outra referência muito importante, que bem ao final deste pequeno levantamento biográfico chegou às nossas mãos, foi uma compilação de textos de autoria do Dr. Adalton, organizada por volta de 2013 por Tayse Mengali Santos, sua neta, intitulada *O Poeta Forno Grande*. Mas, sem dúvida, as informações orais e/ou escritas gentilmente cedidas por dois de seus filhos, o senhor Adalton Santos Filho e a senhora Heloísa Santos Wade, bem como de sua viúva, Dona Domícia Daniel dos Santos, com seus 99 anos de vida, além de suas ex-alunas e amigas de sua família, as senhoras: Josete Sarmento Malta, Maria Luiza Teixeira, Élida Salvador Cellia e Gláucia Barbosa Machado Martins, foram imprescindíveis nesta pesquisa, aos quais somos infinitamente gratos.

4 | Conforme a Lei Municipal nº 589/71, de 13 de agosto de 1979, sancionada pelo então prefeito de Castelo, João Veiga dos Santos. A rua em questão, no bairro Niterói (que até a publicação desta lei denominava-se Rua Niterói), é local de referência para a família do Dr. Adalton em Castelo, pois ali se localizava a casa de sua avó, Dona Maria Quintina, com a qual ele foi criado.

5 | Conforme a Lei Municipal Nº 1.797/79 de 28 de dezembro de 1979, sancionada pelo então prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes da Silveira.

Adalton Santos nasceu[6] às 8h30min do dia 16 de junho de 1919, em Bom Jesus do Itabapoana[7] no extremo norte fluminense, fronteira com o sul do Espírito Santo, no seio de uma família muito humilde de origem afro-brasileira. Sendo filho de Honório Santos[8] e de Amélia Maria da Penha Santos[9] (Cinelli, 1969, p. 127).

Conforme nos informou sua viúva, Dona Domícia Daniel dos Santos, sua sogra Dona Amélia, já havia tido dois filhos antes dele, mas que morreram ainda bebês na época da pandemia de Gripe Espanhola, de forma trágica, sendo encontrados mortos junto a ela, também quase morta, devido à doença. E que, após essa tragédia, teria dado a luz ao Adalton e, sem condições para criá-lo, pouco antes dele completar um ano de vida, o levou para Castelo, então distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim, onde morava sua mãe Dona Maria Quintina, que então assumiu a sua criação.

---

6 | Conforme Registro de Nascimento do Talonário nº 18, página 10, do Cartório de Registro Civil da Sede de Castelo (ES) Fundo Registros Civis; Caixa 237; Data 1935-1938, existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) ele oficialmente teria nascido em Castelo onde, tardiamente em 27 de fevereiro de 1937, foi registrado por sua mãe D. Amélia, com o próprio filho assinando o registro a rogo por ela. Esse mesmo registro, localizado somente quando esse artigo estava em processo de editoração para ser publicado, nos informa que era filho "natural", ou seja, de mãe solteira, o que também se confirma no seu registro de casamento em 1945. A menção ao pai "Honório Santos" aparece somente em seu registro de óbito e no verbete do livro "ES - Nossa Gente". Nesse mesmo registro de nascimento descobrimos que "Maria Quintina" sua avó materna se chamava "Maria Antônia das Dôres" e seu avô materno chamava-se "José Ribeiro Baptista". Como se trata de um registro tardio fica em aberto o seu local de nascimento, que ainda poderá ser confirmado com a localização futura de um possível registro de batismo na Igreja Católica, seja na Paróquia de Bom Jesus do Itabapoana ou mesmo na de Cachoeiro de Itapemirim, da qual Castelo fazia parte na primeira metade do século XX, já que nesta última ele chegou com menos de um ano de idade e pode ter sido batizado quando já estava sob cuidados de sua avó.

7 | Silva (1995, p. 82) afirma que o Dr. Adalton era "*campista de nascimento e Castelense de criação, adoção e coração*". Segundo sua viúva, Dona Domícia, ele nasceu em Bom Jesus do Itabapoana e, pouco antes de completar um ano de vida, sua mãe o trouxe para Castelo (ES) onde foi registrado tardiamente muitos anos depois, em 1937. A partir de então cresceu sob os cuidados de sua avó materna Dona Maria Quintina em Castelo.

8 | Silva (1995, p. 85) informa o nome de seu pai como "Manoel Romão" porém, este era padrasto de sua mãe , Dona Amélia Maria da Penha. Conforme agora revelado pela descoberta do registro de nascimento tardio de Adalton Santos, seu avô materno biológico se chamava "José Ribeiro Baptista".

9 | Silva (1995, p. 85) informa o nome de sua mãe como "Maria Quintina", na verdade ela era sua avó materna e, ao que tudo indica, "Quintina" era apelido, pois no registro de nascimento tardio de Adalton ela consta como "Maria Antônia das Dôres".

Segundo sua filha Heloísa, sua bisavó Dona Maria Quintina vivia com o senhor Manoel Romão, ou Romano, padrasto da mãe de Adalton, em uma chácara onde trabalhavam como caseiros. Essa propriedade pertencia ao senhor Archilau Vivacqua e se localizava no interior do antigo distrito de Castelo, num vale que até hoje é sugestivamente conhecido como "Quilombo" distante, aproximadamente, uns cinco quilômetros ao noroeste da área urbana, seguindo no caminho que leva na direção de Conceição do Castelo.

Imagem 3: A família de Adalton Santos. De pé: o jovem Adalton Santos e sua irmã Minervina Rodrigues. Sentados: sua avó Dona Maria Quintina (Maria Antônia das Dôres) e o "único pai" que ele conheceu, o senhor Manoel Romão (ou Romano), entre fins dos anos 1930 e início da década de 1940, em Castelo. Acervo: Domícia Daniel dos Santos.

E foi ainda criança, no "Quilombo", por iniciativa da avó, que o pequeno Adalton, conhecido carinhosamente pelos familiares como "Babá", começou a ser alfabetizado por uma professora particular chamada Dona Alda. Essa alfabetização teve prosseguimento no Grupo Escolar Nestor Gomes quando seus avós adquiriram uma casa na Rua Niterói, em Castelo, facilitando seu acesso para ir à escola, que foi inaugurada em 1924. Anos mais tarde, após a morte do Dr. Adalton, em 1971, esta rua foi rebatizada como Rua Dr. Adalton Santos e o nome Niteroi passou a denominar o bairro no qual a rua está inserida.

Além da Dona Maria Quintina, que trabalhava como lavadeira, e do Senhor Manoel Romão, caseiro, vivia com eles uma moça chamada Minervina Rodrigues, que sua avó Quintina adotara desde os dois anos de idade, por volta de 1925, e é a única irmã com quem conviveu,

sendo mais nova que ele[10].

Segundo Irysson da Silva, desde muito cedo teve que ajudar a família nas despesas, tornando-se ajudante de pedreiro, uma espécie de "pintor" ou, melhor, caiador de paredes (1995, p. 82). Já sua viúva, Dona Domícia discorda do relato de Irysson e diz que Adalton teria sido "garimpeiro" no Caxixe, interior de Castelo, além de sempre ajudar seu padrasto. E assim começava sua vida com muito trabalho.

Havia terminado seus estudos no Grupo Escolar Nestor Gomes, em Castelo, com o Curso Primário (atual Fundamental I), por volta de seus 10 anos. Quanto ao Ginásio (atual Fundamental II), só era alcançado com o Curso de Admissão (uma espécie de vestibular), porém, como não havia Ginásio em Castelo, ele teve que interromper seus estudos. Contudo, em fins de 1937, começou a funcionar o "Gymnásio Municipal de Castello" (rebatizado em 1944 de Colégio João Bley), reacendendo a esperança de continuar sua formação.

Como Adalton era membro da Primeira Igreja Batista de Castelo, desde 1935, quando se converteu e foi batizado pelo pastor Abelar Siqueira, conseguiu, por meio do pastor José Francisco de Paula, que seria coordenador de disciplina do Ginásio, sua indicação para uma vaga de servente (zelador do prédio) confirmada pelo Decreto Municipal nº 256 de 1º de junho de 1937, que criou os cargos de secretário e de servente e nomeou para os mesmos, os senhores Dylton Motta e Adalton Santos, na mesma data em que a instituição era inaugurada (Vieira, 2004, p. 446-447).

Nessa função de servente , algum tempo depois, foi flagrado pelo Diretor Técnico da instituição, Dr. Francisco de Menezes Pimentel Junior, juiz de Direito da Comarca de Castelo, quando observava pela fresta da porta, a partir do corredor, atento e com grande interesse, a aula de matemática do professor Donato Fauce (Silva, 1995, p. 85).

10 | Sua irmã adotiva Minervina Rodrigues nasceu em Castelo no dia 28/02/1923 e se casou com José Graça em Castelo no dia 08/03/1947, sendo testemunhas: seu irmão Adalton Santos e sua cunhada Domícia Daniel Santos, conforme Registro de Casamento do Talonário nº 6, página 169, do Cartório de Registro Civil da Sede de Castelo (ES) Fundo Registros Civis; Caixa 245; Data 1929-1950, existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Imagem 4: Casamento de Minervina Rodrigues, irmã de Adalton. Essa é a única foto de Dona Amélia Maria da Penha, mãe biológica de Adalton Santos que se conhece. Da esquerda para direita: Sr. Manoel Romão (ou Romano), Dona Maria Quintina, Minervina Rodrigues, José Graça (noivo), Adalton Santos, Domícia Daniel dos Santos e Dona Amélia Maria da Penha no dia 8 de março de 1947, em Castelo. Acervo: Domícia Daniel dos Santos.

O diretor, após perceber o interesse do jovem, o teria chamado: "*Ó rapaz! Que está fazendo aí? Venha cá!*". Com muito receio de ser repreendido, nosso jovem Adalton foi até ele, recebendo a seguinte orientação, após esclarecer ao mesmo suas intenções com relação ao estudo: "*Meu filho, levante-se mais cedo, cada dia, tome seu banho e assista às aulas com atenção.*" Orientação esta que ele seguiu à risca. Mais tarde, quando foram anunciados os proclamas do exame de admissão ao Ginásio, logo fez sua inscrição. Não tardou em sair o resultado e, entre a classificação geral, lá estava seu nome (Silva, 1995, p. 86).

Ele enxergou nos estudos uma oportunidade única para "ascender" cultural, social e economicamente. Com muita competência, ainda cursando o quinto ano do Ginásio, já lecionava francês para as séries anteriores (Silva, 1995, p. 86). Seu conhecimento deste idioma era aprimorado pela professora Maria Madalena Pimentel, filha do diretor, Dr.

Menezes Pimentel. Quanto à língua inglesa, coube ao professor Dr. Deusdedit Baptista as lições que o tornaram trilíngue (Silva, 1995, p. 86). E assim no Ginásio Municipal de Castelo (hoje EEEFM João Bley), além de formar-se no ginasial, tornou-se professor, sendo responsável pela fundação do Grêmio Literário Coelho Neto, quando ainda era estudante. (Cinelli, 1969, p. 127).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

CERTIFICADO N.º D—17 614

O presente certificado de registro definitivo, de que trata o Decreto-lei n.º 8.777, de 22/1/46, é conferido ao professor

ADALTON SANTOS

que, segundo o processo n.º 96 642/44 está habilitado a lecionar

FRANCÊS
INGLÊS

no SEGUNDO CICLO, em qualquer parte do território nacional.

D. E. Se., em 16 / 12 / 1953

DIRETOR

ASS. DO PROFESSOR

Imagem 5: Um dos Certificados de Registro Definitivo do Professor Adalton Santos emitido em 1953. Acervo: Domícia Daniel dos Santos.

Mas não parou por aí. Em 1949, iniciou o curso superior, indo a Vitória periodicamente para aulas presenciais e prestar os exames, e, em 19 de dezembro de 1953,[11] Adalton Santos colou grau como bacharel e foi diplomado no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da antiga Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo (que hoje integra a UFES).

Em um dos poucos registros escritos que o Dr. Adalton nos deixou, intitulado "Reflexos de uma noite de insônia", que trouxemos na epígrafe deste texto, ele desabafava suas angústias dessa época (1954) na qual, ainda recém-formado bacharel em Direito, sustentava a família com o pouco que ganhava como professor e advogado. Suas palavras testemunham o quanto o magistério (Educação Básica) sempre foi pouco valorizado financeiramente. Para Adalton Santos, transitar do magistério à magistratura, não era uma vaidade, mas uma questão de sobrevivência e perspectiva de futuro para sua família.

11 | A data de colação de grau consta em seu diploma, assinado em 16 de novembro de 1954 pelo diretor da Faculdade de Direito, Kosciuszko Barbosa Leão. Coincidentemente, tornou-se bacharel em Direito no mesmo dia, mês e ano (19/12/1953) em que o município de Nova Venécia foi criado, emancipando-se de São Mateus , por meio da Lei Estadual nº 767, publicada naquela data .

Advogou em Aimorés (MG) e em comarcas vizinhas. Na cidade mineira de Mutum, foi promotor de justiça. A judicatura foi seu próximo objetivo. Com êxito, em 1958, tornou-se magistrado, sendo considerado o primeiro juiz de Direito negro do Espírito Santo.[12] (Cinelli, 1969, p. 127).

Segundo nos relataram seus filhos, ele nunca deixou de lecionar para o Ginásio e o Normal (hoje Ensino Fundamental II e Médio) e, em cada cidade para a qual se mudava com sua família, atuando, seja como advogado, promotor ou mais tarde como juiz, antes de conhecer o edifício do fórum ele procurava as escolas onde poderia lecionar no contraturno de suas atividades jurídicas.

Mas em sua vida nem tudo era somente estudo e trabalho. Seus esportes preferidos eram natação e futebol, sendo seu coração rubro-negro. Também foi tenor ou baixo no coral da Primeira Igreja Batista de Castelo, onde sua participação era destacada (Silva, 1995, p. 87).

Apaixonou-se pela jovem Domícia Daniel de Lima, que trabalhava na casa do diretor do Ginásio Municipal, o Dr. Francisco Menezes Pimentel Junior, como empregada doméstica. Desde que se converteu e passou a participar da Primeira Igreja Batista de Castelo, onde se tornou um entusiasta na pregação do Evangelho, ele já a conhecia. Mas o namoro só começou por volta de 1941, quando a jovem Domícia tinha 15 anos, conforme ela nos relatou. Segundo Irryson da Silva, o interesse surgiu de suas visitas para as aulas de francês e utilização da biblioteca na casa do diretor (Silva, 1995, p. 87). Seu filho Daltinho lembra que sua mãe era responsável por levar um café na biblioteca enquanto ele estudava e foi desse contato que o amor entre os dois cresceu. Já a própria Dona Domícia nos dá uma versão diferente. Ela teria conhecido Adalton desde a época de sua conversão, como já foi exposto, mas somente quando ela debutou, Adalton deixaria um pedido escrito em uma das janelas da igreja, no qual perguntava se ela aceitaria namorar com ele? Se passaram duas semanas até ela responder sim e então começarem a

12 | Essa informação muito difundida em Nova Venécia e que consta no "Breve Histórico" da EMEF Dr. Adalton Santos carece de uma pesquisa profunda nos arquivos do judiciário capixaba para sua confirmação. Blog da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Adalton Santos, 16 mar. 2011. Disponível em: https://emefadaltonsantos.blogspot.com/2011/03/emef-dr-adalton-santos-breve-historico.html. Acesso em: 29 set. 2021.

Imagem 6: O jovem casal, Domícia Daniel de Lima e Adalton Santos, em 1944, no dia de seu casamentom, na cidade de Castelo. Acervo: Domícia Daniel dos Santos.

namorar. Viveriam juntos até que a morte os separasse.

O casamento foi celebrado em 11 de abril de 1944[13], perante o seu mentor e amigo, o meritíssimo juiz de Direito, Dr. Francisco Menezes Pimentel Junior. Desta união, nasceram sete filhos: Adalton Santos Filho (1945), Ronaldo Santos (1946-2021), César Augusto Santos (1947), Samuel Fernando dos Santos (1949-2012), Renato Santos (1950-1990), Heloísa Santos (1952) e Jussara Santos (1956) (Cinelli, 1969, p. 127). Os seis primeiros nasceram em Castelo e a caçula em Aimorés (MG).

Segundo Heloísa Santos, todos se formaram no ensino superior, seguindo o exemplo do pai e da mãe que, mesmo com a perda prematura de seu amado esposo, não mediu esforços para que todos os seus filhos continuassem estudando. Adalton Filho, Ronaldo, Cesar e Samuel, cursaram Direito na UFES. Renato cursou Odontologia, também pela UFES. Já a Heloísa cursou Educação Religiosa pelo Instituto Batista de Educação Religiosa no Rio de Janeiro, bacharelado e mestrado em Psicologia e licenciatura em Aconselhamento pela Universidade Estadual da Califórnia, em Hayward (USA) e também mestrado em Divindade pelo Seminário Americano Batista do Oeste. Jussara estudou Música, cursando no SETEBES (Seminário de Música Clássica), sendo professora certificada pela Ordem dos Músicos. Atuou como professora de Musicalização Infantil no Centro Educacional Conexão, Espaço Infantil Crescer e Escola de Música Ritmo e

13 | Conforme Registro de Casamento do Talonário nº 5, página 110, do Cartório de Registro Civil da Sede de Castelo (ES) Fundo Registros Civis; Caixa 245; Data 1929-1950, existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Som (instrumento e teoria).

Também merece nota que seu filho primogênito, Dr. Adalton Santos Filho, carinhosamente conhecido por todos como "Daltinho", também formado bacharel em Direito pela UFES, a partir de 1977 começou a prestar assistência jurídica gratuita à população capixaba por meio da Procuradoria de Assistência Judiciária, vinculada à Procuradoria Geral do Estado, que foi reformulada em 1994, sendo criado em seu lugar a Defensoria Pública do Espírito Santo. Portanto, ele é considerado o primeiro Defensor Público do Espírito Santo, merecendo uma biografia à parte. E, uma das filhas de Daltinho, Dra. Letícia Silva Santos, é uma das netas do Dr. Adalton Santos, que continua a tradição da família como advogada, integrando na Comissão de Igualdade Racial da OAB Vila Velha - 8ª Subseção.

O Dr. Adalton Santos atuou como juiz de Direito nas comarcas de Mucurici, Nova Venécia, Itaguaçu, Castelo, Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Alegre e Vila Velha (Cinelli, 1969, p. 127). Na comarca de Nova Venécia exerceu a magistratura de 1960 a 1964[14]. Com base nos registros do fórum, observamos que foi o primeiro juiz a permanecer por um longo período à frente da comarca. Foram cerca de quatro anos, quando seus predecessores, até então, estiveram somente alguns dias, meses ou, no máximo, por três anos. Foi, sem dúvida, o primeiro juiz negro em Nova Venécia.

Neste período, aqui residiu com sua família, a princípio em uma casa na antiga Rua Guarapari, nº 237 (atual Rua Renato Araújo Maia) e depois no pavimento superior de um prédio na Avenida Vitória, nº 469[15]. Nesta época, o fórum "Dr. Ubaldo Ramalhete Maia" funcionava num prédio onde atualmente se localiza a agência do Banestes de Nova Venécia, diante do que hoje é a Praça do Imigrante.

14 | No Livro 01 de Termos de Compromisso – Posse – dos Funcionários e Serventuários da Justiça da Comarca ele assina os termos de 17/08/1960 a 04/02/1964.

15 | Residiu com sua família no pavimento superior de um prédio (Edifício Popim), que alugou de Radagásio Teixeira, onde atualmente funcionam salas de escritório e, no térreo, o Lojão do Povo e a Cacau Show.

Imagem 7: Inauguração do fórum da comarca de Nova Venécia em 01 de setembro de 1956. O edifício do fórum Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, à direita da foto com uma bandeira na fachada, era localizado na então "Praça Vitória" (atual Praça do Imigrante), no pavimento superior. Foi nesta primeira sede do fórum que o Dr. Adalton Santos atuou como juiz de Direito em Nova Venécia de 1960 a 1964. Hoje, no local existe uma agência do Banestes. Fonte: Biblioteca IBGE, 1956.

Quanto à sua atuação como juiz, foi conhecido por ser muito correto, severo e justo em suas sentenças, com "relevantes serviços prestados à comunidade" veneciana (Campodell'orto *et al.*, 1998, p. 4).

Aqui, como em outros municípios, além de juiz também atuou como professor, lecionando Português, Francês e Literatura, no Ginásio Veneciano, onde funcionava o Curso Normal da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC), e Francês e Inglês no então Ginásio Estadual (que funcionava como anexo ao Colégio Estadual e Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida de São Mateus), hoje EEEM Dom Daniel Comboni. Segundo Dona Élida Salvador Cellia, que foi sua aluna nos anos de 1960, 1961 e 1962 era "*excelente professor, até brincalhão*". Ela chegou, inclusive, a estudar com o Adalton Santos Filho (Daltinho) entre 1960 e 1961. Mais tarde, Dona Élida também foi diretora na escola que o homenageia.

Imagem 8: Edifício da Escola Normal e Ginásio Veneciano entre fins da década de 1950 e início da de 1960. Foi nesta escola que o Dr. Adalton Santos exerceu o magistério em Nova Venécia, de 1960 a 1964, lecionando Português, Francês e Literatura. Fonte: Biblioteca IBGE, s.d.

Durante o período em que atuou como Juiz de Direito em Nova Venécia, o Promotor Público era o Dr. Eduardo Durão Cunha, que permaneceu nessa função até 1967.[16] Nesse mesmo ano (1967), o Dr. Adalton ainda retornou a Nova Venécia para ser o patrono das normalistas (professoras) que se formaram na Escola Normal, tamanho era o carinho das alunas por seu professor. Mesmo após atingir o sonho de tornar-se juiz, manteve seu registro no MEC (atual Ministério da Educação) para lecionar Português, Inglês e Francês (Cinelli, 1969, p. 127-128).

Em 1965 retornou com a família para sua querida Castelo, onde também lecionou e exerceu a magistratura entre 19/03/1965 e 11/04/1966, sendo o 11º juiz daquela comarca (Vieira, 2004, p. 111). Depois foi para a comarca de Alegre. E, em 1969, foi transferido para Comarca de Vila Velha, última onde atuou como juiz e professor, lecionando nas escolas locais e residindo com sua família na Prainha, Rua Antônio Ataíde,

16 | O Dr. Eduardo Durão Cunha foi homenageado como patrono da Biblioteca Pública Municipal de Nova Venécia que, desde meados da década de 1970, está localizada na mesma avenida onde se localiza a escola que homenageia o Dr. Adalton Santos. O promotor se tornou biblioteca e o juiz se tornou escola.

Imagem 9: Exmo. Sr. Dr. Adalton Santos em fins da década de 1960 e/ou início da década de 1970, um pouco antes de sua prematura morte. Quadro existente na EMEF Dr. Adalton Santos em Nova Venécia. Fonte: EMEF Dr. Adalton Santos, s.d.

nº 345, conforme consta em sua certidão de óbito e nos informaram seus filhos Heloísa e Adalton Santos Filho.

Mas esse juiz tinha o sonho de morar à beira de um rio com sua família.[17] Talvez seja por isso que, anos após a sua morte, sua viúva e filhos se estabeleceram em Itapoã, Vila Velha, onde ela construiu uma casa nas proximidades de um pequeno rio que hoje virou canal e é margeada pela avenida que leva seu nome.

Segundo seus filhos, o Dr. Adalton chegou a possuir um pequeno sítio nos arredores de Nova Venécia, onde a família fez alguns cultivos. E também um bote com o qual pescava e percorria um trecho do rio Cricaré. Esse bote ficava ancorado aos fundos da casa da família Sarmento, velhos amigos de Castelo. A propriedade foi vendida e, mais tarde, quando já residia em Vila Velha, ele adquiriu um terreno na região de Jardim Limoeiro, distrito de Carapina, no município de Serra. Após a morte do Dr. Adalton, Dona Domícia venderia o sítio e compraria o terreno em Itapuã, que foi dividido em lotes para seus sete filhos, dos quais ainda restam alguns, onde, inclusive, encontra-se sua residência, na Avenida Dr. Adalton Santos, nº 140.

17 | Conforme informação extraída de postagem feita em página do Facebook que homenageia a figura de nosso ilustre Dr. Adalton Santos, feita em 19 de janeiro de 2015, intitulada "História Real" em parte extraída do Folhetim do Colégio Pio XII - ano I - nº 12 - outubro de 2003, por Hilma Valadares de Oliveira, presidente da Associação de Moradores de Itapuã e coordenadora do Conselho Interativo de Segurança Pública de Itapuã, à época.

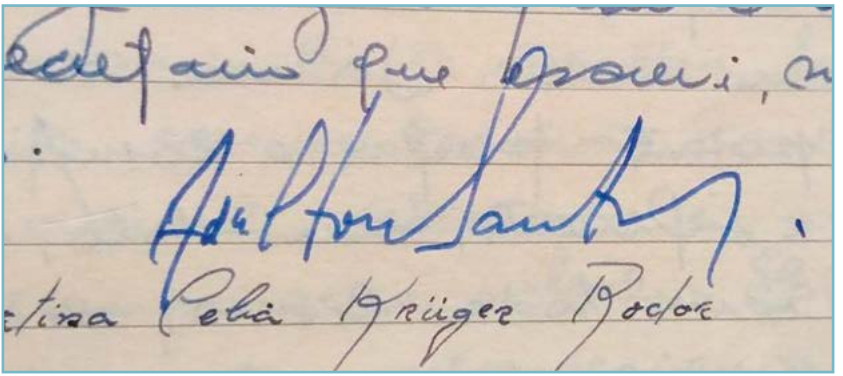


Imagem 10: Assinatura do Dr. Adalton Santos Constante no Livro de Termos de Compromisso (Posse) dos Funcionários e Serventuários da Justiça da Comarca (1956-1980) Nº 01, p. 30, existente no Arquivo da Secretaria de Gestão do Foro – Fórum Dr. Ubaldo Ramalhete Maia – Comarca de Nova Venécia (ES). Fonte: Rogério Frigerio Piva, 2021.

Nosso saudoso mestre e magistrado, Dr. Adalton Santos, morreu de infarto fulminante (fibrilação ventricular - infarto do miocárdio - arteriosclerose coronária)[18] numa sexta-feira, 30 de abril de 1971, quando comprava passagens para ele e sua esposa no terminal rodoviário da cidade de São Paulo. O registro de óbito atesta que a morte se deu no hospital por volta das 20h mas, segundo Dona Domícia, ela acredita que ele já estaria morto quando retornaram ao hospital levados pelo mesmo taxista que os havia conduzido até a rodoviária.

Adalton Santos Filho nos relatou que seus pais haviam chegado à capital paulista por meio de avião, no dia 14 de abril, para tratar da saúde dele no Hospital da Beneficência Portuguesa, no bairro da Liberdade. O Dr. Adalton, que já havia ficado internado no Hospital da Santa Casa de Misericórdia em Vitória, estava debilitado pela diabetes, problemas de pressão, obstrução arterial e *stress* do trabalho na Comarca de Vila Velha, aos cinquenta e um anos de idade.

Porém, mesmo o grande cardiologista e cirurgião Dr. Euriclydes de

18 | Conforme Certidão de Óbito do Cartório de Registro Civil do 2º Subdistrito – Liberdade. Município e Comarca de São Paulo. Livro 103-C, folha 265 verso, nº 62.618. Emitida em 1º de Maio de 1971.

Jesus Zerbini[19], com o qual, segundo Adalton Santos Filho, seu pai se consultou, não deu grandes expectativas de vida devido ao seu grave estado de saúde. E ainda alertou que qualquer emoção mais forte poderia ser fatal. Para Adalton Santos Filho, ele não suportou a ansiedade de um pai que voltava para casa levando o presente de sua filha caçula, Jussara Santos, que faria aniversário no dia seguinte.

Deixava viúva sua esposa e órfão, seus sete filhos, dos quais três ainda menores. Em uma última carta aos filhos, havia se mostrado otimista consolando aqueles que havia deixado aflitos em Vila Velha:

> São Paulo, 17/04/71.
> Querido Ronaldo,
> Cheguei aqui bem. Fiz uma ótima viagem. Diga isto ao Samuel, Daltinho, Jussara, César, Heloísa e Renato.
> Já fiz os últimos exames. São Paulo é uma cidade maravilhosa e o Hospital onde estou é coisa monumental. É o máximo.
> A equipe de médicos é fabulosa. Chove muito e faz frio.
> Avise a todos os amigos que estou passando muito bem.
> Uma benção para você e para os demais.
> Seu Pai. Adalton[20].

Segundo Dona Domícia, o Aeroporto de Vitória ficou lotado naquele sábado, 1º de maio, com todos os que foram acolher o corpo de seu esposo e depois conduzi-lo até Vila Velha.

Com forte comoção de milhares de pessoas que o conheceram e compareceram ao seu funeral, foi sepultado em Vila Velha, no Cemitério do Centro. Em um velho jornal lemos as seguintes palavras a seu respeito e que, acreditamos, traduzem o sentimento de todos que o conheceram: "[...] *quer como Juiz, quer como professor (ou em sua Igreja Batista, ou na Confraria Maçônica) era um cidadão respeitado, mercê de suas qualidades ímpares e bondade extraordinária*" (DR. Adalton Santos, 2015, n.p.).

Para sua família, enquanto ainda estava internado em São Paulo, deixara escrito na contracapa de sua Bíblia, um versículo que até hoje é

19 | Foi o primeiro cardiologista do Brasil e da América Latina a realizar um transplante de coração.

20 | Adalton Santos, 1971 *apud* Santos, 2013, p. 15.

lembrado por Dona Domícia e por seus filhos: "*Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada.*" (Romanos, 8:18).

FALECEU EM SÃO PAULO, ONDE ENCONTRAVA-SE PARA TRATAMENTO DE SAU'DE, UM DOS JUIZES DA COMARCA DE V. VELHA ADVOGADO ADAUTON SANTOS (na foto). MILHARES DE PESSOAS COMPARECERAM AO SEU SEPULTAMENTO NO ULTIMO SABADO, EM V. VELHA.

Imagem 11: Recorte de jornal noticiando o falecimento do Dr. Adalton Santos, em maio de 1971. Fonte: DR. Adalton Santos, 2021.

Quanto à Escola Polivalente de Nova Venécia, que desde 16 de junho de 1984 ostenta seu nome (coincidentemente a lei que renomeou a escola foi publicada no Diário Oficial na data de seu aniversário), foi inaugurada em 28 de maio de 1973, pouco mais de dois anos após seu falecimento e onze anos antes de homenageá-lo, recebendo seu nome. A tradicional EMEF Dr. Adalton Santos ou simplesmente, Polivalente, já completou meio século de vida presente na educação veneciana, ostentando com orgulho o nome do nosso saudoso professor e juiz.

Neste pequeno texto apresentamos alguns traços da biografia do Dr. Adalton Santos (1919-1971) considerado o primeiro juiz negro a atuar no Espírito Santo, cuja memória faz com que até hoje seja reverenciado por todos os que com ele conviveram. Sua trajetória pessoal e profissional apresenta uma história de superação do preconceito racial e religioso, de alguém que, sendo negro e de origem humilde em uma sociedade extremamente racista no pós-abolição, em plena Era Republicana, viu na educação um caminho para a ascensão social e econômica.

Se consideramos sua vida sob o viés da meritocracia, é inegável que sua capacidade intelectual e determinação foram fatores primordiais, porém, caso sua avó materna Dona Maria Quintina e o Senhor Manoel Romão não o tivessem encaminhado para a alfabetização, por volta dos cinco anos de idade, se o seu grande amigo e mentor, Pastor José Francisco de Paula, não o tivesse indicado para, de alguma forma, fazer parte do novo Ginásio Municipal, e, por fim, se o juiz e diretor Dr.

Imagem 12: Vista do antigo Polivalente de Nova Venécia (atual EMEF Dr. Adalton Santos) em cartão postal às vésperas de sua inauguração entre 1972-1973. Apesar de ter sido indicado pela ex-diretora Gláucia em 15 de fevereiro de 1977, somente a partir de 16 de junho 1984 a escola passou a ostentar o nome do saudoso professor e juiz, em solenidade que contou com a presença de sua viúva Dona Domícia e de seu filho Adalton Santos. Acervo: Rogério Frigerio. Fonte: Piva, 1972-1973.

Francisco de Menezes Pimentel Junior não tivesse acreditado nele e, de alguma forma o apadrinhado, tornando-se para nosso jovem Adalton um modelo a ser alcançado na magistratura, sem dúvida, chegar onde chegou teria sido muito mais difícil ou até impossível para uma pessoa como ele, negro e de origem muito humilde.

De qualquer forma, ele era uma figura tão carismática que superou todo preconceito e se eternizou como nome de logradouros e de escola nos municípios de Castelo, Nova Venécia e Vila Velha, onde cresceu, atuou e teve sua última residência e sepultura.

Portanto, estamos levantando o véu do esquecimento sobre a vida deste professor e juiz que, superando as adversidades da vida e o preconceito racial, cultivou amigos e admiradores por onde passou, deixando um exemplo de vida que pode inspirar a outros.

Nosso principal objetivo é fazer com que estudantes e a comunidade em geral conheçam quem foi o Dr. Adalton Santos e que sua trajetória sirva de exemplo para todos que, como ele, sendo origem humilde, enfrentam limitações financeiras e o próprio racismo por sua negritude

ou condição social, não permitindo que os obstáculos da vida os impeçam de alcançar seus sonhos. Salve, querido professor! Sua memória e exemplo de vida não serão esquecidos.

Imagem 13: Vista atual do muro da EMEF Dr. Adalton Santos, ostentando o nome do saudoso professor e juiz na Avenida Matheus Toscano, 363, Bairro Municipal I em Nova Venécia. Imagem disponível em 08/10/2021. Fonte: Rogério Frigerio Piva, 2021.

Referências

BIBLIOTECA *IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 8 out. 2021.

CAMPODELL'ORTO, Isabel; CRUZ, Penha Pansiere da; TEIXEIRA, Maria Luiza. *Histórico da Escola de 1º grau "Dr. Adalton Santos": Jubileu de Prata 1998*. Nova Venécia, 29 maio de 1998, p. 4. Arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Adalton Santos.

CELLIA, Élida Salvador. Relatos via Whattsapp fornecidos ao autor, em 11 mar. 2021.

CINELLI, Nestor (org.). SANTOS, Adalton (verbete) In: *ES – Nossa Gente*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969, p. 127-128.

DR. ADALTON SANTOS. Publicação em rede social. Disponível em: https://www.facebook.com/304570636330227/photos/ a.774045959382690/774246256029327/. Acesso em: 11 mar. 2021.

EMEF DR. ADALTON SANTOS. EMEF Dr. Adalton Santos – Breve Histórico In: *Blog da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Adalton Santos*, 16 mar. 2011. Disponível em: https://emefadaltonsantos.blogspot.com/2011/03/emef-dr-adalton-santos-breve-historico.html. Acesso em: 29 set. 2021.

LEI Ordinária Estadual n.º 3.639, de 07 de junho de 1984. *Denomina Escola de Primeiro Grau Dr. Adalton Santos situada no Município de Nova Venécia*. Assembleia Legislativa – ES. Legislação Estadual. Disponível em: http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI36391984.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

LEI Municipal n.º 1.797, de 28 de dezembro de 1979. *Denomina logradouro público, no bairro de Itapoã*. Vila Velha – ES. Legislação Municipal. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L17971979.html Acesso em: 15 mai. 2022.

LEI Municipal n.º 589, de 13 de agosto de 1971. *Modifica nomenclatura e dá outras providências* (denomina Rua Dr. Adalton Santos). Castelo – ES. Legislação Municipal. Disponível em: https://spl.cmcastelo.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=5503&ano=1971&interno=0 Acesso em: 13 out. 2024.

LIVRO de atas de reuniões (1973-2002). Arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Adalton Santos.

LIVRO de Atas de Audiências Solenes (1956-1999), nº 01. Arquivo da Secretaria de Gestão do Foro, Fórum Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, Comarca de Nova Venécia (ES).

LIVRO de termos de compromisso (posse) dos funcionários e serventuários da Justiça da Comarca (1956-1980), nº 01. Arquivo da Secretaria de Gestão do Foro, Fórum Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, Comarca de Nova Venécia (ES).

MALTA, Josete Sarmento. Relatos orais fornecidos via telefone celular ao autor, em 03 out. 2021.

MARTINS, Gláucia Barbosa Machado Martins. Relatos orais fornecidos via telefone celular ao autor, em 05 out. 2021.

OLIVEIRA, Hilma Valadares de. Folhetim do Colégio Pio XII - ano I - nº 12 - outubro de 2003. Citado em "*História Real*". 19 jan. 2015. Facebook: DR Adalton Santos. Disponível em: https://www.facebook.com/DR-Adalton-Santos-304570636330227. Acesso em: 29 set. 2021.

PROCESSO DA DIRETORIA LEGISLATIVA - DLPL Nº 52/84. Referente ao Projeto de Lei n.º 17/84, de 26 de março de 1984, de autoria do Deputado Antônio Moreira que visa denominar "Escola de 1º Grau Dr. Adalton Santos" a atual "Escola de 1º Grau Nova Venécia". (ex-Polivalente). Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Vitória (ES).

RECORTES de diversos jornais (*A Ordem* e outros) sobre o falecimento do Dr. Adalton Santos em 1971. 30 abr. 2015 e 1 maio 2015. Facebook: DR. Adalton Santos. Disponível em: https://www.facebook.com/DR-Adalton-Santos-304570636330227. Acesso em: 11 mar. 2021.

SANTOS, Heloísa. Relatos escritos, documentos e fotos fornecidos por meio do Messenger e e-mail ao autor, entre 3 e 19 maio de 2022.

SANTOS, Tayse Mengali (org.). *Adalton Santos 'IN MEMORIAM': o Poeta Forno Grande* (compilação de textos de autoria e sobre o Dr. Adalton Santos). Vila Velha, 19 jun. 2013.

SANTOS FILHO, Adalton. Relatos orais fornecidos via telefone celular, ao autor, em 6 out. 2021.

SANTOS, Domícia Daniel dos. Relatos orais ao autor, em 19 abr. 2025.

SILVA, Irysson da. "Não importa o ninho se o ovo é de águia". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)*. Vitória, Nº 45, p. 81 a 88, 1995.

TEIXEIRA, Maria Luiza. Relatos orais fornecidos via telefone celular ao autor, em 4 out. 2021.

VIEIRA, José Eugênio. *'Castello': Origem, Emancipação e Desenvolvimento (1702-2004)*. Vitória, 2004.

LINO DOS SANTOS GOMES

VENTURA DE UM ARAUTO DAS LETRAS

Renata Costa[1]

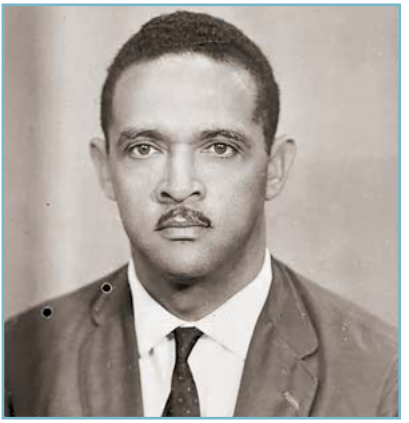


Imagem 14: Lino dos Santos Gomes. Fotografia que compôs o panfleto de sua candidatura a deputado estadual em 1962. Fonte: Acervo pessoal da sua família, 1962.

Introdução[2]

As imagens nos convocam! A primeira vez que vi Lino dos Santos Gomes foi em uma fotografia reproduzida no cartaz de *Love*[3], em um sítio digital. Nela, um homem negro, jovem, esguio, com olhos amendoados, encara quem o fotografa com robustez. Na imagem em preto e branco, ele veste terno. Encarando a fotografia do outro lado da tela, me perguntava: quem foi aquele jovem que sustenta o olhar com solidez diante de um registro fotográfico? Tal questão seria impossível de responder, afinal, como reduzir a algumas linhas a trajetória de uma vida?

1 | Historiadora e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem dedicado suas pesquisas às populações quilombolas, mulheres negras, trajetórias e, mais recentemente ao racismo climático.

2 | Teço agradecimentos à assistente social Meyriele Carvalho, pela aproximação junto à família de Lino por meio de sua neta Mônica Patrícia, assim como as suas filhas, Margarida e Elisa Lucinda, que com muita confiança escutaram e responderam às minhas perguntas. Sem elas, este texto seria muito diferente.

3 | *Love* é um curta-documentário de Bárbara Marques, diretora de cinema e neta de Lino dos Santos Gomes, onde ela apresenta os últimos momentos em família do avô acometido pelo Alzheimer. O filme figura na lista de uma plataforma de locação de vídeos de grandes cineastas do mundo todo: o MUBI. No momento, o título não se encontra disponível para locação, apenas sua imagem e ficha técnica. Link: https://mubi.com/pt/films/love-2018.

Nosso trabalho aqui se apresenta muito mais no sentido de elencar aspectos da trajetória do advogado, um dos fundadores da seção da OAB no Espírito Santo, entusiasta da anistia, da redemocratização e das "Diretas já!". Ele foi um homem que participou de modo ativo do tempo em que viveu. A partir do contar de aspectos de sua vida, esperamos nos aproximar do jovem Lino Gomes, esse que sustenta o olhar altivo na imagem. Nascido na Bahia, na cidade de Alcobaça, em 23 de setembro de 1924, Lino migrou para o Espírito Santo e, neste estado, constituiu família, casando-se duas vezes. Com a esposa do primeiro casamento, Divalda Campos, teve seis filhos, a saber: Cristina Gomes, médica, pediatra e homeopata, já falecida; José Arimathea Campos Gomes, advogado; Elisa Lucinda Campos Gomes, jornalista, atriz e poeta; Margarida Eugenia Campos Gomes Marques, psicanalista e professora; Lino Antônio Campos Gomes, engenheiro; Paulo de Tarso Campos Gomes, trabalhador autônomo.

Este texto compõe parte dos resultados do projeto de pesquisa *Africanidades Transatlânticas: história, memórias e culturas afro-brasileiras*. O fio condutor da pesquisa reside na descrição do percurso histórico de afrodescendentes no Espírito Santo.

Como orientações metodológicas deste texto, a pesquisa foi articulada em diálogo com as reflexões da sociologia de Bourdieu (1986) e sua contribuição ao conceito de trajetória. Para o sociólogo francês, a trajetória informa a série de posições que uma pessoa ocupa durante a vida. Assim, é preciso considerar quais fatos são fundamentais para contemplar e apresentar em meio ao emaranhado de vivências que compõem uma existência.

Assim, inspirada por este modelo analítico, afirmo que a descrição da vida de Lino Gomes passa pela necessidade de considerar as relações e os campos nos quais essa vida acontece, bem como a dimensão histórica que as recordações de seus familiares alcançam, cabendo ao pesquisador contextualizá-las. As rememorações compõem uma série de pistas em nossa busca para reconstituir os campos da memória e história de afro-brasileiros/as no período pós-emancipação no Espírito Santo.

A micro-história é mais uma fonte de compreensão e aprofundamento no que se refere aos contornos analíticos. Ressalto o que Levi (1992) nomeia como definir as margens entre a fluência de um indivíduo pela vida, em meio às contradições, e à estrutura em que esse mesmo indivíduo está posicionado. Ao serpentear pelo conceito de trajetória de Bourdieu e a micro-história de Levi, procuro investigar e apresentar as condições da época, pois entendo que elas forjaram perspectivas de inserção para Lino Gomes no campo das letras, da política e do poder. Ao descrever o presente percurso, contribuo para um campo cada vez mais profícuo nas ciências humanas, que reconstitui trajetórias de personagens e agrupamentos sociais, entre os quais se incluem povos tradicionais, comunidades afro-brasileiras, mulheres e população LGBTQIAPN+. Analiso desafios, criações, singularidades, modos de ser e estar, bem como os códigos criados que, de modo eficaz, articulam uma agenda de demandas por direitos que tem mobilizado esses agrupamentos sociais nas últimas quatro ou cinco décadas.

Rastros de uma agenda pela cidadania negra

A história dos movimentos negros brasileiros durante as décadas de 1920 e 1930 revela uma compreensão por parte das organizações envolvidas nesses movimentos, da importância da construção de garantias para alcançar novas perspectivas para a população negra brasileira, considerando o racismo como questão basilar a ser combatida pelo Estado. Entre esses movimentos, alcançam destaque: a imprensa negra, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX[4]; o Centro Cívico Palmares, fundado em 1926; a Sociedade Brinco das Princesas, composta por mulheres negras em 1925, ambas em São Paulo (Domingues, 2007). O destaque está na criação da Frente Negra Brasileira, em 1930, que se espraiou para vários estados, incluindo o Espírito Santo, sendo o movimento social negro de maior expressão antes da ascensão do Estado Novo, quando Vargas decretou a ilegalidade de todas as organizações políticas do Brasil.

4 | Para saber mais sobre a atuação da imprensa negra brasileira no século XIX, consultar a tese da historiadora e jornalista Ana Flávia Magalhães Pinto.

No contexto cultural e da intelectualidade nas universidades, temos, em 1937, a realização do II Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, organizado por Edison Carneiro. A distinção entre a primeira e a segunda edição do congresso se deveu ao fato de que a segunda foi além de professores e intelectuais da academia. Estavam entre os convidados os Babalorixás e as Yalorixás, como Mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá, liderança do terreiro mais antigo de que se tem notícia no Brasil[5]; Manoel Bernardino da Paixão, do terreiro Bate Folha; Joãozinho da Goméia, do célebre terreiro da Goméia; e Mãe Menininha do Gantois, bisneta da nigeriana Maria Julia da Conceição Nazareth, a fundadora do Terreiro do Gantois, na Bahia. O congresso objetivava ressaltar a dignidade da população negra por meio de suas expressões culturais.

Em âmbito internacional, dois estudiosos se destacam nos estudos afro-brasileiros. Donald Pierson, sociólogo norte-americano, realizou suas pesquisas e se correspondeu com Edison Carneiro no intuito de aprender mais sobre o Brasil[6] na década de 1930. Nos anos 1940, Lorenzo Turner, linguista norte-americano, intelectual negro, chegou ao país para estudar as línguas africanas faladas nos candomblés e deixou um largo registro em imagens das religiões afro-brasileiras.

No campo literário, o realismo ganha o mundo com as obras de Jorge Amado ao entrelaçar política, sede de justiça social e questões de raça. Por isso, listo brevemente a seguir os livros dele que foram publicados nesse período: *O País do Carnaval*, publicado em 1931; *Jubiabá*, que traz a marca da ancestralidade negra na personagem de Antônio Balduíno, publicado em 1935; e o hoje consagrado *Capitães de Areia*, publicado em 1937, que conta as histórias, desafios e sonhos dos personagens, meninos de rua, Pedro Bala, Boa Vida, João Grande, Dora, Zé Fuinha e Volta Seca.

5 | Para mais informações, consultar o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O Terreiro do Axé Opô Afonjá foi fundado em 1910 e permanece até os dias atuais, com sua história ligada ao Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho.

6 | Para conhecer mais sobre o período de Donald Pierson no Brasil, pode-se encontrar no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a correspondência dele com Edison Carneiro: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1553209/mss1553209.pdf e em acervo digital disponível para download no arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP.

Para adensarmos o entendimento sobre a trajetória de Lino Santos Gomes, uma vez que, já construímos acima o cenário cultural no qual ele esteve imerso, apresento brevemente parte da história do partido que ele compôs por anos, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Na cronologia que abrange o golpe militar no Brasil, é importante destacar que o PTB foi um partido que reunia ideias do getulismo em 1945, compunha assim o denominado trabalhismo brasileiro. O programa do partido em muito se assemelhava às bandeiras defendidas por Vargas, como políticas sociais voltadas para a garantia do pleno emprego, criação e administração de um programa nacional de previdência pelo Estado brasileiro, entre outras normativas. O partido também englobava as questões raciais em suas discussões e diretrizes, o que levou Vargas a receber integrantes da Frente Negra Brasileira antes do golpe do Estado Novo.

Algumas décadas depois, com o golpe militar de 1964, o temor do governo era o apelo popular eleger candidatos não alinhados ao regime ditatorial e, dessa forma, o bipartidarismo surge como resposta a esse quadro, com a finalidade de enfraquecer e minar a capilaridade dos partidos de oposição.

A partir de 1966, havia na cena política dois partidos autorizados a existir: a chamada Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava o apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que constituía a oposição. Ao que escreve Oliveira (2013), em sua tese de doutorado, Lino dos Santos Gomes, em 1966, consta como um dos fundadores do MDB na seção Espírito Santo. O MDB reunia uma série de partidos em sua composição, sendo a maioria dos filiados de quadros anteriores do PTB e PSD.

Com o avanço do processo de redemocratização, em 1978, o Espírito Santo, assim como outros estados, aderiu ao multipartidarismo. Lino dos Santos Gomes, de acordo com depoimento de sua filha Margarida, sempre esteve a favor da abertura, da anistia e da democracia, o que se alinha ao partido que escolheu e ajudou a fundar.

Importante assinalar que, embora criado em meio a um contexto conservador e influenciado pelo varguismo, o PTB, naquele período, havia

produzido alianças com movimentos sociais negros da época e líderes sindicais capixabas que tencionavam a ampliação dos direitos de cidadania e maior participação institucional.

Sudão, Portugal, Bahia, Espírito Santo: trânsitos da família Santos Gomes

Lino dos Santos Gomes nasceu em 1924, na cidade de Alcobaça, no interior da Bahia, filho do português Joaquim Antônio Santos Gomes[7] e da descendente de sudaneses, Elisa Lucinda Gomes. Seu pai era um operário e sua mãe trabalhadora do lar. A vida simples dos pais levou Lino, desde a infância, a realizar pequenos serviços para complementar o orçamento familiar.

A família permaneceu pouco tempo na Bahia, migrando para o Espírito Santo, quando Lino contava com apenas 8 anos de idade. Ele vivia ao lado de sua mãe, Elisa, que cultuava seus orixás e reunia saberes etnobotânicos que a auxiliavam nas tarefas cotidianas. Na adolescência, Lino recebia, por meio de seu pai, notícias dos tios, já que o Sr. Joaquim Antônio Gomes acompanhava por cartas o desenrolar da vida dos irmãos que ainda viviam em Porto, cidade costeira localizada na região noroeste de Portugal. Boa parte das informações e preocupações da época envolvia a ditadura salazarista, de Antônio de Oliveira Salazar, o ditador português que permaneceu no cargo durante quarenta anos, sendo deposto apenas no dia 25 de abril de 1974[8] pela Revolução dos Cravos.

No Espírito Santo, Lino Santos Gomes se casou com Divalda Campos Gomes e ingressou, como jovem operário, na antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale. Ali, ele trabalhou por cerca de trinta anos, ora saindo, ora retornando, em virtude dos cargos públicos e gestões governamentais que ocupou durante sua vida.

7 | Um ponto destacado por Margarida Eugênia é que há uma dúvida sobre a trajetória do avô que pode ter se envolvido de algum modo na luta política contra o regime de Salazar. Recorda-se de escutar ele em conversas cifradas sobre o tema ao telefone com os irmãos que viviam no Porto.

8 | Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo de Waldir José Rampinelli* In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.18, n.32, p.119-132, jan./jun. 2014.

Sua presença em um contexto marcado pela ausência de negros em espaços de poder econômico e político é informativa sobre os modos como os sujeitos afro-brasileiros operam estratégias e criam significados para suas ações. Em livro de memórias não publicado, Lino Gomes detalha episódios de racismo vivenciados por ele. Ser um dos poucos negros em muitos dos locais pelos quais passou, e que revelam posições de poder e prestígio político, certamente o inquietou, já que nesse material ele registra impressões sobre ser negro no Brasil em diversos momentos. Outros temas também o estimulavam, a saber: a cidadania e o papel das elites. Lino tece em seus cadernos uma espécie de diário comentado da vida cotidiana, a partir de duas de suas paixões: a política e os livros.

Do casamento entre Lino e Divalda, professora de Yoga, nasceram cinco filhos, e, mais tarde, um foi adotado. Na casa de Lino e Divalda, a educação escolar e o acesso às letras sempre foram prioridades, pois a casa abrigava uma biblioteca com mesa de estudos e um escaninho para cada filho/a. Em entrevista Elisa Lucinda narra:

> Ouvi muito, meu pai dizer que nós os filhos, o quilombo dele iria estudar para enfrentar e mostrar a força dos negros!
>
> Tenho a linda lembrança dele para explicar para mim, cada frase do hino nacional para que eu entendesse a importância do hino.
>
> Nosso amor pelas palavras se deve a forma e a força que ele dizia ter a palavra.
>
> Conhecemos por ele, a vida política, a importância dos movimentos estudantis.
>
> Dizia que um dia o mundo seria entregue às mulheres e então os homens não estariam preparados. E lembrava que o racismo sempre te pega distraído e explicava muito sobre os negros. Tinha orgulho de falar da nossa profissão. Nós, os cinco filhos, estudamos na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). Era o pai da lei e do amor. (Lucinda, 2021).

O fato de Lino Gomes referir-se à sua família como seu "quilombo" remete a uma valorização de suas origens étnicas e da pessoa de sua mãe, cujo nome ele adotou para uma de suas filhas, somada ao reconhecimen-

to do quilombo como projeto de educação dos afro-brasileiros[9]. A raça, tão comentada em seus escritos, é ao mesmo tempo preocupação e motivo de orgulho. Os registros de atos de discriminação e a ineficácia da aplicação da lei Afonso Arinos o inquietam e o estimulam a apresentar, o que me parece, suas proposições sobre a maneira de estar no mundo.

Em suas memórias, Lino lamenta a ausência de um projeto de inserção da população negra no mercado de trabalho no período pós-abolição. Ele aponta a arte como um caminho alternativo pelo qual os afro-brasileiros que ele admira conquistaram dignidade, citando Martinho da Vila e Gilberto Gil. Ele conheceu o primeiro e o convidou para desfilar na agremiação carnavalesca Vila Isabel.

Aos 38 anos, Lino teve a oportunidade de ver a educação realizar a mudança almejada em sua vida, pois, em 1961, passou de operário a bacharel em Direito pela antiga Faculdade de Ciências e Letras, que deu origem à Universidade Federal do Espírito Santo. Para a formatura, seu anel foi comprado por seus colegas operários, que trabalhavam anteriormente lado a lado com ele todos os dias, e o presentearam não apenas com o anel, mas também com uma máquina de escrever, como me narrou com emoção sua filha Margarida.

No ano de 1962, Lino Gomes concorreu à vaga de deputado estadual pelo PTB, obtendo 1650 votos, e ficando como suplente da sigla.

Este momento marca a ascensão econômica e profissional que ganha contornos cada vez mais definidos, pois foi membro-fundador da seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Espírito Santo. Ele continuou estudando e concluiu uma pós-graduação em Sociologia. Tornou-se professor de latim, língua que passou a estudar até dominar. Em seus escritos é possível perceber a erudição que apresenta e com que formula seu pensamento:

> Dir-se-á presuntivamente: se o negro houvesse encontrado na alforria geral e legal um ambiente socioeconômico que lhe desse identidade, lhe moldurasse o desempenho laboral e lhe desse

9 | Oliveira (2018) trabalha este argumento dos quilombos como lugares em que afro-brasileiros construíram projetos alternativos de educação.

> certo grau de inserção (que não a simples transposição horizontal desqualificada) a evolução do tronco para a cozinha teria tido outra resultante, mais enobrecedora. (Gomes, 2021).

Não são poucas as passagens em que Lino questiona o destino dos negros após o fim da escravatura, ainda marcadas pela influência do período em que cresceu, em que o apelo à miscigenação era forte e uma propaganda do Brasil para o mundo. O racismo é apontado como algo que o acompanhou pelos cargos que ocupou e espaços de liderança que assumiu. Em dada passagem, ele fala de um outro personagem negro do Espírito Santo, Joaquim Beato, pastor, filósofo e senador capixaba, falecido em 2015, e descreve:

> Certa ocasião, como secretário de estado, estávamos no governo, o Dr. Beato, essa figura ilustre e eu, por coincidência, ou não, saímos ambos no mesmo dia desses cargos. Soube-se mais tarde, que à época, comentava-se nos corredores que a nossa saída era realmente oportuna, porque havia muito negro no governo. (dois apenas).
>
> Na Universidade Federal, quando lá fui Diretor Geral, certo funcionário da área do Direito, com quem mantinha entrevistas de trabalho, disse-me simuladamente, mas não ocultando uma pitada de ironia: "Você é um cara trabalhador e tem boas ideias. Não se esqueça, porém que é negro". (Gomes, 2021).

Neste material, verdadeiro livro de memórias que conta a história do Espírito Santo, a partir de um olhar crítico e, por vezes, emocionado, acompanhei casos de clientes que Lino Gomes defendeu, cargos que ocupou na siderúrgica, na assessoria direta de operações da empresa, enquanto cursava pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), e a narração do nascimento de uma favela no Rio de Janeiro que, décadas depois, se tornaria a maior da América Latina: a Rocinha, em 1967.

Lino apresenta ainda projetos dos quais integrou, que deram origens a clubes, como a Desportiva Ferroviária, a implantação do projeto original de 780 casas do bairro São Diogo, na Serra, além de comentários sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso e sobre o recém-criado Estatuto da Criança e do Adolescente.

Num de seus escritos, datado de 1999, ele explica sua paixão pela política como uma herança paterna:

> É-me, porém, impossível, essa isenção indiferente da vida do meu país. A respeito da minha incompetência comparada à das elites nacionais que infelicitam o Brasil. Sinto compulsiva e patrioticamente a necessidade de participar. É uma herança que vem de meu Pai. Português politizado, que amava o Brasil. Muito mais que a maioria dos brasileiros embotados. (Gomes, 2021).

Em uma reflexão, aponta o desafio de ser um homem afeito à política e, ao mesmo tempo, decepcionado com o modo como está estruturada:

> Julgo que sempre tive razoável capacidade estratégica. Deparo-me, porém, com dificuldade no plano tático que, na política, exige mudanças morais, num processo de inopinadas contra-marchas. Até mesmo de submeter-se a violências conceituais e ideológicas, o que abomino, por convicção e pela nobreza com que qualifico o exercício das funções de governo. Cultuo a verdade na direção do bem coletivo. (Gomes, 2021).

Lino Gomes foi, acima de tudo, um homem de seu tempo. Teceu uma trajetória singular como homem negro, capaz de transitar entre a elite política do Espírito Santo, por meio dos diversos cargos públicos e ocupados na iniciativa privada ao longo de toda a sua vida.

Mesmo com a ascensão econômica, nunca deixou de assinalar seu pertencimento étnico, orientando os filhos a saberem, de forma crítica, quem eram alguns personagens e autores: a) Lampião, que, de acordo com depoimento de Margarida, o pai contava que não era um bandido e sim alguém que buscava a justiça; b) a leitura estimulada de *Capitães de Areia*, de Jorge Amado; clássicos da política ligados à sua área, como Maquiavel; d) a boneca com cabelos cacheados dada à filha Elisa, ainda pequena, para que se visse em algo que parecesse com ela própria.

Argumento que suas decepções com a política podem também ter como base a questão racial, pois é nítido o quanto, já naquela época, nas décadas de 1960 e 1970, Lino Gomes era um profissional extremamente qualificado e culto para o contexto no qual o país estava inserido na época. Conforme os anos avançaram, ele se encaminhou para a ala

política de centro-direita do país, a partir do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). São frequentes os comentários em seus escritos sobre a gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, e em âmbito municipal, sob o governo de Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Os comentários de Lino Gomes vão desde turismo até a organização de impostos pelo Estado brasileiro. Além disso, há citações de livros dos mais diversos e de colunistas dos jornais locais *A Gazeta* e *A Tribuna*, os quais acompanhava e lia de forma assídua. Em alguns trechos, as últimas frases do que escrevia eram finalizadas com citações em latim.

Considerações finais

A vida deste afro-brasileiro demonstra a trajetória de um homem que soube aproveitar as oportunidades políticas, fazendo da erudição seu campo de resistência e fortalecimento. A amplitude dos espaços em que esteve presente não fizeram com que Lino Gomes esquecesse quem era ou onde foi criado, no bairro Itaquari, Cariacica, ao qual se refere, vez ou outra, em seus escritos com afeto.

O esforço analítico que realizou no artigo seguiu em busca do jovem e altivo Lino Gomes, que, em uma foto, sustenta um olhar e uma postura robusta. Apresento, em retrospecto, aspectos históricos e culturais para sermos capazes de realizar esta modesta e breve viagem no tempo em busca do homem que ele foi e do que o mobilizou.

A educação, em sua trajetória, é destaque e pilar estruturante de sua vida e de seus filhos, aos quais fazia questão de assinalar que cursassem a graduação com a qual se sentissem mais confortáveis. Lino Gomes escreveu um livro de poemas em homenagem à sua primeira esposa e, neste, como em outros escritos, assinava o nome ao contrário, ficando com a seguinte grafia: Onil Semog. Depois de uma longa trajetória na educação, na carreira profissional, na dedicação à família e na política, Lino faleceu aos 94 anos, no dia 6 de fevereiro de 2018.

A leitura, a música e arte[10] o acompanharam em seus últimos dias, já acometido pelo mal de Alzheimer, enquanto a família se revezava em seus cuidados e lia, cotidianamente, os autores e autoras dos quais ele mais gostava, bem como colocavam as canções dos músicos de sua geração. Esse registro afetivo foi captado pelo curta-documentário de sua neta Bárbara Marques, filha de Margarida Eugenia, intitulado *Love* (Amor, em inglês).

É preciso afirmar que suas memórias constituem um valioso material de pesquisa, não apenas sobre sua vida, pois abrem campo para a produção de uma reflexão sistemática das distintas trajetórias políticas negras no Espírito Santo. Finalizo minhas palavras desejosa de ter, ao menos em parte, alcançado o mistério dos olhos vivos de Lino dos Santos Gomes.

Referências

Assembleia Legislativa do ES. Disponível em: http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/documento_spl/38530.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

CARDOSO, Lucian Rodrigues. *O Paradoxo de uma existência: a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro no Espírito Santo. (1945 – 1964)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) — Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, edição 23. Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 2007.

GOMES, Arilson. O trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958). In: *Revista de História Temporalidades*. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, v. 4, n. 2, ago/dez 2012.

10 | A poeta, atriz e jornalista Elisa Lucinda escreve um poema para o pai intitulado " Mas é a cara do Lino". O poema está em um de seus livros, cuja autoria partilha com Rubem Alves, *Poesia do Encontro*, publicado em 2008.

GOMES, Lino. Escrito em material cedido pela família. Espírito Santo, 2021. Documento não publicado.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 28 set. 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1637/. Acesso em: 28 set. 2024.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. *Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LUCINDA, Elisa. Entrevista concedida em 14 set. 2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Memórias e culturas afro-brasileiras na educação escolar: análise a partir da trajetória de uma professora quilombola. In: *Revista Educação Pública*. Cuiabá, v. 27, n. 65/2, p. 573-590, maio/ago. 2018.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982).* Tese (Doutorado em Ciência Política) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, 2013.

JOAQUIM BEATO

ENCRUZILHADAS DE UM HOMEM NEGRO NO MUNDO DA EDUCAÇÃO E DO PROTESTANTISMO

Timóteo André Alves de Oliveira[1]
Gustavo Henrique Araújo Forde[2]

Introdução

Este artigo visa apresentar aspectos biográficos da trajetória de Joaquim Beato, perscrutando marcas e rastros de escolarização nos campos teológicos, acadêmicos, políticos e de negritude, que se entrelaçam em sua trajetória de professor, pastor, senador da República e ativista do movimento negro capixaba. Para a escrita, tomamos como inspiração o estilo de escrita ensaística, trabalhamos com narrativas e memórias de pessoas que conviveram com ele, além de textos e artigos publicados pelo próprio Beato. A trajetória de vida de Joaquim Be-

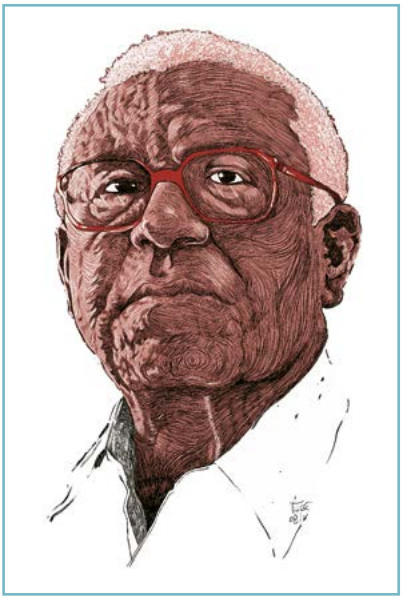


Imagem 15: Desenho de Joaquim Beato. Autor: Timóteo André Alves de Oliveira, 2024.

1 | Licenciado e bacharel em ciências sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) nos anos de 2021 e 2023, respectivamente. Mestrando no programa de pós graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCSO-UFES).

2 | Doutor em Educação, docente e pesquisador lotado no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Ufes (NEAB/Ufes) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). E-mail: gustavo.forde@ufes.br

ato é uma encruzilhada viva, onde convergem e se encontram variados caminhos.

Aqui, optamos por deter-nos nas trajetórias educacionais, do protestantismo e da negritude, valorizamos as memórias de sua infância, de sua trajetória no campo protestante, de membro a reitor de seminário; sua progressão educacional, de estudante do primário até pós-graduado em Oxford e, por fim, sua transformação de preto a negro. Ao percorrermos esses caminhos, dialogamos com a negritude, a religião e a educação, e como essas categorias foram se constituindo ao longo de sua caminhada e marcando a vivência pública de Joaquim Beato. Sem abrir mão da teoria, tecemos uma escrita que possibilitou um diálogo mais amplo com os diversos atores e espaços sociais.

Do ponto de vista metodológico, trabalhamos com narrativas e memórias, tais como marcas e rastros (Ginzburg, 2007) de lembranças do passado. Lembranças que, cultural e historicamente, estão tecidas nas experiências da diáspora afro-brasileira e permanecem silenciadas, como memórias subterrâneas (Pollak, 1989). São lembranças de fatos narrados por pessoas que conviveram com ele, além de narrativas publicadas em textos e artigos de autoria do próprio Beato. Essas lembranças são articuladas no tempo presente, no aqui e no agora, e, portanto, não são meras imagens do passado.

Nas palavras de Lima (2011), trabalhar a memória da militância negra implica desvendar percursos de uma parcela importante na história do país, fazendo emergir sentidos de vida não registrados ou silenciados. Muitas vezes, são memórias que se preservaram e se afirmam por meio da oralidade, um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, carregado de sentidos sobre a nossa existência. (Trindade, 2010). Mas, quais seriam o valor e a fidedignidade dessas narrativas? Para Amadou Hampâté Bâ.

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. No nosso entender, não é essa a maneira correta de se colocar o problema. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim, não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem.

> O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra (Bâ, 2010, p. 168).

Interessa-nos, neste ensaio de natureza introdutória, desvendar caminhos, fazer emergirem relatos da trajetória de ascensão social de Joaquim Beato e contribuir para a tessitura biográfica de uma das maiores figuras do Espírito Santo, uma das pessoas negras de grande notabilidade no cenário brasileiro. É importante destacar que cada breve narrativa aqui trazida consiste em vestígios de processos mais amplos e complexos, atravessados por tensões raciais, ascensão pessoal, pertencimento coletivo e luta contra o racismo.

Assim, dada a abrangência das trajetórias de Beato, a opção foi deter-nos em seus percursos educacionais, do protestantismo e da negritude, procurando compreender como se dão as relações entre esses três caminhos, observando os conflitos e as articulações possíveis entre si. Valorizamos, neste trabalho, as memórias de sua infância, sua progressão no campo protestante – de membro a reitor de seminário; sua trajetória educacional, de estudante do primário até a pós-graduação, em Oxford e, por fim, sua transformação de preto a negro.

Encruzilhada viva

Valendo-nos de uma imagem das religiões de matriz africana, a trajetória de vida de Joaquim Beato é uma encruzilhada, na qual convergem e se encontram caminhos que, em outras circunstâncias, nos pareceria improvável de estabelecer uma conexão. Além disso, assim como nas religiões dos orixás, percebemos que é exatamente nesses entrecruzamentos de percursos que se assentam o sagrado, o sociopolítico e o seu sentido existencial. Beato é uma figura histórica que carrega memórias subterrâneas que a história oficial tentou suprimir; entretanto, a potência de sua trajetória se nega a ser silenciada e salta aos nossos olhos.

Como em uma encruzilhada, os caminhos que se encontram são con-

traditórios entre si e beiram o paradoxo, mas, em Beato, há coerência e conexão. No drama do negro brasileiro, o papel que essa dramaturgia racista reservou a esses grupos está resumido pela sirene, pela vela, e pelo trabalho pauperizado. Na trajetória de Beato, percebemos esses indícios ao vermos um menino negro, nascido no sul do Estado do Espírito Santo, que adentrava o mundo da construção civil, mas, ao se introduzir no mundo do protestantismo, também adentrava o das letras, tornando-se um intelectual, tanto no campo teológico quanto no social e filosófico.

Homem "negro no mundo dos brancos" (Fernandes, 2007), depois da sua adesão ao protestantismo, Beato passou a habitar uma religião de hegemonia branco-europeia. Ele aderiu ao presbiterianismo, isto é, calvinismo – religião analisada por Max Weber para compreender o espírito do capitalismo, o que o próprio Beato reconhece como sendo verdade (Beato, 1981). O caminho da negritude e o caminho da religião branco-europeia se chocam em encruzilhadas ora para libertação, ora para tensão. Tais tensões se traduziriam em conflitos internos na sua própria denominação religiosa, que o desligaria mais tarde.

Além desses caminhos, em Beato converge o caminho da universidade, sendo um dos primeiros professores negros universitários no Espírito Santo e um dos primeiros a ocupar a cadeira de filosofia e sociologia na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ele também trilhou o caminho da vida política institucional, atuando como senador da República, além de ter sido secretário de Estado das pastas de Cultura, Lazer, Desenvolvimento e Cidadania, e Educação. Como se percebe, a religião cristã, a política, a negritude, o eruditismo, o pragmatismo e outras dimensões de sua existência convergem.

Por fim, além de convergir, o encontro desses caminhos possibilita a construção de algo novo. Embora este não seja nosso foco, reconhecemos que tal trajetória abre possibilidades de reflexão e ação nos campos da política e religião, política e negritude, religião e negritude, educação e fé, entre outros. Neste texto, entre os vários caminhos que se entrecruzam, optamos por priorizar as experiências de Beato na educação, na religião protestante e na construção de sua negritude. Assim, valemo-nos de memórias e relatos de sua infância até a idade adulta e

apresentamos como esses caminhos se encontram e se desencontram. A imagem da encruzilhada assume, aqui, um lugar potente de criação, tornando a própria vida de Beato um acervo teórico que nos mobiliza a repensar essas categorias.

Infância negra

Joaquim Beato foi uma criança negra do sul do Estado do Espírito Santo. Nasceu na cidade de Alegre, no dia 6 de outubro de 1924, na rua Califórnia, mas viveu sua infância ora no distrito de Rive (Alegre), ora na cidade de Guaçuí. Era o caçula de dez filhos; sua mãe era lavadeira e costureira, e seu pai era um "carapina". Sua mãe era descendente de povos indígenas da região, os Puri. Segundo Beato, sua avó era uma indígena desse povo, que foi "pega a laço" por um português e, portanto, sua mãe trazia fortes traços indígenas. Seu pai era o que Beato denominava "descendente de africano puro", podendo-se inferir, que ele, como o Beato, provavelmente era um homem negro mais retinto.

A família Beato era muito pobre e foi acometida por muitas mortes. Quando Joaquim tomou consciência da própria realidade, cinco familiares seus já haviam falecido. Embora não seja conhecido o motivo dessas mortes, é possível deduzir que doenças e a condição socioeconômica podem ter contribuído, porque o próprio Beato, aos oito ou nove anos de idade, sofreu de hidropisia, ou barriga d'água, quase o levando a óbito. Entre essas perdas estava a de seu pai, que morreu em 1928, quando Joaquim tinha apenas quatro anos. Na época, seus pais já estavam separados, e quem cuidava da casa e dos irmãos era o irmão mais velho, a quem Beato chamava de "padrinho".

Com a morte do pai, a responsabilidade da criação sobre o irmão mais velho se intensificou de tal modo que, em 1930, toda a família teve de se mudar para Guaçuí, onde ele havia conseguido emprego como construtor, estabelecendo-se por lá. Foi nessa cidade que Beato teve seu primeiro contato com a escola, mas precisou interromper os estudos por algum tempo devido à hidropisia, que o afligiu por dois anos. Durante o tratamento, mudou-se para Alegre e, depois, para o distrito de Rive, próximo à sede do município. Tendo recorrido a todos os recursos pos-

síveis da medicina popular, após algumas tentativas ele finalmente se recuperou completamente.

Sobre o pertencimento religioso, a família Beato era praticante de um catolicismo popular, marcado por um forte sincretismo entre religiões indígenas e de matriz africana com o catolicismo. Em entrevistas sobre sua infância, Beato afirma ter participado do grupo de escoteiros da igreja, das festas religiosas e de ter ido à benzedeira e outras práticas da população local, mas sem o mesmo engajamento que teria com a religião como em sua experiência protestante.

Foi na infância, na fase da "barriga d'água", que Beato teve sua primeira experiência de racismo. Como bem trabalhou Neuza Santos Souza (1983), é exatamente na infância que os papéis de ser negro e ser branco na sociedade brasileira são trabalhados na psique das crianças. E, como pensou Fanon (2008), é o branco que nomeia o negro. É nesse encontro de diferentes que a negritude, denominada pelo branco, se afirma.

Beato relata, em entrevista cedida ao Iser (1986), que, certo dia, quando ainda era um menino pequeno, estava brincando de dar "galope" na cabeça de outra criança, que correu para reclamar com sua mãe. A mãe da criança disse para Beato: "Onde já se viu negro bater em branco?". Essa frase desencadeou o primeiro incômodo da existência de Beato e, a partir dela, podemos inferir sobre o lugar destinado ao "ser negro" no imaginário social brasileiro e sobre a dualidade presente no "racismo de marca" à brasileira (Nogueira, 2006). Ou seja, na etiqueta social é impróprio tocar em "assunto da cor da pessoa" diante de pessoas negras, todavia, quando se deseja ofender alguém, é a negritude a primeira a ser acionada como forma de insulto.

Esse evento marcaria radicalmente a existência e a negritude de Beato, pois, ainda sobre as contribuições de Neuza Santos (1983), enquanto Joaquim Beato vivia nos lugares socialmente determinados aos negros – como na situação de pobreza, de doenças e abandono – a sua negritude não seria uma questão, exceto em momentos de confronto dentro desses segmentos, onde os brancos pobres usufruem de capital simbólico produzido pela branquitude e pelo racismo. No percurso de ascensão social de Beato, são perceptíveis aqueles e aquelas que procuram discri-

miná-lo por causa do seu pertencimento étnico-racial. Beato vivenciou, em sua trajetória, o racismo que afeta a pessoa negra. Aquele que, ao "furar" o "apartheid à moda brasileira", vive em um mundo branco.

Do mundo negro ao mundo branco

Durante a adolescência e juventude, Beato teria contato com a religião cristã protestante e trilharia esse caminho no presbiterianismo. Ele visitou uma Igreja Presbiteriana em Guaçuí, em um domingo de 1937, por insistência de um membro dessa comunidade que tinha feito o convite à sua mãe. Na época, a congregação tinha apenas 17 anos de fundação e estava começando seus trabalhos. Depois desse encontro, Beato nunca mais sairia da igreja.

De confissão calvinista, a Igreja Presbiteriana foi desenvolvida na Suíça por João Calvino e seus discípulos. Por ser de ramo protestante e ter como um de seus lemas principais "somente as Escrituras" para fundamentar sua experiência de fé, essa denominação tem um maior contato com o mundo das letras e com a produção acadêmica, o que se manifestou em toda a sua história, haja vista que muitos reformadores eram homens e mulheres estudantes ou professores universitários. A missão existencial do protestantismo era muito articulada com a alfabetização, com a tradução de textos bíblicos para a língua materna do país, entre outras práticas. Essa inter-relação entre escola e protestantismo se manifestaria tão intensamente que a própria dinâmica do culto, as articulações no templo e o uso de seus textos sagrados lembram, em algum nível, uma exposição escolar. Em suma, o ethos protestante está intimamente relacionado ao mundo das letras e à educação.

A Igreja Protestante chega ao Brasil por intermédio de missionários estadunidenses, nos anos próximos à assinatura da Lei Áurea e da Proclamação da República. Nas palavras de Beato (1981), a igreja presbiteriana trazida ao país possuía um ethos estadunidense, sendo adepta do liberalismo econômico, do governo democrático e capitalista. No contexto do Brasil monárquico, essa denominação era revolucionária, por trabalhar na fundação de hospitais, escolas, universidades e alfabetização, pois, para que o protestantismo avançasse, era necessária uma

população alfabetizada para se apropriar dos textos sagrados. Durante a República, essa denominação religiosa se concentraria na classe média e assumiria uma percepção conservadora e capitalista da fé cristã, reforçando a tese weberiana de inter-relação entre a ética protestante com o espírito do capitalismo.

Portanto, Beato não estava apenas ingressando em uma denominação, mas sim em um novo mundo que lhe permitiu ascender no nível educacional, de classe e de expectativa de vida. Segundo Beato, em sua época era comum os filhos mais novos aprenderem o ofício do pai ou dos irmãos mais velhos e, entre os 12 e 14 anos de idade, a expectativa era de que ele fosse um construtor, embora ele tenha confidenciado, em entrevista, que tinha o sonho de ser arquiteto (Oliveira, 2002). Entretanto, ocorre uma transformação nas expectativas de Joaquim, a ponto dele ingressar na vida ministerial e, posteriormente, acadêmica. Ele assume o ethos protestante, passando a incluir na sua rotina o trabalho, a educação e a igreja, constituindo sua socialização nesse meio.

Beato considerava sua entrada na igreja evangélica a decisão mais importante de sua vida, e essa escolha impactou seu meio social, pois, na escola sua professora de ginásio, a diretora escolar e o líder de sua antiga tropa de escoteiros o questionaram sobre essa decisão. Além disso, a igreja presbiteriana reforçou essa escolha ao rebatizá-lo, por não considerar válido o batismo católico. Nesse contexto pré-ecumênico, Beato acatou essa exigência. Podemos associar essa situação ao conceito "Religião como solvente", de Pierucci (2006), segundo o qual o protestantismo tem por exigência uma tomada de decisão que assume a função de dissolver toda a experiência de vida anterior à religião. Mesmo aberto às experiências da fé popular, percebe-se que houve um abandono de tais práticas e construção de outras.

Essas outras práticas correspondem ao mundo da educação escolar, marcado por saberes e fazeres hegemônicos branco-europeus e estadunidenses. Isso fica evidente quando, aos 14 anos, Beato se torna superintendente da escola bíblica dominical, organização interna da religião protestante com o objetivo de formar e informar a igreja sobre as ideias bíblicas. Por isso, essa organização ocupa um papel central na experiência desse grupo. Vemos aqui um avanço desse garoto, que,

com apenas dois anos já assumia uma posição de liderança e conduzia a educação da religião do livro. Posteriormente, Beato começou a pregar, ou seja, a traduzir, ler e propor caminhos na religião. Concomitantemente a esse caminho na religião, a performance de Beato na escola se destacou, sendo o melhor aluno da turma, o que o levou a trabalhar no jornal escolar com charadas, textos e poesias. Assim, Beato adentra no mundo das letras.

Como já mencionado, o processo de ascensão de Beato se constituirá paralelamente à intensificação do racismo contra ele. Segundo a ideologia racial brasileira, a expectativa é de que os grupos negros não dominem as linguagens e as tecnologias hegemônicas dos grupos branco-europeus. Assim, as linhas dos mundos brancos se chocarão na encruzilhada do corpo negro de Beato, especialmente neste período, em que se destacam dois episódios de racismo que o marcaram. O primeiro ocorreu na escola, em que ele, mesmo sendo o melhor aluno de sua turma, foi impossibilitado de ser diretor do jornal escolar por ser negro. Embora, segundo ele, esse motivo não tenha sido dito diretamente, chegou até ele por meio de terceiros. Apesar de ter o direito de acessar essa posição devido a sua performance, o racismo foi um obstáculo, como relatou em sua entrevista concedida ao Iser (Beato, 1986).

O outro evento foi relacionado à questão afetiva. Beato mantinha um relacionamento escondido com uma moça branca da igreja, tanto por serem adolescentes quanto pela diferença racial dos dois – o que se manifesta implicitamente na relação – como ele próprio relata ter sido avisado por um amigo sobre isso. Um dia, esse relacionamento foi questionado. Na mesma entrevista, ele conta que estava andando na rua, quando gritaram para ele: "Olha só o preto que namora com brancas". As palavras o atingiram como se estivesse praticando um crime, como se fosse a denúncia de um "erro social". Mas por que isso seria um "erro social"? Naquela época as chamadas casamenteiras da igreja estavam em unir os jovens, entretanto, por que não Beato? Afinal, ele era superintendente da escola bíblica dominical, pregador, o melhor aluno de sua turma, estava terminando o colegial e tinha um trabalho formal. O que o impossibilitava de ser visto com afeto e digno de um amor? Ali, Beato foi vítima de racismo e de discriminação racial.

Quanto mais acima, mais racismo

Os conflitos e as tensões raciais se intensificam à medida que Beato ascende nos espaços sociais e nas estruturas de poder. Dois outros episódios, ocorridos em Jequitibá (MG) e Campinas (SP), são ilustrativos dessa problemática e da tomada de consciência racial de Beato. Em cidades do interior, como Guaçuí (ES), não havia a possibilidade de se cursar o colegial, assim, Beato se muda para a cidade mineira de Jequitibá para continuar seus estudos e se preparar para o ministério pastoral. Essa cidade foi fundada por suíços que professavam a fé presbiteriana e, portanto, ao contrário de Guaçuí, essa denominação tinha o lugar de dominância naquela cidade de maioria branca, enquanto em Guaçuí a igreja era periférica, composta por trabalhadores, operários e campesinos. O racismo manifesto na cidade de Jequitibá afeta Beato. Ele permanece na cidade um ano, no internato do colegial, e terá na pessoa do diretor seu algoz, um sujeito que, em nenhum momento, deixava Beato esquecer do lugar "reservado ao negro na sociedade brasileira", impondo a ele as atividades mais degradantes (Beato, 1986).

Saindo revoltado desse lugar, ele se muda para outra cidade chamada Jandira, onde termina o segundo ano do colegial. Ali Beato conclui o ano com louvor, sendo um dos quatro estudantes finalistas que não estavam nas provas finais, o que o faz pular o último ano e seguir diretamente para o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, São Paulo. No que diz respeito à questão racial, as colocações de Beato (1986), na entrevista, revelam a complexidade das relações raciais na cidade. Segundo ele, um ano antes de seu ingresso no seminário, esse estabelecimento recebeu uma leva considerável de estudantes negros. Isso ocorreu porque as modalidades de ensino haviam mudado e Campinas ficou um ano sem receber novos alunos. Quando recebeu, veio uma maioria negra, proveniente dos interiores e das zonas da mata mineiras e espírito-santenses.

Nas palavras de Beato, a igreja de Campinas se assustou com aqueles corpos negros, causando uma espécie de escândalo. Beato diz que essa cidade poderia suportar igrejas com pessoas negras em locais periféricos, mas vê-los em espaços de poder e se preparando para liderar a

igreja, era demais para essa cidade historicamente racista, pois Campinas, até hoje, é um importante polo na produção de açúcar, resquícios do período colonial.

Beato, sobre esse episódio e a partir de sua análise da problemática racial, denominará de "lugares de negros" e "lugares de branco", pois Campinas era mapeada de modo que negros não frequentavam determinados restaurantes, ruas, avenidas e praças. Beato conta que foi apenas uma vez aos "lugares de brancos" para ouvir um professor francês, mas nunca mais retornou, dado o risco social. "Estamos aqui na década de 1940 e este Brasil que se deseja ser 'branco ou mestiço quase branco' ainda vigora" (Beato, 1986). O "lugar dos negros", diz Beato, era uma praça perto do seminário, já a rua dos brancos era na praça Castro Alves, próxima ao centro da cidade. Os passeios dos "brancos" e dos "negros" eram separados, e havia restaurantes que não recebiam pessoas negras.

Essa análise dos "lugares" nos ajuda a refletir sobre os incômodos que Beato sentia serem maiores e mais intensos nas cidades que eram centrais, enquanto nos periféricos eram mais amenos. Aqui podemos dizer que a nossa sociedade vive um *apartheid* social marcado pela segregação racial, que impossibilita a ascensão das pessoas negras. Beato viveu isso em Campinas. Para agravar a situação, Beato era um homem negro e pobre que estava em contato com esse mundo das letras e dominava as linguagens e tecnologias desse mundo, de tal maneira que, dominando o inglês e entrando em contato com a cultura norte-americana, tomou conhecimento do racismo estadunidense e adotou uma firme crítica aos americanos – os fundadores dessa mesma instituição –, de modo que, no seminário, ele ficou conhecido como "comunista", por ter essa postura crítica. Negro, pobre e "comunista", Beato estava se formando para ser uma liderança da igreja.

Continuando a entrevista, Beato (1986) narra que viveu essas tensões na cidade de Jequitibá (MG), quando ocupava o lugar de liderança na igreja presbiteriana, possuindo uma admirável qualificação acadêmica. Nesse período, Beato relata que dominava os idiomas inglês, francês, hebraico, grego e latim. Quando seu professor se ausentou para publicar

um livro sobre hebraico no exterior, foi Beato – enquanto ainda era aluno – que o substituiu e deu aulas para os ingressantes no seminário. Entretanto, Beato relata a falta de oportunidades que teve, mesmo sendo o melhor de sua turma – uma experiência muito similar à que ocorre com um grande contingente de estudantes negros que hoje adentram nossas universidades federais e que, mesmo com sua performance impecável, sofrem represálias por causa de nosso sistema educacional racista.

Beato foi ordenado reverendo presbiteriano, em 1949, e passou a trabalhar na região sul do Espírito Santo e depois em Vitória, mas sempre esteve envolvido com as regiões mais rurais do estado. Sempre foi um pastor preocupado com o contexto social, o que aparecia em seus sermões e abordagens pastorais. Com sete anos de ministério, Beato saiu do Brasil e foi para Edimburgo, na Escócia, para realizar uma pós-graduação com duração de um ano sobre o Antigo Testamento, estudo que o qualificou por toda sua vida como especialista em Antigo Testamento e biblista. Nessa época, ele já era conhecido como um importante intelectual que relacionava as realidades sociais ao contexto bíblico. O próprio Richard Shaull, um missionário norte-americano atuante no Brasil e responsável por abrir os caminhos do que ficou conhecido como Teologia da Libertação, viu em Beato os primórdios da leitura bíblica e contextual tão marcante nessa teologia latino-americana.

Ao retornar ao Brasil, Beato pretendia fundar um seminário que fosse diferente dos demais, pois os outros se preocupavam com uma ortodoxia fria, fechada e operavam na lógica de internato. Ele pretendia revolucionar a produção teológica brasileira e protestante, colocando a perspectiva das ciências sociais em evidência e construindo uma melhor relação com o povo. Esse objetivo foi alcançado em 1959, com a fundação do Seminário Presbiteriano do Centenário, tendo Beato como reitor e professor responsável pelas disciplinas de Bíblia e Antigo Testamento, Shaull com as áreas teológicas e o sociólogo Esdras Borges, da Fundação Getúlio Vargas, pelo departamento de Realidade Brasileira. Esse foi o único seminário teológico, até hoje, que teve esse tipo de departamento, e a sua relação com as áreas teológicas e bíblicas se encontravam nas elaborações dos problemas daquela contemporaneidade, no Brasil, que, na época, entrava nos anos 60 de nossa história.

A metodologia predominante desse seminário idealizado por Beato se assemelhava muito ao método que a teologia da libertação assumiria nos anos 70, que era "Ver – Julgar – Agir". Nesse método, no primeiro momento, se "vê" a realidade social, depois se a "julga", analisando-se o contexto de fé nos textos bíblicos para, em seguida, "agir", criando uma práxis social. Aqui, há marcas e rastros importantes, permitindo inferir que Beato pode ser considerado um dos nomes centrais das reflexões sobre teologia da libertação no Brasil e na América Latina, bem como do ecumenismo com o qual ele se identificava e que defendia abertamente. Estamos diante desse homem negro que, na condição de reitor de um seminário cuja instituição tem em seu ethos a dimensão educacional como central, modificou e repensou – em uma instituição de hegemonicamente branco-europeia e elitista – outros modos de refletir sobre Deus e agir em um mundo que sofre. Beato foi reitor dessa instituição desde seu nascimento, em 1959, até seu fechamento, em 1966.

Nos anos 60, a igreja presbiteriana, tal como todo o movimento protestante e católico, aderiu ao golpe de Estado em 1964, havendo o que ficou conhecido como "inquisição sem fogueiras", episódio em que muitos foram expulsos das igrejas e seminários. A alegação era que não se podia proteger os inimigos do Estado dentro da Igreja, pela qual Beato foi demitido e expulso dessa organização. Naquele período da história brasileira, em 1962, Beato participou do que é considerado o maior evento do protestantismo progressista na América Latina, realizado no Recife com o nome *Cristo e o processo revolucionário no Brasil*. Nesse evento, Beato discursou sobre o "lugar" dos profetas nas mudanças sociais, relacionando as autoridades políticas aos grupos no poder que eram alvo dos profetas bíblicos. Além disso, em 1964, ele concedeu uma entrevista a um jornal capixaba, expondo suas ideias que, na época, eram pró-Goulart, apoiando todas as suas reformas.

De preto a negro

A década de 1960 foi de grande turbulência para Joaquim Beato, pois sua igreja o estava caçando e o seminário estava em vias de ser fechado. Nesse contexto, Beato saiu do país para fazer mais uma formação – agora de três anos – em Oxford, Inglaterra, levando com ele toda a

sua família. Essa saída, com tom de exílio, contribuiria para repensar no futuro. Foi na Inglaterra que Beato (1986) diz que a sua consciência racial iria se afirmar definitivamente.

O racismo britânico afeta toda a família de Beato. Era a época dos conflitos raciais na Europa, com debates sobre a deportação de imigrantes e a atuação de sindicatos racistas. Seus filhos foram desrespeitados nas escolas, não foram aceitos nelas, embora em outras escolas onde estudaram também fossem bons alunos. Foi nessa época o auge de sua revolução e, dialogando com Neuza Souza (1983), podemos afirmar que Beato se tornou negro! No fim da década de 60 e início dos anos 70, Beato apropriou-se da sua negritude como um valor. Até aquele momento, sua luta era em solidariedade a um grupo oprimido, mas, depois desse movimento, sua negritude assumiu valor como uma posição perante o mundo branco, de ver beleza em si mesmo, reafirmar seu lugar de cidadão e reconhecer-se também na humanidade.

Aqui cabe um comentário sobre a distinção entre preto e negro que Beato fazia. Para ele, preto seria uma questão de melanina. De maneira distinta, negro seria aquela pessoa consciente de seu lugar racial e que assumia seu valor em ser negro. Beato, nas palavras de Forde (2016), atribui ao termo "negro" "[...] um significado de posicionamento político, pertencimento identitário e compromisso histórico-coletivo", para Beato: "[...] existe uma diferença nisto. O Negro é o Preto consciente, orgulhoso de seus antepassados, que aceita sua história, aceita suas origens, aceita sua vinculação com a parte de baixo" (Beato, 1997, p. 14).

Seu retorno ao Brasil, nos anos 1970, o lançou mais radicalmente na luta pelos direitos humanos e civis da população negra. Todavia, ele havia sido expulso da igreja. Ao retornar ao Espírito Santo, Beato foi convidado a participar do governo na pasta da Secretaria de Cultura e, posteriormente, assumiu como professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo um dos poucos professores negros na Ufes, à época. Nesses espaços, governo estadual e Universidade Federal do Espírito Santo, Beato deu prosseguimento às lutas que vinha travando, estando à frente dos esforços pelo ensino da cultura negra na universidade e pelo acesso dessa população a esse espaço.

Um preto consciente

As fontes acessadas demonstram uma pujante inserção de Beato nas práxis de construção de pertencimento identitário e compromisso coletivo, pautados no movimento de Consciência Negra, com foco na afirmação político-cultural e na ascensão socioeconômica da população negra. Em 1988, ano em que se completou o Centenário da Lei Áurea, as organizações do movimento negro, segundo Forde (2016), sacudiram a sociedade capixaba e, tal como uma onda negra, o estado foi ocupado por um amplo conjunto de ações, denúncias, reivindicações e eventos.

Na condição de ex-secretário de Educação do Estado do Espírito Santo e professor de Filosofia da Ufes, Joaquim Beato participou da Semana de História da Ufes e do "1.º Seminário Internacional da Cultura Afro", ambos realizados no Espírito Santo, em junho de 1988. Na época, em entrevista concedida à imprensa local, Beato problematizou a falta de envolvimento da comunidade branca e o isolamento dos grupos negros no processo de reflexão sobre a problemática do racismo brasileiro.

Nessa mesma matéria, publicada no jornal *A Gazeta* em 31 de maio de 1988, Beato inqueria a necessidade de redefinir o brasileiro, pois para ele, a definição oficial do Brasil é de nação branca, ao passo que nós – brasileiros – somos a "segunda nação negra do mundo, logo após a Nigéria". Na concepção de Beato, essa discussão passa pela crítica à democracia racial e à ideologia de branqueamento, sob a perspectiva de construção de "[..] uma proposta multirracial e cultural para a nação" (A Gazeta, 1988). Para ele, a condição de já sermos uma população multirracial e multicultural não faz do Brasil uma democracia racial ou um país livre de racismos, pelo contrário, para Beato o nosso país:

> [...] se esforça para ser visto como um país europeu. As nossas elites querem apresentar o Brasil como um país limpo, um país de europeus. [...] eu acho que o Espírito Santo não se pode comparar com a Bahia e com o Rio de Janeiro no sentido de que o racismo no Rio e na Bahia é muito mais vulnerável. Aqui, com a presença de uma grande colônia de europeus, você encontra situações que o aproxima dos outros estados europeizados. Como exemplo, podemos citar a propaganda da mídia escrita e televisada, quando o

> assunto são os nossos municípios nas montanhas. A propaganda fala em clima europeu e, onde se lê clima, entende-se povo, cultura e comportamento europeu. Ela não fala de clima bom, de região despoluída ou agradável. Diz-se europeu, como não há nada de comportamento europeu na Bósnia, na Rússia, na Espanha do ETA. Então se constata que não existe comportamento europeu, o que existe são valores de uma sociedade, que são mais adendos de um cidadão do que de grupos étnicos específicos. [...] encontramos aqui no estado a mesma questão envolvendo o racismo cultural e o institucional. Encontramos uma hipervalorização das etnias de origem europeia. Essa questão remonta ao tempo da abolição da escravatura, onde existia o medo do negro, o medo do amarelo. O trabalho de se "fazer a cabeça" dos valores estéticos, onde o negro é feio e mau, e branco é bom, puro, de nossa herança europeia (Beato, 1997, p. 14, grifo nosso).

Nessa e em outras matérias veiculadas na imprensa capixaba, que amplificavam a luta do Movimento Negro no enfrentamento do mito da democracia racial e da ideologia de branqueamento, Joaquim Beato elaborou forte e contundente crítica às desigualdades produzidas pelo racismo, e que impactam negativamente a trajetória educacional da população negra. Ao refletir sobre a baixa presença de negros no ensino universitário, Beato afirmou que não há negro que resista a tanta pressão na trajetória escolar; para ele, as imagens e conteúdos escolares inculcam valores brancos, tornando insuportável a permanência do negro nesse ambiente.

Na década seguinte, em 1997, já com mais de 70 anos de idade e firme em sua trajetória e em seus posicionamentos, tivemos acesso a uma entrevista que Beato concedeu à *Revista Viver*, na qual ele analisa e problematiza o tipo de educação eurocentrada e racista concedida à população:

> A escola brasileira representa o primeiro filtro que defende a imagem que o Brasil é um país europeu. A escola segue um modelo de escola branca, mesmo que algumas pessoas sejam negras. É uma escola cujos valores que passam são valores de uma escola europeia. O objetivo da escola é transformar o Brasil num país europeu. [...] a questão é que, além do professor, a escola depende de textos dos livros didáticos e da proposta curricular.

> Na proposta curricular você não encontra, por exemplo, a história da África, pré-colonização. Você não encontra a verdadeira história do negro no Brasil. A história do negro, contada no Brasil, é uma história de uma população subalterna [...]. Os negros entram na história como coadjuvantes [...]. Como essa história não é contada, criou-se uma imagem do negro [...] que era mais cordato e mais voltado a obedecer. Essa é a imagem do negro, do Pai Tomás, que é a história que se conta até hoje, tanto que no racismo cultural, onde está o maior problema, ainda se identificam negro e escravo (Beato, 1997, p. 11-12, grifo nossos).

Na mesma entrevista concedida à *Revista Viver*, em 1997, ele afirma que "[...] só pela educação e pelo trabalho é que o negro vai conquistar o seu lugar de cidadão no nosso país. Não será uma coisa que vai ser oferecida, ela terá que ser conquistada, e a nova geração tem que ter consciência disso" (Beato, 1997, p. 14). Será desta forma – entre marcas e rastros de imagens e lembranças do passado, apreendidas da história e trajetória dessa personalidade brasileira – que ressaltamos os lugares da educação e do trabalho como espaços e tempos significativos na trajetória de ascensão desse homem, que, sem dúvida alguma, representa a imagem de um preto consciente e, tal como uma encruzilhada viva, tornou-se uma notoriedade no cenário brasileiro.

Considerações finais

Neste trabalho, percorremos os caminhos da negritude, religião e educação em Beato, pensando em como esses elementos foram se constituindo em sua caminhada e marcando sua vivência pública. No humano Beato, em razão do seu pertencimento religioso, vemos a educação como um caminho possível de ascensão social para os grupos negros e a possibilidade de conquistar direitos como cidadão. Essa possibilidade marcou a luta sociorracial de Beato, refletindo em sua ação como professor universitário, senador da República e secretário de Educação. A luta por acesso aos espaços educacionais e o ensino da cultura afro-brasileira foi a resposta de Beato ao combate ao racismo brasileiro.

Aqui, o ethos calvinista de educação e acesso ao trabalho, a educação como ascensão social, e a comunidade negra, excluída dos direitos de

cidadania e, portanto, fora dos espaços educacionais e do mercado de trabalho, moldam a luta de Beato em prol de uma sociedade que garanta acesso à educação e ao trabalho. Por isso, sua luta pelas ações afirmativas abarca o acesso, a permanência e o ensino da cultura africana e afro-brasileira.

Em sua trajetória, também compreendemos o pensamento fanoniano (Fanon, 2008), de que é o branco que nomeia o negro, e os estudos referentes ao processo de tornar-se negro, a partir da obra de Neuza Santos (1983), mostram que o negro assume sua negritude ao mergulhar em suas contradições e respondendo ao racismo. Em Beato, a igreja de ethos europeu oportunizou-lhe o acesso à educação, colocando-o no mundo branco, e, onde, entre combates internos e externos, sua negritude nasce. Aqui podemos compreender a importância que Beato atribui ao ensino da cultura africana e afro-brasileira, por compreender a educação como um espaço de nascimento de uma negritude potente e enegrecimento do mundo das letras, que não deve e não pode ser hegemonicamente branco.

Referências

BEATO. Joaquim. Boas novas para os pobres e suas implicações para A América Latina. *Simpósio*, São Paulo, ano 15, v. 4, jun. 1981.

BEATO. Joaquim. O negro no Espírito Santo: a história de uma raça contada com sangue, lágrimas e humilhações. *Revista Viver*, ano 1, n. 3, p. 11-14, set. 1997.

BEATO. Joaquim. Palavra de negro. [Entrevista cedida a] Caetana Damasceno e Micenio Santos. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 21, p. 27-56, out., 1986.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed., 3. reimp. São Paulo: Global, 2007.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. *"Vozes negras" na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006 [1955].

OLIVEIRA, Lídia Celestino Meireles de. N*egros em ascensão social: poder de consumo e visibilidade*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A religião como solvente – uma aula. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 75, p. 111-127, jul. 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Neuza Souza. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

ENTRE TINTAS E LETRAS

AS TECITURAS DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DE FILOGÔNIO BARBOSA DE AGUILAR

Maria José Corrêa de Souza[1]

Descrever a trajetória profissional e de vida de Filogônio Barbosa de Aguilar é percorrer um caminho de tecituras, feito com lápis, traços, lágrimas, suor, telas, cores, movimentos, giz, versos e prosas. Artes plásticas, teatro, educação e literatura foram categorias importantes na constituição de sua existência e vivência pública. Filogônio Barbosa de Aguilar, o professor "Filó" ou o "Sr. Filó", como carinhosamente era chamado por muitos em Colatina e em seu entorno, ou simplesmente "Dim-Dim", como passou a ser chamado amorosamente por seus netos e depois por todos da família.

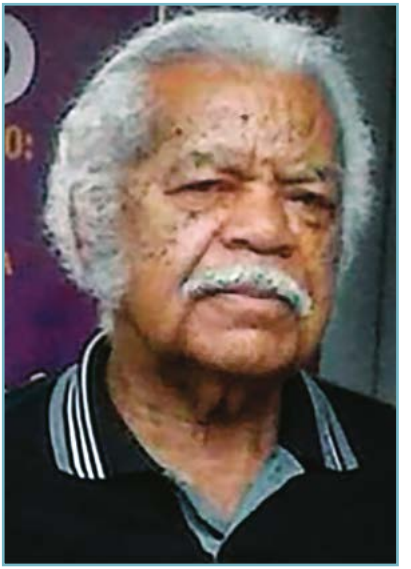


Imagem 16: Filogônio Barbosa Aguilar. Fonte: Acervo da família Aguilar, 2022.

1 | Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES,Graduação em Educação Artística/ Artes Plásticas -UFES. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Cariacica. Desenvolve pesquisa e estudos em educação para as relações étnico-raciais, com interesse em História da Arte, Cultura, feminismo negro, arte e educação ambiental, cultura popular e políticas afirmativas. E-mail: mazecorrea@gmail.com.

Para a escrita desta pesquisa, optou-se pela estética da biografia, tendo a memória como objeto de análise, pois ela possibilita esse ir e vir nas tecituras das ausências e presenças do referido intelectual, de fragmentos de sua obra, da recriação da vida enquanto experiência e do encanto da liberdade que possibilita a escrita da minibiografia como ensaio. Para Mazzucchelli (2018), o valor biográfico se encontra na força da narrativa performática do ensaio.

> [...] me parece que la biografía es nada más que una subespecie del ensayo, porque el ensayo quiere no apartarse de lo que se consideran 'os materiales lo real'; es decir, los conceptos; pero al usarlos, los transforma. El 'equipamiento de lo real' se transforma luego de leer un buen ensayo. Lo mismo la biografía, pues el biografiado surge como si nunca lo hubiésemos realmente conocido, pero es 'ella' o 'él' (Mazzucchelli, 2018, p. 59).

Nesse sentido, dialoga-se com Pierre Nora (1993) quando ele diz que "é nas malhas da história que vão se constituindo a memória" (Nora, 1993, p. 9). E uma vez que são os grupos sociais vivos que transmitem a memória, esta está sujeita a algum nível de esquecimento e lembranças, levando em consideração suas vivências e inserindo-as no contexto histórico da sociedade brasileira, desde o início do século XX até seu falecimento em 2021.

Imagem 17. Busto de Filogônio. Fonte: Zuiske, 2024.

No primeiro encontro presencial com Jane Eyre Lenté Aguilar e Divo José Meloti, respectivamente filha e genro do Sr. Filogônio, para conversarmos sobre essa escrita e sobre alguns pontos da trajetória do autor, assim que nos apresentamos, Jane me fez uma pergunta simples e direta: "O que motiva você a escrever sobre o 'Dim-Dim'?" Percebendo a minha expressão, ela foi logo explicando que era assim que carinhosamente a família o chamava. Quando expliquei que minha motivação

era devido ao pai dela ser um grande artista e uma figura importante para a identidade e cultura afro-brasileira no Espírito Santo, ela ficou pensativa e disse achar muito interessante, pois nunca tinha pensado no pai como um homem preto afro-brasileiro. Isso porque as relações étnico-raciais não faziam parte das discussões cotidianas da família, somente as manifestações artísticas, como a pintura, o teatro e a literatura.

Depois da provocação, a temática afro-brasileira esteve presente em outros momentos da conversa. Apesar de os temas racismo e enfrentamento ao racismo não serem a gênese da produção artística de Filogônio, sua existência e o direito de trabalhar sobre qualquer tema podem ser compreendidos como uma forma de enfrentamento ao racismo, uma vez que esse tema está presente em algumas obras, como na ilustração do próprio conto *O Interrogatório*, presente no livro *A Bola do Juízo*, publicado pelo autor em 2014.

Uma simples caixa de lápis de cor: um sentido para a vida

Filogônio Barbosa de Aguilar nasceu na pequena cidade de Malacacheta (MG) em 10 de junho de 1934, filho de Adelina Barbosa de Aguilar e Elpídio Ernesto de Aguilar, e tendo 10 irmãos. O município de Malacacheta está localizado no Vale do Mucuri e sua sede ocupa o território onde vivia o povo Malacaxis. O referido artista viveu na região até aproximadamente os 16 anos, quando saiu na companhia de um circo que estava na cidade e ia para Baixo Guandu. De lá, foi para Aimorés e, depois de um tempo, escolheu Colatina para viver. Sobre sua infância e adolescência, Jane faz a seguinte narrativa:

Imagem 18: Ancestrais de Filogônio Barbosa de Aguilar. Fonte: Acervo da família Aguilar, 2022.

> A gente sabe muito pouco sobre a infância do meu pai. Sabemos que meus avós tiveram 11 filhos e tinham uma vida simples. Sabemos que meu pai ganhou uma caixa de lápis de cor e a partir daí ele não parou mais de desenhar e colorir. Isso foi muito importante, pois quando ele tinha 16 anos, minha avó morreu e meu avô começou a espalhar os filhos nas casas de parentes ou orfanatos. Meu pai ofereceu seus serviços de desenhista em um circo que estava na cidade e seguiu com o Circo para Baixo Guandu e depois para Aimorés, onde ele desenhava e pintava o cenário. (Eyre, 2022).

Ainda segundo Aguilar (2022), talvez por ter perdido a mãe muito cedo, seu pai tinha pouca informação sobre ela ou sobre seus avós maternos. As fotos do pai e do avô paterno de Filogônio fazem parte do acervo da família e foram enviadas a Jane por uma tia e, até agora, assim como seu pai, Jane e seus irmãos não têm fotos ou maiores informações sobre a avó ou bisavó paterna deles. Essa informação parece revelar o que Michael Pollak (1989), em *Memória, Esquecimento e Silêncio*, chama de dimensão seletiva da memória, em que, em uma sociedade patriarcal, se valoriza os ancestrais homens.

A expertise do jovem Filogônio nas artes plásticas fez com que ele recebesse muitas encomendas de retratos na região de Colatina, onde acabou fixando residência. No início, no entanto, foi muito difícil por não ter recursos financeiros. Foi nessas condições que ele conheceu sua esposa, Naide Lenté Aguilar, descendente de franceses. Embora não tenha falado muito sobre o assunto, Jane imagina que sua mãe inicialmente deve ter enfrentado resistência por se encantar por um jovem artista negro até então sem residência fixa. Juntos, constituíram uma numerosa família composta por seis filhos: Jane, Moema, Helen Keler, Beatriz, Adelina Raquel e Elpídio Ernesto. Ainda segundo Jane, sua mãe foi uma grande parceira na vida e na arte do Filogônio.

A filha também descreve que traz na memória a época da sua própria infância no bairro Maria das Graças. Seu pai, sendo diretor de um grupo de teatro chamado São Vicente, também escrevia, dirigia e atuava nas peças. Sua mãe era marcante por costurar os figurinos das peças de teatro ou ajudando a montar o cenário. Disse ainda que, durante os

longos anos de casados, sua mãe foi uma grande administradora das finanças da família e responsável por orientar seu pai na compra de um pequeno apartamento no centro de Colatina. Quando a família começou a crescer, ela também o orientou a investir no financiamento do terreno no bairro Maria das Graças, onde hoje ainda vive a família, cada filho possuindo a própria casa. Naide e Filogônio foram felizes até que a "vida" os separou, segundo a filha. A família ainda é composta pelos genros: Divo José Melloti, José Roberto Fleger, Weliton Borg e a nora Verônica Souza Aguilar. Os netos e netas são: Lívia, Hiran José, Simão Pedro, Lucas, Davi, Felipe, Rafael, Daniele e Heitor.

Na entrevista com Aguilar e Meloti (2022), as perguntas iniciais os fizeram lembrar das experiências relacionadas ao passado do amado "Dim-Dim". Um exemplo de um depoimento do "Sr. Filó" ao genro Divo, ocorrido pouco antes da pandemia, ao fazerem uma visita ao atual IFES de Itapina, quando passaram por uma fazenda, Filogônio contou que, em sua juventude, logo que chegou ao município, foi contratado pelo antigo dono da referida fazenda para pintar o retrato de uma vaca que tinha a perna torta. Entretanto, nos dias que passou na fazenda realizando a pintura, Filogônio teve que dormir no curral, o que nos faz questionar se ele teria recebido o mesmo tratamento se fosse um jovem pintor branco. Provavelmente não, pois, como Filogônio trazia no corpo as marcas raciais de sua ancestralidade africana e afro-brasileira, o contratante decidiu que o curral seria o local adequado para o seu abrigo.

É importante lembrar que o racismo foi uma construção histórica no nosso país ao longo desses 500 anos, portanto, ele é estrutural. Segundo o professor e jurista Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo estrutural é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual a pessoa pertença.

Por outro lado, a arte, a inteligência e o profissionalismo, aliados à personalidade alegre, boêmia e carismática de Filogônio possibilitaram um acolhimento e o reconhecimento desse colatinense de coração, le-

vando-o a receber, na década de 1990, o título de cidadão colatinense. Além disso, Filogônio Barbosa de Aguilar foi um dos membros mais importantes da maçonaria colatinense, detentor da Condecoração D. Pedro I, a mais alta condecoração ofertada pelo Grande Oriente do Brasil (GOB). Por ocasião da sua morte, seu corpo foi velado na Loja Maçônica Nilo Peçanha, localizada no bairro Marista.

Entre tintas, livros, escritas, desenhos e aulas: a trajetória de um colatinense de coração

Em busca de mais conhecimento, Sr. Filó, como ficou conhecido, já mais adulto, completou o segundo grau e depois se formou em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (FAFIC). Após a graduação, ele fez concurso para a então Escola Agrotécnica Federal, atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), onde exerceu a função de Professor de Língua Portuguesa, Redação e Expressão, e Educação Artística.

Após o término da graduação, Filogônio entrou na sua fase mais produtiva, segundo seu amigo e parceiro na Literatura, o professor Olney Braga (2021). Como fundador e diretor do Grupo de Teatro São Vicente de Paula, Braga (2021) afirma que Filogônio produziu e dirigiu muitas peças e foi onde o povo estava, desde o famoso Cine Delmar de Colatina até o Colégio Marista, passando pelas praças públicas, cidades vizinhas, e até o fundo de seu quintal.

Desse modo, o repertório das peças foi eclético, abrangendo desde textos clássicos do teatro até obras autorais, incluindo o teatro infantil. Jane Eyre Aguilar (2022) também relatou que em suas memórias surge a imagem dos bastidores da peça sobre a Branca de Neve e os Sete Anões, com sua mãe confeccionando os figurinos no quintal da casa onde moravam, no bairro Maria das Graças. Ela ainda lembrou que todos os principais personagens da peça foram interpretados pelos filhos de uma vizinha que tinha uma numerosa prole. Foi uma experiência muito rica para ela assistir a todo o processo de produção da peça, pois seus pais tinham que usar a imaginação e a criatividade, já que os recursos para a produção eram praticamente inexistentes.

Essa narrativa da filha é confirmada por Olney Braga (2021), quando ele diz que houve um descaso do poder público em apoiar o Grupo Teatral São Vicente de Paula, salvo raríssimas exceções. A receita das bilheterias era destinada à manutenção do grupo, e a porcentagem líquida, à Sociedade São Vicente de Paula e às Damas da caridade de Colatina, além de outras entidades que assumissem a divulgação da peça. Essas parcerias sempre resultavam em sucessos de numerosas plateias que superlotavam o Cine Idelmar naquelas ocasiões.

Braga (2021) escreve ainda que Filogônio era um intelectual e trabalhador incansável em favor da arte e da educação. Apesar da carga horária de 40 horas semanais destinadas às disciplinas curriculares obrigatórias, ele encontrou terreno fértil para, voluntariamente, dar continuidade a outras tarefas extraclasse não remuneradas, garimpando talentos, tanto nas artes cênicas quanto na literatura. Isso porque, além das peças teatrais e dos festivais de música, realizava anualmente o tradicional "concurso de poesias", com a participação de diversas escolas do 2º grau de Colatina.

Na antiga Escola Agrotécnica, atual IFES de Itapina, Filogônio desenvolveu muitas peças de teatro, envolvendo os discentes e servidores da instituição. Em relação a esse período, ele diz:

> E, como não me houvesse curado da "Síndrome das Ribaltas", ali passei por longos trinta anos entre disciplinas curriculares e atividades extraclasse, conseguindo montar inúmeras peças e vários grupos teatrais, sempre renovados, uma vez que, a cada três anos, com o final do Curso para os alunos do terceiro ano, dissolviam-se os conjuntos já formados. Ocasião em que se repetia a árdua tarefa de garimpar novos talentos [...] oriundos do primeiro ano, que, agora, se incorporava ao quadro estudantil da Agrotécnica (Aguilar, 2014, p. 208).

No IFES de Itapina, há também algumas pinturas, entre elas uma pintura mural na capela da instituição, como pode ser vista na imagem 19 a seguir, e um óleo sobre tela (imagem 20).

A pintura é de 1983, um óleo sobre tela de 150 x 300 cm, que representa a antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, atual IFES de Itapina.

Imagem 19: Obra de Filogônio. Painel com técnica mista na capela da antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina. Acervo: Campus Itapina, 2022.

Imagem 20: Obra de Filogônio. Óleo sobre tela. Fonte: Campus Itapina, 2022.

Em 2018, em um depoimento ao vídeo do canal do YouTube do jornalista e amigo, há mais de 40 anos, Paulo Maciel, Filogônio disse que, após sua aposentadoria em 1992, desobrigado dos ponteiros do relógio, voltou para as suas obrigações, aquelas ditadas pelo seu coração

e pela mente. Isso demonstra a necessidade quase fisiológica que ele tinha de produzir sua arte. Portanto, após a aposentadoria, ele passou a pintar compulsivamente e a escrever seus livros: *Náufragos da Esperança* (1999), seu livro de estreia, e depois publicou mais seis livros. O "Sr. Filó" também mostrou para o amigo uma caixa com fotos que registram as memórias de mais de 50 anos de trajetória artística e educacional em Colatina e em seu entorno.

Ainda nesse vídeo, Maciel (2018) mostra o livro *Espumas Flutuantes*, o primeiro livro publicado em vida por Castro Alves, em 1870, e diz que é um dos preferidos de Filogônio. Essa informação talvez possa nos dizer muito sobre a obra do próprio Filogônio, pois essa *Espumas Flutuantes* traz uma temática muito variada, mesmo o autor sendo reconhecidamente abolicionista. Variadas também são as temáticas na produção artística de Filogônio, que vão do sagrado ao profano, com toques de realismo. Isso pode ser percebido tanto em suas pinturas em telas, grandes painéis e murais, assim como na literatura. Em relação à pintura, Braga (2021) diz que as obras de Filogônio revelam, ao mesmo tempo, linhas tradicionais e modernas, com técnicas voltadas para o óleo sobre tela, acrílico sobre eucatex e murais. Observa-se, também uma variedade de nuances e cores intensas.

Imagem 21: Obra de Filogônio [óleo sobre tela]. Fonte: Acervo da família Aguilar, 2022.

Muitas de suas obras de grande porte podem ser apreciadas na Loja Maçônica Nilo Peçanha, aberta à visitação pública, como, por exemplo, a obra "A Bíblia em Cores", entre outras tantas que ele doou para o acervo da Loja, segundo sua filha Jane Eyre Aguilar (2022). Ainda sobre os painéis, o professor Ilney Braga cita os murais "Antigo cais de São Mateus", "Murais de Conceição da Barra (resgates)" e "Duas faces da Justiça" (Tribunal Pleno do Espírito Santo).

Aguilar (2022) diz com orgulho que grandes e pequenas obras do seu pai podem ser vistas em igrejas de Baixo Guandu, na igreja de São Silvano, em Colatina, assim como na Loja Maçônica ou na capela do IFES, campus Itapina. Mas também estão espalhadas por várias cidades do Brasil, tais como Governador Valadares, Teófilo Otoni, Belo Horizonte, Porto Seguro (BA), Rio de Janeiro, Cachoeiro de Itapemirim e em outros países, como México, Estados Unidos, Austrália e Alemanha.

O conto "O interrogatório": a arte imita a vida ou a vida imita a arte?

Imagem 22: Ilustração do conto O Interrogatório. Fonte: Aguilar, 2014.

A ilustração do conto "O Interrogatório" nos instiga a pensar que a imagem é uma das linguagens mais antigas usada pelas pessoas para expressar suas visões de mundo, pois, antes de falar ou escrever, artistas já desenhavam e pintavam nas cavernas e nos grandes lajeados para se comunicar. Nessa referida ilustração, Filogônio, como um grande artista e contador de histórias, utiliza o desenho para anunciar que é um conto sobre racismo. Nesse sentido, dialogamos com a Dra. Ana Mae Barbosa (2007) quando ela escreve que a "imagem como signo está carregada de significação, por isso não deve servir apenas como ilustradora de um contexto" (Barbosa, 2007, p. 151).

Assim, como o olhar do leitor não é inocente, ele traz suas leituras e referências de mundo. Segundo Pillar (2006), o que o sujeito aprende em relação à leitura de uma imagem ou objeto depende dos instrumentos de registro, das estruturas mentais e das estruturas orgânicas específicas para o ato de conhecer disponíveis naquele momento.

> Mas... Tolô é nome? Tolô... Tolô de quê? Nem ele próprio o sabia. Não tinha prenome nem sobrenome. Atendia por esse vulgo, o qual, também, ele já não tinha mais lembrança de quando ou

> de quem assim o chamara pela primeira vez. Ficou Tolô, e, atolado ele ficou, sempre crivado pelos olhares preconceituosos e contraditórias conjecturas da tacanha população de Serrinha das Jabiracas. Para muitos, que já não guardavam mais a memória de sua presença ali no lugar, não passava ele de um desvalido, abandonado, em criança, por um bando de ciganos que, há tempos, havia acampado naquelas paragens; outros já achavam que não passava de cobra mandada que ali crescera e se criara para finalidades malfazejas (Aguilar, 2014, p. 194).

Ao observar a Imagem 19, a leitura inicial que fazemos é que o racismo se apresenta na organização arquitetônica de um espaço que aparenta ser o de uma delegacia, no qual parece que o cenário foi montado para que o depoente se sinta acuado e diminuído. A desigualdade social e racial se apresenta também no jeito como um corpo branco e um corpo negro ocupam o espaço do interrogatório: o homem branco, que aparenta ser o delegado, está sentado confortavelmente em uma cadeira, com os braços apoiados em uma pequena mesa. O braço direito aponta para o que parece ser uma grande mandioca encostada na parede oposta (ao ler o conto, o leitor vai descobrir que é realmente uma mandioca e uma possível arma de um crime). Entre os braços e sobre a mesa estão empilhados alguns papéis, indícios do relatório de sua investigação. Na parede atrás do homem branco há uma pequena estante com livros, demonstrando que ele é letrado, em oposição ao depoente. A vestimenta do delegado remete aos filmes de faroeste, mas não tem a estrela.

A figura central esboça um olhar acusador em direção a um sujeito com traços marcantes de um homem negro: cabelos crespos, nariz largo, lábios carnudos e estatura mediana. Está descalço, com calça e camisa desgastadas, nitidamente desconfortável pelo suor escorrendo, ombros e mãos em posição que parecem clamar e justificar sua inocência. Uma das mãos aponta para a raiz encostada na parede e a outra, com a palma para cima, está na altura do ombro, em direção ao delegado, o que pode lembrar o pêndulo de uma balança. A postura da cabeça, quase engolida pelos ombros, denota um desconforto e uma sensação de impotência. Filogônio, em seu desenho, aponta indícios de que o depoente tenta argumentar sua inocência, pois desenha uma pequena asa nas costas e uma auréola um pouco acima de sua cabeça.

Logo na introdução do conto, o autor demonstra que os moradores da fictícia região de Serrinha das Jabiracas construíram um imaginário em que a origem de Tolô estava associada a algum grupo social com traços culturais, linguísticos e religiosos que eles consideravam inferiores. Em relação a isso, Munanga (2003) diz:

> O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2003, p. 8).

Na sequência, o leitor vai encontrar um Tolô cada vez mais amargurado e decepcionado com a exclusão da população da região e optou por viver mais isolado. Como o autor diz, Tolô emudeceu por conveniência, mas não ficou surdo. Para não enlouquecer, tornou-se cada vez mais devoto de São Benedito e andava com uma pequena imagem de chumbo do santo em volta do pescoço. Era com o "Santim de sua gente", como dizia Tolô, que ele conversava e ia levando a vida, até que aconteceu um crime na região, do qual Tolô era o principal suspeito.

Em nota de rodapé, Aguilar (2014) diz que o conto foi inspirado em um fato verídico contado a ele por um juiz de Direito do interior do Espírito Santo no início de carreira. Isso significa que a ficção foi criada a partir de uma realidade socioespacial e cultural, onde persistem as desigualdades sociais e econômicas e, em termos culturais, a devoção a São Benedito é um fenômeno religioso ainda presente. Os nomes dos lugares e personagens são fictícios, porém esse conto toca em uma ferida histórica e muito atual, em que há uma intenção sistêmica de criminalização da população negra, de uma construção social da sua imagem como um suspeito natural. O professor e jurista Silvio Almeida (2018) diz que essa realidade é uma das faces do racismo estrutural. Para o autor, a estrutura social no Brasil é racista, pois em todos os espaços há negros em condição subalternada, seja pela ausência de direitos, pela violência

cultural ou pelo controle policial. A saga de Tolô perpassa todos esses aspectos e provoca os leitores à reflexão sobre a temática do racismo.

Considerações finais: "não fiquei rico... nem remediado... remendado sim..."

Escrever sobre Filogônio Barbosa de Aguilar como sujeito de história e personagem de memória, que morreu em 25 de abril de 2021, foi percorrer um caminho repleto de saudades e dor. Ler as homenagens nas redes sociais, jornais e blogs feitas por amigos e colegas de profissão, além de ouvir depoimentos de sua filha e genro, trouxe à tona sentimentos profundos: lutas, encontros, desencontros, frustrações e alegrias. Enfim, trabalhar com memórias é relembrar. Em determinados momentos, percebemos que as lembranças acessadas foram gatilhos para sentimentos nem sempre felizes. Por isso, somos gratos pela disponibilidade da Jane Eyre e Divo Meloti, para a realização da pesquisa.

Além disso, escrever sobre a trajetória do referido artista foi também percorrer um caminho marcado por presenças, ausências e alguns silenciamentos. Isso nos faz dialogar com Pollak (1989), que em seus estudos destaca a importância de utilizar a oralidade como fonte da pesquisa. Para o autor, essa atitude significa uma forma de resistência das memórias.

A crítica de Olney Braga (2021) na apresentação de *A Bola do Juízo* (2014) faz muito sentido. Ele afirma que, com sua potência intelectual nas artes plásticas, na literatura educacional e na dramaturgia, há muito tempo Filogônio deveria ter ultrapassado os limites de Colatina e região, firmando-se de vez no cenário nacional. Como apontado no início deste texto, nos seus quase 70 anos de muito trabalho, Filogônio deixou aproximadamente 5 mil telas, 7 livros, peças de teatro e tantos outros murais espalhados por Colatina e outras cidades do Espírito Santo.

Valendo-se do seu senso de humor e poder narrativo, ele fez um comentário espirituoso a respeito do tema presente no texto sobre ele escrito pelo professor Olney em (2020), no qual afirma que, nos 70 anos de trabalho, sempre pensou mais nos outros que nele próprio; por isso,

não ficou rico, nem remediado, mas sim remendado. Sobre o retorno financeiro do trabalho de seu pai, Jane disse com orgulho que ele não ficou rico, mas deixou todos os filhos com um lugar para morar e bem encaminhados na vida.

Filogônio Barbosa de Aguilar, também conhecido como Filô ou Dim-Dim, é uma figura importante na memória e na história, tecendo a trama de sua vida entre tintas e letras. Teve uma trajetória intelectual em que conseguiu aliar as artes plásticas, a educação e a literatura, fazendo de sua existência uma forma de resistência. As relações étnicas e raciais estão presentes de forma pontual e marcante em algumas de suas obras. Ele foi um intelectual afro-brasileiro em constante movimento e continuará vivo através de sua arte.

Referências

AGUILAR, Filogônio Barbosa de. *A Bola do Juízo: bom humor e trabalho resolvem dificuldades e prolongam a vida*. Vitória: Secult, 2014.

AGUILAR, Jane Eyre Lenté; MELOTI, Divo José. Entrevista concedida a Maria José Corrêa de Souza. Mar./abr. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no Ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Olney. Artista plástico, poeta, diretor de teatro e escritor. Saiba quem foi esse colatinense de coração. *Colatina em Ação*, 2021. Disponível em: <https://colatinaemacao.com.br/2021/04/25/filogonio-artista-plastico-poeta-diretor-de-teatro-e-escritor-saiba-quem-foi-esse-colatinense-de-coracao> Acesso em: 3 mar. 2022.

ES fala. Morador de Colatina, considerado um dos maiores pintores do Brasil, morre aos 86 anos. *Portal Es fala*, 2021. Disponível em: https://www.esfala.com.br/2021/04/25/morador-de-colatina-considerado-um-dos-maiores-pintores-do-brasil-morre-aos-86-anos/. Acesso em: 20 mar. 2022.

MACIEL, Paulo Roberto. Repórter Paulo Maciel entrevista Filogônio Barbosa de Aguilar - Colatina - 21-6-2018. *Youtube*, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZJhQ5cvTiYA. Acesso em: 5 fev. 2022.

MAZZUCCHELLI, Aldo. Escritura, ensayo, biografía. In: In: AVARO, Nora; MUSITANO, Julia; PODLUBNE, Judith (org.). *Un arte vulnerable*. La biografía como forma. Rosario: Nube Negra, 2018, p. 51-62.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *3° Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB*, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n .10, 1993, p. 7-28.

PILLAR, Analice Dutra (org.). *A educação do olhar no Ensino das Artes*. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, L. O que pode uma biografia? Resenha de *Un arte vulnerable*. Revista Água Viva, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/26608. Acesso em: 25 set. 2024.

ZUÍSK, Augusto. Filogônio, artista plástico, poeta, diretor de teatro e escritor, disponível em colatinaemacao.com.br/2021/04/25/filogonio-artista-plastico-poeta-diretor-de-teatro-e-escritor-saiba-quem-foi-esse-colatinense-de-coracao/, acesso em 10 de out, 2024.

DARCY CASTELLO DE MENDONÇA

BIOGRAFIA DE UM RADIALISTA E POLÍTICO

Samily Loures de Freitas[1]

Onde faltar alegria, alegria vem aí
Castello Mendonça
Com sucessos, hora certa, diversão
Vem aí Castello Mendonça
*Mensagem de otimismo para o se*u coração
(Música de abertura do programa radiofônico "Alegria, Alegria")

Imagem 23: Darcy Castello de Mendonça, s.d. Fonte: Arquivo da família, 2021.

Darcy Castello de Mendonça nasceu em 9 de março de 1937, no Estado do Espírito Santo. Embora alguns registros sobre sua vida indiquem que ele nasceu no município de Viana, seu irmão mais velho, Moacyr Castello de Mendonça[2], afirma que Darcy nasceu no bairro Bomba, em Vitória (ES), atual bairro Santa Luzia. Ele era o mais novo dos três filhos de Ormanda Castello (descendente de portugueses açorianos) e José Suza-

1 | Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, é doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). E-mail: samilyloures@gmail.com.

2 | *In memoriam*. Moacyr faleceu no ano de 2022, aos 89 anos de idade. Este estudo só foi possível com a sua generosa colaboração por meio de uma entrevista no ano anterior. Naquele momento, véspera de seu aniversário, ele chegou a dizer que o meu contato era um presente, estava muito feliz com a ideia de resgatar a memória do irmão. Por isso, este texto é dedicado a Moacyr e a toda a família Castello de Mendonça.

no de Mendonça (negro que migrou da Paraíba para o Espírito Santo). Esse era o segundo casamento do pai, que havia ficado viúvo com três filhos, fazendo com que todos vivessem juntos.

A mãe era dona de casa e lavadeira em um orfanato. O pai trabalhou como "vacinador" e, após o nascimento dos filhos, atuou em um projeto financiado pela Fundação Rockefeller no município de São Mateus, onde residia no bairro Sernamby. A família era de baixa renda e, com a morte de José Suzano, quando Darcy tinha apenas 9 anos de idade, a situação ficou ainda mais crítica, resultando em muitas dificuldades financeiras e privações alimentares.

Em Vitória, iniciou os estudos no antigo Grupo Escolar Irmã Maria Horta e depois estudou no Instituto Agrícola de Maruípe, que era uma mistura de orfanato e escola. O ensino médio foi realizado no Colégio Estadual do Espírito Santo e também na antiga Academia de Comércio de Vitória. Darcy vendia frutas nas ruas para comprar material escolar e ajudar sua família. Na Escola Técnica de Vitória, fez o curso de sapataria, o que lhe permitiu trabalhar no famoso comércio da cidade, Casa Madame Prado. De acordo com relatos, Darcy pegava a vassoura da loja como se fosse um microfone e brincava de apresentar um programa de rádio, o que mais tarde isso se concretizaria. Nessa mesma época, ele fez cursos técnicos de Jornalismo e Radialismo, que lhe possibilitaram começar a atuar na área da Comunicação.

Em 1964, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), tornando-se o primeiro da família a ter um curso universitário. Com uma trajetória expansiva na educação, foi Darcy quem alfabetizou sua mãe, Ormanda. Essa ligação e valorização da educação também são constatadas por vários familiares, que relataram que ele costumava levar os filhos e sobrinhos regularmente para comprar revistas e livros.

> Talvez por ter sentido diretamente as dificuldades do estudante desfigurado pela pobreza de não ter às vezes nem o que comer, penso nos homens de amanhã que precisam lutar como eu lutei, daí preocupar-me com a educação. Há também um vínculo psicológico ligando-me ao turismo: jamais pude passear, recrear, como qualquer criatura. Minha vida sempre se compôs de

> quadros de lutas, muitas lutas (Mendonça, 1974).

Depois de formado, chefiou o Departamento de Turismo e Cultura da Prefeitura de Vitória durante o mandato do prefeito Solon Borges. Nesse cargo, idealizou e executou a montagem de arquibancadas para o desfile de escolas de samba. Também foi diretor do primeiro programa de alfabetização em Vitória, tendo uma gestão aclamada pela cidade.

Em 1968, casou-se com Maria Thereza Rigo, que faleceu em 1973, deixando com Darcy os dois filhos do casamento, Alexandre e Ludmila, então com 3 anos e 1 ano de idade, respectivamente.

Imagem 24: Darcy em sua formatura no curso de Direito da Ufes, 1964. Fonte: Arquivo da família, 2021.

Quando viúvo, foi morar com seu irmão mais velho, Moacyr Mendonça, no bairro conhecido como Grande Goiabeiras, onde se tornou muito popular e tinha grande engajamento comunitário. Entre suas realizações, destacam-se a construção da estrutura externa e de salas de aula na Escola Arthur da Costa e Silva, a colaboração em obras da Igreja Católica, a participação em movimentos que arrecadavam suprimentos básicos, e a organização de festas do bairro, incluindo a tradicional Festa de Nossa Senhora da Penha, considerada a Padroeira do Espírito Santo. Além disso, Darcy foi atleta do Esporte Clube Goiabeiras e, posteriormente, presidente da agremiação.

A antiga Semana Comunitária da Grande Goiabeiras, idealizada por ele, tornou-se a maior festa comunitária do Espírito Santo, onde se reunia arte, cultura, esporte, e o folclore típico e tradicionalmente capixaba. Além de atuar como coordenador geral, Darcy também fazia parte

da Comissão de Publicidade. Cuidava da amplificação dos ambientes, dos patrocinadores, da Revista Comunitária, bem como da produção de panfletos, faixas, cartazes, e contato com todos os órgãos de divulgação.

Ainda sobre projetos sociais, ele também foi membro da Diretoria do Orfanato Cristo Redentor, em Vitória, e da Diretoria da Casa do Menino, em Vila Velha.

Em termos religiosos, os familiares afirmam que Darcy era católico, mas transitava pelas religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda, e se definia como um homem de muita fé.

Depois da perda da primeira esposa, Darcy também perdeu a mãe, o que o deixou profundamente abalado por ter uma relação muito próxima durante toda a vida:

> Perdi minha mãe em um momento que poderia retribuir tudo que ela fez por mim. Às vezes meu programa radiofônico "Alegria, Alegria" reflete muita tristeza. Mas sou recompensado quando vejo uma criança sorrindo, um pôr do sol nas tardes estivais ou um céu recamado de estrelas (Mendonça, 1974).

No segundo casamento, com Diná Simmer, além dos filhos, Darcy convivia com duas enteadas. Até hoje, todos os membros - Alexandre, Ludmila, Diná, Giovana e Gislaine - preservam a ligação afetiva de família iniciada por Darcy.

Darcy é caracterizado pela família, amigos e conhecidos como um homem extremamente atencioso, carinhoso, humilde e respeitoso. Na família, ele era o responsável por unir todos os membros. De acordo com filhos/as e sobrinhos/as, o biografado tinha uma profunda sensibilidade humana, sempre atento às desigualdades sociais e disposto a fortalecer as pessoas, seja emocionalmente ou ajudando a suprir suas necessidades básicas.

Em Vitória, era padrinho de inúmeras crianças. Os filhos relatam que, na época de Natal, o pai distribuía presentes com eles para crianças nos morros da cidade. Como pai, era muito presente, mesmo tendo que conciliar a agenda de comunicador e político.

Musical, ele era fã de Evaldo Braga, conhecido na época como o Ídolo Negro. Outras características de Darcy relatadas são que ele era muito charmoso e elegante, e sua presença era sempre notada nos lugares que frequentava.

Como toda pessoa negra, Darcy enfrentou casos de racismo. O biografado tinha uma consciência racial por ter ultrapassado as estatísticas sociais que, desde aquela época, o Brasil apresentava para indivíduos pretos e pardos, e ter ocupado espaços privilegiados. Em uma matéria para a *Revista Agora*, de 1981, ele relatou uma situação muito marcante:

> Eu estava num congresso de vereadores no Ceará e todos nós fomos convidados para uma reunião social. Na hora de entrar no clube, o porteiro, não sabendo que eu era vereador, disse-me que eu não poderia entrar. Não adiantou o fato de eu alegar ser um dos convidados e a alternativa foi voltar para casa. Quando meus colegas sentiram minha falta, foram me buscar. E eu só entrei no clube porque era vereador. Não foi o cidadão Castello Mendonça que entrou no Clube e sim o político. Estas coisas não acontecem comigo em Vitória porque hoje eu sou deputado estadual. Eu sou um negro que teve oportunidade, lutei e cheguei lá. Mas será que se eu fosse um simples cidadão esta mesma sociedade que me convida para suas reuniões sociais me receberia como me recebe? Sei muito bem que não (Mendonça, 1981).

Na onda do Tremendonça: vida profissional na comunicação

Como jornalista, ele começou sua carreira em *A Tribuna*, escrevendo sobre esportes. Em 1958, tornou-se radialista na Rádio Vitória, onde trabalhou primeiro no "Telefone e peça bis" e depois em seu próprio programa, chamado "Alegria, Alegria", líder de audiência por 24 anos no Estado do Espírito Santo.

Darcy justificava a escolha do nome do seu programa por gostar de transmitir alegria aos outros. Na época, os jornais o reportavam como Tremendonça, uma mistura do adjetivo "tremendo" com o seu sobrenome, pois, de acordo com eles, os programas conduziam o ouvinte a um estado de diversão e alegria contagiantes, pelo tom movimentado

das apresentações e dos comentários do radialista.

No programa "Alegria, Alegria", promoveu diversas campanhas filantrópicas, arrecadando cobertores, remédios, material escolar e bolsas de estudo. Divulgava também informações de interesse dos ouvintes, como vagas de emprego, desaparecimentos, achados e perdidos. Desde essa época, o radialista já usava de estratégias de engajamento e fidelização na comunicação com o público, quando dizia, por exemplo, "acerte seu relógio pelo meu, e vamos viver a vida e as horas iguais!" sempre que informava as horas, ou perguntava "quantas vezes o curió cantou?", referindo-se ao canto de um pássaro que era colocado na programação.

Com vários prêmios como Revelação, Melhor repórter e Melhor diretor de rádio do ano, Darcy era conhecido por ter uma voz única, assim, impressionava o público com sua comunicação dotada de muito conhecimento, mas excepcionalmente popular. Além do Jornalismo, da área de Comunicação, mais tarde ele também atuou na Publicidade com a agência "Castello Mendonça Publicidade Ltda".

Um episódio lamentável de sua carreira foi no Carnaval de 1963, quando fazia a cobertura do evento, Darcy foi espancado pela polícia enquanto tentava fazer a defesa de um cidadão. Nessa época, o Espírito Santo e o Brasil já vivenciavam o autoritarismo que no ano seguinte culminaria na Ditadura Militar.

Vote com alegria, amizade e amor: vida profissional na política

Quando começou a tentar a vida política, Darcy não pensou em deixar de exercer o Jornalismo, que ele dizia ser a maior universidade do mundo, mas fazer uma junção da carreira pública com o parlamento.

Com o jingle "Alegria, alegria, amizade e amor, é Castello Mendonça pra vereador" na campanha, Darcy pedia para que as pessoas votassem no número 2112. É importante ressaltar que, na época, o cargo não era remunerado, tratava-se apenas de representação.

Em 1967, em período de bipartidarismo, ele foi eleito vereador de Vitória pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na segunda eleição, foi reeleito como o vereador mais votado da Capital, com 2.945 votos, sendo líder da bancada do partido. A defesa dos direitos sociais foi uma característica da carreira política de Darcy, como se verifica abaixo:

> Se eu pudesse os meninos pobres ganhariam pequenos salários, com que pagariam suas pequenas distrações, para poder estudar. As crianças que morrem sem pão são muitas, mas, as que não encontram amparo e acabam morrendo por dentro são tantas outras. Elas morrem por dentro porque tendo muito que dar no campo da cultura e da inteligência, não encontram amparo e acabam fenecendo (Mendonça, 1974).

De acordo com o portal eletrônico da Câmara Municipal de Vitória, enquanto vereador, Darcy propôs 17 Projetos de Lei. Sete deles tratavam de homenagear pessoas comuns, seja com o título de Cidadão Vitoriense ou com a denominação de rua, pessoas essas que eram socialmente esquecidas na época. Dentre essas homenagens, está o Projeto de Lei n° 9/1975, para Sebastião Júlio do Nascimento, negro e ex-professor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), nascido em 2 de agosto de 1925 e falecido em 28 de setembro de 2021, aos 96 anos de idade.

Os demais projetos se referiam à educação, economia, transporte, lazer, defesa de espaços públicos, e sugestão de análise da legislação vigente.

Darcy atuou também como Deputado Estadual, pois em 1 de fevereiro de 1977 ocupou esse cargo ainda pelo MDB, por causa da renúncia de Aldo Alves Prudêncio. Em 1978, foi eleito, com a identificação numérica 1294.

Por meio dos discursos proferidos na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, é evidente que o desejo por uma democracia era algo inegociável para Darcy, dado o regime militar da época.

Castello Mendonça, como era chamado na Casa, exaltava o protagonismo popular. Sempre incentivando e valorizando os capixabas e o Espírito Santo, ele se preocupava muito com o desenvolvimento socio-

econômico do Estado, apoiado na experiência de boa parte da sua vida na pobreza, empenhava-se para contribuir politicamente por uma vida digna para todos.

Um político com muitos amigos, durante o seu mandato como deputado, ele também fez vários requerimentos de homenagens e pesares para pessoas comuns, continuando a demonstrar muito carinho e respeito pelos cidadãos que o elegeram. Em 1980, ele fez uma troca partidária, ingressando no Partido Democrático Social (PDS).

De acordo com o portal eletrônico da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Darcy propôs seis Projetos de Lei: três deles para a área da Cultura, sobre escolas de samba e escolas de música; dois deles para a área da Educação; e um no campo religioso. Ele não chegou a concluir o mandato como Deputado, mas sua trajetória política foi marcada por cinco pleitos eleitorais, dos quais obteve dois mandatos de Vereador, um de suplente de Deputado Estadual (assumiu depois), um de Deputado Estadual e uma única derrota.

A morte, as homenagens e a construção da memória

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 6).

Em 30 de março de 1982, Darcy foi internado em estado grave no hospital Socor, em Vitória, por causa de um ataque cardíaco. Seu estado se agravou devido a complicações de circulação cerebral. Ele sabia que tinha problemas cardíacos e já havia, inclusive, sofrido um enfarte. Mas no dia anterior à internação, o então Deputado participou normalmente de uma sessão na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Faleceu em 2 de abril de 1982, aos 45 anos, por trombose cerebral, deixando os filhos Alexandre e Ludmila, então com 12 e 10 anos de idade, respectivamente. Desde sua internação, as chances de sobrevivência eram mínimas. Na época, houve grande comoção na cidade, devido à

sua popularidade.

O corpo de Darcy foi velado na Assembleia. Cerca de 3 mil pessoas acompanharam seu sepultamento no cemitério de Santo Antônio, em Vitória, até hoje é considerado um dos maiores sepultamentos do local. Na época, as matérias de jornais relatavam que havia indivíduos de todas as classes sociais, muitas das quais chegaram a passar mal na ocasião. A imprensa também prestou várias homenagens em sua memória.

Após sua morte, por meio da Lei nº 3.558/83, de autoria do ex-deputado Juarez Leite, a principal ponte de ligação entre os municípios de Vitória e Vila Velha e a maior obra já realizada no Estado do Espírito Santo foi denominada Deputado Castello Mendonça. Desde então, houve polêmica em relação à nomenclatura, tendo sido a lei vetada pelo governador da época, Eurico Rezende. O veto, entretanto, foi derrubado pela Assembleia Legislativa.

O indeferimento do governador Eurico Rezende teve como justificativa a Lei nº 2.759/73, que sugeria a existência de uma "Ponte Presidente Médici". Porém, na época, essa lei foi criada para dar nome a uma ponte que futuramente seria construída entre Vitória e Vila Velha pelo lado norte. Apenas em 1978, cinco anos mais tarde, essa obra foi iniciada.

Desde o início, essa homenagem no nome da ponte a Darcy pode ser analisada a partir de um conceito de Pollak (1989), o de memória em disputa. Neste caso, a disputa se deu com um personagem militar e presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, que manteve e promoveu repressão política, censura aos meios de comunicação, tortura, prisões e assassinatos durante a sua gestão no período da Ditadura Militar no Brasil. Uma trajetória política completamente dissonante à do personagem negro aqui biografado.

Depois de onze anos de construção, a ponte foi inaugurada em 23 de agosto de 1989. Nessa data, na placa do monumento havia apenas uma mensagem de entrega da obra aos capixabas: "Terceira Ponte", com as assinaturas do governador da época Max Mauro, do secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas Luiz Polese, e de João Luiz Tovar, presidente da Comissão Especial para Construção da Terceira Ponte

(CETERPO).

O nome de Darcy não constava nas formalidades da obra, na inauguração. O que podemos observar é uma tentativa, por parte do Estado, de apagamento da memória de um homem negro que se destacou em duas áreas que eram altamente valorizadas socialmente: a Comunicação e a Política. Além de não ter o nome Darcy Castello de Mendonça, a placa ainda reforçou o nome "Terceira Ponte", que era popularmente chamado por pessoas que talvez não soubessem da homenagem legislada. Até hoje, muitas pessoas continuam utilizando esse "apelido" ao monumento. "O problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização" (Pollak, 1989, p. 7).

Imagem 25: Placa de Inauguração da Ponte sem o nome oficial "Deputado Darcy Castello de Mendonça". Fonte: Gildo Loyola, 1989.

Mais uma vez, em 2003 e 2017, a ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça experimentou "uma memória em disputa" (Pollak, 1989). Por meio do Projeto de Lei n° 393/2003, o ex-deputado Geovani Silva (PSDB) propôs que o monumento fosse chamado de Manoel dos Passos Barros, um engenheiro civil e pastor branco. Na justificativa do projeto, o parlamentar se refere à construção como "Terceira Ponte" e, como se

a ponte já não tivesse um nome oficial, ele estava sugerindo.

Mais tarde, o deputado Marcelo Santos (PMDB) propôs o Projeto de Lei nº 86/2017, que pretendia alterar o nome da ponte para "Governador Élcio Alvares". A ideia, segundo o parlamentar, era garantir homenagem às duas personalidades da política capixaba, dando o nome de Darcy à Praça de pedágio e o do governador à ponte. A proposta não foi muito bem recebida, principalmente entre os radialistas, profissão que o consagrou. Houve também grande repercussão negativa na internet. A discussão sobre o Projeto de Lei durou três sessões consecutivas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, fazendo com que o deputado autor da proposta não aguentasse a pressão e retirasse o projeto de tramitação.

Imagem 26: Placa atual da Ponte "Deputado Darcy Castello de Mendonça", Vitória, 2021. Fonte: Elaboração própria, 2021.

Não há registros pelas instituições do Governo do Estado do Espírito Santo ou pelas empresas privadas que prestam serviço à Ponte sobre a data em que uma placa foi instalada com o nome oficial, "Deputado Darcy Castello de Mendonça", em cumprimento à Lei nº 3.558/83. A placa atual traz, em seu verso, o ano de 2019. Entretanto, o reconhecimento efetivo da homenagem ao biografado foi feito anteriormente.

Embora a homenagem de nomeação de uma das ruas do bairro Goiabeiras, Vitória (ES), tenha se iniciado antes da homenagem no nome da ponte, o processo foi concluído depois, por isso, podemos dizer que essa foi a segunda homenagem que contribui para a construção da memória de nosso biografado. Em 27 de abril de 1982, o vereador José Cor-

rêa Guterres Filho propôs o Projeto de Lei nº 34/82, que denominava a Rua 3, situada no Bairro República, em Vitória, de "Deputado Darcy Castello de Mendonça". Na justificativa da proposta constava:

> [...] Julgamos de nosso dever declinarmos o fato de tê-lo conhecido ainda bem jovem, iniciando a sua vida como profissional do rádio e do jornalismo. Já naquela fase ele demonstrava uma alta compreensão para com os problemas de ordem pública, já naquela fase ele se destacava pela maneira como abraçava os problemas que lhe eram apresentados e como se empenhava na procura de soluções. Não foi por acaso, portanto, que ele conseguiu ingressar na política. [...] O bem que ele fez em tão pouco tempo de vida pública - e mesmo antes dela - ficou na lembrança dos capixabas, principalmente os da Capital (Espírito Santo, 1982, p. 2-3).

Em 25 de agosto de 1982, após aprovação em duas discussões na Câmara Municipal de Vitória, o projeto foi enviado para o Prefeito Municipal da época, Rudy Maurer, que em 13 de setembro de 1982 sancionou como Lei nº 2.978/82 à Rua "Deputado Darcy Castello Mendonça". Dois anos depois, a homenagem a Darcy em rua precisou ser mudada de logradouro. Isso porque a Rua 3 já tinha sido denominada "Sebastiana Vieira Borges", por meio da Lei nº 2.815, de 8 de janeiro de 1981, ou seja, um ano e oito meses anterior à lei em homenagem ao biografado.

Imagem 27: Placa da rua "Deputado Castello Mendonça", em Goiabeiras, Vitória, 2021. Fonte: Elaboração própria, 2021.

O vereador José Corrêa Guterres Filho então propôs nova redação, que se tornou a Lei nº 3.194/84, sancionada pelo prefeito Ferdinand Berredo de Menezes, com o seguinte Artigo 1º: "Fica denominada 'Deputado Castello Mendonça' a rua projetada que tem início na Av. Presidente Costa e Silva e término na Rua Rosa de Jesus Dias, no Bairro de Goiabeiras" (Espírito Santo, 1984).

Mais tarde, houve uma tentativa

de ampliar a homenagem da rua. Em 12 de maio de 1989, o vereador Otaviano Carvalho propôs, por meio do Projeto de Lei nº 94/89, com abaixo-assinado de moradores de Goiabeiras, mudar a Rua "Deputado Darcy Castello Mendonça" para Avenida. A proposta foi aprovada em primeira discussão na Câmara Municipal, mas na segunda foi rejeitada, arquivando-se.

Uma terceira homenagem, que tem atuado na construção e prolongamento da memória do biografado, é o enredo da Escola de Samba Unidos da Piedade, em 1985. A mencionada Escola prestou a homenagem por meio de um enredo, na voz do consagrado Edson Papo Furado, que contava marcos importantes da história de Darcy. Isso porque ele adorava desfile de escola de samba, era um personagem presente nas atividades da agremiação, mantinha uma relação muito próxima com os organizadores e com a comunidade do samba, além de ter incentivado politicamente o gênero musical.

Castello Mendonça - Alegria, alegria de sempre
Compositores: Manoel de Souza Júnior e Edmilson Rodrigues

Foi em Viana, ô, que nasceu um capixaba
Para trilhar a sua estrada à mercê do vendaval
De berço pobre que nasceu este menino
Logo entregue ao seu destino sem estímulo paternal
Ainda criança, muito cedo, foi à luta
Na rua vendendo frutas para o estudo custear
No Instituto Maruípe estudou
Na faculdade, em Direito se formou
Mas foi no Maria Horta, que aprendeu o beabá

Foi crescendo nesta lida para o bem sem ver o mal (2x)
Deixou de ser laranjeiro para ingressar no jornal

Daí então novos horizontes pra ele sorriram
As portas da rádio se abriram
Em um convite para ir trabalhar
Não foi em vão, com disposição e vontade
E com criatividade fez o seu povo feliz
O seu programa que era líder de audiência
Foi buscar na sua essência - Telefone peça bis

A vida muda todo dia toda hora
Torna a mudar toda hora todo dia (2x)
E o programa espelho do que sentia
Passou a ser chamado de Alegria Alegria

E já sentindo-se realizado foi vereador e deputado
Na política fez mais que o essencial
Com um projeto pôs o seu nome na história
No cume mais alto da glória do Palácio Municipal

Agora nós mudamos o cenário aí vêm
As festas que organizou
Parajó, a beleza que encanta
Goiabeiras, que a ele encantou
A festa da Penha que de todas tem o mais bonito
É da nossa padroeira e olha por nós lá do infinito

E afinal a Piedade vem mostrar a história deste ídolo singular (2x)
Do saudoso Castello Mendonça, para o aplauso popular

Na letra, são abordadas a ascensão social e a passagem de Darcy para a figura pública. É perceptível que ele era tido como uma pessoa muito acessível, popular e querido, tendo se tornado um ídolo.

No 3º e 4º versos da 5ª estrofe há a alusão ao trabalho político de Castello e o Palácio Municipal de Vitória, isso porque nos anos enquanto vereador ele foi o responsável pela cobrança da construção do espaço, determinada pela Lei nº 248, de 28 de julho de 1952. Apesar de não haver nenhum registro na Câmara Municipal de Vitória sobre essa articulação, há várias matérias de jornais preservadas pela família que confirmam a ação. Após a construção, o Palácio Municipal concentrou as repartições públicas do município, diminuindo os gastos da Prefeitura com aluguéis e facilitando o desenvolvimento das atividades, como defendido pelo vereador.

No início da década de 1990, ao ter seu nome atribuído ao Centro Municipal de Educação Infantil, podemos dizer que essa foi a quarta homenagem que vem atuando na construção da memória de nosso biografado. Por meio do Inciso V do Artigo 1º da Lei nº 3.905, de 1 de fevereiro de 1993, sancionada pelo prefeito Paulo Cesar Hartung Go-

mes, foi decretada a criação do "Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Darcy Castello de Mendonça", localizado atualmente na Rua Francisco de Araújo Machado, nº 11, Bairro Maria Ortiz, em Vitória. Em junho de 1995, o local foi inaugurado. Desde então, o Centro atende cerca de 650 crianças na faixa etária de seis meses a seis anos.

Imagem 28: Fachada do Centro Municipal de Educação Infantil Darcy Castello de Mendonça, Vitória - ES, 2021. Fonte: Elaboração própria, 2021.

Atualmente o local não possui memorial ou algum arquivo biográfico sobre o homenageado. Como objeto de memória, é encontrado somente uma foto de Darcy na entrada do CMEI.

Algumas funcionárias relatam que no passado a manutenção da memória do homenageado era mais recorrente. Isso porque a instituição comemorava o aniversário de Darcy, em 9 de março, e já houve inclusive a participação de alguns familiares nas celebrações. Além disso, um projeto chamado "A vida do ilustre capixaba Darcy Castello de Mendonça" chegou a ser trabalhado com os alunos.

A quinta homenagem de construção da memória de nosso biografa-

Imagem 29: Entrada do "Centro Municipal de Educação Infantil Darcy Castello de Mendonça", 2021. Fonte: Elaboração própria, 2021.

do está em uma das ruas da cidade de São Mateus (ES), no Norte do Espírito Santo. Trata-se de uma rua extensa, que atravessa os bairros populares Fátima, Ideal, e Lago dos Cisnes.

De acordo com a Secretaria Legislativa e a Secretaria de Comunicação da Câmara Municipal de São Mateus, a rua não possui uma lei que regulamenta sua denominação. A "Rua Darcy Castelo Mendonça", com erro na grafia do nome do homenageado, provavelmente foi denominada pelos antigos moradores, não havendo um documento oficial. Essa homenagem certamente existe pela popularidade da família Castello de Mendonça, que morou na cidade. Ainda de acordo com os setores, São Mateus está com muitas ruas na mesma situação de falta de denominação legislada.

O Livro Preto de Darcy Castello de Mendonça:

tentativa de autobiografia

Durante a vida, Darcy organizou uma espécie de autobiografia, colando recortes de jornais e documentos sobre sua vida em um caderno para os filhos, que hoje chamam o objeto de Livro Preto. Boa parte das informações do presente trabalho só foi conhecida e passível de investigação pela preservação da memória do próprio biografado.

Imagem 30: Placa da Rua "Darcy Castelo Mendonça", em São Mateus (ES), 2022. Fonte: Jorge Alex da Silva, 2022.

Na primeira página, Darcy escreveu: "Na época em que lhes escrevo, as imagens são mais importantes que palavras. Atesto aqui que desesperadamente, numa luta insana, tentei ser alguma coisa na vida" (Mendonça, 1973, n.p.). Nessas palavras, percebe-se uma pessoa exigente consigo mesma e preocupada em como seria lembrada, visto que, durante a vida, valorizou e promoveu a História, sendo um verdadeiro guardião da memória (Pollak, 1989).

O biografado não imaginava que não só conseguiu ser "alguma coisa na vida", como se tornou alguém de referência, tanto para os contemporâneos quanto para gerações futuras, e por isso faz parte deste livro como um dos personagens negros do Estado do Espírito Santo.

Referências

ESPÍRITO SANTO. Câmara Municipal de Vitória. Projeto de Lei nº 34, de 27 de abril de 1982. Projeto de Lei denominando Darcy Castelo de Mendonça a rua 3 do Bairro República (Goiabeiras II). Relator: José Corrêa Guterres Filho. Vitória-ES, 1982, p. 2-3. Disponível em: https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=202665&tipo=1&ano_proposicao=1982&proposi-

cao=34. Acesso em: 1 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Câmara Municipal de Vitória. Lei nº 3.194, de 25 de setembro de 1984. Modifica o Art. 1 da Lei 2978/82: Denomina de Deputado Castello Mendonça a rua projetada com início na Av. Presidente Costa e Silva e término na Rua Rosa de Jesus Dias, Goiabeiras. Relator: José Corrêa Guterres Filho. Vitória-ES, 1984. Disponível em: https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L31941984.html. Acesso em: 1 fev. 2022.

MENDONÇA, Darcy Castello de. Entrevista à Revista Agora, Vitória-ES, 1981.

MENDONÇA, Darcy Castello de. Entrevista ao jornal A Tribuna, Vitória-ES, 1974.

MENDONÇA, Darcy Castello de. Livro Preto. Vitória-ES, 1973.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 1 fev. 2022.

CLEBER MACIEL

HISTORIADOR, PROFESSOR, PESQUISADOR E AUTOR

Osvaldo Martins de Oliveira

Imagem 31: Cleber Maciel. Foto de formatura em curso universitário (direito ou história), na primeira metade da década de 1970. Fonte: Acervo do Instituto Elimu Professor Cleber Maciel, s.d.

Introdução

Nesta introdução, apresento de forma sucinta e clássica os elementos de organização de um capítulo ou artigo, como: objetivo, problema da pesquisa (a trajetória do professor Cleber Maciel), metodologia e aporte teórico. Deste modo, o objetivo e o problema central deste texto é analisar a trajetória intelectual do referido professor, especialmente a partir de duas de suas obras que identificarei adiante.

Em termos teóricos e metodológicos, essa é uma pesquisa qualitativa com análise de dados bibliográficos e de memórias sobre o referido professor, coletadas por meio de leituras e análises das obras do autor e de entrevistas com militantes de movimentos negros e ex-alunos/as. O aporte teórico é constituído por autores de textos sobre etnicidade, identidade e cultura (Barth, 2000; 2005), memória e identidade (Pollak, 1992) e identidade negra (Munanga, 2006).

Cleber Maciel nasceu no município de Cariacica (ES) em 2 de junho de 1948. Estudou o ensino fundamental e médio em escolas públicas e, em sua trajetória acadêmica, graduou-se primeiramente em direito, em uma faculdade da rede privada de ensino em Colatina (ES) e, posteriormente, em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Visando aprofundar-se nos estudos, Maciel cursou mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, onde defendeu sua dissertação, em 1985, com o título: "Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926) - alguns aspectos". Sua dissertação foi publicada como livro pela Editora UNICAMP, em 1987. No entanto, em 1977, ele se tornou professor de História da UFES, pois aquela era uma época em que, devido à escassez de mão de obra qualificada, se poderia iniciar a carreira de professor universitário apenas com o curso de graduação.

Como professor e pesquisador da área de História, Maciel realizou pesquisa e organizou eventos acadêmicos, o que resultou em publicações de artigos e três livros, dois dos quais analisarei neste texto, a saber: *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo: Práticas culturais religiosas afro-capixabas*, Vitória-ES, DEC/UFES, 1992 e *Negros no Espírito Santo*, Vitória-ES, DEC/UFES, 1994 (edição póstuma).

Essa última obra foi reeditada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), em 2016, sob a minha organização, e por isso, sempre que fizer referência a ela a partir de agora, reportarei ao ano da última edição. Venho consultando e analisando essas obras, no que toca aos seus temas e conteúdos relativos à identidade, história e culturas afro-brasileiras, desde 1997, quando comecei a pesquisar quilombos no Espírito Santo.

Tendo as obras supracitadas como objeto de análise, verifiquei que Cleber Maciel fez uma etno-história, pois empreendeu de dentro, pesquisando a história e as referências culturais dos descendentes de africanos no Espírito Santo, e estava em busca dos símbolos diacríticos que os sujeitos de sua pesquisa empregavam para delimitar suas autodefinições como negros, com os quais o próprio historiador se identificava.

Por isso, entre muitos temas pesquisados por ele, neste texto destaco, de forma sucinta, quatro conjuntos de temas inter-relacionados, a saber: 1º) a história da procedência étnica dos africanos que chegaram ao Espírito Santo; 2º) a história das lutas contra a escravização efetivadas nas revoltas e formações de quilombos; 3º) as referências e tradições culturais afro-brasileiras, como jongos, bailes de congos de São Benedito e bandas de congo; 4º) algumas práticas religiosas afro-capixabas relacionadas ao culto da cabula, ao candomblé e à umbanda. Como não é possível explorar tantos temas presentes nas obras do referido autor na extensão permitida neste texto, apresentarei breves explicações sobre o conjunto dos temas pesquisados por ele, restringindo-me, no quarto conjunto de temas, à cabula e ao candomblé.

Os trabalhos de Maciel (1992; 2016) constituem uma epistemologia de reversão dos estigmas e de combate à negação das capacidades organizativas dos afro-brasileiros no estado do Espírito Santo. Trata-se, na verdade, de uma epistemologia do bom combate que visou fornecer: a) a reconstrução da história e memórias dos descendentes de africanos no Espírito Santo, para além daquelas confinadas aos tempos do cativeiro; b) instrumentos de enfrentamento ao racismo, que está presente ainda hoje nas diferentes instituições da sociedade brasileira, entre elas as educacionais e as científicas.

História, cultura e identidade negra

No primeiro conjunto de temas, ao analisar o que o autor denominou "as origens dos negros capixabas" (Maciel, 2016) e também "perspectiva religiosa da formação histórica de uma cultura afro-capixaba" (Maciel, 1992), é possível tomar essas expressões como demarcadoras para a construção de uma identidade negra. Assim, Maciel (2016; 1992) analisou o que chamou de "as origens da cultura afro-capixaba" e apontou pistas para a identificação de grupos étnicos, linguísticos e culturais de africanos e de seus descendentes que se estabeleceram no Espírito Santo.

Apesar de considerar as dificuldades de identificação de forma pormenorizada das origens africanas dos negros que foram forçados a vir

para o Brasil e redistribuídos para o Espírito Santo, o autor destaca, entre os grupos étnicos de origem: Benguelas, Ganguelas ou Banguelas, Minas-Nejôs, Minas-Mai, Sás, Rebolas, Caçanjes, Minas-Cavalos, Cabindas D'água Doce, Cabindas Massudás e Moçambiques.

Maciel, embora considere as dificuldades mencionadas, escreve que a maioria dos africanos que chegaram ao Espírito Santo eram considerados genericamente como da etnia Banto, que era composta de quatro grandes nações: Minas, Ardas, Angola e Crioulos. Acrescenta, também, os denominados Congo. Argumenta que os Minas não existiam como etnia, pois era uma denominação genérica aplicada aos africanos embarcados como escravos nos portos de Costa da Mina, entre os quais se encontravam bantos e sudaneses.

Devido às migrações internas no Brasil, Maciel (1992) considera que falar de uma cultura afro-capixaba é pensar nos remanescentes de muitas culturas africanas somadas às modificações sofridas ao longo do tempo, embora não se possa negar a presença de manifestações culturais africanas no Espírito Santo, até por decorrência histórica. O autor (2016; 1992) ainda chama a atenção para os sinais da presença dos africanos e seus descendentes em diferentes regiões do Espírito Santo, a saber: São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória (Região Central).

No que tange ao segundo conjunto de temas, cabe ressaltar que Maciel destacou em suas obras as revoltas, entre as quais a de Queimado, a formação de quilombos, a violência das relações escravagistas e a repressão governamental. Sobre a associação entre violência senhorial-governamental, revoltas dos escravizados e formação dos quilombos, o autor ressaltou quatro pontos: 1º) a luta dos escravizados pela liberdade deu-se no Espírito Santo da mesma forma que no resto do Brasil; 2º) a religião e a resistência quase sempre andavam juntas; 3º) o número de quilombos era tão grande que praticamente espalhava-se por quase todo o território da Província; 4º) apesar da violenta repressão, a resistência ampliou-se e foi incorporada pela sociedade livre.

No terceiro conjunto de temas analisado por Maciel, é possível salientar os seguintes pontos: jongo, bailes de congos de São Benedito e bandas de congo. O primeiro é o jongo, também conhecido como caxambu e

tambor, que é uma referência cultural criada no Brasil, no século XIX, suas capacidades poéticas e artísticas de africanos de origem bantu e por seus descendentes, que foram escravizados nas fazendas de café na região Sudeste do país.

Tendo em vista o seu processo de transmissão cultural em diversas comunidades negras e quilombolas nesta região do Brasil, por um período de mais de 100 (cem) anos, em 2005 o jongo foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio cultural brasileiro. O reconhecimento foi precedido por um conjunto de mobilização política dos grupos de jongos e caxambus, em encontros e reuniões que ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo desde 1996, momentos em que discutiram a especificidade dessa tradição cultural.

No estado do Espírito Santo, conforme escrevem Guimarães e Oliveira (2018), existem 26 grupos de jongos e caxambus, cada qual conduzido por uma liderança denominada mestre/a, que realizam celebrações festivas ao redor de fogueiras onde tocam instrumentos musicais como tambor e ganzá (ou reco-reco), bem como dançam e entoam suas cantigas de forma poética. Por isso, desde as pesquisas que deram origem aos livros de Maciel (1992; 2016), as lideranças de movimentos negros e os mestres desses agrupamentos de cultura tradicional já tomavam o jongo como um dos símbolos para demarcar a identidade negra no estado do Espírito Santo.

O segundo demarcador cultural da identidade negra acentuado na obra do referido professor é o Baile de Congos de São Benedito, mais conhecido como Ticumbi. As próprias lideranças de comunidades quilombolas e os mestres desses grupos no norte do Espírito Santo, conforme escreve Oliveira (2016), consideram o Ticumbi como uma referência cultural de suas comunidades, especificamente daquelas que se encontram no município de Conceição da Barra, onde existem quatro grupos de bailes de congos. Esses grupos realizam todos os anos as festas de São Benedito, que vão de 30 de dezembro a 20 de janeiro, ocorrendo na sede do município, na comunidade de pescadores de Barreiras e na vila de Itaúnas. Esses bailes, segundo as memórias dos seus mestres, acontecem pelo menos desde o século XIX, sendo considerados tradições

que seus ancestrais trouxeram da África e que foram recriados pelos quilombolas daquele município.

O baile de congos é um ritual composto de danças, cantos e discursos poéticos, acompanhados pelos sons de violas e pandeiros. Ele é formado por 18 personagens figurantes, denominados congos, reis, secretários, violeiro e porta-estandarte, que estão sob a liderança de um mestre. Os integrantes do baile se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com flores e fitas coloridas na cabeça. Sobre as roupas brancas, eles cruzam em seus ombros e peitos fitas coloridas, como uma espécie de proteção. Os secretários e embaixadores dos reis, que na guerra vão para as frentes de batalhas, além de portarem espadas e mantos de chita colorida, levam sobre suas cabeças capacetes confeccionados em forma de animais terrestres e aquáticos, como peixes e dragões. O baile é uma representação da "guerra" entre dois reis africanos, o rei de Congo e o rei de Bamba, e seus respectivos secretários. A guerra acontece porque o primeiro rei, convertido ao catolicismo colonial português, proíbe o rei de Bamba e seus seguidores de realizarem a festa de São Benedito, classificando este rei como pagão. Ritualisticamente, a festa termina com o rei de Congo batizando à força o rei de Bamba, como ocorria com os africanos escravizados ao serem desembarcados no Brasil.

São Benedito é um símbolo empregado pelos mestres e lideranças para demarcar a identidade negra e quilombola tanto nos agrupamentos culturais dos bailes de congo quanto nos de jongo. Assim, apesar de os bailes de congos de São Benedito do norte do Espírito Santo serem formados exclusivamente pelo sexo masculino, devido ao fato de ser um ritual de guerra de sociedades tradicionais africanas, muitos dos seus integrantes participam também das "rodas de jongo", sejam elas para São Benedito ou para outras divindades.

As bandas de congo, ou simplesmente o congo, como observamos em comunidades negras rurais e quilombolas e em comunidades urbanas do Espírito Santo, são uma celebração festiva constituída de rezas de ladainha (especificamente em algumas comunidades negras e quilombolas), cantigas, danças, toque de instrumentos musicais, cortejos com bandeiras e imagens de São Benedito, seguido de fincada e retirada de um tronco de madeira denominado mastro.

O evento celebrativo, realizado por um grupo denominado "Banda de Congo", ocorre todos os anos no final de dezembro para fincar o mastro de São Benedito e em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, no caso de algumas comunidades quilombolas, para a retirada do mastro, que fica na casa de um guardião o restante do ano. Na comunidade quilombola de São Pedro (município de Ibiraçu), porém, o mastro é retirado no Domingo de Páscoa.

Nos congos das comunidades quilombolas de Retiro (município de Santa Leopoldina), de Araçatiba (município de Viana) e de Mocambos e Alto Iguape (município de Guarapari) não são coroadas "rainhas", "príncipes" ou "reis", apenas celebra-se um ritual composto dos elementos elencados acima. Na comunidade quilombola de São Pedro encontramos na banda de congo a figura da "rainha do congo". A figura da rainha também está presente na Banda de Congo São Benedito do Rosário, na Vila do Riacho, no município de Aracruz.

Em relação ao quarto conjunto de temas, como já disse, focarei na cabula e no candomblé. O tema do culto da cabula, também analisado por Maciel (2016; 1992), é um culto religioso de origem africana, procedente das tradições dos povos banto. No norte do Espírito Santo, especificamente nas áreas rurais e de matas dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, o culto da cabula era praticado por quilombolas e organizado em lugares de práticas e saberes espirituais denominados "mesas de santo".

Como bem observou Maciel (1992, p. 51-61), o único documento encontrado sobre a cabula é a "carta pastoral" do bispo Dom João Batista Corrêa Nery, que está carregada de "preconceitos", "fanatismo" e "intolerância" do bispo e que foi elaborado com a finalidade de perseguir os praticantes da cabula. A carta é do início do século XX, mas só foi editada em 1963. O termo "mesas de santo", conforme escreveu Oliveira (2016.b), surgiu na literatura sobre o norte do Espírito Santo na carta do referido bispo.

A cabula era um culto composto por três mesas de santo: mesa de Santa Bárbara, mesa de Santa Maria e mesa de São Cosme e São Damião. Em relação à primeira, o bispo se restringe a dizer que era praticada pelas

famílias em terreiros próximos às suas casas; no que se refere à segunda, ele deu maior atenção ou se sentiu mais fascinado por ela, dizendo que era praticada de forma secreta no mato e apenas por pessoas iniciadas sob árvores frondosas (explicarei um pouco mais a seguir); a terceira, conforme observa a carta do referido bispo, era mais secreta que a segunda e exercia uma espécie de fiscalização em relação às demais.

A primeira e a última mesa foram dissociadas do termo cabula e continuam existindo nas comunidades quilombolas como "Assento de Santa Bárbara" e "Centro Espírita de Cosme e Damião", mas a cabula, como foi conhecida no passado, segundo os quilombolas, já não existe desde o início da década de 1980.

A mesa de Santa Maria era chefiada por uma liderança denominada *embanda*, popularmente conhecida como "cabuleiro", e seu auxiliar era chamado de cambone (termo usado ainda hoje na umbanda para as pessoas que auxiliam os zeladores de santo). Conforme escreve Maciel (1992), além do bispo Nery, Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Roger Bastide e Stella de Novaes emitiram suas opiniões sobre a cabula, mas nenhum deles foi além da carta pastoral do referido bispo.

Maciel afirma que Nina Rodrigues, assim como se verifica em Stella de Novaes, limitaram-se a potencializar os preconceitos mais perversos do bispo em relação às tradições culturais de origem africana e afro-brasileiras. Nery (1963) escreve que os iniciados na cabula eram chamados de *camanás*, enquanto a pessoa que estava para iniciar era chamada de *caialo*, e esta era iniciada sob a responsabilidade de um padrinho. Os cultos e a iniciação estavam sob a liderança de um chefe conhecido como *embanda*, que era chamado de pai pelos *camanás*, e estes se tratavam entre si como irmãos. Os cultos e reuniões (lideradas pelo *embanda*) eram denominados *engiras* e ocorriam à noite, especificamente, as da mesa de Santa Maria, em um lugar denominado *camucite* (*camucito* segundo a expressão empregada atualmente pelos quilombolas), em meio à mata sob uma árvore frondosa.

Ainda conforme o bispo (1963), nas celebrações os integrantes ficavam descalços, usavam vestes brancas, um lenço amarrado à cabeça, velas,

incensos e pequenas imagens. Os cantos eram chamados de *nimbu* e enquanto cantavam batiam palmas e dançavam. Ao entrarem em transe, os iniciados diziam que recebiam o *santé*. Além desses, alguns outros elementos eram usados nos cultos, como fumo, raízes e vinho. Um tipo de raiz extraído da mata era consumido pelo *embanda* em um momento específico do culto, acompanhado de um copo de vinho. Esses mesmos produtos eram servidos também ao *caialo* no momento da iniciação, assim como nos cultos eram consumidos em pequena quantidade pelos demais *camanás* (iniciados), sendo todos ungidos no pulso e na testa com a *emba* (um barro branco). A *emba* também era lançada no ar sobre os iniciados no momento em que começava a ocorrer o transe.

Embora a cabula tenha sido tema de análise de alguns estudiosos, ainda é pouco conhecida, e o número de integrantes das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo que conseguem falar sobre o assunto está diminuindo cada vez mais. No entanto, segundo defende Maciel (1992), a cabula é próxima à umbanda atual e, segundo ele, é mais um atestado da capacidade de resistência da cultura negra, que nos termos atuais é melhor falar da capacidade de re-existência dessas culturas pelas comunidades negras e quilombolas.

Entremos então no último assunto do quarto conjunto de temas analisados em Maciel (1992), que diz respeito ao estudo do candomblé e da umbanda no Espírito Santo, mas darei maior atenção ao candomblé. Embora os temas anteriores estejam presentes em ambos os livros (Maciel, 2016; 1992), o livro de Maciel (1992) resultou de um projeto de pesquisa desenvolvido no decorrer de um ano e seis meses na região da Grande Vitória, nos anos 1988 e 1989. O objetivo do projeto era documentar, valorizar e divulgar a diversidade da cultura capixaba e promover a visibilidade das influências das matrizes afro.

Partindo do contexto histórico do século XIX, o autor entende que as práticas religiosas serviram de válvulas de escape para a organização e a resistência ao extermínio físico e para a preservação cultural. Em uma visão um tanto pessimista, fatalista e influenciada pelo evolucionismo, Maciel escreveu que a cabula foi quase totalmente "destruída", mas o candomblé "sobreviveu". Os Malês teriam sido "exterminados", mas os Nagôs "permaneceram". Segundo ele, sob o manto dos santos

católicos preservaram-se muitas vidas e os fragmentos das memórias africanas; enquanto sob o manto dos orixás preservou-se a integridade do ser africano.

Essas influências das teorias evolucionista e do pessimismo na sua escrita, talvez tenham advindas do folclorista Arthur Ramos, pois, por mais de uma vez, Maciel (2016; 1992) defende a noção de que "práticas religiosas africanas sobreviveram". Segundo o autor, apesar da perseguição, da incompreensão e da intolerância, algumas práticas religiosas africanas "sobreviveram", mesmo que modificadas, sincretizadas e ou fundidas em outras. Nessas modificações, sincretizações e fundições estaria a cabula capixaba presente em práticas mescladas com o catolicismo, estando a cabula também nos cultos fervorosos de São Benedito no Espírito Santo, sobretudo nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Afirma que muitos aspectos da cultura e memória africana "sobreviveram" e chegaram aos tempos atuais graças ao esforço do espírito de sacrifício que tiveram os antepassados em conseguir, sob o domínio do medo imposto pelos colonizadores, preservar sua cultura. Entre essas manifestações culturais que "sobreviveram", ele destaca: bandas de congos, bailes de congos de São Benedito (conhecido como ticumbi) e festas do mastro de São Benedito.

Na parte denominada "candomblé e umbanda: práticas religiosas atuais", Maciel procura demonstrar como as comunidades afro-religiosas no Espírito Santo estavam organizadas em seis associações e federações no final da década de 1980. O autor afirma que, apesar de muitos conflitos de interesses e competições entre elas, durante um seminário organizado na UFES pelo próprio autor, mantiveram uma convivência harmoniosa. Argumenta que as organizações associativas têm papel importante como elementos aglutinadores e de articulação das comunidades de terreiro. Segundo ele, em sua época, ainda havia espaços de atuação a serem preenchidos e muitos desafios para a realização plena de seus princípios e objetivos estatutários, como os planos de melhoria e de ampliação em suas atuações junto aos terreiros e barracões das denominadas práticas religiosas.

Entre as denominações dos cultos da época da pesquisa de Maciel, usavam-se os seguintes nomes: "macumba", "pemba" e "umbandomblé".

Segundo ele, os dois primeiros termos eram empregados por pessoas que não conheciam o candomblé e a umbanda, pois carregavam conotações pejorativas, discriminatórias e de censura, embora esses termos fossem usados também por integrantes de candomblé e umbanda para fazer o que não era aprovado pelos zeladores. Umbandomblé é um termo usado para designar terreiros de umbanda que tiveram fortes influências do candomblé, ou para se referir a barracões de candomblé que tocam umbanda, mas em lugares separados nos territórios sagrados. (Maciel, 1992, p. 90-95).

Maciel verificou que a obediência à "hierarquia dos santos" e à autoridade dos/as zeladores/as de santo nessas comunidades de terreiros era um princípio e fundamento inquestionável. Tal princípio está ligado ao controle e exercício das funções individuais e coletivas nas comunidades. A estrutura hierárquica, segundo o autor, segue o modelo familiar, pois no topo estão as Iyalorixás e os Babalorixás, ou Zeladoras/es de Santo (Maciel, 1992, p. 99).

O estudo de Maciel denunciou os preconceitos e perseguições sofridos pelos integrantes dessas comunidades religiosas, sendo tais preconceitos de ordem religiosa, racial e econômica. O autor debate o sincretismo, em especial da correspondência dos orixás com santos católicos, presente no universo mental da maioria dos praticantes e a relação dos orixás com elementos naturais e sociais. Descreve as entidades mais cultuadas e como os calendários sagrados e de cultos estão relacionados às práticas sincréticas.

No subitem sobre o candomblé, Maciel (1992) procurou caracterizar essa prática religiosa no Espírito Santo, onde realizou uma abordagem genérica, enfocando a definição de candomblé e as nações que estão representadas no Espírito Santo. Analisou a busca ou não de pureza e africanidade entre os zeladores de santo e enfatizou a importância dada à ancestralidade e aos orixás cultuados, bem como as ordens desses orixás (de domínio das tradições religiosas nagôs) nos *xirés*. A ancestralidade é explicada por Maciel (1992) considerando a importância de demonstrar os fundamentos, raízes, troncos, nação e árvore genealógica.

Na época, o autor observou que eram diversas as nações de candomblé

representadas no Espírito Santo, mas nem todas tinham casas abertas. Entre essas nações que ele descreveu, seguindo uma ordem daquelas que tinham o maior para o menor número de seguidores, ressaltamos: nação Angola, nação Keto, nação Jeje (ou Jeje-Nagô), nação Nagô, nação Efõ (Efão ou Efam), nação Candomblé de Caboclo e nação Omolokô (era considerada uma espécie de sincretismo das demais nações). O autor realizou também uma primeira descrição das casas, lideranças e integrantes por nações, além de elaborar uma breve história, genealogia e ancestralidade das casas, de suas lideranças, de suas distribuições no estado e dos orixás que regem nelas (Maciel, 1992, p. 112-123).

Maciel (1992) destaca que é interessante notar que, apesar de todos os esforços, nenhuma informação nova foi obtida sobre a cabula, não que fosse uma nação, mas pelo fato de ser uma prática religiosa genuinamente afro-capixaba. Com isto, o autor demonstrou que as nações de candomblé atualmente existentes no Espírito Santo não têm vínculo histórico direto com as antigas nações de africanos escravizados e deportados para o Espírito Santo, uma vez que a quase totalidade de representantes das diversas nações de candomblé são oriundos de outros estados, como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais.

Entre as casas, conforme observou Maciel (1992), há uma tentativa de classificar o candomblé como sendo mais puro à medida que tem alguma ligação com os africanos e menor influência de elementos católicos e de outras práticas espíritas. Mesmo com essa tentativa de legitimar a pureza, a maior parte dos zeladores fala com orgulho da sua passagem religiosa pela umbanda.

O autor conclui que não se deve falar em pureza africana no candomblé, porque ela não existe. Há uma tendência de caracterizar os candomblés na busca da africanidade perdida. Isto é manifestado pela vontade explicitada por muitos praticantes de visitar a África, aprenderem línguas africanas, usarem frutos e raízes de plantas africanas, resgatarem, enfim, o conhecimento africano, e assim darem mais "fundamento" e mais segurança aos "trabalhos". Enfatiza que o candomblé, assim como todos os fenômenos sociais, sofreu modificações. As diversas nações interferiram e interferem umas nas outras, e já não se pode dizer que elas se diferenciam e têm especificidades que as caracterizam de forma inconfundível.

Dando sequência à pesquisa de Maciel (1992), o trabalho de descrição das casas de candomblé na Grande Vitória (ES) teve continuidade com a dissertação de mestrado de Batista (2014). Posteriormente, foi desenvolvido com mais profundidade e amplitude pelo projeto "Africanidades: identidades, religiosidade e patrimônio cultural", que apresentou um mapeamento detalhado e monografias das lideranças de mais de 80 casas de candomblé na Grande Vitória (ES), sendo transformado em livro sob a organização de Amorim e Oliveira (2017). Outras pesquisas sobre o candomblé e a umbanda tomaram o livro de Maciel (1992) como ponto de partida e inspiração, a saber: a) dissertação de mestrado de Ribeiro (2016), que estudou a relação entre candomblé e política na Grande Vitória (ES); b) dissertação de mestrado de Nascimento (2017), que estudou as memórias afro-brasileiras nas giras de pretos-velhos da umbanda; c) Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) de Menezes (2023), que estudou os significados dos pontos riscados na umbanda; e d) o livro organizado por Oliveira e Amorim (2024), dedicado às pesquisas de memória e biografias de lideranças de terreiros de umbanda na Grande Vitória (ES).

No que se refere à umbanda, embora o presente texto não aprofunde no tema, o autor pretende realizar uma abordagem a partir do entendimento que praticantes dos cultos têm da mesma, destacando as fases de sua história, bem como algumas características locais, com enfoque específico de alguns terreiros. A partir da descrição das práticas religiosas de alguns terreiros, Maciel (1992) definiu a umbanda como um culto formado por praticantes negros e pobres. O objetivo da pesquisa foi demonstrar a diversidade dos terreiros de umbanda, e que o culto é parte significativa do cotidiano capixaba.

Tanto o trabalho de Maciel (1992), quanto os realizados por Batista (2014) e Amorim e Oliveira (2017), demonstraram que existem trânsitos religiosos intensos entre os integrantes dessas religiões, entre a umbanda e o candomblé e o catolicismo, e, como demonstrou Santos (2015), mesmo entre essas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras e o pentecostalismo e o neopentecostalismo em cidades da Grande Vitória (ES). Esse trânsito e essa hibridização são um dos sinais de diferenciação das religiões de matrizes africanas no Espírito Santo.

Considerações finais

A proposta inicial deste capítulo foi uma análise da relação entre identidade e cultura negra a partir das obras de Cleber Maciel. A análise foi feita principalmente a partir dos aportes teóricos de Barth (2005; 2000) e de Munanga (2006), escavando as estratégias de identidade construídas por lideranças e intelectuais dos grupos étnicos que tomam as culturas tradicionais dos grupos aos quais pertencem para demarcar o pertencimento e a identidade, inclusive deles mesmos enquanto parte desses grupos.

Além da história, as lideranças e intelectuais têm escolhido algumas práticas culturais consideradas negras como símbolos demarcadores de uma identidade que consideram negra. Entre os elementos que consideram parte de uma cultura tradicional negra, eleitos como símbolos diacríticos demarcadores do pertencimento, estão: o jongo, o baile de congo de São Benedito, as bandas de congo, a cabula, o candomblé e a umbanda. O próprio Cleber Maciel frequentava os cultos de candomblé e umbanda.

Concluindo, cabe destacar que o trabalho de Maciel (1992) é uma descrição dos terreiros estudados como lugares de cultos religiosos e de formação das famílias religiosas. Os temas pesquisados por ele dizem respeito à história, memória e cultura de comunidades e agrupamentos afro-brasileiros no Espírito Santo, que as lideranças demarcam como seus, alegando que tais agrupamentos estiveram e estão nos embates pela inserção na educação escolar, no mercado de trabalho, na vida política e na configuração social, econômica e cultural do Brasil.

Em suas obras, Maciel busca construir os lugares de memória e as histórias, e como se deu a formação das identidades dos integrantes das comunidades de terreiro, além de quais são os símbolos que demarcam seu pertencimento. Para os integrantes do candomblé, esses símbolos são as indumentárias constituídas, entre outras coisas, pelas vestimentas, pelos usos de palavras e expressões em línguas e diletos africanos, e pelo uso de adereços como colares, as contas ou fio de contas. Esses e outros símbolos demarcam o pertencimento dos iniciados às comunidades religiosas do candomblé.

Referências

AMORIM, Cleyde R.; OLIVEIRA, Osvaldo M. de (orgs.). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. 1. ed. Vitória: UFES/PROEX, 2017. 377 p.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: *Revista Antropolítica*. Niterói: EdUFF, 2005, p. 15-30.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BATISTA, Milena Xibile. *Angola, Jeje e Ketu: memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2014.

GUIMARÃES, Aissa A.; OLIVEIRA, Osvaldo M. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. Vitória: UFES-Proex / IPHAN, 2018.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MACIEL, Cleber. *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo: práticas culturais religiosas afro-capixabas*. Vitória-ES: DEC/UFES, 1992.

MACIEL, Cleber. 388 anos de escravidão, 293 anos da morte de Zumbi, 100 anos de Lei Áurea, 488 anos de intolerância. Comunicação apresentada no Seminário Internacional da Escravidão, Vitória-ES, 1988. In: *Anais do Seminário Internacional da Escravidão*. Coordenação de Maria Verônica da Pas. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

MACIEL, Cleber. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. *Campinas (SP)*. UNICAMP, 1987.

MENEZES, Carla Désirée dos Santos. *O desenho como prática espiritual e ancestral: pontos riscados na umbanda do Canabibi e produção artística a partir dos ensinamentos do terreiro. 2023.* Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 68, 2006.

NASCIMENTO, Maria S. do. *Giras de pretos-velhos em um terreiro de umbanda: lugares e eventos de construção de memórias afro-brasileiras.* 2017.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

NERY, João Batista Correa. *A Cabula: um culto afro-brasileiro*. Vitória: Comissão Espírito-Santense de Folclore, 1963.

OLIVEIRA, Osvaldo M.; AMORIM, Cleyde R.(org.). *Africanidades Transatlânticas: memórias da umbanda no Espírito Santo*. Vitória: Editora Cousa, 2024.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). Cleber Maciel. Negros no Espírito Santo. Vitória: APEES, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo M. Quilombos e demarcadores de identidades: análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. In: *Ambivalências*, v. 4, 2016.b, p. 10-41. Disponível em http://www.seer.ufs.br/index.php/ Ambivalencias/ issue/view/475. Acesso em: 30 set. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Iljorvânio Silva. *Entre o Órun e o Àiyé: candomblé e política na região metropolitana da Grande Vitória - ES*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SANTOS, Hevellyn Cruz dos. *Entre Candomblé, Pentecostalismo e Neopentecostalismo: uma análise etnográfica sobre o trânsito religioso*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARIA VERÔNICA DA PAS

BREVES PALAVRAS SOBRE UMA MULHER TRANSGRESSORA

Fernanda Barbosa[1]

Jaiara Dias[2]

Introdução

No Brasil, o povo negro tem sido sistematicamente invisibilizado nos livros de história, nos arquivos e nas memórias coletivas. Essa violência encontra suas raízes no projeto colonizador, ainda em curso, de embranquecimento do país em todos os seus aspectos. Neste artigo, buscamos romper silêncios ao evocar as memórias de Maria Verônica da Pas. Médica psiquiatra, Verônica foi transgressora, pois ousou ir além dos papeis impostos às mulheres negras pela sociedade, atuando na linha de frente das lutas pelos direitos

Imagem 32: Maria Verônica da Pas. Foto da formatura em medicina com especialização em psiquiatria, 1974. Fonte: Acervo da família de Verônica, 1974.

1 | Graduada em História e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2 | Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

das mulheres, da população negra e pela humanização do atendimento em saúde mental.

Em junho de 1869, o então presidente da Província do Espírito Santo, Luiz Antônio Fernandes Pinheiro, escreveu entusiasmado sobre o progresso das colônias de imigrantes europeus em solo capixaba. A esperança depositada no futuro grandioso da Província estava alicerçada, segundo ele, na nacionalidade dos colonos:

> Realmente os alemães, trabalhadores por índole e por hábito, dotados de tenacissima perseverança, e possuindo no mais alto grau o amor da família que é a única e verdadeira base do patrimônio, e o apego ao lugar onde uma vez se estabelecem e adquirem fortuna, **serão um dia outros tantos cidadãos brasileiros, que concorrerão para o engrandecimento da pátria.**
>
> **[...] Nem se veja nesse porvir somente a prosperidade material; deve-se ter principalmente em vista o grande melhoramento moral que essa raça laboriosa e morigerada introduz** [...]. (Pinheiro, 1869, p. 8-9, grifo nosso.)

A esperança de Pinheiro encontrava respaldo nas teorias da época que defendiam a imigração dos colonos europeus para o Brasil como solução para resolver a questão da heterogeneidade sociorracial e, assim, purificar a raça brasileira. Este projeto de embranquecimento foi uma política levada a cabo pelo Estado, que repercutiu profundamente em todos os cantos do país.

Apesar da tentativa de embranquecer a população não ter logrado sucesso, uma vez que negros e negras representam hoje mais de 50% da sociedade, o esforço em "apagar" a presença dos afro-brasileiros deixou sua marca até os dias atuais. Uma das faces perversas deste processo de invisibilização é o apagamento da existência de negros e negras na memória. O silêncio sobre os atos empreendidos pela população negra, em especial, sobre personagens que protagonizaram as lutas por liberdade e igualdade, revela que o projeto de Estado de apagamento desse grupo ainda está em curso.

É o que Gomes, Laureano e Schwarcz, autores do livro "Enciclopédia Negra" (2021), nomeiam "dupla morte" a física e a da memó-

ria. Física, pois a população negra no Brasil é aquela que apresenta os maiores índices de morte violenta. E da memória, pois são escassas as referências oficiais aos negros e negras que vivenciaram os períodos escravocrata e o pós-abolição. Em outras palavras, a morte física não encerra o processo de eliminação da vida negra, que também tem sua memória coletiva sistematicamente silenciada.

As lacunas sobre as personagens negras na história do Brasil e do Espírito Santo nos remetem às questões apresentadas por Grada Kilomba acerca da máscara de flandres ou, como a autora intitula, a máscara do silenciamento, instrumento de tortura, usada nos escravizados para impedi-los de comer e beber, bem como para implantar uma sensação de mudez e medo (Kilomba, 2010, p. 172). Segundo Kilomba, a máscara de flandres levanta várias questões ao expressar o medo dos brancos colonizadores em relação a "verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos" (Kilomba, 2010, p. 177). Ainda nas palavras da autora,

> A máscara vedando a boca do sujeito Negro impede-o(a) de **revelar as verdades das quais o mestre branco quer "se desviar", "manter à distância" nas margens, invisíveis e 'quietas'**. Por assim dizer, este método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento do Outro (Kilomba, 2010, p. 177).

Nas próximas linhas, objetivamos romper o silêncio e trazer para as margens visíveis da memória coletiva capixaba a trajetória de Maria Verônica da Pas, personagem negra muito importante na história recente do Espírito Santo. Escrever biografias não é uma das tarefas mais fáceis. E o desafio se torna ainda maior, pois, apesar da sua relevância, trata-se de uma pessoa desconhecida por grande parte da sociedade capixaba.

Médica psiquiatra, especialista em políticas públicas, ativista do movimento negro, Maria Verônica da Pas lutou pelos direitos reprodutivos em pleno regime da ditadura militar e pela humanização da saúde mental, quando os eletrochoques e o confinamento ainda davam a tônica nos tratamentos psiquiátricos. Mulher negra, roteirista, poeta, mãe solo, filha, irmã, amiga. Tantas faces de uma mesma vida tornam difícil a tarefa de resumir, em apenas um artigo, a magnitude da sua existência.

Por isso, o que iremos apresentar nas próximas páginas é apenas uma pequena fração de Maria Verônica da Pas, uma seleção, mais ou menos arbitrária, de momentos da sua vida. Mais ou menos arbitrária, pois existe intencionalidade nas nossas escolhas, uma vez que acreditamos que as informações aqui anotadas, apesar de não esgotarem, apresentam ao leitor uma das suas características mais marcantes, a transgressão, entendido aqui não na perspectiva da infração, mas como a ação de ir além, ultrapassar as estruturas do seu tempo. Verônica foi uma mulher transgressora, pois ousou romper os paradigmas de subalternidade que são impostos às pessoas negras.

Primeiros anos

Maria Verônica da Pas nasceu em 9 de julho de 1948, na cidade de Itabira, em Minas Gerais. Filha dos mineiros, Zenith Glória da Silva, dona de casa e costureira da família, e do vigilante Gabriel Ferreira da Silva. Seu pai era funcionário da Companhia Vale do Rio Doce na manutenção dos trilhos e, devido a um problema de saúde, foi transferido para atuar como vigilante no Cais de Capuaba, localizado em Vila Velha, cidade do Espírito Santo.

Verônica tinha nove anos quando chegou à cidade de Cariacica, no bairro Jardim América, lugar onde sua família fincou raízes. Quando pequena, Verônica, na contramão da realidade de muitas mulheres negras da época, dizia à sua mãe que queria ser médica e seguiu sua jornada em busca de realizar esse desejo, com o apoio dos pais.

Foi também ainda criança que Maria Verônica da Pas "descobriu" o racismo. Em um trecho da sua autobiografia, escrito em 1983 e publicado na revista MUCANE em 2012, registra:

> Eu, Maria, como muitas. Nascida de família pobre, pai mestiço, filho de senhor de engenho com escravo vinda da região de Equeto. Mãe, filha de índios puris, que povoaram as margens do Rio Piracicaba e Rio Doce. Eu nascida, Verônica da Paz, natural de Minas Gerais, pai alfabetizado pelo Mobral há seis anos passados, exatamente três anos após a minha graduação como médica. Eu, segunda filha do casal que criou oito dos onze filhos

> que tiveram. Alfabetizada em colégio religioso de origem francesa, **onde apenas eu era "estrangeira". Todos nós repetíamos o francês sem saber o que repetíamos. Única negra e de origem humilde. Conheci desde então a marginalidade, tendo começado aí a minha luta para diminuir a diferença em que eu era colocada** (Pas, 2012 [1983], p. 11, grifo nosso).

É justamente nessa luta por uma sociedade mais justa que iremos encontrar, nas próximas linhas, Maria Verônica da Pas, já adulta, transgredindo as estruturas racistas da sua época.

Por uma psiquiatria humanizada

Em 1968, Verônica foi aprovada para a segunda turma de medicina da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (Emescam), localizada na cidade de Vitória (ES), onde se especializou em psiquiatria no ano de 1974.

A formação em medicina é um fato a ser registrado, uma vez que esta não constitui uma das profissões reservadas "tradicionalmente" para os filhos de trabalhadores negros que "naturalmente" estão destinados aos trabalhos subalternos, considerados hierarquicamente inferiores (Beato, 2006, p. 49).

Infelizmente, não temos informações sobre o número de médicos negros formados na década de 1970, mas uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP), intitulada Demografia Médica no Brasil, aponta que nessa época apenas 15,8% dos recém-formados eram mulheres (2018, p. 38). Outro dado interessante desta pesquisa mostra que em 2017, treze anos após a adoção de políticas de cotas raciais pelas universidades brasileiras, dos 4.601 médicos e médicas recém-formados, entrevistados para o estudo, apenas 1,8 % se declararam pretos e 16,2% pardos. Além disso, 85,6% descreveram sua situação no final do curso de Medicina como alguém que ainda não trabalha e é "financiado pela família" (Scheffer; Cassenote; Guilloux, 2018, p. 65).

Diante destes dados, não é forçado supor que em 1974, a presença de homens negros e, em especial, de mulheres negras nas escolas de medicina no país era minoritária. Foi, portanto, em um universo branco,

masculino e elitizado que Maria Verônica da Pas realizou seus estudos e desenvolveu o seu trabalho.

Entre as suas atividades na psiquiatria, tem destaque a atuação como psiquiatra social em Linhares, município do interior do Espírito Santo. Nessa mesma cidade, em 1977, Verônica é nomeada Diretora Geral do Centro Psiquiátrico, cargo que ocupou até 1979, quando protagonizou uma polêmica demissão.

O hospital psiquiátrico estava ameaçado de ser fechado e transformado em um hospital geral e a gestão de Verônica, que ambicionava torná-lo uma referência nos cuidados da saúde mental e à assistência à comunidade, estava sendo impedida de colocar o projeto em prática: "Mas o dedo indicador da ditadura política da cidade sempre atrapalhou os planos, dentro do espírito segundo o qual só se faz ali 'o que eu quero' e assim realmente ficou difícil administrar" (Pas, 1979).

Havia muitas divergências ideológicas e denúncias políticas por parte de Verônica em relação aos funcionários do hospital. Em entrevistas nos jornais da época, ela alegava que, com exceção do quadro de enfermagem, alguns funcionários eram contratados com cargos e salários determinados, não respeitavam as coordenadas de sua direção e nada faziam no hospital. Verônica afirmava que o hospital era "cabide de emprego para peixinhos de políticos". Segundo ela,

> Existe um serviço no centro psiquiátrico chamado psiquiatria integrada e que nós trabalhamos com a população de baixa renda. É um serviço moderno e o paciente tem um tratamento humano. Tem assistência social, assistência psiquiátrica e então é guiado para o serviço. [...] Esse trabalho é revolucionário, porque você está dando oportunidade para o indivíduo se conhecer, e isso incomoda na medida em que esse processo vai se desenvolvendo; o paciente passa a ser sujeito, quando ele passa a tomar consciência das coisas sociais, políticas, tanto a nível municipal, estadual e nacional. O trabalho desenvolvido não dá dinheiro e não é interessante. Existe interesse político e econômico em cima do prédio, onde funciona o serviço. (Pas, 1983, p. 3).

Assim que percebeu os interesses políticos acerca do Hospital, Verônica procurou o deputado estadual na época, o Dr. João Gama Filho, e exi-

giu participação nas decisões a respeito da saúde mental do hospital, por ser a única pessoa no município na área da psiquiatria, e entender as reais necessidades dos pacientes.

O pedido de Verônica não foi atendido e decisões foram tomadas sem a participação da primeira diretora negra de um hospital psiquiátrico no interior do Espírito Santo. Os políticos acabaram com o Centro Psiquiátrico, Verônica foi transferida para outra função e afirmou:

> Não tenho pretensão política, esse trabalho é ideológico, então é político. O meu compromisso é com a saúde mental. Eles não estão perseguindo a Doutora Verônica, estão perseguindo a saúde da população, quando se dizem defensores e representantes do povo. (Pas, 1983, p. 3).

Mesmo com essa rasteira, Verônica não desistiu da cidade e contribuiu para a criação da Delegacia Regional do sindicato dos médicos de Linhares em 1979, e foi delegada sindical até 1983. Além disso, continuou exercendo a medicina de forma humanizada:

> Não vou parar de fazer as consultas. Sou psiquiatra e não estou aqui para receitar Haloperidol para paciente. Eu tenho que promover a desalienação do paciente e não a alienação, inclusive medicamentando. Não serei eu que taparei a boca do indivíduo, pois o ato de tomar o comprimido é uma maneira de tapar a boca. (Pas, 1983, p. 3).

Vale registrar que ao contrário de diferentes países no mundo, o Brasil, a partir de 1964, durante o regime da ditadura militar, expandiu a rede de hospitais psiquiátricos privados, com a contratação de leitos nesses locais ('indústria da loucura'), que mais do que dobrou entre 1965 e 1970. Nesse período, o

> [...] sistema de saúde mental e a mentalidade vigentes se organizaram em torno da internação prolongada e, na psiquiatria, ao contrário de outras especialidades médicas, os critérios diagnósticos e para prescrição do tratamento e internação nem sempre são claros ou indiscutíveis, o recurso a medidas de violação de direitos humanos para manter a obediência tornou-se a regra. Em verdade, usando o termo do glossário construído por Almeida-Filho, a loucura, para além de uma 'doença' (que pressupõe

> alterações morfofisiológicas e/ou funcionais), havia se tornado uma 'enfermidade', entendida em seu sentido etimológico que remete a encerrar, aprisionar (em francês: fermer, fechar), o que se relaciona com as primeiras medidas de controle de doenças infectocontagiosas por meio do isolamento. (Cardoso; Silva; Antunes, 2020, p. 1107).

Nesses espaços, os chamados manicômios, os pacientes eram anulados por meio de confinamentos, métodos disciplinares coercitivos, uso excessivo de medicação, entre outras violações dos direitos humanos. Este tratamento desumano, não raro, vinha acompanhado de violências diversas, tais como maus-tratos, torturas, estupros, mortes não esclarecidas, que só vieram a ser denunciadas em meados de 1970, no processo de democratização (Cardoso; Silva; Antunes, 2020, p. 1107).

Além de Maria Verônica da Pas, outras mulheres negras também lutaram pela humanização do tratamento psiquiátrico. Entre elas, tem destaque a socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo e a médica psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza[3]. Suas trajetórias profissionais possuem pontos de confluência e não é mera coincidência vermos três mulheres negras comprometidas com a humanização de pacientes com adoecimentos mentais, deslocando-os da condição de objetos de estudos para sujeitos com subjetividades e especificidades existenciais. Lembramos que o projeto colonial desumaniza o povo negro e indígena há mais de 500 anos e as ferramentas de desumanização só se aprimoram com o passar do tempo.

Uma abordagem da saúde mental que estabelece relações com raças, classes, gêneros, sexualidades e todas as outras especificidades da sociedade, retira a condição de animalização que é imposta à pessoa adoecida. As trajetórias destas profissionais negras, que combatem procedimentos desumanos, são um ato transgressor, uma ação contra-colonial, pois aposta na humanização da pessoa.

3 | Para saber mais sobre essas trajetórias: GOMES, Janaína Damaceno. Os Segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS: USP, 2013.; PENNA, William Pereira. Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UFF: Niteroi, 2019.

Verônica e o movimento de mulheres

Maria Verônica da Pas foi uma importante ativista do movimento de mulheres no Espírito Santo. Eduardo Felipe Scardua, filho de Verônica, em entrevista concedida em 2011, explicou que sua mãe tinha grande interesse pela causa das mulheres, seu papel na sociedade e sua força.

Em 1985, Maria Verônica palestrou sobre a saúde da mulher, no primeiro encontro de mulheres da Grande Vitória. Também fez parte de um trabalho realizado pela Prefeitura Municipal da capital do Espírito Santo, durante o qual ministrou cursos de educação sexual, dialogando com as mulheres residentes nos bairros Maria Ortiz, São Pedro e Santo Antônio.

O seu envolvimento com a saúde das mulheres capixabas rendeu a elaboração de um trabalho acadêmico, apresentado na pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, entre os anos de 1989 e 1990. No trabalho intitulado "Participação social e a construção da subjetividade, a compreensão do grupo 1° de maio como grupo sujeito", Verônica refletiu sobre o processo de conscientização das mulheres de Santa Rita e 1° de maio, bairros do município de Vila Velha/ES, a respeito de saúde bucal, saúde mental e familiar, sexualidades, aborto, ligadura de trompas e outros métodos contraceptivos.

Além das atividades de cunho educativo, Maria Verônica da Pas também esteve nas ruas para lutar pelos direitos da mulher, inclusive no período da ditadura militar. Eduardo Felipe Scardua lembra que, ainda criança, acompanhou a mãe em um ato marcado por pautas feministas:

> Eu lembro de uma passeata da mulher, eu até tinha algumas fotos de jornais, que foi na Praça Oito. Eu lembro que eu fui com mamãe. Eu era pequeno, é uma imagem que eu tenho na Praça Oito, e a polícia reprimiu em pancadaria. Eu nem lembro que época [...]. Eu posso até chutar como início de 80. Mas eu lembro que eles jogaram gás lacrimogênio, a gente chorava. (Scardua, 2011).

Maria Verônica da Pas participou ainda do primeiro grupo de mulheres negras do Espírito Santo. Fundado em 1° de setembro de 1987, em um momento de ampla mobilização no Brasil por ocasião das comemora-

ções do centenário da Lei Áurea, este grupo enfrentou "a fúria das organizações de mulheres e de negros cujo discurso era que as mulheres negras queriam dividir o movimento" (Bispo; Souza, 2006, p. 76).

Edileuza de Souza, ativista do movimento negro e de mulheres no Espírito Santo, se recorda da relação de Maria Verônica da Pas com o grupo:

> Naquele momento aqui na Grande Vitória, muitas mulheres trocavam votos pela esterilização. Ligadura de trompas. Então, ela já fazia um trabalho em Santa Rita [bairro de Vila Velha] quando se dá a ligação dela com esse grupo que a gente chamava de Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo. Ela trazia a questão da saúde. A gente achava que ia mudar o mundo. (Souza, 2011).

A criação do grupo está ligada à forma subordinada como o tema da mulher negra era tratado tanto pelos movimentos feministas quanto pelo movimento negro. Isso foi determinante para a criação de um movimento em que o problema da mulher negra se constituía como uma plataforma específica. Entre as principais ações realizadas pelo grupo, destacam-se as atividades referentes ao Centenário da Lei Áurea, em 1988, ocorridas na praça Costa Pereira, no centro de Vitória, como a realização de discursos e a entrega de panfletos que denunciavam a "farsa" da abolição da escravatura, bem como a organização de palestras e debates em bairros da Grande Vitória e municípios do norte e sul do Estado. Nesses eventos, eram discutidas questões relativas à saúde, educação, racismo, discriminação, esterilização em massa, sexualidade, entre outros. O grupo também organizou o 1° Encontro Estadual da Mulher Negra no Espírito Santo (Bispo; Souza, 2006, p. 76).

Sobre a importância de Verônica, lembramos ainda que sua estética inspirou e serviu de referência para muitas mulheres negras capixabas. Edileuza de Souza lembra do seu pioneirismo na valorização da beleza negra:

> Ela foi pioneira na estética negra capixaba, usou *Black Power*, *DreadLocks*, usou muitos cortes de cabelos, todos esses valorizando sua estética e beleza. Ela rompeu com preconceitos de gênero e racial. A sua estética gritava pelo respeito às diferenças, seu envolvimento e sua sensibilidade possibilitaram transformações

> e encantamento. Seu contato com a militância para além das fronteiras do Brasil trouxe a consciência e a necessidade para se pensar a diversidade étnico-racial de forma livre dos padrões esteticamente impostos (Souza, 2018)

Verônica, as questões negras e as artes

Verônica foi Secretária de Cultura Universitária e Coordenadora do Projeto Cultural Afro-brasileiro da Sub-Reitoria Comunitária da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na década de 1980, a convite do professor, médico e cineclubista Antonio Claudino de Jesus.

Entre as atividades realizadas durante sua gestão, destaca-se o Seminário Internacional de Escravidão, em 1988, que contou com a participação de artistas e professores brasileiros e de outros países. O objetivo do evento foi discutir a escravidão nas perspectivas das Antilhas, da África, dos Andes e do Brasil (Pas, 1992, p. 6), promovendo perspectivas amplas e diversas sobre a abolição, bem como as condições reais e os modos de sobrevivência do povo negro na África e nas comunidades diaspóricas.

Ainda como Secretária de Cultura da Ufes, Verônica se enveredou pelo universo cinematográfico, roteirizando dois curtas-metragens. Um deles foi "Insurreição de Queimados", baseado na pesquisa do historiador e professor negro Cléber Maciel, que retrata a revolta dos negros escravizados ocorrida no Espírito Santo, na freguesia de São José do Queimado, no município de Serra, em 19 de março de 1849. O segundo curta-metragem foi intitulado "O papel histórico da mulher negra". Lançado em 1991, o vídeo reflete sobre as resistências e a organização das mulheres negras do estado, abordando desde a participação das escravizadas Maria e Mariana em 1840, em São Mateus-ES, até o início da década de 90, com a resistência de mulheres em Vitória.

Museu Capixaba do Negro, o "museu da cidadania"

Verônica idealizou a existência de um espaço público voltado para a produção e valorização do povo negro (Pas, 1994). Ela defendia a urgência de um lugar que promovesse a cidadania das pessoas afro-ca-

pixabas e alegava que o Estado tinha o dever de formular políticas públicas que possibilitassem o acesso às informações em um "centro de excelência", para que a população negra do Espírito Santo fosse, de algum modo, ressarcida pelo histórico de violências sofridas:

> O momento de criação do Mucane pode ser traduzido como projeção do desejo, da necessidade de criar um lugar onde se processe o conhecimento, o saber. O lugar de viver e reviver experimentos. De uma forma subjetiva o Mucane pode marcar o traço atemporal, dentro da temporalidade e serialidade inerente aos museus. O lugar para valorizar o cidadão e evidenciar suas potencialidades, permitindo o exercício da cidadania plena. (Pas, 1994, p. 184).

Verônica compreendia que a construção do Mucane era um dos muitos caminhos possíveis a serem tomados para que fosse cumprido o papel do Estado na formulação de uma política pública cultural que atendesse as demandas do povo negro capixaba, pois:

> Ele é o agente, ele é o sujeito de sua história, que ao reivindicar do Estado um espaço para concretização de um centro de excelência para a "Questão do Negro" exercita a sua cidadania. O Museu do Negro no Espírito Santo reflete um ganho para toda a sociedade, **mais um espaço político e cultural para o exercício da equidade numa sociedade plural.** (Pas, 1994, p. 184, grifo nosso).

Por meio de pressão e negociações, no dia 13 de maio de 1993, foi publicado o Decreto 3.527-N, que previa a criação formal do Museu Capixaba do Negro, o Mucane. O documento foi assinado pelo governador Albuíno Cunha de Azeredo (PDT), um dos primeiros governadores negros do Brasil. Apesar da criação no papel, os militantes negros tiveram que insistir por mais um ano para obter o espaço físico do museu. Na inauguração da sede, em 1994, junto com a cessão do prédio, houve a promessa de reformar o edifício, que se encontrava em péssimas condições de uso.

Maria Verônica da Pas foi a primeira coordenadora do Museu Capixaba do Negro. Funcionária pública, ela dividia seu tempo entre as atividades no Hospital São Lucas e a gestão do espaço cultural. Verônica foi

incansável na busca de soluções para viabilizar o Mucane, em especial, sua reforma. Maria Lígia Rosa, em entrevista concedida no ano de 2011, lembra que a coordenadora foi persistente:

> Porque nós devemos muito a Verônica da Pas. Ela foi a mentora – não sei se foi mentora sozinha, mas ela foi uma lutadora. Muito triste. Na época do governo de Vitor Buaiz, principalmente, do próprio governo Albuíno, como ela lutou [...]. Eu não esqueço que uma vez ela estava - dá até vontade de chorar – ela vinha lá do Museu, porque ela tentou criar um pré-vestibular para Jovens Negros, mas aí misturavam tudo, né. Ela vinha com os filhos estudando fora. E eu olhei pra ela, ela assim com uma roupa - não velha, não desgastada - mas aquela roupa que ela sempre usava, porque foi na época que nós ficamos com o pagamento atrasado; e ela tinha muito compromisso com os filhos. E ela já usava rastafári, sempre usou. E conversamos no ponto de ônibus, em frente ao Palácio, várias horas. E a gente estava vendo como ela estava sofrendo, porque não conseguia que acontecesse a reforma [do Museu]. E nós íamos nas discussões lá do Museu com ela à frente. (Rosa, 2011).

Em 1995, foi rememorado pelos movimentos negros nacionais, os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. A população negra capixaba também se mobilizou com várias atividades, uma delas foi a vigília cultural com o lema "Ocupar Para Resistir", idealizada por Verônica da Pas, que, no intuito de exigir do Governo do Estado uma reforma urgente do prédio e dar vida ao espaço museal, convidou artistas e militantes negros a ocuparem o Mucane: "Este momento, do ponto de vista histórico, é muito especial. Toda a comunidade negra deve se mobilizar em torno dessa data." (Pas, 1995).

Com isso, realizaram-se atividades como o pré-vestibular para a juventude negra, exposições de obras de arte, visitas escolares, aulas de capoeira e dança afro com o coletivo Negraô e encontros de militantes dos movimentos negros e do coletivo de mulheres negras *Oborìn Dùdù*.

Elias Barcelos lembra a dedicação de Verônica:

> Esse projeto que ela participou ativamente – '300 anos de Zumbi dos Palmares', que foi em 95 – ela saía do hospital correndo, ia

> pra lá, ia pro cursinho, ia pro museu quando ela não estava de plantão. Então foi, assim, muito dedicada. (Barcelos, 2011).

Verônica esteve à frente do Mucane até meses antes do seu falecimento, em 1996. Na passagem da sua gestão para uma comissão formada por militantes do movimento negro, ela realizou um encontro para apresentar um projeto, elaborado em conjunto com outros museus do país, para o Mucane. Madalena Correia, historiadora e integrante do movimento negro, lembra que:

> Elaborou-se na época um projeto fantástico do Museu: moderno, com apoio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tinha um contato acho que também no MASP, São Paulo, uma coisa assim... Era uma coisa de ponta, uma tecnologia maravilhosa. E chegou-se na época a conseguir recursos internacionais, e o Brasil não deu resposta. Brasil não, o Espírito Santo não deu resposta. E não teve retorno pra isso aí. Acho que esse dinheiro era da Alemanha, se não me falha a memória. Então eles tinham... só que aí o Estado do Espírito Santo teria que dar a contrapartida, que não foi dada. Ela [Verônica] não conseguiu na época; ela tentou com vários amigos políticos, vários caminhos e não conseguiu a contrapartida. Aí perde-se o recurso, né. (Correia, 2011).

Na ocasião da transferência da gestão, além de receber a documentação do projeto, Madalena recorda que ouviu de Verônica a seguinte orientação:

> [...] Ela deixou uma frase assim muito interessante: toda a burocracia foi feita, todas as tentativas silenciosas também, todos os chás de cadeira já foram tomados. Então agora eu tô passando pra vocês, porque eu acho que o poder público vai ouvir o som dos tambores. Vão pra rua, façam o movimento, porque silenciosamente eles não vão nos ouvir. (Correia, 2011).

A militância negra capixaba manteve-se "barulhenta" e, em 2008, o Museu Capixaba do Negro foi restaurado e ampliado, e finalmente entregue à sociedade capixaba no ano de 2012. Verônica não viveu para ver a concretização da reestruturação do Mucane. Partiu antes, em 2 de outubro de 1996. Seu protagonismo para a existência desta instituição, porém, foi lembrado. Maria Verônica da Pas empresta, hoje, seu nome ao museu.

Considerações finais

Quando iniciamos esse texto, escrito a quatro mãos, nos deparamos com alguns desafios: como contar a história de Maria Verônica da Pas? O que contar? Como fazer jus, em poucas páginas, à sua trajetória pulsante e trazê-la de volta para a memória coletiva capixaba?

Nosso encontro com Verônica se deu em momentos diferentes, mas ambas a descobrimos por meio do Museu Capixaba do Negro, essa instituição pensada para dar visibilidade e recolocar o povo negro na história do Espírito Santo. Espaço que leva o nome de Maria Verônica da Pas, uma das principais responsáveis pela sua criação e que, ironicamente, é invisível para a maioria da sociedade capixaba.

Rompendo de muitos modos a máscara de flandres, arquitetada pelo colonialismo, Verônica, ao longo da sua vida, enfrentou as injustiças raciais com tenacidade, o que, muitas vezes, custou seu tempo, energia e saúde.

Ao ultrapassar os limites que lhe eram impostos pela sua dupla condição de opressão – negra e mulher –, Verônica deixa sua marca na história do Espírito Santo. Mas o nosso intuito não é romantizar a sua "postura guerreira" ou sua "trajetória de luta intensa". Não no sentido de um esforço inumano ou do mérito individual de realizar sonhos e alcançar objetivos. Pelo contrário, ao apresentar estas breves palavras sobre Verônica, nosso desejo foi ampliar sua voz, bem como refletir que mulheres negras são transgressoras em muitas frentes de sua vida, pois a estrutura racista produz empecilhos para suas realizações e, ter que superar tantas dificuldades e se impor a tantos obstáculos, apenas para ser, no sentido mais pleno da palavra, é uma constante luta pela vida.

Recontar o passado de Maria Verônica da Pas, apresentar algumas das suas singularidades foi também a forma que encontramos de denunciar a violência institucional que apaga negros e negras dos nossos livros e arquivos. Longe de suprir as lacunas, esperamos ter contribuído para suscitar reflexões sobre a necessidade urgente de romper os silêncios sobre a população afro-brasileira na memória coletiva capixaba.

Referências

BARBOSA, Fernanda de Castro; MONTEIRO, Nelma. *MUCANE*. Vitória: Instituto Elimu Professor Cléber Maciel, 2012. Disponível em https://m.vitoria.es.gov.br/arquivos/diario/20170922_revista_mucane.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

BARCELOS, Elias Pereira. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro. Meio de registro: Gravador digital. Vitória-ES, 2011.

BEATO, Rosaura Bandeira. *Ser médico negro no Espírito Santo*: ressignificando identidades sociais e étnicas. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/5375/1/tese_2510_2004_Rosaura%20Bandeira%20Beato.pdf. Acesso em: 24 ago. de 2021.

BISPO, Suely; SOUZA, Edileuza Penha de. *Resistência Negra da Grande Vitória*. Dos quilombos ao movimento negro. Vitória-ES: Multiplicidade, 2006.

CARDOSO, Antonio José Costa; SILVA, Gabriela Andrade da; ANTUNES, Rene Luiz Moura; et al. Violência institucional e enfermidade mental: narrativas de egressos de um manicômio da Bahia. *Saúde em Debate*, Volume 44, Número 127, Publicado: 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/sdeb/a/r8Ksc6S3R96v9m6n7b6jjWH/?lang=pt. Acesso em: 24 ago. 2021.

CORREIA, Madalena Maria. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro, em 2011. Meio de registro: Gravador digital. Vitória-ES, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Enciclopédia negra*: Biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KILOMBA, Grada. “The Mask” In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Tradução: Jéssica Oliveira de Jesus. Cadernos de Literatura em Tradução, n° 16, 2010, p. 171-180.

PAS, Maria Verônica da. “Mucane (Museu Capixaba do Negro) - museu da cidadania - devir negro”. In: Anais do 4° congresso afro-brasileiro. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1994.

PAS, Maria Verônica da. Entrevista concedida a Sebastião Silva do jornal O Pioneiro. Linhares/ES, 30 jun. 1983, p. 3.

PAS, Maria Verônica da. Entrevista concedida ao jornal A Tribuna. Vitória/ES, 03 jan. 1995. AT2 p. 8.

PAS, Maria Verônica da. Entrevista concedida ao jornal A Notícia. Linhares/ES, 30 jun. 1979, p. 2.

PAS, Maria Verônica da (org.). Seminário Internacional da Escravidão. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1992.

PINHEIRO, Luiz Antônio Fernandes. Espírito Santo (1869). Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1° Vice-Presidente o Exm. Sr. Coronel Dionysio Alvaro Resendo em 08 de junho de 1869. Victoria: Typ do Correio da Victoria.

ROSA, Maria Ligia. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro, em 2011. Meio de registro: Gravador Digital. Vitória-ES, 2011.

SCARDUA, Eduardo Felipe. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro, em 2011. Meio de registro: Gravador Digital. Vitória-ES, 2011.

SCHEFFER, Mário; CASSENOTE, Alex; GUILLOUX, Aline Gil Alves; et al. *Demografia médica no Brasil 2018*. [S.l: s.n.], 2018. Disponível em https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/DemografiaMedica2018.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

SOUZA, Edileuza Penha de. Entrevista concedida a Fernanda de Castro Barbosa e Nelma Monteiro, em 2011. Meio de registro: Gravador digital. Vitória-ES, 2011.

SOUZA, Edileuza Penha de. Entrevista concedida a Leo Vais para a matéria "Mucane 25 Anos: Maria Verônica da Pas foi peça-chave para a história do museu", publicada em 10/05/2018. Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/mucane-25-anos-maria-veronica-da-pas-foi-peca-chave-para-a-historia-do-museu-28426. Acesso em: 24 ago. 2021.

O "CHUVISCO" DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A EXCEPCIONAL TRAJETÓRIA DE NILTON GOMES

Reia Sílvia Gonçalves Pereira[1]

Introdução

"Olá, gente!", ecoava a voz grave, mas amistosa, pela rádio Espírito Santo. O dono da voz, o radialista Nilton Gomes, conduzia seu programa que alcançava quase 53% de audiência[2] na década de 1980. O destaque da transmissão era o quadro "Vamos dar as Mãos", o qual incentivava a doação de alimentos e remédios. O sucesso da rádio abriu as portas para a política institucional. Tornou-se deputado por três mandatos e chegou a disputar a prefeitura da capital. Falecido em 1996, seu nome estampa placas de ruas e escolas. A

Imagem 33: Nilton Gomes. Acervo da família.

1 | Mãe do João. Filha da Carmo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV. Tese finalista do prêmio Anpocs 2022. Estágio pós-doutoral em Sociologia Política pela UENF. Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, graduação em Ciências Sociais, mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 | MEMÓRIA CAPIXABA | *O Radialista e Deputado Estadual Nilton Gomes (falecido), campeão de audiência nas tardes da Rádio Espírito Santo - anos 1970*. Disponível em https://m.facebook.com/groups/memoriacapixaba/permalink/3070137563015217/. Acesso: 12 nov. 2021.

memória da voz do "vamos dar as mãos" ecoou no tempo e no afeto dos capixabas.

Estaria longe de exageros se dissesse que a carreira (Hughes, 1952) de Nilton Gomes foi marcada pela excepcionalidade. Migrante em uma cidade que agonizava para lidar com os efeitos do êxodo gerado por uma industrialização hiperacelerada. Negro em um país historicamente racista que relega aos pretos os subempregos, Gomes, em sua notória capacidade de comunicação, conseguiu burlar os desafios estruturais e firmar-se como radialista e político cuja atuação ainda está presente na memória dos capixabas. Como destaca Hughes (1952), ainda que haja fatores históricos e sociais que remetam à previsibilidade das histórias de vida, as singularidades de cada trajetória são que colocam em relevo as imponderabilidades. Aduz o autor:

> Todo homem nasce, vive e morre num tempo histórico. À medida que ele percorre o ciclo da vida característico da nossa espécie, cada fase desse ciclo se junta com eventos no mundo. Em nossa sociedade, as sucessivas fases da vida do homem tendem a ser definidas em termos de suas relações com o mundo da escola e do trabalho: pré-escola, colégio, trabalho e aposentadoria. No entanto, algumas pessoas chegam à fase de trabalhar quando não há trabalho; outras, quando há guerras [...]. Além do ciclo biológico da vida do indivíduo estar assim relacionado ao ciclo social correspondente à sua posição na sociedade, também são levados em consideração ciclos ocasionais de temperamento e condição — isto é, coisas que, embora não sejam tão fixas em seu ordenamento quanto o são nascimento, puberdade, envelhecimento e morte, são eventos previsíveis para todos os homens, dadas as características da vida e da natureza humana. Alguém pode violar um tabu, cometer um pecado, ou fazer algum mal a outrem. Um homem pode ficar doente e, em seu delírio, ver os espíritos dos mortos (Hughes, 2005, p. 163-164).

Assim, rompendo com a previsibilidade de seu tempo histórico, Nilton Gomes - negro e de origem pobre - é aqui evocado como o grande comunicador e político. Tal enunciação não é neutra; é fruto da construção narrativa conjunta entre a autora do texto, os entrevistados e as fontes documentais. Uma criação interessada que se aproxima mais do "terra a terra", usando os dizeres de Becker (1993, p. 102).

Um trabalho de cultivo de informações que possibilitou a formulação de um relato coerente (Velho, 2004; Pereira, 2018), mas não objetivista. Uma etnobiografia em que subjetividade e objetividade, pessoa e cultura - sempre em tensão - se encontram e se relacionam (Gonçalves, 2012, p. 20). Dessa forma, ciente de que, assim como definiu Pollak (1992), a memória e a identidade são valores disputados por relações de poder, este texto é dedicado à memória das tardes embaladas pela marcante voz de Gomes e à sua excepcional trajetória.

O "Chuvisco" da terra de Roberto Carlos

Entre as cabines de transmissão da rádio Vitória corria o menino negro de 12 anos. Inteligente e ágil, a criança, que trabalhava repassando recados e tarefas, foi notada por um dos locutores da rádio na época: Gerson Camata.[3] Percebendo a ligeireza do menino, batizou o pequeno Nilton Gomes com o apelido que o acompanharia por toda a vida: *Chuvisco*.

Edneia Gomes, viúva de Nilton, conta a história:

> Então era… um tempo em que era possível a gente arrumar um trabalho mesmo pra menino. Quer dizer, um menino de 12 anos, não vai trabalhar (risos), não tem nem profissão nem nada. Mas um vizinho do pai dele, o seu Aldo - o nome dessa pessoa, todo mundo conhecia - o nome dele era Aldo Tobi. Esse senhor era técnico da rádio e precisava de um menino na rádio Vitória. De vez em quando precisa de ir aos correios pegar correspondência, e isso era todo dia pela manhã e à tarde, pegar correspondência pra entregar recados, bilhetes, cafezinhos, cigarro ao pessoal mais velho e tudo. Precisavam de um garoto meio ativo pra atender. Então, ele foi com maior prazer, o pai dele, esse vizinho, conseguiram e ele foi com maior prazer. E como ele se adaptou àquele serviço, eles botaram até um apelido nele, na época, que era 'chuvisco', porque dizem que ele era parecido com o filho de Grande Otelo, que era 'chuvisco'. Então, o Camata foi quem botou esse apelido nele. Camata já era profissional mesmo, locutor e apresentador de programa de rádio e TV, então, ele colocou esse apelido nele (Gomes, E., 2021).

3 | Gerson Camata foi um dos políticos de maior notoriedade do Espírito Santo. Foi governador do estado entre 1983 e 1986.

Nascido em 1948, em Cachoeiro de Itapemirim - terra de Roberto Carlos, como gostava de lembrar -, Nilton Gomes é fruto do êxodo rural vivido no Espírito Santo intensamente entre as décadas de 1950 e 1960. Migrou com a família para Vitória, no bairro de Caratoíra, no período em que o estado implantava políticas de enfraquecimento da cafeicultura. Com uma economia praticamente monoprodutora de café, o Espírito Santo sentiu o impacto da crise que gerou a desvalorização do preço do produto.

Como política pública, incentivou-se a erradicação dos cafezais, intensificando o êxodo rural, a desagregação da agricultura familiar e a geração de mão de obra para a indústria. Daré (2010) sintetiza a situação socioeconômica do Espírito Santo nessa época:

> A erradicação também provocou um intenso movimento migratório em direção às áreas urbanas do Espírito Santo, provocando concentração urbana, principalmente na região da Grande Vitória, que passou a concentrar as principais atividades econômicas do estado. A visão desenvolvimentista que se inseriu no Espírito Santo a partir da década de 1960 era fortemente influenciada pela conjuntura nacional, que se caracterizava pela adoção de políticas de superação das desigualdades regionais, combinadas à ideologia do desenvolvimento industrial e da cidade como locus privilegiado da produção de riqueza. Essas ideias encontravam-se fortemente enraizadas no pensamento dualista, que interpretava a economia através da coexistência de setores "modernos" (ligados à indústria e às atividades urbanas) e setores "atrasados" (geralmente associados ao campo), base de uma definição do rural em oposição à cidade, sendo esta sinônimo de progresso e de modernidade. (Daré, 2010, p. 80).

Dessa forma, migração e pobreza marcaram a infância de Nilton Gomes. O emprego como "menino de recados" aos 12 anos na rádio Vitória foi o grande ponto de virada (Hughes, 1952) da carreira de Gomes. Edneia relembra a aptidão ainda na infância para o trabalho radiofônico:

> E ele se adaptou tão bem e tinha tanto prazer em estar na rádio todo dia que ele começou a se interessar pela tecnologia da rádio na época, sistema de som e tudo, e foi se dedicando àquilo e aprendendo. Saía e voltava a encostar lá perto do técnico, e fica-

> va ali, e quando ele fez 13… 14 anos, com 14 anos, então, ele se transformou em operador de som da rádio. Ele já era profissional entre aspas, já desempenhava a função, e bem, porque já substituiu os operadores e assumiu mesmo como operador de som da rádio Vitória (Gomes, E., 2021).

Autodidata, Nilton Gomes galgou sua carreira radiofônica. O ágil menino "Chuvisco" chegou a ser locutor. O período de maior sucesso foi na rádio Espírito Santo, onde chegou a 53% de audiência na década de 1980, conforme indica a figura abaixo. O êxito foi tamanho que alguns entrevistados para este texto me relataram versões não confirmadas de que Chico Anysio se inspirou em Gomes para compor o personagem Pedro Fortes.

Nilton Gomes

Campeão da tarde com 53% do Ibope

"Vamos Dar as Mãos", um quadro que sensibiliza e mobiliza uma gama de ouvintes para ajudar os menos favorecidos pela sorte. Dentro do Programa Nilton Gomes, que vai ao ar das 14:00 às 17:00 horas, veicula-se o que existe de melhor com base na sua tarimba.

Programa Nilton Gomes ostenta um índice de 53.21 por cento de audiência, superando todos os demais no horário dentre todas as emissoras juntas. Essa marca representa a responsabilidade e o compromisso que a Rádio Espírito Santo tem para com o ouvinte.

Lançamentos de sucessos musicais, horóscopo do dia com o professor Valberto Nobre; "Do outro lado da vida", com o repórter policial Guido Gonzaga e uma série de outras atrações fazem do programa Nilton Gomes o dono da tarde.

Muita música e o lado romântico no comando diário de Nilton Gomes

Ronda Policial

Um programa que já nasceu campeão

Imagem 34: Nilton Gomes. Quadro "Vamos dar as mãos". Fonte: Simas, 2016.

Os destaques do programa, além dos sucessos musicais, principalmente as canções românticas, eram as participações do repórter policial Guido Gonzaga, as cartas dos ouvintes, relatando as músicas que marcaram suas vidas, lidas pela assistente Celeste, as previsões astrológicas do professor Valdeto Nobre e o quadro "Vamos dar a Mãos",

em que, como já mencionado, os ouvintes escreviam para pedir mantimentos, medicamentos e instrumentos hospitalares. Edneia Gomes explica:

> No quadro, as pessoas escreviam pedindo cadeira de roda, porque tinha mãe ou avô ou pai, e pra não sei o quê… era paraplégico e não podia caminhar; o idoso que sofreu um derrame ou AVC, precisava de uma cadeira de roda, não tinha como comprar; uma mãe que não tinha dinheiro pra comprar, grávida não tinha dinheiro pra comprar enxoval pra criança, e no inverno não tinha agasalho, enfim, eram inúmeros os pedidos (Gomes, E., 2021).

Foi durante a ascensão na carreira de radialista que Gomes se casou, em 1971, com Edneia Reis Gomes. Do casamento, que durou toda a vida, Nilton Gomes deixou três filhos: Nilton Gomes Jr., Rodrigo Reis Gomes e Andrea Evans.

O sucesso do programa na década de 1980 coincidiu com a intensificação da pobreza na Grande Vitória. Com a finalização da implantação de grandes empresas como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Companhia Vale do Rio Doce, além da escassez de políticas públicas voltadas para a população migrante, os municípios que hoje formam a região metropolitana da Grande Vitória assistiram a um brutal processo de favelização. Sobre essa questão, afirma Siqueira (2010):

> No caso do Espírito Santo, o desenvolvimento se dá com a concentração dos Grandes projetos Industriais na Grande Vitória, sendo que a região era carente de infraestrutura básica, constituindo este um dos principais motivos de grande desorganização social. [...] verifica-se a inexistência de políticas urbanas com capacidade de fazer frente aos problemas que passaram a marcar a vida da cidade. A primeira evidência seria, no caso, a necessidade de a região se preparar quantitativamente no que se refere a serviços básicos, como: saúde, educação, habitação, segurança, transporte coletivo, lazer, etc. Por outro lado, do segundo ponto, depreende-se uma colocação qualitativa da cidade. Ela precisava verticalizar seus serviços, aperfeiçoá-los e colocá-los à disposição em qualidade compatível com o seu novo 'status' de metrópole emergente. [...] Entretanto, se procurarmos cruzar as duas evi-

> dências, chegaremos a um contraste quali-quantitativo, na medida em que o atendimento à função básica - gerar empregos em números e qualidades adequados à realidade local - não estava assegurado pelo crescimento econômico esperado (Siqueira, 2010, p. 122-138).

Em consequência do processo de urbanização, imprensados pela pequena extensão territorial da capital, muitos dos migrantes empobrecidos pelo desemprego ocuparam os morros e os mangues em palafitas, como indica a figura abaixo. Eternizadas no documentário *Lugar de toda a pobreza*, de Amylton de Almeida, as ocupações nos lixões (aterros sanitários) de São Pedro denunciavam a miséria que acometia, principalmente, os bairros das regiões norte e noroeste da cidade:

Imagem 35: Palafitas sobre o mangue no bairro São Pedro na década de 1980. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), s.d.

É provável que muitos dos pedidos que chegavam ao quadro "Vamos dar as Mãos" tivessem como remetentes as pessoas impactadas pelo processo de empobrecimento ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, seria recair em um simplismo quase irresponsável reduzir o êxito de Nilton Gomes a uma suposta postura "clientelista", como definiram os autores, entre os quais Bank (1998).

Como radialista e exitoso profissional de comunicação, Gomes compreendeu a gravidade dos tempos em que vivia, possivelmente pela

sensibilidade adquirida em uma trajetória cuja vivência da pobreza também fazia parte de sua própria história de vida. Novamente, a viúva de Nilton Gomes nos conta:

> Nilton era um autodidata, com relação ao que ele fazia, ao trabalho dele [...]. Ele era um ativista social, porque ele se revoltava até com as políticas sociais que nós temos por parte do governo e que eu acho que na verdade não beneficiam os mais pobres, não abrem oportunidade aos mais pobres; não se referiu aos negros, mas aos mais pobres, os que não tiveram o privilégio de nascer num berço qualificado (Gomes, E., 2021).

De fato, a bem-sucedida carreira de Nilton Gomes como radialista se ampliou para além da rádio Espírito Santo. Em 1989, assumiu o posto de locutor na rádio Tribuna. Na década de 1990, chegou a apresentar um programa de auditório na TV Vitória, o *Nilton Gomes na TV*. Entre as atrações, um show de calouros. "Muita gente só cita o Nilton como locutor, mas também foi apresentador de televisão. O programa tinha audiência", relata Edneia Gomes.

Como analisa Pollak, a memória possui dimensões não apenas individuais, mas também coletivas e sociais. Nessa relação entre coletivo e as individualidades, há pessoas e personagens que, pela amplitude das suas atuações coletivas, influenciam a formulação da memória:

> Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (Pollak, 1992, p. 2).

Dessa forma, a lembrança de Nilton Gomes como personagem da comunicação se refaz quando evocada por aqueles que o conheceram pessoalmente ou por seu trabalho nas mídias. Um exemplo é o jingle do quadro "Vamos dar as Mãos". Os versos e a melodia da canção são lembrados entre muitos dos interlocutores que entrevistei: "Eu era muito pequena. Mas me lembro muito da musiquinha: vamos dar a mãos, vamos dar as mãos. E vamos juntos cantar." (Romanha, 2021).

Maria Vieira, de 92 anos, tem a memória mais vívida. Lembra-se tanto da música quanto da atuação de Gomes: "Eu me lembro dele. O programa ajudava as pessoas. Tinha até aquela musiquinha" (Vieira, 2021). Outra ouvinte recorda: "Eu me lembro até da voz da moça que lia as cartas contando suas histórias e as músicas que marcaram as vidas delas" (Gonçalves, 2021). José Bento, mestre do congo de Nova Almeida, foi amigo pessoal de Nilton Gomes e destaca o espírito afável do radialista:

> Foi meu amigão. Uma ótima pessoa. Não é porque ele morreu que estou falando isso. Uma pessoa que faz muita falta mesmo. Ajudou muito o congo. Tinha uma ótima voz como locutor. Foi deputado três vezes e ajudou muito no transporte aqui de Nova Almeida. Colocou os ônibus da Serramar (Bento, 2021).

O relato de Zé Bento traz à baila um elemento indissociável da carreira de Nilton Gomes: a atuação na política institucional. Como mencionado, Gomes foi eleito deputado estadual por três mandatos. O filho do radialista, Rodrigo Gomes, relata que o convite para a primeira candidatura foi feito por Élcio Álvares, à época político de relevo do PFL, em 1986. O resultado foi uma vitória arrasadora.

> Meu pai já era o rei do rádio na época. Os políticos procuravam essas pessoas de notoriedade. Ele teve 25 mil votos, um recorde. O segundo deputado eleito, Paulo Hartung, conseguiu na época 18 mil votos (Gomes, R., 2021).

Edneia Gomes revela que, para o marido, um de seus principais feitos como político foi a criação da fundação "Vamos dar as mãos", uma versão ampliada do programa de rádio. Contudo, ainda segundo Edneia, a carreira política foi motivo de preocupação e mesmo de certa frustração. A decepção era com os meandros institucionais da política:

> Quando se elegeu, ele disse: Eu quero fazer alguma coisa, quero me eleger, se eu me eleger deputado é para poder realmente representar esse povão que tá aí sofrendo tudo, porque isso ele conhecia, e tinha a oportunidade de conhecer, no rádio [...] E era a oportunidade de conhecer mesmo o dia a dia das pessoas e o sofrimento [...] Quando ele se elegeu deputado pela primeira vez, um dia, uns três meses depois que assumiu, ele chegou muito abatido em casa, triste; e eu perguntei por quê! Ele falou: Hoje

> eu contei até dez pra não renunciar. E eu fiquei assim, tomei um susto, eu perguntei por quê? O que houve de tão grave assim? Ele falou que todos os dias chegava e o pessoal na Assembleia pedindo...a porta que o pessoal batia era dele, até porque tinha intimidade muito grande; porque tinha o rádio, e ele estava dentro da casa das pessoas, todos os dias; então eles se sentiam muito à vontade para abordá-lo, enfim... Então, chegavam ao gabinete todos os dias. Se não tivesse nada pra dar, tinha que dar a passagem pro ônibus, um dinheirinho pra comprar um remédio pra fazer uma comprinha, uma cestinha básica, uma coisa ou outra e isso era assim, uma rotina, o cotidiano dele. (Gomes, E., 2021).

Alguns analistas políticos criticaram a atuação legislativa de Gomes. Interpretaram suas ações como "populismo" ou "clientelismo". Em 1989, o então deputado se licenciou do cargo para disputar as eleições a prefeito da capital contra o médico petista Vitor Buaiz. Gomes, negro e de origem pobre, concorria pelo direitista PFL. Buaiz, branco e de família rica, concorria à esquerda pelo PT. Buaiz saiu vitorioso.

Em livro de 2008, Geert A. Bank analisou a suposta "distorção" como efeito da ausência de consciência de classe, o efeito "lumpemproletariado":

> A explicação padrão desse resultado eleitoral reside no argumento *lumpen*: extrema pobreza, desemprego crônico, migrantes carentes, analfabetismo, pessoas amontoadas num mesmo espaço, em suma, todo um refugo de seres sem a mínima condição de definir o seu lugar específico na sociedade. Não será a presença do depósito de lixo um símbolo apropriado para esses escombros humanos? Essas pessoas ou são simplesmente ignorantes demais ou se encontram à margem da luta de classes e, portanto, totalmente alienadas (duas formas de dizer a mesma coisa), embora, neste último caso, o veredito não as inculpe como no primeiro caso, mas sim a sociedade capitalista (Bank, 1998, [s.p]).

Em outro trecho, o autor destaca que a escolha dos mais pobres por Gomes também pode ser analisada como racional:

> De qualquer forma, convém estar prevenido contra a tendência de considerá-las e os seus votos como insensatos. É evidente que o fato de votar pode ser, para pessoas quase analfabetas, algo

> muito complicado tanto no sentido técnico como político, e o alto número de votos brancos e nulos talvez seja exatamente um indício disso. Contudo, cabe admitir a possibilidade de um viés intelectual de análise, que levaria à suposição de que os pobres [...] estariam votando contra os próprios interesses [...]. Temos de conceder aos mais pobres o direito ao mesmo dilema que a análise concede tão facilmente às demais classes: o direito de, diante de duas alternativas ruins, dar seu voto à alternativa menos ruim. Além disso, se os votos dados a Nilton Gomes, radialista negro que fala a linguagem deles, não nos causam espécie, devíamos também aceitar como escolha bastante racional a de um político de estilo clientelista (Bank, 1998, [s.p.]).

Assim, argumento que à análise de Bank falta um aprofundamento sobre o próprio conceito de clientelismo evocado para analisar a identificação dos eleitores ao "radialista negro que falava a linguagem deles". Nesse sentido, se o clientelismo pode ser analisado como voto-barganha, a identificação com Nilton Gomes assume tons distintos. Possivelmente o carisma (Weber, 2000) como comunicólogo deva ser colocado na balança dos votos. Além disso, em consonância a autores como Francisco Ferreira Farias (2000) e Charles Sidarta Machado Domingos (2008a; 2008 b), o clientelismo não deve ser visto como uma prática política pré-moderna, senão como fruto do liberalismo e uma das formas políticas intrínsecas de democracias:

> Um dos problemas em se considerar a pobreza como o fator explicativo do clientelismo está em que, nesse procedimento, abstrai-se o tipo das relações sociais sob as quais se reproduz a situação de miséria. Uma explicação mais consistente do voto de barganha, portanto, decorre da consideração da estrutura social capitalista. Se no coronelismo o fundamento são as relações de dependência pessoal, vigentes na instituição da moradia, no clientelismo o fator condicionante são as relações de dependência impessoal, gestadas no âmbito do assalariamento e suas garantias jurídicas. A maior independência adquirida na esfera das relações de trabalho traduz-se, em termos políticos, no chamado voto livre. Ao mesmo tempo, o enquadramento na lógica competitiva do mercado serve de modelo à conversão do voto livre em prática clientelista. Em resumo, os fundamentos do clientelismo não devem ser buscados numa abstrata situação de carência das

> classes populares, mas na estrutura social particular que produz uma pobreza específica (Farias, 2000, p. 52).

Dessa feita, o voto dos pobres capixabas ao radialista negro, com o qual muitos se identificavam, revela muito sobre nosso processo democrático e mesmo sobre a opressiva urbanização imposta à população.

O adoecimento e a morte do "Chuvisco"

Foi no auge da vida profissional que Nilton Gomes faleceu. Fumante compulsivo, descobriu um câncer no pulmão. Segundo a viúva, Edneia Gomes, entre a descoberta da doença e a morte foram poucos meses. O óbito ocorreu em 14 de agosto de 1996, e ele foi sepultado no Cemitério de Santo Antônio, em Vitória. O adoecimento causou comoção. "Eu me lembro que sofri com a doença dele. Deus leva as pessoas boas", relata o amigo Zé Bento.

A deputada Brice Bragato, colega de Assembleia, embora de espectro político distinto, também se recorda com pesar da morte de Gomes: "Fomos deputados na mesma época. Acompanhei seu adoecimento e sua despedida" (Memória Capixaba, 2021). E assim, aos 48 anos, o Chuvisco de Cachoeiro de Itapemirim, o rei do rádio do Espírito Santo, o exitoso deputado se despedia da vida, deixando uma trajetória marcada pela genialidade no trabalho de comunicar, cuja lembrança grande parte dos capixabas ainda guarda.

Após sua morte, muitas foram as homenagens recebidas por Gomes. Hoje, seu nome está nas placas de ruas de alguns bairros de Vila Velha. Em 1997, o Centro de Artes e Ciências da Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi batizado com o nome do locutor.[4] Em Cariacica, uma escola estadual leva seu nome. Talvez uma das homenagens mais significativas seja a feita pela turma de Comunicação das Faculdades Integradas Espírito-Santenses (Faesa) em 1999. Nilton Gomes, o autodidata que cursou até a terceira série ginasial, foi reconhecido por universitários como o grande profissional de Comunicação que foi.

4 | RES N 1865 (al.es.gov.br)

Assim, se placas e homenagens são símbolos que marcam as trajetórias excepcionais e informam que memória e identidade são valores sempre em disputa, Nilton Gomes, o menino negro migrante de Cachoeiro, conquistou seu lugar na Universidade, na casa legislativa, no radialismo do ES, e, principalmente, na lembrança dos capixabas.

Referências

BANCK, Geert Arent. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENTO, José. Entrevista concedida a Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Serra, ES, out. 2021.

CASTRO, Celso CP. Ciclos, pontos de inflexão e Carreiras de Everett C. Hughes. In: *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 1, n. 46, 2005.

DARÉ, Raquel. *Uma "crise" do café e da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Algumas reflexões sobre o populismo e suas relações com a Política Externa Independente. In: *Revista Fazendo História*, v. 2, p. 24-41, 2008.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Será o populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 1, p. 169-188, 2008.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*, p. 49-66, 2000.

GOMES, Edneia. Entrevista concedida a Osvaldo Martins de Oliveira e Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Vila Velha, ES, mai. 2021.

GOMES, Rodrigo. Entrevista concedida a Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Vila Velha, ES, out. 2021.

GONÇALVES, Maria. Entrevista concedida a Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Serra, ES, out. 2021.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se

encontram pessoas e personagens. In: *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 19-42, 2012.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. *Teoria e Pesquisa*, v. 46, p. 163-173, 2005.

MEMÓRIA CAPIXABA. O Radialista e Deputado Estadual Nilton Gomes (falecido), campeão de audiência nas tardes da Rádio Espírito Santo - anos 1970. Disponível em: https://m.facebook.com/groups/memoriacapixaba/permalink/3070137563015217/. Acesso: 12 nov. 2021.

PEREIRA, Réia Silvia Gonçalves. Juventude é curtição, o problema é se Jesus voltar: cultura funk, pentecostalismo e juventudes nas camadas populares. In: *Religião & Sociedade*, v. 38, p. 41-62, 2018.

PIRAJÁ, Fábio. PROGRAMA NILTON GOMES (RÁDIO TRIBUNA AM 1989). YouTube, 21 fev. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=3pbrGKWkRsw\. Acesso em: 14 out. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

ROMANHA, Patrícia. Entrevista concedida a Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Serra, ES, out. 2021.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. 2.ed. Vitória: Edição da Autora, 2010. p. 122-138.

SIMAS, Vanda. Homenagem merecida ao locutor Nilton Gomes. 2016. Disponível em: http://vandasimaslocutora.blogspot.com/2016/05/homenagem-merecida-ao-locutor-milton.html. Acesso em: 2 out. 2024.

VIEIRA, Maria. Entrevista concedida a Réia Sílvia Gonçalves Pereira. Serra, ES, out. 2021.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 2000.

ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO

TRAJETÓRIA DE UM ENGENHEIRO, EMPRESÁRIO E GOVERNADOR

Joyce Mazzoco Nascimento[1]
Osvaldo Martins de Oliveira

Imagem 36: Albuíno Cunha de Azeredo. Governador do Estado do Espírito Santo de 1992-1995. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O personagem que terá sua trajetória de vida e memória analisadas neste artigo é o engenheiro e ex-governador do estado do Espírito Santo, Albuíno Cunha de Azeredo, autoidentificado como negro. O conceito de trajetória de vida, tomado a partir de Bourdieu (1996), abarca uma vida plural, demarcada por contradições e por um percurso sem linearidade. Nesse sentido, a trajetória intelectual de Albuíno é multifacetada em quatro frentes: professor, engenheiro, empresário e político. Por tal motivo, o artigo analisará sua trajetória enquanto homem negro que ascendeu socialmente e ocupou posições em quatro campos historicamente ocupados pela branquitude das elites. Assim, sua trajetória de vida plural será analisada a partir de uma concepção de não linea-

1 | Graduada em Direito (UFES) e mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES.

ridade da vida, pois o objetivo é estabelecer um ponto de partida e um ponto de chegada, obedecendo a uma cronologia.

Vida familiar e capital sociocultural nos primeiros anos

Os primeiros anos de vida de Albuíno Azeredo são encontrados nos registros bibliográficos com os dados de nascimento no município de Vila Velha, ES, no ano de 1945. Quando criança, residia no bairro Argolas, mas depois sua família mudou-se para o bairro Aribiri, e, por fim, para o bairro Jaburuna, no mesmo município. (Azeredo, 2012).

Filho de Normília Cunha Santos, que era lavadeira de roupas (Azeredo, 1991), e, posteriormente, formou-se como professora e passou a atuar em escolas públicas. Seu pai também se chamava Albuíno Azeredo. Quanto à profissão do seu pai, é possível encontrar nos registros documentais as de telegrafista (Azeredo, 1991), contador (Gurgel, p. 19, 2012) e ferroviário (Azeredo, p. 73, 2012).

Percebe-se que o trabalho ferroviário na trajetória de Albuíno vem de família, já que seu avô por parte de mãe, Eduardo Ferreira Azeredo, também era ferroviário. Como afirma Albuíno Azeredo em seu artigo: "Agradeço muito a Deus o fato de ter nascido no seio de uma família ferroviária" (Azeredo, p. 73, 2012). Na sua ascendência, ainda há um grande destaque para a avó Dona Maria, que, com rigor, contribuiu para a criação e a educação de Albuíno (Gurgel, 2012).

Dona Maria, como muitas avós pretas de periferia, se responsabilizou por boa parte do processo de desenvolvimento do neto. Albuíno descreve um fato marcante em seu processo de educação e ética: quando, na infância, pegava frutos de uma laranjeira do vizinho, cujo galho se voltava para o quintal de sua casa; ao chegar ao conhecimento de Dona Maria, ela fez Albuíno devolver todos os frutos ao vizinho.

É indicativa a grande importância que Dona Maria teve nos anos iniciais de Albuíno. Além de suprir uma certa ausência dos pais em razão de seus respectivos trabalhos, Dona Maria produzia doces de mamão cristalizados, os quais Albuíno vendia na rua para contribuir na renda familiar quando criança (Azeredo, 1991).

A consciência racial de Albuíno esteve presente desde os anos iniciais de sua trajetória de vida. Em entrevista ao jornal *Pasquim* (1991), ao ser indagado se por ser negro ele vivenciou alguma discriminação, Albuíno afirma: "[...] desde a infância eu sentia essa discriminação, me lembro de alguns fatos que marcaram a minha infância". Albuíno então relata que ao sair com amigos que tinham entre 12 e 14 anos de idade, foi o único a ser proibido de entrar em uma festa de aniversário, sendo o único negro do grupo (Azeredo, 1991).

Trajetória escolar e empresarial

A infância de Albuíno até chegar ao ensino superior foi atravessada por dificuldades financeiras. Apesar de sua família ter sido muito trabalhadora, a renda de sua mãe como professora do ensino primário e a perda do pai aos 11 (onze) anos de idade não permitiam uma certa folga. A situação econômica da família contava em grande parte com a contribuição do filho homem mais velho. Assim, Albuíno, desde cedo, teve de buscar contribuir com a renda familiar, sempre conciliando com os estudos (Gurgel, 2012). A mãe de Albuíno, Dona Normília, como professora do curso primário do Grupo Escolar Ofélia Escobar, no bairro Aribiri, em Vila Velha, colocou o filho para estudar na mesma escola, e o rigor por ser o filho da professora era de se esperar. Com a orientação e exemplo, principalmente de Dona Normília e Dona Maria, mulheres que sempre cobraram de Albuíno boas notas na escola e uma postura moral positiva, refletiram em uma boa educação, apesar das dificuldades. Já nessa fase da infância, Albuíno vendia na rua e nos jogos de futebol do bairro os doces de mamão cristalizados que D. Maria produzia e as verduras que ela cultivava (Gurgel, 2012).

Anos depois, veio a admissão em uma escola particular que o pai, Albuíno Azeredo, trabalhava como contador. Assim, começou a estudar no Colégio Marista. Ao entrar no Colégio Marista para cursar o ginásio, que atualmente corresponde aos quatro últimos anos do ensino fundamental, iniciou seus estudos após passar no Exame de Admissão. A trajetória educacional de Albuíno já dava indícios de ser promissora. O aluno inteligente utilizava seu êxito nos estudos para dar aulas particulares com apenas 11 (onze) anos de idade aos alunos que iriam tentar o

Exame de Admissão. Essa foi a forma que encontrou para auferir renda, ensinando de quinze a vinte alunos (Gurgel, 2012).

Na fase de sua adolescência, quando passou para o científico, atual ensino médio, no Colégio Estadual, continuou na empreitada como professor, agora com aulas de reforço escolar para os alunos do ginásio. Albuíno demonstrava uma boa relação com quem convivia, seja conseguindo alunos para dar aulas, mas também pela maneira como era ajudado pelas pessoas ao seu redor, que contava com a doação de roupas e livros dos colegas de turma, tanto do ginásio, atual ensino fundamental, quanto do científico, atual ensino médio técnico (Azeredo, 1991). Esse personagem tinha tantas habilidades, uma vida tão plural, que explorou diversas maneiras de auferir renda, desde ser vendedor de doces e verduras quando criança, professor, e, aos 17 anos, fez da sua paixão pelo futebol mais uma profissão, jogando pelo Atlético de Vila Velha e ganhando um salário, que até chegar ao ensino superior foi um bom suporte financeiro (Gurgel, 2012).

Com histórico de dedicação aos estudos, colocando a educação no centro de sua vida, apesar das dificuldades socioeconômicas, Albuíno se destacou. Sendo filho de professora, negro, de periferia, conseguiu chegar ao ensino universitário público. O preparatório para o vestibular foi mais uma prova da garra de Albuíno. Como não podia arcar com os custos do vestibular, prestou uma prova para uma bolsa e passou em segundo lugar. Nas aulas preparatórias, teve como professor um engenheiro, Carlos Augusto Pacheco, que foi sua inspiração para a escolha da futura profissão (Gurgel, 2012).

O processo de escolarização vivenciado por Albuíno e sua família demonstra como os estudos são um instrumento utilizado pela comunidade negra para ascensão social. Dona Normília saiu de um emprego informal como lavadeira, ingressou nos estudos de magistério e pôde se tornar professora. Albuíno Azeredo, o pai de Albuíno, foi ferroviário e, após iniciar o processo de escolarização para se tornar contador, pôde oferecer ao seu filho um espaço educacional mais estruturado em um ensino particular, ainda que com bolsa (Gurgel, 2012).

Estes exemplos, do pai e da mãe e a própria trajetória escolar de Albuí-

no Azeredo, em busca de qualificação através dos estudos, podem ser compreendidos como um refúgio do racismo (Silva, 2016), que determina o lugar social que a população negra deveria ocupar no pós-abolição, a marginalidade e a pobreza. A educação nesta família Azeredo se revelou ser um instrumento pela luta por um mínimo de igualdade econômica. É o que Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, especialista em educação das relações étnico-raciais, nos traz ao escrever a apresentação do livro *A História da Educação dos Negros No Brasil* (2016):

> A escola, melhor dizendo a escolarização, é um valor para a comunidade negra. Eu o sabia, pois assim aprendi no seio da minha família, na convivência com a comunidade negra. Em pesquisa que eu e operários negros realizamos, lá em 1985, ficou explicitado que a escolarização era um valor de refúgio, para nós negras e negros. Por que valor de refúgio? Não que nos refugiemos nas escolas, onde com frequência nos submetem, por força de persistente racismo institucional, a experiências de discriminação, desrespeito, sofrimentos. Mas porque, com os conhecimentos adquiridos nas escolas, temos mais condições de expressar para além da nossa comunidade, quem somos, que projeto de sociedade defendemos enquanto descendentes de africanos. E, assim, possamos, em conjunto com os demais cidadãos e cidadãs construir uma sociedade que definitivamente inclua, respeite e apoie a todos. Refúgio, nesse caso, pois, não é um abrigo, mas um instrumento para fazer conhecido e reconhecido um povo, o nosso povo negro, e sua luta. (Gonçalves e Silva, 2016, p. 07)

Antes de chegar a se formar como engenheiro na Universidade Federal do Espírito Santo, teve uma breve passagem na Academia Militar das Agulhas Negras. A preocupação com a situação econômica de sua família sempre esteve presente, e por tal motivo Albuíno se interessou em entrar na Academia Militar das Agulhas Negras, local em que receberia livro, uniforme, e uma ajuda nos custos, diferentemente do curso de Engenharia (Azeredo, 1991).

Na Academia Militar das Agulhas Negras, era o único negro, e Albuíno vivenciava uma forte discriminação por ser negro e pobre. Apesar de ter sido aprovado para a Academia, ainda duvidavam de sua capacidade, e ele era testado mais do que os demais colegas. Em relato para o jornal O *Pasquim* (1991), Albuíno afirma:

> É evidente que, nessa trajetória, encontrei pessoas que tentaram tirar da minha cabeça essa caminhada. Me lembro que, quando fui fazer a matrícula, houve uma pessoa que me disse que eu ia perder meu tempo. Como é que era minha história? Qual era a minha família? Eu disse: olha, minha família é de João ninguém…
>
> João Carlos - Quem disse isso?
>
> Albuíno - Foi um capitão que me recebeu lá, um tal de Caldas. Mas eu disse: não, quero fazer a prova! E fui bem-sucedido, **mas sentia a discriminação, aliás não foi só lá, até eu provar que tinha capacidade eu era muito mais testado do que os outros**.
>
> João Carlos - Isso era porque você era pobre ou porque era pobre e preto?
>
> Albuíno - acho que era uma associação das duas coisas.
>
> Jaguar - **Havia outros negros na Academia?**
>
> Albuíno - **Não**. (O Pasquim, 1991, grifo nosso).

Após 45 (quarenta e cinco) dias, reavaliou sua posição na Academia Militar das Agulhas Negras e decidiu deixá-la para voltar ao curso de Engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo. Não teria a ajuda de custo como na Academia, mas decidiu que não poderia permanecer mais num local tão hostil. Ao voltar para Universidade Federal do Espírito Santo, de pronto, decidiu continuar com o que já sabia: dar aulas. E assim, novamente Albuíno conciliaria os estudos com o trabalho (O Pasquim, 1991).

A essa altura, não jogava mais futebol como profissional por ter escolhido continuar sua carreira acadêmica. Sem o salário que o time pagava encontrou no lecionamento uma maneira de arcar com suas obrigações junto à família. Primeiro, iniciou como monitor junto de um professor de Química no curso de Engenharia. Posteriormente, foi convidado a lecionar no curso de pré-vestibular, onde foi aluno alguns anos antes. Além disso, foi professor em diversos outros centros de ensino, como Colégio Marista, Colégio Americano Batista de Vitória, Ginásio Jones dos Santos Neves e Escola Técnica Federal do Espírito Santo (atual Instituto Federal do Espírito Santo) (Gurgel, 2012).

A trajetória educacional é indicativa do grande peso que a educação teve em relação às demais áreas de sua vida, como a política e empresarial. Revela quanto enxergava na educação uma importante maneira

de promover mudança social, afinal, a educação em sua vida o possibilitou ascender economicamente e socialmente. Em entrevista para o jornal O *Pasquim* (1991), após ser eleito governador, em alguns momentos é perceptível a expressão de sua opinião sobre o assunto, além de levantar uma importante questão acerca da educação no Brasil. Para Albuíno, seria necessária uma revolução na educação brasileira para alcançar um futuro próspero para o país.

Como um homem negro e pobre que acessou a universidade pública enquanto exceção, Albuíno percebeu, em sua turma de Engenharia, uma ínfima presença de negros. Anos mais tarde, em artigo autobiográfico, manifesta a importância da Lei de Cotas para a população negra e adjetiva como um "mal necessário" a ajuização de processos para aplicação da Lei de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira:

> Em referência ao fato de estarem sendo iniciados processos judiciais contra autoridades por falta de cumprimento da Lei 10.639, cabe salientar o fato de que, infelizmente, a falta de conscientização sobre o que a inclusão representa para nós, ela acaba abrigando o uso de determinados mecanismos que julgo que, se pudéssemos evitaríamos.
>
> Ocorre que é um mal necessário estabelecer estes mecanismos. E fazê-los serem cumpridos também é um mal necessário, pois se nós não conseguirmos conscientizar a sociedade nós vamos passar uma eternidade, esperar mais 100 anos para conseguir juntar todo mundo. Por isto vamos ter de usar este mecanismo e fazer cumprir a lei, para o bem do país.
>
> Assim como a Lei 10.639, também as cotas para afro-descendentes em universidades também vejo como um mal necessário e, paralelamente a isso, temos de usar a imaginação para que a catequese extralegislação possa se difundir, porque essa força será maior do que a legislação. Enquanto essa força ainda é frágil temos que usar a lei (Azeredo, 2012 p. 70).

Além de trabalhar como professor em muitas escolas e cursinho vestibular, Albuíno realizou um estágio a convite de um de seus professores, José Himério de Oliveira, na Companhia Vale do Rio Doce, empresa onde, anos mais tarde, iniciaria sua vida profissional como Engenheiro (Gurgel, 2012).

Sua trajetória política inicia-se sem muitas pretensões, no segundo ano da faculdade de Engenharia, no ano do Golpe Militar, em 1964, por influência de seus colegas, inscreveu-se para concorrer ao Diretório Acadêmico de Engenharia e foi eleito. Passou por algumas turbulências devido a um desentendimento com o candidato a presidente do Diretório Acadêmico, que acusou Albuíno de ter utilizado dinheiro do Diretório para financiar uma festa. Porém, o caso se encerrou com o presidente pedindo renúncia do Diretório, uma vez reconhecido que havia feito uma denúncia infundada (Gurgel, 2012).

Este é um ponto importante, uma vez que Albuíno – que um dia chegaria a um dos mais altos cargos do executivo – teve sua primeira experiência política em um período marcante da história do Brasil, a Ditadura Militar. Em um trecho do artigo de sua própria autoria, *Justiça Social como Princípio*, Albuíno se posiciona:

> Sou democrata por convicção e portanto a ditadura nunca foi e nem será bem recebida por mim. A ditadura fez malefícios ao país, ela represou o desenvolvimento da educação no país. A educação era o veículo que levava os movimentos adiante na revolta e no repúdio à repressão. Ela foi muito perseguida, muito coagida e o Brasil perdeu muito, pois a ditadura prejudicou os avanços no campo educacional, inclusive na gestão nas escolas, na gestão pública, nós perdemos um tempo precioso (Azeredo, 2012, p. 60).

Formou-se em 1967, tornando-se, a partir de então, um engenheiro formado por uma universidade pública federal. Toda a sua trajetória acadêmica foi construída com muito esforço, sempre conciliada com jornadas de trabalho desde os primeiros anos, resultando em uma profissão que proporcionaria uma ascensão econômica e social. Esse fato, por si só, destacava a inteligência e a luta de Albuíno, um homem negro de periferia, que, nos anos 70 concluiu o ensino universitário em uma universidade pública (Gurgel, 2012; O Pasquim, 1991). Ao finalizar a graduação de Engenharia, transferiu-se para o Rio de Janeiro e cursou informática e administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica em 1968-1969 (Ane, *s.d.*).

Entre trabalho, estudos e a obtenção do bacharelado em Engenharia, Albuíno constituía uma família com Waldicéia, que foi sua primeira

namorada e com quem se casou enquanto ele terminava sua graduação em Engenharia e Waldicéia concluía o Magistério. Logo ao se formar, passou no concurso para professor de Engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo, e concomitantemente foi efetivado na Companhia Vale do Rio Doce, onde era estagiário. No entanto, ficou afastado por um determinado tempo por não conseguir conciliar com seu trabalho na Companhia Vale do Rio Doce (Gurgel, 2012; O Pasquim, 1991).

A entrada de Albuíno na Companhia Vale do Rio Doce, em seu primeiro emprego como engenheiro formado, foi a convite de seu professor e dirigente da estatal à época, Eliezer Batista. Na Companhia, exerceu os cargos de engenheiro de via permanente, chefe da divisão de engenharia civil, coordenador de duplicação e sinalização da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e diretor da subsidiária Intervale S.A (FGV, 2022).

A Companhia executou um importante projeto para a duplicação da Estrada de Ferro Vitória a Minas e colocou em prática seu saber de logística e de planejamento estratégico, obtendo reconhecimento de um bom trabalho, foi promovido a chefe da divisão de engenharia civil e do departamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Na Companhia Vale do Rio Doce, pôde desenvolver projetos e seu reconhecimento chegou ao âmbito internacional, recebendo visitas técnicas de várias partes do mundo para analisar a modernização efetivada na Estrada de Ferro Vitória a Minas (Gurgel, 2012).

Depois de sua grande experiência na Companhia Vale do Rio Doce e na subsidiária Interbrás Ferroviária, decidiu tornar-se dono de seu próprio negócio passando a empreender juntamente de outros três funcionários e colegas da Companhia Vale do Rio Doce: Antônio Carlos Tancredo, Saturnino de Freitas Mauro e Sérgio Misse, fundando a ENEFER Consultoria Projetos Ltda. em 1978, dando os primeiros passos na sua trajetória empresarial. (Gurgel, 2012).

A ENEFER foi criada para ser uma empresa de engenharia especializada em estudos e consultorias na área de engenharia de transporte ferroviário e logo deslanchou, mudando suas instalações para o Rio de Janeiro, fazendo com que Albuíno e sua família construíssem uma nova vida em outro estado. No Rio de Janeiro, Albuíno continuou sua ativi-

dade de cátedra ao passar no concurso para professor de Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e continuou até iniciar sua trajetória política (Gurgel, 2012; O Pasquim, 1990).

Assim, iniciando sua trajetória empresarial, como todas as outras, desempenhando-a com excelência e pioneirismo. Isto porque, enquanto empresário e engenheiro, realizou diversos trabalhos dentro e fora do país, conforme narra Gurgel (2012), logo de início realizaram um projeto ferroviário de 450 quilômetros no Iraque. Em seguida, foram contratados para executar a Linha do Centro, que liga o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Realizaram o programa de modernização, para toda a malha controlada pela Rede Ferroviária Federal (RFF). Em Moçambique, executaram a construção de uma linha férrea para transporte de carvão.

Todo o trabalho executado ao longo de 11 anos à frente da Enefer rendeu-lhe um prêmio de Ferroviário do Ano em 1991, pela Revista Ferroviária, a principal revista articuladora de estudos ferroviários do país que reconhece a Enefer como "a principal consultoria ferroviária do Brasil" (Gurgel, 2012, p. 190). Assim, evidenciando a intelectualidade de Albuíno enquanto empresário e engenheiro ferroviário, o prêmio foi lhe dado em razão da "inovadora proposta de se ampliar o Corredor Centro-Leste e de que este fosse separado da antiga Rede Ferroviária Federal" (Gurgel, 2012, p. 190). A empresa fundada e presidida por Albuíno chegou a ter uma filial no exterior, na cidade de Londres. (ANE, *s.d.*).

Trajetória política

A vida política de Albuíno teve um breve início como presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia em meados de 1965. Foi filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1970, partido de oposição ao regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964. Com a reformulação partidária, integrou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1979. Em seguida, em 1990, passou a integrar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido pelo qual assumiria o mandato de Governador do Espírito Santo (Gurgel, 2012).

Foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Cariacica[2], e devido à sua atuação no Conselho de Administração da Vale, proporcionou um contato com o governador na época, Max Mauro. O então governador, ao ver a inteligência e competência de Albuíno, aproveitou a ocasião em que seu secretário de Planejamento foi afastado e fez um convite para Albuíno integrar seu governo. Em 1988, Albuíno Azeredo assumiu como secretário de Planejamento no governo do Espírito Santo, iniciando uma trajetória política cujo alcance ele não esperava (Gurgel, 2012; Azeredo, 1991).

A atuação de Albuíno como secretário na Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN) agradou tanto aos prefeitos quanto à população. Atuou efetivamente no barateamento de obras e em um dos projetos mais importantes para o transporte público capixaba, o Sistema Transcol. Após uma iniciativa do Governo Federal para a racionalização do transporte coletivo em todas as regiões metropolitanas, Albuíno, utilizando estudos da estatal Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e do Instituto Jones dos Santos Neves, desenvolveu o Projeto Transcol (Gurgel, 2012; Azeredo, 1991).

Com o Projeto Transcol pronto, o governador Max Mauro fundou a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória, atual Ceturb-GV. No entanto, a implementação desse novo projeto não foi bem recebida pelos empresários que dominavam o transporte público na época, chegando a liderar uma greve, retirando os ônibus de circulação, a qual só cessou com a intervenção do governo, quando Albuíno assumiu a responsabilidade como interventor.

O desdobramento desse fato levou até um ataque à integridade física de Albuíno, que, indo para casa após o trabalho, foi fechado por um veículo. Um período em que Albuíno conviveu com o medo, como relata Gurgel (2012). Com o Sistema Transcol estruturado, já em funcionamento e operando perfeitamente, foi encerrada a intervenção estatal (Gurgel, 2012; Azeredo, 1991).

2 | Nota de pesar pelo falecimento do ex-Governador Albuíno Azeredo. Acesso em 23 de agosto de 2022. Disponível em https://www.camaracariacica.es.gov.br/noticia/ler/1232/nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-ex-governador-albuino-azeredo

O percurso de Albuíno como secretário no governo de Max Mauro, atuando no processo de descentralização administrativa, convenceu muitos prefeitos do Espírito Santo de que ele deveria ser candidato a governador do estado. Essa ideia não agradou de pronto ao então governador Max Mauro e a outros integrantes de seu partido. Porém, apesar de, num primeiro momento, a proposta não ter sido bem recebida, Albuíno obteve o apoio de Max Mauro (Gurgel, 2012).

Com a saída de Albuíno do PMDB e filiação ao PDT, o então governador Max Mauro consentiu que Albuíno lançasse sua candidatura a governador do Estado do Espírito Santo. Assim, houve a construção da composição de lideranças e partidos para planejar e executar o processo eleitoral de Albuíno, que era denominado "Frente Democrática", em que se reuniram lideranças de diversos partidos e posições. Nomes significativos do meio político estavam à frente, como Adelson Salvador (PDT), Theodorico Ferraço (PTB), Renato Soares (PSB), José Eugênio Vieira e Enivaldo dos Anjos (PFL) (Zorzal, 1993, p. 86).

A corrida para a eleição de governador não foi fácil. Albuíno nunca havia vivenciado uma campanha eleitoral antes, exceto na universidade. Além disso, candidatar-se a governador não estava entre seus objetivos. Mas o apoio dos prefeitos foi essencial para, de fato, ter sua candidatura lançada, uma vez que, com um manifesto reunindo 48 assinaturas de apoio à sua proposta para concorrer a governador, demonstrou um apoio amplo e que convenceu seu antecessor, Max Mauro (Gurgel, 2012; Azeredo, 1991). Albuíno Azeredo, narra tal momento em seu artigo de 2012:

> Assumi, embora não tivesse eu um desejo latente de me candidatar ao governo, fui lançado pelos municípios, 48 prefeitos lançaram abaixo-assinado pedindo para que me desincompatilizasse do cargo de secretário para ser candidato a governador. O governador não me via como candidato a governador, pois vim do mundo tecnocrata, nunca havia sido candidato a nada, nem a vereador nem a deputado. Foi um fato inédito na época (Azeredo, 2012, p. 61).

A campanha, enquanto pré-candidato, levou Albuíno Azeredo a realizar visitas em diversas cidades do estado do Espírito Santo. No acervo

de fotos disponível no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, é possível identificar alguns desses momentos. Alguns deles foram receptivos e positivos, como o convite realizado pelo prefeito de Colatina à época, Dilo Binda, que ofereceu um almoço para confraternização da campanha eleitoral em 15 de maio de 1990.

Sua campanha correu pelas cidades do interior, entre elas Nova Venécia, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim. Assim como em outros momentos decisivos de sua vida, a cor da pele de Albuíno foi motivo para discriminações. Em um dos comícios que fizera ao longo do estado, em Venda Nova do Imigrante, um município com uma maioria de imigrantes italianos, o então prefeito da cidade discursou afirmando que até na Igreja Católica havia santo negro. O fato chamou a atenção de Albuíno, que quis entender o ocorrido. Ao saber que no dia anterior à sua chegada no município, seu adversário usou da discriminação racial para convencer a população a não votar em Albuíno, afirmando que católicos não podiam votar em um homem negro (Azeredo, 1991).

O episódio criminoso foi narrado pelo próprio Albuíno em uma entrevista, já então eleito governador:

> Os sinais são claros. A sociedade ainda discrimina. Embora o Espírito Santo, com a minha eleição, tenha dado um exemplo que devia ser entendido para todo o Brasil, a maioria disse não à discriminação, embora a minha cor tenha sido usada contra mim em alguns municípios onde predomina a imigração européia, alemã, houve campanhas contrárias a mim em função da cor. Um desses municípios era Venda Nova do Imigrante, onde predominam imigrantes italianos. Cheguei lá, ainda no primeiro turno, tava lá o prefeito, que tinha aderido à nossa candidatura e pegou nervoso, um pouco trêmulo e disse: A Igreja também tem santo negro, Nossa Senhora Aparecida é negra, esse negócio de que católico não pode votar em negro é bobagem. Aí eu disse: O que houve, prefeito? ele disse que no dia anterior tinha havido uma reunião dos colaboradores de nosso adversário e tinham tentado colocar aquilo na cabeça dos imigrantes. Foram algumas cenas que marcaram, e, alguns municípios as pessoas me abraçavam e diziam: Olha, a sua cor não quer dizer nada [...] (Azeredo, 1991).

Entretanto, tal fato é narrado em uma visão diferente no livro *Albuíno Azeredo - um homem de ferro* de Antônio Gurgel (2012). O autor, ao narrar

sobre a utilização do marketing político, como um recente instrumento de disputa eleitoral no estado, afirma que:

> Havia certo receio de que o candidato pudesse ser alvo de preconceito racial, **mas isso não chegou a ocorrer**. Como lembra José Eugênio Vieira, num comício de Venda Nova do Imigrante, terra em que grande maioria da população era formada por imigrantes europeus, o então prefeito Nicolau Falqueto provocou o tema: "Se nossa Senhora Aparecida é a padroeira do Brasil é negra, por que nós não poderemos eleger o Dr. Albuíno (Gurgel, 2012, p. 96, grifo nosso).

Nota-se o quão primordial é ter o cuidado de não praticar silenciamento de opressões ao tratarmos de trajetórias de vida de personagens que são atravessados por questões raciais. Como se pode observar de maneira clara e objetiva o próprio Albuíno, ao ser interpelado sobre ter sofrido discriminação racial, elencou dentro de sua narrativa alguns fatos, mas atribuiu destaque e ênfase ao fato ocorrido em Venda Nova do Imigrante como uma violência racial diferentemente do descrito por Gurgel (2012).

Outro ponto de destaque do processo eleitoral que chama a atenção durante a pesquisa para construção deste estudo, foi uma séria acusação por parte de seu adversário, o então senador José Ignácio, de que Albuíno era ladrão. Para desqualificar a honra, a moral e a imagem de sua candidatura para governador, seu adversário fez uma afirmação criminosa. No entanto, Normília Cunha, a mãe de Albuíno, rebateu a afirmação caluniosa durante a propaganda eleitoral dizendo:

> O senhor não pode fazer isso. Muitas vezes deixei de comer pão no café da manhã para educá-lo como um homem honesto e decente. Ele foi criado com a lição de que é melhor não ter uma coisa do que tomar dos outros. O senhor não pode falar isso do meu filho (Gurgel, 2012).

E, de uma maneira inesperada, a acusação e fala de Normilia Cunha, em horário eleitoral, surtiu um efeito contrário ao que o tal senador havia desejado. Na tentativa de desqualificar seu opositor, Albuíno conseguiu sair do último lugar nas intenções de votos e cresceu exponencialmente, galgando a vitória eleitoral. Aqui, é necessário destacar

uma reflexão, apesar da vitória eleitoral dentro do contexto de acusação criminosa, é importante racializar este contexto. Isto porque seu adversário era um homem branco que se utilizou de uma estigmatização atrelada a homens negros no imaginário social brasileiro, a de homem negro criminoso, ladrão (Terra, 2010).

A análise deste fato emerge para o uso de um capital racial privilegiado de homem branco do senador José Ignácio em relação ao uso do estigma de ladrão a um homem negro. Estamos diante de uma correlação de forças simbólicas dentro do contexto político brasileiro. Assim, a "*cor da pele, apreendida como signo de reposicionamento social, em seu sentido histórico, social e político, opera como um capital racial*" (Gonzaga; Júnior, 2020, p. 248). Ademais, conforme a tocante fala de Dona Normília, Albuíno foi um homem negro que teve sua trajetória marcada pela ascensão econômica através da educação e do trabalho árduo.

Vale ressaltar que este uso do estigma de criminoso já havia sido utilizado em outro momento da trajetória de Albuíno, também em contexto eleitoral, mas, quando ainda estava na Universidade Federal do Espírito Santo. Ao disputar eleições no curso de Engenharia, foi acusado de roubo, e o resultado foi o mesmo, saiu vitorioso na eleição do Centro Acadêmico de Engenharia da UFES (Gurgel, 2012). O curso de Engenharia, assim como o de Direito e Medicina, foram por décadas majoritariamente acessados pela branquitude, o que demonstra novamente, a não aceitação de alguns homens brancos ao serem derrotados por negros nos campos das competições políticas, educacionais e econômicas.

Após esse momento em que a mãe de Albuínio traz uma fala tocante e emocionada sobre o caráter e a moral de sua família, a população passou a ver a trajetória do homem que superou as dificuldades econômicas, sociais e a discriminação racial. Sendo um homem negro, pobre e de periferia, que se tornou engenheiro, empresário e político, sempre excelente em todas as suas funções. Todas estas características foram absorvidas pelo marketing da campanha eleitoral de Albuíno, como é possível observar na letra do *jingle*:

> Albuíno, este é o homem, que sabe administrar.
> Albuíno é competência, seriedade e independência.

> Este é o homem que chegou pra governar.
> Albuíno, este é o homem [...] (Cassundé, 2008).

Albuíno, em dado momento de sua entrevista para o jornal *O Pasquim* (1991), traz seu relato e ponto de vista sobre o processo eleitoral e as circunstâncias que envolviam a sua candidatura. Entre elas, o destaque para o que ele denomina "sua história de vida e sua história de luta" em comparação com o perfil do adversário:

> Há uma série de fatores. No início as pesquisas mostravam um grau de desconhecimento da população do estado acerca da minha candidatura. Eu era conhecido mais no meio onde atuava, na universidade, onde era professor, na Companhia do Vale do Rio Doce, onde sou engenheiro; só aqueles que conheciam a minha origem sabiam de minhas vinculações permanentes com o nosso povo, com a nossa gente. Foi necessário que pudéssemos transmitir à opinião pública toda essa nossa história, embora tivéssemos o apoio político do Governador Max Mauro, que foi fundamental, embora tivéssemos o apoio da maioria dos prefeitos. Aos poucos fomos chegando à população carente, que foi quem decidiu a eleição. No horário gratuito e nas entrevistas levamos a nossa história de vida, nossa história de luta, procurando comparar o nosso perfil com o perfil do adversário; levamos propostas, ideias para os meios de comunicação. Num determinado momento da campanha, a gente sentiu que precisava de algum avalista pra tudo e, em defesa da minha própria honra, minha mãe foi aos meios de comunicação e a partir daí a candidatura começou realmente a crescer. No início, o adversário menosprezou a nossa candidatura. O cabo eleitoral dele, o ex-governador foi pra televisão e disse que não ia haver segundo turno mostrou um boné e disse que comeria o boné se houvesse segundo turno (Azeredo, 1991).

De fato, a memória da população sobre a atuação de Albuíno como secretário no governo de Max Mauro, ao realizar importantes trabalhos, foi marcada pela eficiência, a ponto de ser nomeado com o título de Super Secretário pela imprensa da época (Cassundé, 2008). O peso da implementação do Sistema Transcol, o reconhecimento como engenheiro junto à Companhia da Vale do Rio Doce, desempenhando notáveis trabalhos no estado na construção de ferrovias e estradas, e sua

atuação como consultor e empresário, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, atrelados à sua trajetória de luta, ascensão e origem pobre, por certo renderam a vitória eleitoral.

Ali havia sido construído o personagem pela equipe de comunicação, que era representativa para o povo, com uma trajetória que trouxe a vinculação necessária ao eleitorado popular, que podia se enxergar no candidato a chefe do executivo estadual (talvez pela primeira vez), um homem negro que estaria ocupando este importante espaço de poder pela primeira vez no Espírito Santo.

Em 1991, após vencer José Ignácio Ferreira no segundo turno, Albuíno Azeredo da Cunha se tornou Governador do Espírito Santo, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Segundo Zorzal (1993) a vitória de Albuíno manifestava a emergência de uma nova liderança no cenário político estadual. No mesmo ano, também pelo PDT, outro governador negro, Alceu Collares, foi eleito governador do Rio Grande do Sul, e o terceiro, José Alves, foi eleito em Sergipe. Esses três foram os únicos governadores negros eleitos no Brasil em 1990. Albuíno, após uma campanha difícil e acirrada, tornou-se o primeiro negro eleito governador do estado do Espírito Santo. Importa mencionar que, em 2019, foi eleita a primeira mulher e primeira mulher negra vice-governadora do estado Espírito Santo, Jacqueline Moraes.

Apesar de ser um pequeno número, considerando o total de 27 estados no Brasil, um país majoritariamente habitado por negros e negras, conforme o IBGE (2022), a população de pretos e pardos representa 56,1%[3], e o número foi tão expressivo, que à época a Revista Veja (1990) lançou uma reportagem especial de eleições intitulada "Negros no Governo", com uma entrevista especial com Albuíno Azeredo.

Antes dos governadores Albuíno Azeredo e Alceu Collares, o primeiro negro a assumir o cargo de governador no Brasil foi o político Eduardo Gonçalves Ribeiro pelo estado do Amazonas, no final do século XIX, nos períodos de 1890 a 1891 e de 1892 a 1896. É necessário pontuar

3 | Dados extraídos da pesquisa apresentada no livro *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* de 2022, do IBGE.

essa informação, pois muitos registros históricos colocam erroneamente Albuíno Azeredo e Alceu Collares como os primeiros negros a serem eleitos governadores no Brasil[4].

Isto é, refazendo o caminho, pelo não apagamento da memória, este trabalho não poderia deixar de se manifestar quanto à memória de Eduardo Gonçalves Ribeiro, que alcançou o importante destaque de ser o primeiro governador negro no Brasil no século XIX, apenas 11 anos após a abolição da escravatura[5].

É necessário trazer ambas as imagens, uma vez que, devido à prática de branqueamento, fruto do racismo, por muitos anos fotos foram embranquecidas para apagamento da memória de um homem negro que assumiu um importante papel de poder pós-abolição (Braga, 2011). Esta era mais uma ação higienista, posta em prática com a finalidade de ocultar a existência e resistência da população negra pós-abolição.

No livro *Negros no Espírito Santo*, o autor do prefácio, o antropólogo Sandro José da Silva, ao tratar do tópico "A Cor da Política", bem elucida esse fator higienista executado como política pública pelos brancos no poder à época.

> No Brasil, a relação entre a construção de uma nova nação pós-escravidão está associada à elevação dos saberes higienistas ao *status* de ciência de Estado, o que associava a questão da escravização ao tema médico, além de político e econômico. O resultado prático dessa junção foi a concretização de projetos eugênicos de limpeza étnica e promoção pública da hierarquia racial [...]. (Silva, 2016, p. 38).

Dessa maneira, tal política foi aplicada à realidade da trajetória política de Eduardo Gonçalves Ribeiro, que, além de ser símbolo de resistência por assumir cargo de poder logo após o pós-abolição, realizou

4 | Alguns sites e reportagens de jornais costumam trazer ambos governadores como os primeiros governadores negros eleitos no Brasil, como, por exemplo, o site Wikipédia, que traz um artigo biográfico sobre Albuíno Cunha de Azeredo.

5 | Existe um importante trabalho de resgate da memória e trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro, pelo historiador Robério Braga, que ressalta o apagamento da memória do governador. (Braga, 2011).

um governo significativo, promovendo o desenvolvimento da infraestrutura de Manaus enquanto governou o estado do Amazonas, entre 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891, e de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896. Por ser o primeiro negro a governar aquele estado, foi muito marcado pela violência racista, como se verifica do texto escrito por Braga (2019) no trecho abaixo.

> Padeceu todo o tipo de ofensa à sua imagem pessoal, ao longo dos anos. Ao pretenderem inseri-lo no grupo dominante aplicaram sobre suas fotos oficiais a prática do retrato americano, esbranquiçando sua cor, desencarapinhando e alterando seus cabelos, trocando-lhe a farda de militar pelo traje civil (Braga, 2019).

Diante desses exemplos de trajetórias de negros que ascenderam socialmente e politicamente, principalmente com o exemplo de Albuíno Azeredo, verifica-se que ao longo de toda a história passaram-se mais de uma década desde a eleição do primeiro governador negro no Brasil, em 1899, até a eleição de outros três governadores negros na década de 90.

Nesse sentido, para Andrews (1998), o racismo brasileiro opera de maneira não automática e é variável nos processos de definição dos papeis sociais e da visibilidade social dos grupos da sociedade. Segundo o autor, os aspectos característicos do racismo brasileiro pautam-se também pela sua inconsistência, imprevisibilidade e disposição para admitir que os afro-brasileiros se movimentem ascendentemente, ao mesmo tempo em que impedem essa modalidade ao grupo racial afro-brasileiro como um todo. É o que Roger Bastide chamou de teoria do escoamento. No processo de ascensão social do negro: "[...] não se pode tomar outra forma senão a de uma infiltração. Uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos dos brancos" (Bastide, *apud* Andrews, 1998, p. 270).

Principais feitos do Governo de Albuíno Azeredo

Inicialmente, é importante destacar que o objetivo principal desta pesquisa não é realizar uma análise política do governo de Albuíno Azeredo. Como mencionado em outros momentos, a pesquisa se propõe a

narrar as diversas trajetórias de vida do nosso personagem e a política compõe uma delas, portanto, este ponto irá buscar pontuar momentos marcantes durante o período de quatro anos do governo.

Para esta tarefa, o guia será o livro de Antônio de Pádua Gurgel (2012), *Albuíno Azeredo: um homem de ferro*, que narrou relevantes acontecimentos do governo de Albuíno Azeredo, e o artigo autobiográfico "Justiça Social como Princípio", de 2012.

Um dos significativos marcos de seu governo foi realizar uma gestão com o objetivo de promover a justiça social, tanto que assim foram denominados pelo próprio Albuíno nos seus quatro anos de governo, ao afirmar em artigo escrito por ele intitulado "Justiça Social como Princípio" (Azeredo, 2012). Este também era o lema de seu governo "desenvolvimento econômico com justiça social" (Gurgel, 2012).

Ao analisar os principais marcos elencados no livro de Gurgel (2012) e alguns em registros de jornais *A Gazeta* (2018; 2021), há a percepção de que o governo de Albuíno realizou grandes feitos no campo do desenvolvimento e da promoção da justiça social, como a conquista de vultosos investimentos internacionais para a implementação de saneamento básico e ampliação do Sistema Transcol, a fomentação de espaços culturais, como a criação do Museu do Negro e do Polo Capixaba de Cinema, além da recepção de relevantes personalidades nacionais e internacionais, atraindo os olhares externos para o Espírito Santo.

Seguindo em uma ordem cronológica dos fatos, serão apresentados os feitos nos pontos abaixo:

A | Príncipe Charles, atual Rei do Reino Unido

Em 25 de abril de 1991, o Príncipe Charles à época ainda detinha esse título e atualmente é Rei após o falecimento da Rainha Elizabeth em 2022, esteve no Espírito Santo em uma rápida visita. Apesar de não haver menção no livro biográfico de Albuíno Azeredo, por Gurgel (2012), tais fatos foram noticiados pelos jornais capixabas e relembrados em notícias recentes, nos anos de 2018 e 2021.

As matérias intituladas "Albuíno Azeredo: um governo marcado por

visita de personalidades", de 2018, publicada em seção relacionada ao falecimento de Albuíno, e "1991: o ano em que o ES recebeu o papa, Mandela e príncipe Charles" de 2021, incluída na seção denominada "memória", quando completou 30 anos da visita de Nelson Mandela ao estado.

A presença do Rei Charles no estado do Espírito Santo não foi completamente acompanhada pelo então Governador Albuíno Azeredo, mas ele esteve na recepção no aeroporto de Vitória: "[...] foi recepcionado pelo então governador do Estado, Albuíno Azeredo. Sua vinda contou com um forte esquema de segurança" (A Gazeta, 2018).

A motivação da vinda do Rei Charles foi realizar uma visita à empresa Aracruz Celulose, atualmente parte do Grupo Suzano, formada pelas antigas empresas Fibria e Aracruz Celulose, e por isso também foi recebido por manifestantes que protestavam em defesa do meio ambiente (A Gazeta, 2018). Durante a sua visita, o Rei Charles "[...] seguiu para a fábrica, percorrendo-a e ouvindo explicações sobre a produção. Lá plantou uma muda de pau-brasil no Centro de Pesquisas Florestais da empresa" (A Gazeta, 2021).

No dia 3 de agosto de 1991, o político e advogado Nelson Mandela e Winnie Mandela, em campanha pela luta contra o racismo após ter sido preso por 30 anos na África do Sul, realizaram uma campanha pelo Brasil, visitando alguns estados. Ao tomar conhecimento, Albuíno empenhou esforços para que o Espírito Santo estivesse na rota desta campanha (Gurgel, 2012).

Ao tomar conhecimento da trajetória de Albuíno, o primeiro governador negro do Espírito Santo, por meio de uma delegação liderada pelo Secretário de Justiça Renato Soares, enviada para Cuba, onde estava Nelson Mandela, este compreendeu a importância de sua presença em solo capixaba (Gurgel, 2012).

O movimento negro capixaba também foi responsável pela sistematização do evento, em especial o mestre de capoeira Alcebíades Milton Cabral, marcante liderança do movimento negro capixaba, que desenvolveu importantes organizações desde o início de 1988 e lutou pela

igualdade racial e promoção da população negra capixaba, como a "Descomemoração do Centenário da Abolição", "O negro e a Constituinte", em 1988, e a organização da visita de Nelson Mandela e Winnie Mandela, em 1991. E, em razão de todo seu trabalho no movimento negro capixaba, recebeu em 2019, a Comenda Maurício de Oliveira, pós-morte (A Gazeta, 2019).

Uma vez que tal informação não é mencionada em nenhum dos registros de livro e reportagem que tinha como foco central a narrativa da presença de Nelson Mandela e Winnie Mandela no Espírito Santo analisados por esta pesquisa, faz-se mais do que necessário trazer este dado e destacar a ausência de tal informação nos registros. Em muitos momentos da história, há um apagamento das ações realizadas pelo movimento negro capixaba, que sempre foi muito atuante e, à época, alcançou conquistas durante o governo de Albuíno (que mantinha diálogo com o movimento negro) através de muita luta, como a criação do Museu do Negro, o Mucane, que será visto mais à frente.

Um dos principais jornais do Espírito Santo, *A Gazeta*, ainda relembra a visita de Nelson Mandela à capital, Vitória, como um dos marcos do ano de 1991, em reportagem publicada em 2021, demonstrando quão significativa foi a visita para os capixabas e os reflexos para a população negra capixaba.

> 'Como Mandela tinha uma posição pela diversidade, pela pluralidade, pelo fim do preconceito, como era essa sua luta, era muito simbólico que a visita dele ao Brasil ocorresse em um Estado governado por um político também negro', comenta o cientista político João Gualberto Vasconcellos (A Gazeta, 2021).

É de se destacar a simbologia deste acontecimento, pois durante a visita de Nelson Mandela, as festividades escolhidas para serem destaques estavam ligadas à celebração da cultura tradicional popular negra capixaba, como as bandas de congo. Além da visita ter sido no ano de posse de Albuíno no governo, que, dado o peso de ser o primeiro homem negro a assumir o posto, enfrentou muita discriminação racial durante sua campanha e seu mandato. A presença de Nelson Mandela, uma personalidade política internacional de destaque também negra, trouxe um tom de apoio e representatividade.

Sua presença e seu discurso trataram de uma mensagem da luta contra o racismo, uma vez que esteve preso por 30 anos em seu país por lutar por direitos civis da população negra contra o *Apartheid*. O reconhecimento pela atuação no combate à discriminação racial veio com o Prêmio Nobel da Paz em 1992 e a vitória nas eleições presidenciais na África do Sul em 1994.

Ao discursar no Estádio da Desportiva Ferroviária para cerca de 7 mil capixabas, destacou que sua luta era para "*colocar em prática medidas que acabem com o racismo e autoritarismos*" (Gurgel, 2012). O discurso, proferido no primeiro ano de governo do primeiro governador negro do Espírito Santo, para milhares de capixabas, representa um importante símbolo de celebração da negritude, em um estado marcado por tanto racismo.

Este dia ainda contou com muita celebração da cultura negra, com a presença dos sambistas Alcione e Neguinho da Beija-flor. Ainda que a visita tenha sido registrada com muita comemoração e celebração da cultura negra capixaba, pode se afirmar que o pano de fundo desta visita foi marcado por questões de negritude, como a igualdade racial, através de trocas entre Nelson Mandela, experiente em lidar com o racismo e a branquitude. Assim, os interesses de Albuíno em conhecer Nelson Mandela foram descritos por Gurgel (2012, p. 131):

> Além disso, Albuíno estava interessado em conhecer aquele estadista que passara mais de 30 anos preso sem perder o interesse pela poesia; que saiu da cadeia disposto a negociar uma convivência pacífica entre a minoria branca, até então opressora, e a maioria negra, sedenta por democracia e melhores condições de vida.

B | João Paulo II

Ainda no ano de posse de Albuíno no governo, o Papa João Paulo II esteve no estado. Visitou o bairro São Pedro e realizou uma missa no Aterro da Condusa, que hoje é denominado Praça do Papa, uma homenagem ao referido Papa e em memória desse acontecimento. Ao fim da visita, assim como fez o Rei Charles, plantou uma árvore de pau-brasil (A Gazeta, 2021).

C | Decreto nº 3.527-N, de 13 de maio de 1993 para criação do Museu Capixaba do Negro

O estado do Espírito Santo foi o primeiro a criar um Museu do Negro. Assim, para além desses principais marcos, é possível verificar esse como um grande passo do governo de Albuíno Azeredo na promoção da cultura negra capixaba, a celebração da negritude, o estabelecimento de busca pela igualdade racial, mas, principalmente, a preservação da memória e história afro-capixaba. A criação do Museu do Negro foi, portanto, um momento especial para a população negra e o movimento negro do Espírito Santo.

O Museu do Negro, conhecido como Mucane, foi instituído com a promulgação do Decreto nº 3.527-N, de 13 de maio de 1993. Apesar da data de registro ser em 1993, a gênese desse processo teve início muitos anos antes, o Decreto nº 3.527-N foi apenas o resultado de todo um acúmulo da luta do movimento negro no Brasil e no Espírito Santo pela construção de lugares e personagens de memória. A historiadora e mestra em Ciências Sociais, Fernanda de Castro Barbosa, em seu artigo intitulado "Memórias de um lugar: 25 anos do Museu Capixaba do Negro", analisa todo o processo que culminou na criação do espaço, fruto de um movimento pós ruptura com o Movimento Negro Unificado, que levou o movimento negro capixaba a se reestruturar e se voltar para as especificidades locais:

> É nesse contexto, em que as memórias são eleitas, um importante instrumento pelos militantes para o reconhecimento das populações negras na história e na formação da sociedade brasileira, que emerge a ideia de criação de um museu com recorte étnico-racial. Inclusive, segundo os militantes negros entrevistados para essa pesquisa, um dos marcos que impulsionou a ideia da criação do Mucane foi a realização do Seminário Internacional da Escravidão, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 1988, dentro do contexto do centenário da Lei Áurea (Barbosa, 2018, p. 75).

Barbosa (2015) também defendeu dissertação de mestrado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, a partir de estudos do processo de criação, constituição e funcionamento

do Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas – Mucane, como um lugar de construção de memórias e de valorização de personagens afro-brasileiros, pois, quando da finalização da constituição do Mucane, foi acrescentado o nome da Verônica da Pas, uma médica psiquiatra negra que lutou com muita garra pela criação e estruturação do museu, mas faleceu sem ver o projeto concluído.

Assim, o processo de criação do Mucane por um governador negro evidencia não apenas a criação de um lugar de construção de memórias negras e de uma personagem de memórias afro-brasileira, como a Verônica da Pas, mas também a inserção de um homem negro que se torna um personagem de memória, cujo nome está eternizado na placa, nos documentos de criação do Museu (Decreto 3.527-N), em matérias jornalísticas e em trabalhos acadêmicos.

Em um recorte do jornal A Gazeta de 1993, encontrado no site da Prefeitura de Vitória, é possível resgatar a notícia lançada da época da promulgação do Decreto nº 3.527-N assinado por Albuíno Azeredo.

D | Polo de Cinema Capixaba

Ainda no ano de 1993, o governador Albuíno Azeredo criou o Polo de Cinema Capixaba, que se tratava de uma linha de financiamento concretizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) que viabilizava um fundo financeiro para as produções de projetos cinematográficos locais (Gurgel, 2012). Com o foco em trazer a visibilidade para o Espírito Santo, o governador Albuíno Azeredo aproveitou o espaço deixado pela extinção da Empresa Brasileira de Filmes (Embra-

filmes) em 1992 pelo presidente Fernando Collor[6] (Gurgel, 2012).

Tal postura evidencia o apreço do então governador do Espírito Santo pela cultura capixaba e seu olhar visionário ao buscar colocar o estado na rota turística e fomentar o desenvolvimento social. Assim, o livro biográfico descreve os benefícios da criação do Polo de Cinema Capixaba (Gurgel, 2012, p. 139):

> [...] trazia três benefícios para o Estado: um era a divulgação de suas paisagens pelo Brasil e pelo mundo, pois era uma condição para o financiamento era que a maior parte das locações fossem realizados em território capixaba. Outro benefício era a criação de novas oportunidades de trabalho para os capixabas, pois os contratos previam a participação de profissionais da terra, tanto na frente como atrás das câmeras. O terceiro benefício foi a criação de um mínimo de infraestrutura no Estado para a produção dos filmes. E a coisa deu certo durante um bom tempo.

E | Escolas que colocam a mãe de Albuíno, Normília Cunha dos Santos, na memória de dois municípios do Estado do Espírito Santo

A trajetória de Albuíno de Azeredo aproxima-se da de sua mãe, Normília da Cunha dos Santos, que foi professora do ensino público primário por muitos anos. Durante seu governo, doou um terreno localizado no município de Barra de São Francisco, onde foi construída uma escola denominada Escola Normília da Cunha Santos, nome da mãe de Albuíno Azeredo. Em dois registros, um da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e outro do site *O Contestado*, é possível verificar que enquanto governador do estado do Espírito Santo, é possível verificar que

6 | Fernando Affonso Collor de Mello foi o primeiro presidente do Brasil eleito diretamente pelo voto popular após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), sendo presidente de 1990 até 1992. Filho de Leda Collor e de Arnon Afonso de Farias Mello, ex-governador de Alagoas, formou-se em ciências econômicas em 1972 pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). No primeiro ano de mandato como presidente implantou o Plano Collor, que consistia no confisco das cadernetas de poupança por 18 meses, como pretexto para acabar com a inflação. Em 1992, respondia a um processo de *impeachment* aprovado pelo Senado Federal, quando renunciou por meio de uma carta lida pelo advogado Moura Rocha no Senado e, por fim, foi condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. Atualmente, é filiado ao Partido Renovação Democrática (PRD) e foi senador pelo Estado de Alagoas de 2007 até 2023. Em 2023 foi condenado pelo STF a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

o terreno foi doado para a construção de uma Escola Agrícola, que hoje leva o nome de Normília Cunha dos Santos.

No site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), tal informação aparece em texto de homenagem "*in memoriam*", em documento assinado em 2019 por Enivaldo Euzébio dos Anjos, prefeito de Barra de São Francisco no ano de 1990. O texto resgata de maneira breve a trajetória de Albuíno Azeredo e menciona a doação do terreno para construção da escola (ALES, 2019).

No site *O Contestado*, em reportagem escrita por Weber Andrade, publicado em 17 de outubro de 2019, há menção ao evento de festividade do 76º aniversário do município de Barra de São Francisco, em que Albuíno Cunha de Azeredo é homenageado "*in memoriam*" com a Comenda Paulo Vinhas, na qual é citada a ação de doação do terreno para construção da Escola Agrícola Normilia Cunha de Azeredo (Andrade, 2019).

O nome da escola é uma inconfundível homenagem à mãe de Albuíno Azeredo, que foi professora do ensino primário. Em reportagem de 9 de setembro de 2022, no site *Barra*, intitulada "Escola Família Agrícola Normília Cunha comemora 30 anos; conheça a origem do nome", traz à memória a motivação para a homenagem:

> O nome dado a EFA Normília Cunha dos Santos não foi apenas porque era a mãe do governador na época, Albuíno Azeredo, mas porque ela foi professora primária disciplinada e enérgica. A Professora Normília (foto ao lado) mostrou que apesar de origem humilde, viu o filho se tornar engenheiro e govenador do Espírito Santo **negro quando este chegou ao cargo mais importante da vida pública do estado do Espírito Santo, em um país que é desigual, que discriminava e ainda discrimina as pessoas por credo, raça e outros** (Site Barra, 2022, grifo nosso).[7]

A segunda escola que coloca o nome da professora Normília Cunha dos Santos na memória do Espírito Santo, é a UMEI, que está localizada no bairro Jabaeté, região da Grande Terra Vermelha, no município

7 | Mantendo o compromisso com as fontes de informações diante dos dados controversos faz-se necessária a menção que no mesmo site consta a informação de que o terreno teria sido doado pelo pai do vereador Lula Cozer, o produtor Geraldo Cozer.

de Vila Velha. Além disso, existe um bairro em Vila Velha, na mesma região da Grande Terra Vermelha, com o nome de Normília da Cunha.

Observa-se que atribuir nomes aos lugares (bairros), aos monumentos construídos (escolas e outros prédios), às pessoas, como escreve Bourdieu (2004), está relacionado ao poder de classificação de grupos sociais com esse poder, ainda que tais nomeações ocorram em bairros e monumentos de periferia e em municípios do interior, como se verifica nas atribuições do nome da professora Normília da Cunha, mãe de Albuíno Azeredo.

F | Principais investimentos para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo

Segundo Gurgel (2012), o governo de Albuíno Azeredo foi marcado por importantes investimentos estruturais, concentrados em três frentes: a malha rodoviária, a malha ferroviária e o saneamento básico. Apesar do período em que Albuíno assumiu o governo ser marcado por uma péssima conjuntura econômica nacional, em razão da alta inflação e do descontrole nos caixas do governo devido ao *Impeachment* do Presidente Collor e ao lançamento do Plano Real, Albuíno demonstrou ser um grande intelectual no campo econômico, atraindo e conquistando investimentos externos para financiar grandes obras durante seu governo.

Assim, por meio de um empréstimo junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de US$ 104 milhões de dólares para recuperação e ampliação das rodovias estaduais, com a finalidade de acelerar o processo de desenvolvimento econômico no interior do estado (Gurgel, 2012). Outro grande investimento foi um empréstimo de R$ 16,7 milhões de reais destinado à ampliação do Sistema Transcol, denominado Transcol II, que:

> [...] levando a racionalização do atendimento do serviço de ônibus para bairros mais distantes e ainda não beneficiados, construindo novos terminais de integração de passageiros, fazendo a substituição e a incorporação de novos veículos ao sistema, que

> teve sua gestão aperfeiçoada (Gurgel, 2012, p. 118)

Assim, ao garantir o atendimento a comunidades mais distantes, o novo Sistema Transcol se fortaleceu durante a gestão de Albuíno, que também garantiu desenvolvimento no plano ferroviário, com a duplicação da Ferrovia Vitória a Minas. Dessa maneira, ocorreu crescimento das exportações de grãos, como a soja. Houve também a ampliação da malha rodoviária (Gurgel, 2012).

O saneamento básico esteve no foco do governo, conhecido pelo projeto Prodespol, projeto responsável pela despoluição dos ecossistemas capixabas. Foram três anos de estudos realizados para que, em 1994, as obras tivessem início. Entretanto, com o fim do mandato, as obras foram interrompidas, pois o governador Vitor Buaiz, que assumiu após a saída de Albuíno Azeredo, não deu continuidade ao projeto (Gurgel, 2012). O projeto de saneamento Prodespol retornou anos depois, com nomes diferenciados, em 2001 como Prodesan e, em 2010, como Águas Limpas.

Outro importante marco de gestão de Albuíno Azeredo foi a visão estratégica acerca dos serviços de distribuição de gás natural. O momento da época era de privatizações, no entanto, Albuíno acreditava na pesquisa para novas descobertas de jazidas de gás natural e manteve tais recursos na empresa estatal Petrobras. Segundo Albuíno Azeredo (2012):

> Não que eu fosse contra o setor privado. Muito pelo contrário! Mas petróleo e gás exigem pesquisas, e quem pesquisa isto no Brasil é apenas a Petrobras, empresa estatal. Então, defendi com unhas e dentes esse caminho. E acredito que isso ajudou o Espírito Santo a se tornar o que é hoje em termos de exploração e investimentos neste setor" (Azeredo apud Gurgel, 2012, p. 124).

Esse movimento estratégico fortaleceu a economia e resultou em desenvolvimento, pois os valores devolvidos em *royalties* foram destinados ao investimento na malha rodoviária capixaba. Ademais, Albuíno Azeredo, ainda no início dos anos 90, teve um olhar atento para às perspectivas de gênero, ao alocar mulheres nos espaços de poder em seu governo:

> As mulheres estavam representadas. A primeira secretária de Administração era a Lígia Paolielo, a primeira auditora era a Berenice Pinho, a chefe de gabinete era Márcia Murad. Então, a mu-

lher sempre esteve presente no governo (Azeredo, 2012, p. 63).

Com o fim do mandato como governador no Espírito Santo, Albuíno Azeredo voltou às suas atividades acadêmicas e empresariais, retornando ao curso de Engenharia da UFRJ e para acompanhar de perto a Enefer. Sua família o acompanhou neste retorno ao Rio de Janeiro, até ser convidado a retornar às atividades políticas pelo então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (Gurgel, 2012).

A atuação político-administrativa pública no Governo do Rio de Janeiro

Diante de seu currículo exemplar atuando à frente da área de transportes e ferrovias, com larga experiência com a logística rodoviária, o governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho convidou Albuíno Azeredo para presidir a Rio Trilhos (responsável pelo metrô) e a Companhia Fluminense de Trens Urbanos (FLUMITRENS). Mas, pouco tempo depois, passou a atuar como Secretário de Transportes no governo de Anthony Garotinho, entre 1999 e 2002 (Gurgel, 2012). Além da reconhecida competência, é importante ressaltar a dimensão político-partidária envolvida nesta articulação para o retorno de Albuíno à atuação no governo carioca, pois ambos já compartilhavam do mesmo partido político, o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

No governo que sucedeu, o de Rosinha Garotinho, entre 2003 e 2007, Albuíno Azeredo continuou comandando empresas estatais de transportes, como a Central (Companhia Estadual de Engenharia e Transportes e Logística), e logo depois retornou ao cargo de Secretário de Transportes no governo (Gurgel, 2012). Durante esse tempo atuando com foco na área de transportes, Albuíno transformou o sistema de transportes da população carioca, implementando novos trens com ar-condicionado, ampliando as linhas do Metrô e reformando os bondes do bairro de Santa Tereza (Gurgel, 2012).

Cabe destacar que Albuíno foi chamado para atuar na administração pública no Rio de Janeiro devido à sua reconhecida competência, mas também existe uma dimensão de afinidade político-partidária envolvida em sua atuação, pois ele e Antony Garotinho eram filiados ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) na época de Leonel Brizola, governador do estado do Rio de Janeiro por dois mandatos (1983-1987 e 1991-1994), que foi um dos mentores desses dois atores na política.

Formação e atuação acadêmica: estudante, professor e profissional da engenharia

No campo acadêmico, Albuíno Azeredo foi um expoente intelectual na engenharia, especializando-se em transporte sobre trilhos. Em razão do seu dom desenvolvido logo na adolescência, tornou-se um grande professor, atuando nas Universidades Federais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Conforme mencionado no início deste capítulo, Albuíno tornou-se bacharel em Engenharia em 1967 pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de uma turma com aproximadamente cinquenta a sessenta alunos, apenas três alunos negros compunham a turma, sendo Albuíno uma das exceções, conforme a imagem da turma que consta em Gurgel (2012, p. 33).

Albuíno Azeredo articulou sua intelectualidade no campo da engenharia em diversos espaços onde atuou, a saber: consultor, à frente de sua empresa ENEFER; profissional na empresa Companhia Vale do Rio Doce; secretário de transportes e professor universitário.

Ao aprofundar este outro campo da trajetória de vida de Albuíno, sua intelectualidade como engenheiro, além de ser graduado em engenharia, empresário nessa área e professor universitário, representa um avanço no desenvolvimento epistemológico e profissional no campo da engenharia, o que resultou no recebimento do diploma de mérito

profissional pelo Conselho Diretor do Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ).

Sua profissão como engenheiro recebeu notoriedade em nível nacional, com reconhecimento de sua classe ao ser nomeado membro titular da Academia Nacional de Engenharia (Ane, *s.d.*).

Importante ressaltar que muitos trabalhos desenvolvidos pelo personagem enquanto engenheiro foram realizados no período em que estava à frente de empresas ou atuava como secretário no governo estadual do Espírito Santo, de Max Mauro, no governo municipal de Cariacica, de Dejair Camata, ou nos governos estaduais do Rio de Janeiro, de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho. Portanto, muitas de suas obras, estudos e consultorias não ficaram registradas, impossibilitando uma descrição completa de todos os seus trabalhos. Os que serão descritos abaixo são aqueles que, de alguma forma aparecem nas pesquisas bibliográficas realizadas e podem ser mencionados e analisados no presente trabalho. Dessa maneira, os principais projetos que esteve à frente e que a pesquisa pôde descrever são:

A | Estrada de Ferro Vitória-Minas: atuou enquanto chefe da divisão de engenharia civil, coordenador de duplicação e sinalização dessa estrada, que teve início na década de 1970, indo de Vitória (ES) até Nova Era (MG). A duplicação representou o maior investimento ferroviário da época, tanto em infraestrutura como em superestrutura, sendo a primeira duplicação de uma ferrovia na América do Sul (Carvalho, 2021).

B | Corredor Bioceânico: à frente da ENEFER, realizou o trabalho intitulado "Corredor bioceânico ferroviário: estudos técnicos referentes ao Eixo de Capricórnio: relatório consolidado" publicado em 2011, com financiamento do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES (FEP), em parceria com outras empresas do ramo da engenharia.

C | O Trem de Alta Velocidade (TAV) entre Rio e São Paulo, mas foi um projeto não executado.

D | O Sistema Transcol, que interliga as cidades da Região

Metropolitana da Grande Vitória (ES) por meio de terminais rodoviários urbanos.

A formação escolar e profissional do filho e filhas: breve debate sobre sucessão e capital cultural

Nosso personagem, além dos espectros acadêmico, empresarial e político percorreu uma trajetória de vida pessoal e familiar como filho, esposo e pai. Em 30 de janeiro de 1971, Albuíno Azeredo aos 26 anos casou-se com Waldicéia Peçanha de Azeredo com 21 anos à época. O casal teve três filhos, Ana Flávia, que nasceu em 18 de novembro de 1974; Albuíno Azeredo Júnior, que nasceu em 29 de abril de 1976; e Alba Letícia, que nasceu em 22 de junho de 1978.

Todos os três filhos seguiram a carreira de Engenharia como o pai. Considerando a importância do processo de escolarização e a significativa trajetória educacional de Albuíno Azeredo, durante uma entrevista de campo, realizada no formato de narrativa de vida com dona Waldicéia Azeredo em 18 de janeiro de 2023, foi questionado o motivo da escolha pela Engenharia de todos os seus filhos e filhas. É possível verificar que a escolha pelo curso de Engenharia não foi uma imposição por parte do pai, mas sim uma escolha dos próprios filhos, influenciados pela carreira profissional ímpar do pai no campo da Engenharia.

> O pai sempre foi exemplo para eles para tudo, eles têm uma admiração pelo pai imensa, então eles tinham o querer de copiar o pai e acabou fazendo a opção de engenharia. Tanto é que veio agora o netinho [...] ele quis fazer medicina, o Júnior contestou um pouco falando 'não faz engenharia, a família é toda de engenheiros', mas o avô sempre dizia faça o que você quiser contanto que você seja o melhor naquilo que você fizer, que essa era a planilha de vida dele, ser o melhor (Waldicéia, 2023).

Dos três filhos de Albuíno Azeredo, a primogênita, Ana Flávia, se diferenciou dos demais ao se aproximar bastante da trajetória de vida do pai. Além de ser engenheira graduada, percorreu uma trajetória acadêmica, realizando o mestrado no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro, onde chegou a exercer atividade como professora, e fez o doutorado de Engenharia Civil na Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp).

Realizou pesquisas na área de Engenharia de Transportes e, em meados de 2019, foi convidada para elaborar o projeto de uma nova estrada de ferro entre Minas Gerais e o Espírito Santo, algo em torno de 570 quilômetros (A Gazeta, 2019), estrada que foi uma das principais obras operadas por Albuíno Azeredo.

Além disso, a primogênita também se inseriu no campo político. Sua trajetória política, apesar de curta, começou ao candidatar-se ao cargo de deputada estadual pelo Partido Republicanos em 2014, o que levou Albuíno Azeredo a retornar suas atividades no campo político para contribuir na eleição de Ana Flávia, o que foi retratado em entrevista para o jornal A Gazeta de 4 de agosto de 2014. No momento de revisão deste capítulo, Ana Flávia lançou sua candidatura a vereadora do município de Vila Velha pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para disputar as eleições de 2024.

E, devido a toda sua trajetória de vida ser tão próxima dos caminhos seguidos pelo pai, atualmente Ana Flávia Azeredo carrega o título de "a mulher de ferro do Espírito Santo" em referência ao seu pai, conforme recente reportagem do jornal A Gazeta (2019).

Outro fato ocorrido em sua trajetória, que teve proporções nacionais, aconteceu quando Ana Flávia foi chamada de "Cinderela Negra" após sofrer racismo no elevador do prédio onde morava, enquanto seu pai ainda era governador do Espírito Santo, em 1993. O caso repercutiu nacionalmente, uma vez que a filha do governador foi impedida de utilizar o elevador social por uma moradora branca que afirmou que aquele não era o lugar para pessoas negras frequentarem, sugerindo que ela deveria utilizar o elevador de serviço.

Em reportagem da Revista Veja (1993), o fato foi noticiado com o subtítulo "Agredida dentro de um elevador de serviço, a estudante Ana Flávia, rica e filha de governador, enfrenta a hipocrisia do racismo no Brasil". Isso denota o quão estratégico é o racismo, pois, apesar de Ana Flávia estar em uma posição de privilégio de classe –, por seu pai ocupando à época o mais alto cargo do Poder Executivo Estadual e sendo

economicamente bem-sucedido, além de ele já ser um grande e influente empresário –, isso não foi o suficiente para escapar da violência racial.

Isto denota que, no Brasil, o racismo nem sempre está associado à classe social, refutando a ideia de que apenas sendo pobres, os negros seriam vítimas do racismo. Ainda que ascenda economicamente e socialmente através da escolarização, como foi o caso de Albuíno Azeredo e de diversos outros negros, isso não os blinda contra o racismo. Assim, o racismo também é um fator hierarquizante, que segrega e discrimina pessoas em razão de sua raça e cor, independentemente de quão protegida esteja uma pessoa ao ocupar uma posição de poder político, econômico ou social.

O caso de racismo noticiado pela Revista Veja (1993) envolveu, como vítima, Ana Flávia Azeredo, filha de Albuíno, e, como agressores, Terezinha e seu filho Rodrigo (moradores brancos do prédio). Em entrevista à referida revista, os agressores repetiram seu racismo e preconceito de raça e classe sem nenhum pudor, afirmando: "você tem que aprender que quem manda no prédio são os moradores. Preto e pobre aqui não tem vez." (Veja, 1993).

Este caso repercutiu, à época, no campo acadêmico, sendo objeto de análise de Michael Hanchard, autor de um livro sobre o movimento negro brasileiro (Hanchard, 1994a), e também analisado no artigo "Cinderela Negra" (Fry, 1996), de autoria de Peter Fry, professor de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ambos realizam uma discussão a partir do "caso Ana Flávia" acerca da questão racial brasileira.

Peter Fry traz uma descrição de um trecho da reportagem que narra a agressão sofrida por Ana Flávia:

> [...] Teresina gritou novamente: 'Cale a boca. Você não passa de uma empregadinha.' Ao chegar ao saguão, o rapaz também entrou na briga. 'Se você falar mais alguma coisa, meto a mão na sua cara', berrou. 'Eu perguntei se eles me conheciam e insisti que me respeitassem', conta Ana Flávia. Rodrigo ameaçou outra vez: 'Cale a boca, cale a boca. Se você continuar falando, meto a mão no meio de suas pernas'. Teresina segurou o braço da

> moça e Rodrigo deu-lhe um soco no lado esquerdo do rosto. [...] A polícia abriu um inquérito a pedido do governador. Se forem condenados [Teresina e Rodrigo], os dois podem pegar de um a cinco anos de cadeia" (Fry, 1996, p. 123).

Usando duas metáforas relacionadas aos campos da saúde, cabe afirmar que o racismo produz traumas e feridas profundas nas pessoas atingidas, que só elas podem explicar, levando algumas a se recusarem a falar do assunto. Podemos dizer que o racismo deixa uma ferida aberta, sem cicatrização, que, cada vez que é tocada, faz a pessoa voltar a sentir novas dores. No entanto, os traumas e as feridas existem para serem tratados e superados, porque a vida requer cuidados e novos planos.

Falecimento

A saúde de Albuíno Azeredo, nos últimos anos antes de seu falecimento, passou por alguns estremecimentos. Em 2009, veio o primeiro baque, um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que o deixou internado em coma por 69 dias e resultou em sequelas graves, ele não conseguia falar nem movimentar o lado direito, mas, com tratamento, teve uma rápida recuperação. Em entrevista com a viúva Waldicéia Peçanha, ela narra que, após um mês de tratamento com fonoaudiólogo, Albuíno voltou a falar, uma evolução considerada surpreendente pelos médicos. Parte do tratamento visava a qualidade de vida, para um homem que mantinha uma rotina exaustiva de trabalho, chegando a 14 horas diárias (Gurgel, 2012).

Em 2010, Albuíno foi diagnosticado com câncer de próstata e realizou tratamento até estar totalmente curado em 2013. Além disso, sentia muitas dores na perna direita, o que o fez permanecer internado por 23 dias. Após investigações, foi descoberto que as dores eram sequelas do AVC (A Gazeta, 2018).

E então, no dia 12 de setembro de 2018, enquanto visitava familiares no Espírito Santo, Albuíno foi internado com pneumonia e permaneceu na UTI até 16 de setembro de 2019, quando, aos 73 anos, faleceu no Hospital de Vila Velha. Neste mesmo dia, o plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória, foi tomado por amigos e parentes de

Albuíno, onde começou a ser velado o corpo do ex-chefe de Estado. No dia seguinte, o velório ocorreu pela manhã, na Igreja Maranata de Vila Velha, às 10 horas (Dutra, 2018).

Albuíno foi enterrado com honras militares, sendo o transporte realizado no caminhão dos Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo. O governador à época, Paulo Hartung, decretou luto oficial de três dias e também esteve presente no velório de Albuíno Azeredo. Em entrevista, afirmou que o principal legado deixado por ele foi a educação como ferramenta de transformação social (Tribuna Online, 2018):

> Quando você nasce numa família pobre e é negro, a probabilidade de você acender na vida num país como o nosso, é uma possibilidade muito baixa, Albuíno tem essa trajetória de vida, uma família simples, filho de professora, negro, né, estudou, virou engenheiro, virou professor de matemática e chegou ao cargo de governador do estado do Espírito Santo, eu acho que esse é o maior legado (Hartung, 2018).

Novamente, é possível verificar o marco da educação na trajetória deste personagem, mas para além disso, como esse aspecto é percebido pelos indivíduos a sua volta. Albuíno, enquanto engenheiro, empresário e político, e com sua vivência como homem negro que ascendeu economicamente e socialmente nos campos em que transitou, é uma referência prática de que a educação e os processos de escolarização são transformadores e utilizados por negros/as para mudarem sua realidade social.

Homenagens e prêmios à Albuíno: de pessoa a personagem de memória em nível estadual e nacional

Segundo Pollak (1989, 1992), personagens com peso histórico e representações significativas para segmentos da sociedade que pertenceram, após a morte, passam a ser rememorados através de monumentos em lugares públicos e fazem parte da construção e da manutenção da memória social. Os monumentos e homenagens são instrumentos importantes para o não apagamento e a não invisibilização da pessoa-personagem ao longo do tempo, fortalecendo o processo de disputa pela memória.

Pensar o apagamento e invisibilização de memórias de personagens negros por meio das análises dos monumentos históricos que são destinados em suas homenagens, ou às ausências deles, mesmo quando se trata de personagem que marcaram a história da sociedade, como Albuíno, é tratar de forma dialética o quão exponencial pode ser um personagem que, apesar da invisibilização, é reconhecido em alguns prêmios e homenagens. Mas também a ausência de homenagens em repartições públicas, de um personagem que foi o primeiro governador negro do Espírito Santo, denota a invisibilização, o apagamento de sua trajetória.

Esta análise foi realizada a partir dos dados obtidos em entrevista com a viúva Waldicéia Peçanha Azeredo e a partir de buscas na internet. Assim, foi possível montar esta seção desenvolvida com o objetivo de reunir as homenagens feitas ao personagem. Algumas das homenagens recebidas se concentraram no município de Barra de São Francisco, o que nos leva ao questionamento, já que Albuíno e sua família são naturais do município de Vila Velha.

Assim, diante dos poucos elementos existentes em homenagem ao personagem, é possível verificar a invisibilização e apagamento de sua memória (ou tentativa de memoricídio). Reunir neste trabalho esses registros também é, paralelamente, efetuar um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade e de continuidade da memória de Albuíno Azeredo. Segundo Pollak (1992, p. 205), "a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos". As homenagens analisadas a seguir, embora algumas tivessem ocorrido com o homenageado ainda em vida, tiveram por objetivo prolongar a existência imaterial e a memória da pessoa-personagem aqui biografada.

Organizando os dados dentro de uma cronologia temporal, embora as trajetórias e biografias nem sempre possam ser pensadas de forma cronológica (Bourdieu, 1989), cabe afirmar que a primeira homenagem a Albuíno fora do Espírito Santo veio da Revista Ferroviária, em 1991, com o Prêmio Ferroviário, quando Albuíno Azeredo foi estampado na capa da revista, com o título "Um governador ferroviário". O prêmio foi entregue em razão de uma proposta desenvolvida por Albuíno de

ampliação do Corredor Centro-Leste e de que este fosse separado da antiga Rede Ferroviária Federal (Gurgel, 2012).

A segunda homenagem fora do Espírito Santo está escrita no livro *Quem é quem na negritude brasileira*, organizado por Eduardo de Oliveira (1998). Trata-se, segundo os editores, de um livro de biografias, entrevistas e depoimentos, publicados numa iniciativa do Congresso Nacional Afro-Brasileiro. Além do texto escrito em menção a Albuíno Azeredo, os autores e organizadores do livro publicaram uma foto do biografado junto com o texto, por entenderem que a fotografia, como lembrou Pollak (1989), também é um elemento acionador e disparador da memória.

A terceira homenagem recebida por Albuíno fora do Espírito foi o "Troféu Raça Negra", entregue em 2005 pela Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sociocultural (Afrobras), em uma cerimônia que acontece sempre no dia 20 de novembro, em comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra (Gurgel, 2012).

A quarta homenagem recebida pelo biografado fora do Espírito Santo foi o Prêmio de Mérito Profissional, entregue em 2014. O engenheiro Luiz Cosenza, membro do Conselho Diretor do SENGE-RJ, entregou o diploma a Albuíno Azeredo, que se emocionou muito durante a cerimônia na Associação de Engenheiros Ferroviários (Aenfer). Devido a problemas de saúde, Albuíno não pôde receber as homenagens no dia do evento original, realizado em 10 de abril na sede do CREA/RJ. (SENGER-RJ, 2014). Luiz Cosenza afirmou:

> O engenheiro Albuíno, além de toda a sua história de vida e as inúmeras qualidades pessoais e profissionais que fizeram e fazem parte de sua vitoriosa carreira, possui duas que considero essenciais: humildade e lealdade. Além disso, tudo que ele continua fazendo em prol da engenharia brasileira e, em especial, ao transporte ferroviário no Brasil e até no exterior, fez com que a indicação do seu nome para receber o Diploma de Mérito Profissional fosse aprovada por unanimidade pela Comissão do Mérito do CREA/RJ. Por tudo isso, Albuíno merece muito esse reconhecimento (Cosenza, 2014).

A quinta homenagem recebida fora do Espírito Santo ocorreu após a sua morte, quando de fato Albuíno passa a ser reconhecido, segundo nossa análise a partir de Pollak (1992), como uma pessoa-personagem de memória. Ele passou a ser reconhecido como membro titular *in memoriam* da Academia Nacional de Engenharia. A Academia Nacional de Engenharia (ANE) possui em seu quadro membros titulares e membros titulares *in memoriam*, este último em forma de homenagem a importantes engenheiros brasileiros já falecidos, e Albuíno Azeredo foi um dos homenageados.

Homenagens no estado do Espírito Santo

A primeira homenagem no Espírito Santo se deu com a nomeação da Ponte Governador Albuíno Azeredo. A ponte foi construída pelo Governo de Paulo Hartung sobre o rio Marinho, ligando os municípios de Cariacica e Vila Velha, e inaugurada em 8 de dezembro de 2018. O site da Prefeitura de Cariacica enfatiza que "a ponte, que possui 132 metros de comprimento e divide os dois municípios, foi batizada com o nome do ex-governador Albuíno Azeredo, que faleceu no último mês de setembro" (Marques, 2018).

A segunda homenagem ocorreu em Barra de São Francisco, no Polo Industrial, onde o espaço destinado a eventos de grande porte da cidade recebeu o nome do ex-governador, sendo denominada "Área de Festas Governador Albuíno Azeredo", conforme se verifica na Lei nº 1.193, aprovada pela Câmara Municipal de Barra de São Francisco (ES), em 13 de dezembro de 2021.

A terceira homenagem se refere à nomeação da Sala de Líderes Comunitários na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Em 14 de dezembro de 2022, por iniciativa do Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), foi inaugurada uma sala de apoio aos Líderes Comunitários. A sala recebeu o nome de Albuíno Azeredo, ex-governador do Espírito Santo, como uma homenagem à memória dele e como um reconhecimento aos serviços prestados à população capixaba.

A quarta homenagem refere-se à nomeação da estação do aquaviário da Prainha, em Vila Velha, com o nome Governador Albuíno Azeredo. A nomeação foi criada pela Lei nº 10.975/2019, sancionada pelo governador Renato Casagrande (PSB) em 1º de junho de 2023.

Se pensarmos em termos qualitativos e quantitativos, considerando as homenagens que Albuíno recebeu em vida e após sua morte, temos dados interessantes a serem analisados. O fato é que, apesar de Albuíno ser do Espírito Santo, ele recebeu mais homenagens fora do que dentro do estado. Isso pode revelar um racismo não dito em termos do não reconhecimento da genialidade e dos feitos expressivos de um engenheiro e governador negro que não teve como ser completamente invisibilizado. Deste modo, enquanto as homenagens de reconhecimento fora do Espírito Santo foram cinco, no estado foram apenas quatro, como se verificou acima.

Referências

A GAZETA. 1991: o ano em que o ES recebeu o papa, Mandela e príncipe Charles, 2021. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/capixapedia/1991-o-ano-em-que-o-es-recebeu-o-papa-mandela-e-principe-charles-1021. Acesso em: 7 mar. 2023.

A GAZETA. Filha de Albuíno, Ana Flávia Azeredo é a mulher de ferro do ES, 2019. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/revista-ag/vida/filha-de-albuino-ana-flavia-azeredo-e-a-mulher-de-ferro-do-es-0919. Acesso em: 18 abr. 2023.

A GAZETA. Há 27 anos Nelson Mandela visitava o Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2018/07/ha-27-anos-nelson-mandela-visitava-o-espirito-santo-1014139292.html. Acesso em: 7 mar. 2023.

A GAZETA. Morre Albuíno Azeredo, ex-governador do ES entre 1990 e 1994. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/morre-albuino-azeredo-ex-governador-do-es-entre-entre-1990-e-1994-0918. Acesso em: 18 fev. 2023.

A GAZETA. Seis capixabas serão homenageados com a comenda Maurício de Oliveira. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultu-

ra/seis-capixabas-serao-homenageados-com-a-comenda-mauricio-de-oliveira-1119. Accesso em: 15 fev. 2023.

ALES. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Albuíno Cunha de Azeredo (in memorian), 2019. Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/OCO/OCO6552019/679525-102646788916102019-assinado.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

ANDRADE, W. Confira a lista das 60 pessoas que serão homenageadas na sessão solene da Ales pelo aniversário de BSF. O Contestado, 17 out. 2019. Disponível em: https://ocontestado.com/confira-a-lista-das-60-pessoas-que-serao-homenageadas-na-sessao-solene-na-ales-pelo-aniversario-de-bsf/. Acesso em: 15 fev. 2023.

ANDREWS, George Reid. Ascenção dos negros, 1940-1988. In: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos*: relações raciais em São Paulo. São Paulo: EDUSC, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS (ANE). Albuíno Cunha Azeredo. [s.d]. Disponível em: http://anebrasil.org.br/membros-titulares-in-memoriam/albuino-cunha-azeredo/. Acesso em: 18 maio 2023.

AZEREDO, Albuíno.Justiça Social como Princípio. In I. Santos e A. Esteves Filho (orgs.). *Os Afro-brasileiros na Gestão Pública*. Rio de Janeiro: CEAP, 2012.

AZEREDO, Albuíno da Cunha. Albuíno Azeredo bota o preto no branco. Entrevista concedida ao jornal O Pasquim. Rio de Janeiro, Ano XXI - Nº 1056, p. 5, 1991.

AZEREDO, Waldicéia Peçanha de. Entrevista concedida à mestranda Joyce Mazzoco do Nascimento. Vila Velha, 2023.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, p. 591–605, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2023.

BARBOSA de, F. Castro. Memórias de um lugar: 25 anos do museu capixaba do negro. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, v. 2, n. 3, p. 71–81, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32254. Acesso em: 18 abr. 2023.

BARBOSA, Fernanda de Castro. *Memórias e identidades no Espírito Santo: um estudo a partir do Museu Capixaba do Negro*. 2015. Dissertação (Mestra-

do em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/a4d013e0-18ee-4572-a556-f61eaefd8c83/content. Acesso em: 1 out. 2024.

BRAGA, Robério. *Eduardo Ribeiro: vida e obra*. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011. 287 p. (Coleção Pensamento Amazônico, Série André Araújo, v. 2). Disponível em: https://www.amazonamazonia.com.br/2019/12/06/estudo-de-roberio-braga-atesta-mentiras-sobre-eduardo-ribeiro-falseiam-a-historia-do-am/. Acesso em: 14 abr. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARVALHO, André Simplício. A geografia histórica da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1904–2020): um registro. *Terra Brasilis*: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, nº 16, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.10282. Acesso em: 22 de mar. 2023.

CASSUNDÉ, Luiz Ronaldo. *A vitória de Albuíno*: Campanhas Modernizadas no Brasil e no Espírito Santo. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2008.

CONSENZA, Luiz. Luiz Cosenza entrega medalha a Albuino Azeredo. Entrevista concedida a Acervo Senger. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://acervo.sengerj.org.br/posts/luiz-cosenza-entrega-medalha-a-albuino-azeredo. Acesso em: 11 fev. 2023.

CNN BRASIL. Ana Flávia Azeredo, *[s.d]*. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/2022/candidatos/deputado-estadual/es/ana-flavia-azeredo/. Acesso em: 18 abr. 2023

DUTRA, Paulo César. Albuíno Cunha de Azeredo 1945-2018. *Folha Diária*, 18 set. 2018. Disponível em: https://www.folhadiaria.com.br/materia/54/3186/l/p/albuino-cunha-de-azeredo-1945-2018. Acesso em: 18 dez. 2023.

FANOTÍCIAS. Ex-governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, é sepultado com honrarias do Estado, 2018. *Fanotícias*, 17 set. 2018. Disponível em: https://fanoticias.com.br/ex-governador-do-espirito-santo-albuino-azeredo-e-sepultado-com-honrarias-do-estado/. Acesso em: 18 abr. 2023.

FGV. DO BRASIL, C.-C. DE P. E. D. H. C. ALBUINO DE AZEREDO, 2022. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuino

-de-azeredo. Acesso em: 14 maio 2023.

FOLHA do ES. Erick Musso Inaugura na ALES Líderes Comunitários. *Folha do ES*, 14 dez. 2022. Disponível em: https://www.folhadoes.com/politica-espirito-santo/erick-musso-inaugura-na-ales-sala-lideres-comunitarios,104377.fhtml. Acesso em: 18 maio 2023.

FRY, P. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a "política racial" no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 122-135, 1996. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28369. Acesso em: 8 jun. 2022.

GONZAGA, Y. M.; COSTA JÚNIOR, J. Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI. *Revista M. Estudos Sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 5, n. 10, p. 240–264, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2020.v5i10.240-264\>. Acesso em: 5 set. 2024.

GURGEL, Antônio de Pádua. *Albuíno Azeredo* - um homem de ferro. Vitória, ES: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2012.

HARTUNG, Paulo. Ex-governador do Estado, Albuíno Azeredo foi enterrado com honras militares. Entrevista concedida à Tribuna Online. Vitória, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BbGEGsm2hBI/. Acesso em: 10 abr. 2023.

HANCHARD, Michael. *Orpheus and Power*: the Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988. Princeton, Princeton University Press, 1994a.

HOFFMAN, T. CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA - ES. Disponível em: https://www.camaracariacica.es.gov.br/noticia/ler/1232/nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-ex-governador-albuino-azeredo. Acesso em: 18 dec. 2023.

HOFFMAN, Thyago. CEFFA Normília Cunha dos Santos celebra 30 anos de história neste sábado, 10. Disponível em: https://www.pmbsf.es.gov.br/noticia/ler/2981/ceffa-normilia-cunha-dos-santos-celebra-30-anos-de-historia-neste-sabado-10. Acesso em: 7 mar. 2023.

MARQUES, Marlon. Rodovia Leste-Oeste é um corredor para o desenvolvimento de Cariacica, 2018. Disponível em: https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/63905/rodovia-leste-oeste-e-um-corredor-para-o-desenvolvimento--de-cariacica/. Acesso em: 18 maio 2023.

OLIVEIRA, Eduardo (org.). Quem é quem na negritude brasileira. São Paulo:

Congresso Nacional Afro-Brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 05 out. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941. Acesso em: 05 out. 2024.

Prefeitura de Vitória, 2022. Disponível em: https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/aniversario-mucane-completa-29-anos-com-programacao-especial-45215. Acesso em: 18 maio 2023.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Comenda Mauricio de Oliveira: conheça os Homenageados deste ano, 2019. Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/comenda-mauricio-de-oliveira-conheca-os-homenageados-deste-ano-38563. Acesso em: 18 maio 2023.

SILVA, Sandro José da. Prefácio: Negros no Espírito Santo – Cleber Maciel. É preciso gritar a liberdade! In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Cleber Maciel. Negros no Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2016. P. 29-44.

SITE BARRA. Escola Família Agrícola Normília Cunha comemora 30 anos; conheça a origem do nome, 2022. Disponível em: https://sitebarra.com.br/v7/escola-familia-agricola-normilia-cunha-comemora-30-anos-conheca-a-origem-do-nome.html. Acesso em: 14 fev. 2023.

SENGER-RJ. Luiz Cosenza entrega medalha a Albuino Azeredo. 2014. Disponível em: https://acervo.sengerj.org.br/posts/luiz-cosenza-entrega-medalha-a-albuino-azeredo. Acesso em: 11 fev. 2023.

TN2: Ex Governador Do Estado, Albuíno Azeredo Foi Enterrado Com Honras Militares. 18 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BbGEGsm2hBI. Acesso em: 10 abr. 2023.

ZORZAL E SILVA, M. & ROCHA, Y. R. C. *Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo*. Relatório de Pesquisa - DCSO/UFES, Vitória/ES: UFES, nov. 1993.

ROCHA ANCESTRAL

A TRAJETÓRIA DE UM GIGANTE

Ana Paula Rocha[1]
Lavinia Coutinho Cardoso[2]

Imagem 37: Lula Rocha. Pintura criada pelo artista Luhan Gaba em um muro no mercado público da Vila Rubim, Vitória - ES.[3] Fonte: A Gazeta, 2021.

O presente artigo é uma contribuição para construção de memórias das lideranças negras que partiram para o Orum[4] e deixaram um legado cuja grandeza e trajetórias não poderiam ser contadas de forma definitiva em poucas páginas. Nosso texto conta um pouco da história de

1 | Mulher preta, militante do Círculo Palmarino e do Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo, historiadora e professora da rede estadual de ensino e pesquisadora da educação e relações étnico-raciais.

2 | Mulher preta, militante do Círculo Palmarino e do Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo, historiadora e professora com mestrado em História Social das relações políticas pela UFES.

3 | Arte do capixaba Luhan Gaba em parceria com Starley Bonfim, que retrata o ativista em sua faceta política e cultural.

4 | Orum (em iorubá: Orun) é uma palavra da língua iorubá que define, na mitologia iorubá, o céu ou o mundo espiritual, paralelo ao Aiê, mundo físico.

uma liderança que nos deixou há pouco tempo. Mesmo contando com a idade de 36 anos quando de sua partida, nos marcou profundamente com sua doce firmeza. A ele este texto é dedicado.

Em nosso entendimento se faz necessário compreender trajetórias e jornadas em dois movimentos, um coletivo e outro individual. Assim, buscamos a referência da filosofia Ubuntu[5] para entender a jornada de Lula Rocha a partir do "Eu sou porque nós somos".

O movimento social negro, desde a década de 1920, é a mais importante expressão de luta por emancipação da comunidade negra no país. Dos tempos da escravização até os nossos dias, esse movimento construiu e oportunizou protagonistas que se tornaram inspiração e referência na construção de um Brasil democrático e sem racismo.

No Espírito Santo, o movimento negro teve início na década de 1930, em sua primeira expressão moderna, com uma "célula" da Frente Negra Brasileira[6] e, posteriormente, com a fundação do Movimento Negro Unificado na década de 1970. Ambas as organizações foram fundadas em São Paulo. No Espírito Santo, seus representantes se organizaram e iniciaram a construção da luta de combate ao racismo e busca por justiça social para o povo negro no período pós-abolição.

Ao longo das décadas seguintes, as pautas se amplificaram; não se tratava mais somente de denunciar a existência do racismo, mas também de quantificá-lo e qualificá-lo. Era necessário entender como o racismo se estrutura no Brasil e o quanto suas intersecções atingiram e ainda atingem a comunidade negra, colocando-a na base da pirâmide social. A população negra é a que têm menos acesso à saúde, educação, espaços de poder, lazer e a uma vida digna.

Todos os estudos e dados produzidos somente foram feitos e realizados com a luta do movimento negro, das religiões de Matrizes Africanas e

5 | A Filosofia Ubuntu resgata a essência de ser uma pessoa com consciência de que é parte de algo maior e coletivo. Para isso, de acordo com os fundamentos da Filosofia Ubuntu, somos pessoas através de outras pessoas e não podemos ser plenamente humanos sozinhos, sendo feitos para a interdependência. (Cavalcante, 2020)

6|Disponível em: https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/?gclid=Cj0KCQiA64GRBhCZARIsAHOLriL6jc1ZvWT945DMQHVBgjMFA_2n7OsPmk8oCvgD4wAub6BDDRRY4PUaAj4QEALw_wcB. Acesso em: 20 out. 2021.

de intelectuais negras e negros. Foi na criação de Institutos de pesquisa como: IPCN, INTECAB e CEERT[7], entre outros, e nas universidades e institutos brasileiros que o movimento negro organizou e sistematizou novas narrativas para a história e presença do povo negro no Brasil.

> O movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil [...]. Ao ressignificar e politizar afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora, como opera na construção de identidades étnico-raciais.
>
> Ao ressignificar raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constroi novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. (Gomes, 2017, p. 21)

Nesse cenário de luta política encontramos o protagonista: Lula Rocha, o nosso Lulinha. Este texto é uma pequena cartografia afetuosa sobre essa liderança "preta" que nos deixou órfãos e órfãs da sua juventude, alegria, garra, empatia e, sobretudo, de sua presença que inspirava a todas e a todos por onde passava.

Alguns anos atrás, uma de nós (Lavinia Coutinho), escutei de um professor que meu texto era bastante tendencioso e que eu estaria transformando a história da Revolta do Queimado, tema da minha dissertação, numa "espécie" de Palmares. Eu respondi: por que não pode? Acredito que a palavra que define a escrita de negras e negros quando estabelecemos narrativas de nossa história é: afeto!

Nossas memórias e histórias há pouco tempo vêm sendo escritas por nós! Como diz Emicida: "Nois por Nois"! E hoje estamos nós, Lavinia e Ana Paula, pensando e escrevendo um pouco da trajetória desse nosso irmão de sangue, de jornada, de alegrias, de luta e de afeto!

7 | IPCN- Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, fundado em 1984, INTECAB - Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira fundado em 1987 e CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, fundado em 1990.

Sorriso no rosto, justeza política e bora fazer!
Um pouco da jornada de Lula!

Imagem 38: Lula Rocha. Fonte: Folha Vitória, 2021.

Lula nasceu em Vitória, em 17 de janeiro de 1985, um mês antes do carnaval daquele ano, provavelmente estava "doido" para curtir a festa, e também na semana conturbada da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em meio às lutas pelas Diretas Já, que marcaram a redemocratização e a ascensão da luta popular e sindical, que acenavam para novas possibilidades para o povo brasileiro.

Seus pais, Isaías e Maria da Penha, escolheram o nome Luiz Inácio, em homenagem a Luiz Inácio Lula da Silva, maior liderança operária naquele momento. Movidos pelo desejo de transformação social, demarcaram viver e acreditar na organização popular e criaram seus filhos entre passeatas, missas, romarias, ocupações e reuniões do movimento negro, comunitário, das CEB's e do Partido dos Trabalhadores.

O trabalho e a luta coletiva sempre foram pilares da família. Seus avós paternos, Dona Rita e Seu Tião, migraram do norte do Rio de Janeiro na década de 1950 para trabalhar como meeiros em Colatina, com o sonho e a promessa de garantir dias melhores aos filhos. Plantavam café, milho, arroz, fumo, criavam galinhas, porcos, e se orgulhavam em produzir muita fartura.

Após vários anos de exploração do seu trabalho, no contexto da industrialização de Vitória nos anos 1970, migraram mais uma vez, e se alojaram no morro do Romão, onde se firmaram nas lutas por melhores condições de vida. Arriscamos dizer que não há no morro do Romão nenhum movimento que não conte com a participação da família de Seu Tião e Dona Rita. As disposições de enfrentar as injustiças do nosso Lulinha foram herdadas de seus pais e, principalmente, da sua avó Rita, enquanto a destreza de saber a hora de falar alto ou falar baixo vem do avô Tião, que reunia ternura e "brabeza" numa pessoa só. Da avó Maria, ficou a firmeza, de quem ensina no ato, sem dizer, e que soube viver.

Desde a infância, Lula era divertido e brincalhão. Colocava apelidos em todo mundo, o que, na escola, rendia muitas ocorrências e ameaças de reprovação, como uma espécie de "susto" aplicado pela escola, mesmo tendo notas boas. Contudo, Lula sempre foi muito querido e incapaz de fazer uma briga ou desentendimento durar muito tempo. Muitas vezes, arrumava confusão e seu primo Rafael comprava a briga, e, no final, "Bael", como era chamado, ficava mal com a turma e Lula ficava "na boa".

Até no futebol, era o "Bael" que resolvia. Lula era goleiro e o primo zagueiro, tipo "back central", sabe? Na hora do aperto embaixo da trave, Lula gritava: "Bael"! A carreira do Lula no futebol durou pouco; tentou o time da família, a Desportiva Ferroviária, e treinou no AERT, mas, no final, era baixinho para a posição. Sobraram apenas o time da molecada do bairro e, mais tarde, organizaram a pelada dos "Boca de Porco", dos amigos de infância em Santana, dos quais nunca perdeu o contato, e também os jogos que reuniam a militância da esquerda. Detestava tanto perder que enxertava no seu time os primos mais jovens, Diogo, Arthur e Vaguinho.

Seus pais sempre investiram na educação, seja a formal ou a popular, que se dava nos vários momentos das atividades políticas e culturais. Cursou toda a educação básica na escola pública, passou no vestibular da UFES para Ciências Sociais, curso que abandonou para fazer Direito na FAESA, onde havia conseguido uma bolsa.

Luiz Inácio cresceu na militância, entre atividades do Partido dos Trabalhadores, movimentos comunitários, na associação de moradores de Santana, em Cariacica, e nas atividades da comunidade Sagrada Família e da Pastoral Operária. Na adolescência, se engajou no movimento secundarista, no Grêmio do Polivalente Maria Penedo e na União dos Estudantes de Cariacica, e participou ativamente da juventude do PT nas campanhas para eleger Helder Salomão em Cariacica e seu "xará" como presidente. No movimento estudantil, no antigo CEFETES, hoje IFES (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo), participou do Grêmio e das atividades da UESES (União de Estudantes Secundaristas do Espírito Santo) e UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas).

Amante de sua terra e ciente da necessidade de ocupar os espaços da política, Lula foi candidato a vereador pelo PC do B em Cariacica, numa candidatura que unificou a esquerda. Como presidente do PSOL, articulou com o movimento popular contra a privatização da saúde e a criminalização da pobreza com a chegada da Força Nacional. Contribuiu arduamente na construção de um projeto de superação para Cariacica, em diálogo com a candidatura de Célia Tavares à prefeita pelo Partido dos Trabalhadores. Era "sorriso no rosto, justeza política e bora fazer!"

Sua imensa capacidade de articulação e de enxergar por onde caminhar levou à criação do Conselho Estadual de Juventude. Com seu olhar abrangente, conseguiu provocar diversos movimentos e coletivos de jovens do campo, da cidade, da cultura, da universidade, das pastorais, dos partidos, para construir o FEJUNES (Fórum Estadual da Juventude Negra), colocando o Espírito Santo na rota do movimento nacional de juventude negra. Unindo suas vozes na luta por políticas públicas de juventude e principalmente contra o extermínio da juventude negra. A maior marca foi a criação da Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra que, desde 2007, todo 20 de novembro ecoa o nosso grito pelas ruas de Vitória.

Lula abriu caminhos, também, no movimento de Direitos Humanos, em que se destacou na defesa da população carcerária, no apoio às famílias de detentos e também na denúncia da violência de Estado, so-

bretudo sobre a população negra e periférica. Foi uma voz crítica contra o modelo de segurança pública que criminaliza a pobreza e mantém uma estrutura de polícia violadora de direitos. Em especial, na greve da polícia em 2017, atuou pela elucidação das mais de 200 mortes e pela responsabilização do Estado.

Além disso, também ofereceu apoio aos policiais perseguidos e adoecidos, sem, contudo, deixar de questionar a militarização da PM e sua violência para dentro da instituição e para fora. Com Lula Rocha, pautas como a criação da ouvidoria externa da polícia militar e a necessidade de elaborar, junto com os movimentos sociais, um novo modelo de segurança pública sempre tiveram voz e ainda ecoam nos becos e vielas onde "a carne mais barata é a carne negra".

É no brado que se levanta contra a nossa morte, que acolhe a dor das mães pretas com os braços vazios e que denuncia esse país anti-povo, anti-negro, anti-índio, anti-mulher e anti-natureza. E é também na alegria de construir o novo, de acreditar na potência do nosso povo e na nossa capacidade de se aquilombar que Lula Rocha mais uma vez nos provocava a agir. E assim, retomamos a organização do Círculo Palmarino como espaço de construção do movimento negro que não compreende a libertação do povo negro sem enfrentar o sistema do lucro, que une política e cultura numa só batida de resistência, e uma roda que recomeçou numa reunião com seis pessoas, fomos girando, e assim surgiram o Sarau Palmarino, o Acampamento da Juventude Negra, o Papo de Pretas, a Rede Afirmação. Nos encontramos na luta e nos tambores do Afro Kizomba e na caixa do nosso quilombo Piedade.

Assim era o Lula: "Era sorriso no rosto, justeza política e bora fazer!" Na luta, no samba, no futebol e na vida. E como canta o samba:

> Mas eu sou feito da esperança
> Do amor que não se cansa
> A morte não será o teu fim
> É a nossa batalha bandeira que valha [...][8]

8 | Letra e música de Diego Lima, Marcos Ramos e Edvan Freitas.

Ancestralidade de um legado!

"Morre Lula Rocha, militante dos movimentos negro e de direitos humanos no ES"[9], assim foi a manchete do Portal G1 no dia de sua partida para o Orum. Ele nos deixou em 11 de fevereiro de 2021, após uma série de complicações de saúde. Para nós, foi um choque, pois no dia anterior participamos de uma reunião do Movimento Negro pela plataforma "*Meet*", na qual ele, mesmo internado, esteve presente. Sempre pró ativo, propositivo e de uma garra e energia contagiantes.

Seu legado é hoje uma das maiores inspirações para continuarmos a luta nesses tempos tão sombrios, desde o golpe de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff. Sua memória tem sido alvo de racismo, calúnias e do ódio que tomou conta do país com a ascensão da milícia Bolsonaro ao poder. Mas, se temos de um lado ódio, temos do outro afeto, luta, e as marcas que Lula deixou em "todes" que conheceram e marcharam com ele.

Depoimentos para uma memória ancestral

A memória é construída e elaborada a partir de lembranças de fatos, sentimentos e processos nos quais somos atravessados. A memória do povo negro e nossas narrativas ainda até bem pouco tempo não era "feita", contada, sentida e pensada por nós "negres". Portanto, se faz urgente contar nossas histórias a partir de nossas próprias percepções e narrativas:

> A memória é a possibilidade de acessar, na atualidade, episódios ocorridos em outros momentos. Ao acioná-la, o sujeito tem a possibilidade de negociar sua auto representação, seus desejos, seus projetos e valores. Assim, a memória também está profundamente relacionada ao processo de construção da forma como nos percebemos como sujeitos, ou seja, de nossa identificação, pois o sujeito recupera suas vivências e trajetórias que irão guiar a constituição de sua identidade a partir da memória. (Malafaia, 2019)

9 | Disponível em https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2021/02/11/morre-lula-rocha-militante-dos-movimentos-negro-e-de-direitos-humanos-no-es.ghtml, Acesso em: 10 jan. 2022.

Imagem 39: Pássaro de Sankofa[10] Fonte: Itaú Cultural, 2018.

Os depoimentos de ativistas, militantes e "amiges"[11] podem e constroem essa memória afetiva e ancestral de como vivemos, sentimos, pensamos, a passagem breve, mas significativa de Lula Rocha em nossas vidas e nas lutas em que "todes" que se propuseram a falar estão comprometidos.

A arte-educadora e ativista negra Danuza Bricio se lembra de um evento em que Lula participou e da sua presença no Bloco Afro: "Fizemos uma roda de conversa com alunos da disciplina de ciência política, na UVV, sobre racismo e movimentos sociais, além dos primeiros ensaios do bloco Afro Kizomba." Segundo ela, seu legado se deve: "À incessante preocupação com a juventude negra, à conscientização e formação política dessa juventude e a capacidade de agregar valores às questões das ações afirmativas na educação, uma preocupação muito presente na sua trajetória".

10 | O conceito de Sankofa e a concepção Africana de História. O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan "*se wo were fi na wosan kofa a yenki*" que pode ser traduzido por "não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu". Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. Disponível em https://www.itaucultural.org.br/sankofa-nao-e-errado-voltar-atras-pelo-que-foi-esquecido. Acesso em: 28 fev. 2022.

11 | Os depoimentos foram coletados por meio de um formulário do Google, não foi possível fazer presencialmente por conta da pandemia da covid-19.

A psicanalista, produtora cultural e militante negra Sonia Rodrigues da Penha, conheceu Lula "menino, adolescente, estudante, estagiário da SEJUS, despontando como liderança juvenil na organização de jovens, que foi se forjando na luta, tornando-se em vida um dos mais doces, combativos guerreiros, seguidor dos passos de Zumbi dos Palmares." Para ela seu maior legado foi a sua forma de militar: "A sua arte de ouvir no exercício de fazer política".

A professora do departamento de psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Luizane Guedes, fala do seu último encontro com ele:

> Minha melhor lembrança é do nosso último encontro. Éramos os convidados para uma *live* sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, tínhamos participado, juntos, de outras três naquela mesma semana. Lula com um sorriso grande, bonito, me perguntou se estava cansada. Eu disse que sim, mas que valia a pena finalizar o dia com ele, pois tínhamos facilidade em nos comunicarmos só com olhares. Ele sorriu mais uma vez, e me disse que fazia tempo que não se sentia tão feliz com as discussões e que a gente finalmente começava a fazer a diferença nos espaços de discussão. Foi nossa última *live* juntos, e foi leve, linda e potente. Guardo comigo os sorrisos desse dia.

Alguns depoimentos falam dessa capacidade de falar diversas "línguas" dos diversos movimentos sociais em que Lula se fez presente: na militância contra o racismo, a luta por justiça social e pelos direitos humanos, na articulação da cultura e do carnaval negro. O militante do Círculo Palmarino do Espírito Santo e assessor parlamentar, Moacir Alves Rodrigues, afirma: "Lula Rocha era, pra mim, a pessoa que conseguia unir diversas pessoas, de variadas ordens ideológicas. Era seu ponto forte, aglutinar pessoas para o mesmo objetivo".

Esse pensamento é compartilhado, também, por Ana Heckert, membro do Fórum Capixaba de Lutas Sociais, da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES) e professora aposentada da UFES: "Lula era muitos, tinha faces diversas e uma capacidade de criar caminhos e estratégias que parecia ser inesgotável". A professora do Centro de Educação e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da

UFES, na gestão 2020-2022, Jacyara Silva de Paiva, faz um depoimento lúcido, emocionado e afetuoso:

> Eu conheci Lula Rocha nas lutas, Lula era alguém que a gente conhecia antes de ser apresentado, porque ele estava em tudo sempre, em todos os lugares. Fui formalmente apresentada a ele em 2017 em uma das muitas passeatas após a queda da Dilma, estava com um grupo de professores do Centro de Educação e alguém chamou Lula até nós e apresentou como nosso baluarte, ele sorriu daquele jeito que só ele sorria, apertou a mão de todos, naquela época apertamos as mãos sem problemas e eu me recordo que eu fiquei ali conversando com ele e mais uma professora, absolutamente encantada por ele. Ele falava com indignação do saldo de mortes na greve da PM, nos contava sobre os rumos do cursinho Afirmação, suas palavras soavam quase que como uma convocação. Encontrei Lula também no Afro Kizomba, com um sorriso que não cabia nele, agora já nos abraçamos longamente, ele já me convocava: "Quero que você fale na abertura do cursinho". Tentamos umas 3 vezes, nesse meio tempo assumo junto com professor Osvaldo o Neab e o Lula não poderia ficar de fora deste colegiado representando os movimentos sociais junto com Lavinia, marcamos como certa minha fala para a abertura do cursinho em 2021, mas não deu tempo, em nossa última conversa por *WhatsApp*, pude falar o quanto ele representava para mim, disse-lhe que ele era minha grande referência, ele como sempre de uma generosidade que não cabia nele, agradeceu dizendo que me via também desta forma, confesso que me emocionei. Lula para mim representa então o que sempre representou: generosidade, alegria, dialogicidade, amorosidade, era isso para mim antes que eu pudesse apertar suas mãos, foi isso durante nossos poucos anos de convívio e continua sendo até hoje. O Lula do tempo Kairós, o Lula da esperança, do sonho, que continua vivo dentro de nós ainda nos impulsionando para a luta.

Outras[12] companheiras/os, além dos citados e citadas, aqui deram seu depoimento e falaram do legado de Lula para nós que tivemos a honra de compartilhar do seu tempo e para a gerações futuras. Desde sua

12 | Olindina Serafim Nascimento ativista e militante do Movimento Quilomboa e Vanda de Souza Vieira coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado-MNU.

partida, várias ações[13] vêm sendo realizadas no sentido de preservar, manter e dialogar com o legado e a presença, agora de forma ancestral.

De Dandara e Zumbi dos Palmares, Zacimba Gaba, Luiz Gama, Elisiário Rangel, Chico Prego, Cleber Maciel, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neuza Santos, Joaquim Beato, André Rebouças, Aqualtune, Tereza de Benguela, Francisco Lucrécio e tantos outros e outras não citados: Lula Rocha, o nosso "Lulinha", é parte desse panteão de ancestrais presentes nas nossas lutas, subjetividades e na forma como vemos, pensamos e agimos enquanto negras e negros num país em que o racismo estrutura as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Salve Salve, Lula Rocha presente!!!

Referências

ADUFES (org.). *Lula Rocha, salve, salve*: políticas de luta e amizade. Vitória, ES: Adufes, 2021.

A GAZETA. Grafite em homenagem a Lula Rocha chama atenção na Vila Rubim. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/grafite-em-homenagem-a-lula-rocha-chama-atencao-na-vila-rubim-0321. Acesso em: 07 out. 2024.

CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. *Revista Semiárido De Visu*, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020 Disponível em: https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/view/1094/458. Acesso em 20 mai. 2021.

FOLHA VITÓRIA. Militante do movimento negro e dos direitos humanos Lula Rocha morre aos 36 anos. Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/politica/noticia/02/2021/militante-do-movimento-negro-e-dos-direitos-humanos-lula-rocha-morre-aos-36-anos. Acesso em: 15 dez. 2021.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador*: saberes construídos nas

13 | Criação de comendas nos municípios de Vitória e Cariacica e uma em nível estadual que ainda se encontra em fase protocolar. Eventos culturais como: Sarau Palmarino, em sua homenagem no 1 (um) ano de sua despedida, eventos de roda de samba, murais feitos por jovens artistas com a imagem de Lula na cidade de Vitória e o livro produzido e organizado pela Adufes em parceria com o Fórum Capixaba de Lutas Sociais "Lula Rocha, Salve Salve: políticas de luta e amizade".

lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

ITAÚ CULTURAL. Sankofa: não é errado voltar atrás pelo que foi esquecido. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/sankofa-nao-e-errado-voltar-atras-pelo-que-foi-esquecido. Acesso em: 28 fev. 2022.

MALAFAIA, Evelyn Dias Siqueira. Memória Ancestral: uma potência para reconstrução de nossa história. *Anais do III COPENE Sudeste*, 2019. Disponível em: https://www.copenesudeste2019.abpn.org.br/resources/anais/14/copenesudeste19/1563161717_ARQUIVO_3ef5e79ce4e28e1c9da1b38fd9ea0b02.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademildo Gomes

[1]Ao final do primeiro volume deste projeto, que busca resgatar a memória e as trajetórias de tantos personagens afro-brasileiros/as que marcaram a historiografia capixaba no âmbito da educação, não cabe o uso da palavra "conclusão", mas apenas "considerações finais". Não é possível fazer uma conclusão, no sentido de encerramento, porque o trabalho continua em aberto para que no futuro outras trajetórias sejam analisadas e outros personagens sejam inseridos. Mas, como considerações finais, pode-se dizer, primeiramente, que esse projeto está em sintonia com as novas propostas historiográficas que nos últimos anos têm sido desenvolvidas.

No mundo ocidental, até o século XIX, a historiografia havia se constituído em torno do campo político, preocupando-se em deixar registrada a história dos grandes personagens e grandes eventos. A partir da terceira década do século XX, desenvolveu-se uma abordagem historiográfica disposta a reconhecer a existência de uma pluralidade de perspectivas. A partir dessa proposta, passou-se a dar visibilidade a uma "História vista de baixo", uma "micro-história", uma história local (Barros, 2018, p. 30-31).

A nova forma de escrever a história passou a levar em conta uma diversidade de atores, inclusive aqueles considerados anônimos ou que foram relegados à invisibilidade. Nessa perspectiva, o cotidiano de pessoas comuns em suas situações locais passou a ocupar um lugar privilegiado. Sendo assim, se Marc Bloch dizia que a história era a "ciência

1 | Doutor em História Social das relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES); do Laboratório de Estudos dos Movimentos Migratórios do Espírito Santo da UFES (LEMM) e da Academia Literária de Castelo (ALC).

dos homens no tempo" (Bloch, 2021, p. 27), agora pode-se dizer que a história é a ciência de homens e mulheres no seu espaço cronológico, geográfico e sociológico.

Esse olhar da história social e política voltado para as singularidades de cada grupo e de cada local trouxe à luz diversos elementos e eventos que, até então, eram negligenciados numa análise apenas macrossocial (Prado, 2018, p. 80). Mais do que nunca, permanece oportuna a orientação de Arlette Farge, quando diz que o historiador "precisa espreitar o acontecimento lá onde menos se espera e compreender que a história se passa lá onde tudo passa como se não houvesse história alguma" (Farge, 2015, p. 81).

Contudo, é preciso ter em vista que o historiador também é um ser situado no seu tempo, concentrado em seus objetivos específicos. Essa é a razão que o faz priorizar um caminho em detrimento de outros. Não por negligência ou exclusão aleatória, mas por assumir essa perspectiva para limitar suas ambições a objetos mais restritos no interior de campos circunscritos (Revel, 2000, p. 14), os quais merecem a perspicácia do olhar crítico do investigador, para que se consiga extrair deles os resultados que podem oferecer.

Acolhendo essa empreitada metodológica, alguns pesquisadores analisaram as memórias e trajetórias educacionais de personagens afro-brasileiros situados no território do Espírito Santo. O conceito de território é pensado como um espaço político delimitado a partir das relações de poder (Souza, 2015, p. 78). Cada personagem indica uma forma de resistência diante do poder instituído, que tendenciosamente procura controlar a memória e o esquecimento sociais.

O historiador Jacques Le Goff afirmava que tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes prerrogativas dos grupos dominadores. Os silêncios da história são reveladores desse mecanismo de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 426). Conscientes da necessidade de dar visibilidade aos grupos sub-representados ou estrategicamente esquecidos, os autores ousaram resgatar a memória dos afro-brasileiros que marcaram a história capixaba, principalmente no âmbito da educação.

No primeiro capítulo, a professora Laryssa da Silva Machado, ao analisar o período da escravização e do pós-abolição, questionou sobre o lugar ocupado pelos negros e negras no Espírito Santo. Para a autora, os afro-brasileiros não recebem o destaque que lhes é devido na historiografia capixaba, desse modo, a invisibilidade cultural, social e política compromete duramente sua existência. Na visão da autora, tal situação é ainda um reflexo da mentalidade escravista não superada com a abolição.

O texto da professora Laryssa abriu o caminho para as apresentações das memórias e trajetórias de diversos personagens afro-brasileiros que deixaram seus nomes registrados na história da educação capixaba, cujas biografias foram apagadas da memória coletiva. No primeiro caso, Marileide Gonçalves França e Elio Pereira Fernandes resgataram a memória de Deudedit Baptista, professor, advogado, jornalista, político e grande intelectual negro, que se serviu da educação e da justiça como instrumentos propícios para superar a opressão, a desigualdade social e o racismo.

Outro personagem afro-brasileiro atuante no Espírito Santo que teve sua memória pesquisada na obra foi o Dr. Adalton Santos, professor e juiz de direito que se tornou nome de vias públicas e patrono de escola. O estudo foi realizado por Rogério Frigerio Piva. O autor apresenta o Dr. Adalton Santos como exemplo e inspiração para aqueles que enfrentam limitações financeiras e o racismo, mas que lutam por alcançar seus sonhos e implementar seus projetos de vida fazendo da educação um instrumento de resistência, realização e superação.

A professora Renata Costa retomou o estudo da memória do arauto das letras, Lino dos Santos. Esse personagem afro-brasileiro, embora tenha nascido na cidade de Alcobaça, Bahia, ao transferir-se, ainda na infância, para o Espírito Santo, destacou-se no âmbito do direito e da educação, atuando como advogado e professor. Lino pode ser considerado um sujeito "excepcional normal", segundo a teoria de Grendi (1998, p. 257) pois, mesmo nas décadas de 1960 e 1970, já era um profissional extremamente qualificado e culto. Lino fez da erudição alcançada, graças a muita luta e dedicação, seu campo de resistência e fortalecimento. A educação foi, sem dúvida, um pilar em sua vida e trajetória.

Timóteo André Alves de Oliveira e Gustavo Araújo Forde se dedicaram ao estudo da memória do afro-brasileiro Joaquim Beato, como um homem negro que se destacou no mundo da educação e no protestantismo. Beato era um menino negro do sul do Espírito Santo, inicialmente inserido no mundo da construção civil, posteriormente introduziu-se no mundo do protestantismo e das letras. Para os autores, Beato representou a imagem de alguém consciente de que só pelo caminho da educação e do trabalho, "o negro consegue conquistar o seu lugar de cidadão no nosso país".

A professora Maria José Corrêa de Souza trouxe à visibilidade a trajetória de Filogônio Barbosa de Aguiar, pintor, professor, escritor e teatrólogo afro-brasileiro, "professor Filó", de origem mineira, mas que passou quase toda a vida no Espírito Santo, principalmente em Colatina, percorrendo um caminho feito de presenças, ausências e silenciamento do referido personagem. Filó transformou sua trajetória intelectual, alinhando as artes plásticas, a educação e a literatura à sua existência e resistência.

Samily Loures de Freitas dedicou-se a estudar a biografia de Darcy Castello Mendonça, descendente de negro paraibano e portugueses açorianos. Apesar das dificuldades econômicas da família, Darcy estudou no Colégio Estadual do Espírito Santo e na Academia de Comércio de Vitória, além de cursos técnicos de sapataria, jornalismo e radialismo e bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Seu destaque, no entanto, foi na rádio e na política. Darcy foi radialista, vereador e deputado estadual no período extremamente conturbado da política brasileira, marcado pela ditadura militar. Apesar de ter conquistado o seu espaço, em vida, Darcy enfrentou episódios de racismo. Após a morte, sua memória sofreu tentativas de apagamento, até que, por meio de projetos de lei, seu nome fosse registrado em ruas, colégio, ponte e, principalmente, na historiografia capixaba.

O professor Osvaldo Martins de Oliveira analisou a trajetória do também professor, historiador, pesquisador e autor de vários livros, Cleber Maciel. O biografado tem como principal destaque a obra intitulada *Negros do Espírito Santo*, reeditada pelo Arquivo Público do Espírito Santo,

no ano de 2016, organizada pelo próprio autor do respectivo capítulo. De acordo com Osvaldo, os trabalhos de Cleber Maciel constituem uma epistemologia de reversão dos estigmas e de combate à negação das capacidades organizativas dos afro-brasileiros no Espírito Santo. Eles são, portanto, instrumentos para a reconstrução da história e das memórias da população afrodescendente capixaba, como também de enfrentamento ao racismo nas instituições sociais brasileiras, inclusive nas educacionais e científicas.

Fernanda Barbosa e Jaiara Dias decidiram romper a barreira do esquecimento para dar visibilidade a Maria Verônica da Pas, personagem negra que marcou a história recente do Espírito Santo. Verônica foi médica psiquiatra, especialista em políticas públicas, e ainda poeta, mãe solo e ativista do movimento negro, sendo a primeira coordenadora do Museu Capixaba do Negro (MUCANE). Por meio de suas lutas, estudos e profissão, Verônica ousou romper com os paradigmas de subalternidade impostos às pessoas negras, transgredindo as estruturas racistas e colonialistas. Sua memória é um incentivo à resistência contra todo tipo de violência e silenciamento, enfrentado principalmente pelas mulheres afro-brasileiras no território capixaba.

Reia Sílvia Gonçalves Pereira trouxe à luz a trajetória de Nilton Gomes, o "chuvisco de Cachoeiro de Itapemirim". Nilton nasceu em 1948, em Cachoeiro de Itapemirim, mas mudou-se com sua família para Vitória na década de 1960. Autodidata, Nilton Gomes galgou sua carreira radiofônica, tornando-se um famoso locutor e posteriormente político. O emprego como "menino de recados" aos 12 anos na Rádio Vitória foi o instrumento de transformação de sua vida. Sendo um negro numa sociedade racista, pode-se concluir que Nilton conseguiu superar os desafios estruturais ao firmar-se nos campos da comunicação e da política, espaços normalmente reservados aos brancos, deixando sua memória marcada na historiografia capixaba.

Joyce Mazzoco Nascimento em parceria com Osvaldo Martins de Oliveira, explorou a trajetória do professor, engenheiro, empresário e governador negro capixaba, Albuíno Cunha de Azeredo. Albuíno foi um negro que conseguiu ocupar posições significativas historicamente

ocupadas pela branquitude das elites. Albuíno nasceu em Vila Velha, ES, no ano de 1945, filho de uma lavadeira de roupas e posteriormente professora de escolas públicas e de um telegrafista, contador e ferroviário. Estudou em escola pública, depois em colégio particular, onde seu pai era contador. Após concluir o curso universitário, ingressou na carreira de engenheiro e, por fim, na vida política, chegando a ser eleito governador do Estado do Espírito Santo. A trajetória de Albuíno é, sem dúvida, uma referência para os afro-brasileiros capixabas. Albuíno demonstra que a educação é um instrumento de ascensão social e de luta por um mínimo de igualdade econômica.

As autoras Ana Paula Rocha e Lavinia Coutinho Cardoso fecham esse primeiro ciclo dos personagens afro-brasileiros do Espírito Santo, que se destacaram no âmbito da educação, apresentando a trajetória de Lula Rocha. Lula nasceu em Vitória em 17 de janeiro de 1985. Cursou toda a educação básica na escola pública, passou no vestibular para Ciências Sociais, mas resolveu fazer o curso de Direito. Como aluno, participou de diversos movimentos estudantis, visando à melhoria da educação. Lula destacou-se no movimento dos Direitos Humanos, defendendo os direitos humanos da população carcerária. Para as autoras, "Lulinha" faz parte de um panteão de ancestrais que se tornaram referências na luta pela superação do racismo e outras formas de abuso dos direitos humanos sofridas pelos afro-brasileiros.

Como foi possível perceber por meio das trajetórias dos personagens biografados, a população afro-brasileira no Espírito Santo, de acordo com as possibilidades construídas, lutou e continua lutando para ser protagonista da própria história no "caldeirão cultural" capixaba. O principal instrumento de resistência e transgressão utilizado pelos personagens foi a educação, confirmando o que dizia Paulo Freire: "A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo" (Freire, 1979, p. 84). Os doze textos que compõem a obra, ainda que procedam de mãos e mentes diferentes, tiveram os mesmos objetivos: romper com a estratégia do apagamento da memória e dar visibilidade aos sub-representados ou relegados ao anonimato.

Referências

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: _____. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

PRADO, Solange. *O poder e a luta da terra no vale do rio Iconha/Piúma*: o caso Thomas Dutton Junior (1870-1906). 2018. Tese (Doutorado em História). — Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2018.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de Escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 251-262

ÍNDICE DE IMAGENS

47 ***Imagem 1.*** *Deusdedit Baptista*

65 ***Imagem 2.*** *O Dr. Adalton Santos em fins de 1953, quando se formou bacharel em direito, cinco anos antes de alcançar a magistratura*

69 ***Imagem 3.*** *A família de Adalton Santos, entre fins dos anos 1930 e início da década de 1940, em Castelo*

71 ***Imagem 4.*** *Casamento de Minervina Rodrigues, irmã de Adalton. Essa é a única foto de Dona Amélia Maria da Penha, mãe biológica de Adalton Santos que se conhece, no dia 08 de Março de 1947, em Castelo*

72 ***Imagem 5.*** *Um dos Certificados de Registro Definitivo do Professor Adalton Santos emitido em 1953*

74 ***Imagem 6.*** *O jovem casal, Domícia Daniel de Lima e Adalton Santos em 1944 no dia de seu casamento em Castelo*

76 ***Imagem 7.*** *Inauguração do Fórum da Comarca de Nova Venécia, em 01 de setembro de 1956*

77 ***Imagem 8.*** *O Edifício da Escola Normal e Ginásio Veneciano entre fins da década de 1950 início da de 1960*

78 ***Imagem 9.*** *Exmo. Sr. Dr. Adalton Santos em fins da década de 1960 e/ou início da década de 1970*

79 ***Imagem 10.*** *Assinatura do Dr. Adalton Santos*

81 ***Imagem 11.*** *Recorte de jornal publicado em Maio de 1971 noticiando o falecimento do Dr. Adalton Santos*

82 ***Imagem 12.*** *Vista do antigo Polivalente de Nova Venécia - atual EMEF Dr. Adalton Santos*

83 ***Imagem 13.*** *Vista atual do muro da EMEF Dr. Adalton Santos ostentando o nome do saudoso professor e juiz na Avenida Matheus Toscano*

87 ***Imagem 14.*** *Lino dos Santos Gomes*

101 ***Imagem 15.*** *Desenho de Joaquim Beato. Autor: Timóteo André A. de Oliveira*

121 ***Imagem 16.*** *Filogônio Barbosa Aguilar*

122 ***Imagem 17.*** *Busto de Filogônio*

123 ***Imagem 18.*** *Ancestrais de Filogônio Barbosa de Aguilar*

128 ***Imagem 19.*** *Obra de Filogônio. Painel com técnica mista na capela da antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina.*

128 ***Imagem 20.*** *Obra de Filogônio. Óleo sobre tela*

129 ***Imagem 21.*** *Obra de filogônio. Óleo sobre tela*

130 ***Imagem 22.*** *Ilustração do conto O Interrogatório. Filogônio B. Aguilar*

137 ***Imagem 23.*** *Darcy Castello de Mendonça*

139 ***Imagem 24.*** *Darcy em sua formatura no curso de Direito da Ufes, 1964*

146 ***Imagem 25.*** *Placa de Inauguração da Ponte sem o nome oficial "Deputado Darcy Castello de Mendonça"*

147 ***Imagem 26.*** *Placa atual da Ponte "Deputado Darcy Castello de Mendonça"*

148 ***Imagem 27.*** *Placa da rua "Deputado Castello Mendonça", Vitória-ES*

151 ***Imagem 28.*** *Fachada do "Centro Municipal de Educação Infantil Darcy Castello de Mendonça", Vitória - ES*

152 ***Imagem 29.*** *Entrada do CMEI Darcy Castello de Mendonça*

153 ***Imagem 30.*** *Placa da rua "Darcy Castelo Mendonça", São Mateus (ES)*

155 ***Imagem 31.*** *Cleber Maciel*

171 ***Imagem 32.*** *Maria Verônica da Pas*

189 ***Imagem 33.*** *Nilton Gomes.*

193 ***Imagem 34.*** *Nilton Gomes. Quadro "Vamos dar as mãos"*

195 ***Imagem 35.*** *Palafitas sobre o mangue no bairro São Pedro. Década de 1980*

203 ***Imagem 36.*** *Albuíno Cunha de Azeredo. Governador do Estado do Espírito Santo de 1992-1995*

249 ***Imagem 37.*** *Lula Rocha. Pintura do artista Luhan Gaba em um muro no mercado público da Vila Rubim, Vitória - ES*

252 ***Imagem 38.*** *Lula Rocha*

257 ***Imagem 39.*** *Pássaro de Sankofa*

SIGLAS E ABREVIATURAS

FAESA- Faculdades Associadas do Espírito Santo

IPCN- Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

INTECAB - Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

CEB's - Comunidade Eclesial de Base

UCES - União dos Estudantes de Cariacica

CEFETES - Centro Federal Tecnológico do Espírito Santo

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

UESES - União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

FEJUNES - Fórum Estadual da Juventude Negra

PM - Polícia Militar

UVV - Universidade de Vila Velha

ADUFES - Associação dos Docentes da UFES

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

NEAB/UFES - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo

COLEÇÃO CANAÃ

1º - **Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória: o estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895)**. Carlo Nagar, 1995.

2º - **Projeto de Um Novo Arrabalde, 1896.** Edição Fac-similar. Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, 1996.

3º - **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822).** João Eurípedes Franklin Leal (org.), 1998.

4º - **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Nara Saletto, 1998.

5º - **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça, 1860.** Johann Jakob von Tschudi, 2004.

6º - **Colônias Imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras (1874–1900).** Renzo M. Grosselli, 2008.

7º - **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** 3ª edição. Levy Rocha, 2008.

8º - **História do Estado do Espírito Santo.** 3ª edição. José Teixeira de Oliveira, 2008.

9º - **Os Capixabas Holandeses: uma história holandesa no Brasil.** Ton Roos e Margje Eshuis, 2008.

10º - **Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil.** Klaus Granzow, 2009.

11º - **Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo.** Amylton de Almeida, 2010.

12º - **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** 2ª edição. Basílio Carvalho Daemon, 2010.

13º - **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo.** 2ª edição revisada. Nara Saletto, 2011.

14º - **Viagem ao Espírito Santo, 1888.** Princesa Teresa da Baviera. Julio Bentivoglio (org.), 2013.

15º - **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo.** Sérgio Peres de Paula, 2013.

16º - **Tropas & Tropeiros: o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo**. Armando Garbelotto, 2013.

17º - **Nossa Vida no Brasil: imigração norte-americana no Espírito Santo (1867-1870).** Julia Louisa Keyes, 2013.

18º - **Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo: a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil.** Hugo Wernicke, 2013.

19º - **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.

20º - **Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.

21º - **Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX.** Paul Ehrenreich (org.), Julio Bentivoglio, 2014.

22º - **Negros no Espírito Santo.** 2ª edição. Cleber Maciel, Osvaldo Martins de Oliveira (org.), 2016.

23º - **Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo.** Helmar Rölke, 2016.

24º - **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra.** 2ª edição. Maria Stella de Novaes, 2017.

25º - **Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860.** Vânia Maria Losada Moreira, 2017.

26º - **Sobre Política Capixaba na Primeira República.** Nara Saletto, 2018.

27º - **Viagens à Capitania do Espírito Santo: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire.** 2ª edição revista e ampliada. Bruno Nascimento, 2018.

28º - **Viagem às colônias italianas do Espírito Santo: onde estão e como vivem os camponeses italianos no Espírito Santo - 1902.** Arrigo De Zettiry, 2021.

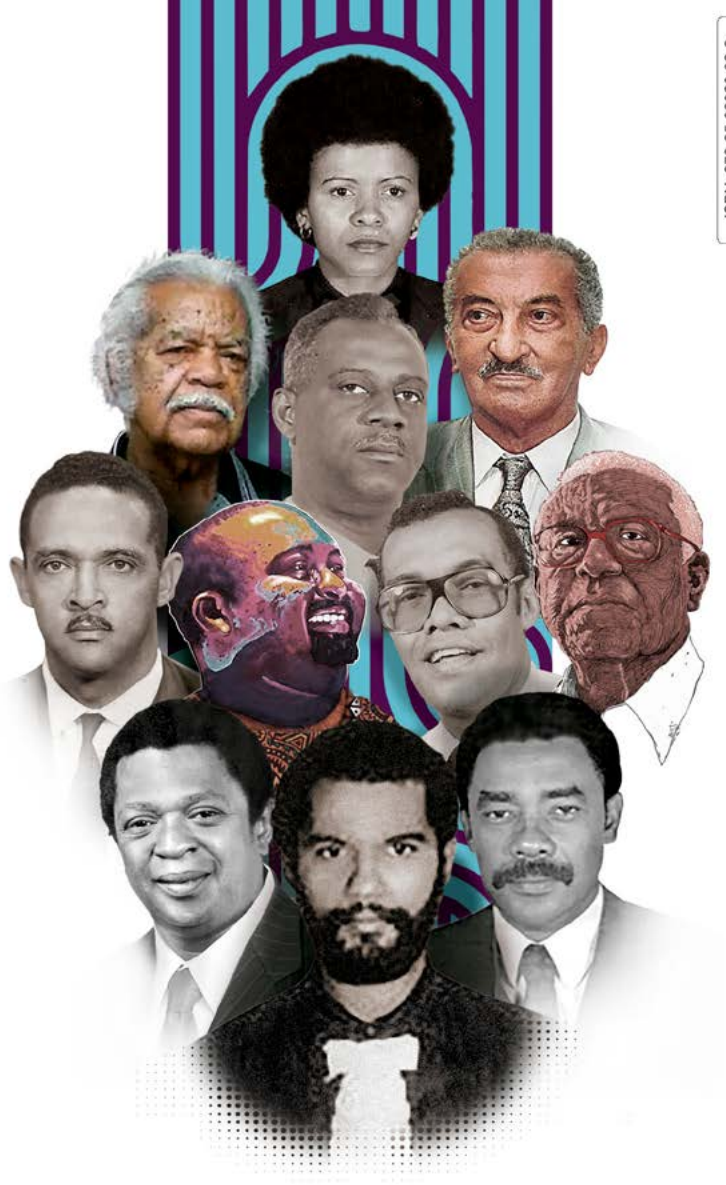
29º - **Diário da Viagem à Província do Espírito Santo. Pedro II.** Fernando Achiamè (org.) 2025.

30º - **Afro-brasileiros/as no Espírito Santo: memórias & trajetórias educacionais.** Osvaldo Martins de Oliveira, Ademildo Gomes, Cilmar Franceschetto (orgs.). 2025.

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras em suporte digital, podem ser consultados no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em formato PDF, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br

ISBN: 978-85-98928-32-6
9 788598 928326
C3L



Apoio cultural

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E CULTURAL INTERAMERICANO
IPDCI

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

Realização

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Gestão e Recursos Humanos